

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**GABRIEL MEIRELLES PINTO**

**O *Imperialismo* e a ficção do poder pessoal - a biografia do Conselheiro  
Furtado escrita por Tito Franco de Almeida (1867)**

Versão corrigida

São Paulo

2023

GABRIEL MEIRELLES PINTO

**O *Imperialismo* e a ficção do poder pessoal - a biografia do Conselheiro Furtado escrita por Tito Franco de Almeida (1867)**

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cecília Helena de Salles Oliveira

São Paulo

2023

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Anuência do (a) orientador (a)

**Nome do (a) aluno (a): Gabriel Meirelles Pinto**

**Data da defesa: 19/05/2023**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Cecilia Helena de Salles Oliveira**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/06/2023



*(Assinatura do (a) orientador (a))*

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P659i Pinto, Gabriel Meirelles  
O Imperialismo e a ficção do poder pessoal - a biografia do Conselheiro Furtado escrita por Tito Franco de Almeida (1867) / Gabriel Meirelles Pinto, orientador Cecilia Helena de Salles Oliveira - São Paulo, 2023.  
173 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História do Império. 2. Política imperial. 3. Tito Franco de Almeida. 4. Liga Progressista. 5. Imperialismo. I. Oliveira, Cecilia Helena de Salles, orient. II. Título.

Para Isabel e Filó...

*“Meu amigo. Recorda-se da Esphinge, não a de Euripide, mas de Pausanias, que sobre o monte Phicis apoderou-se do caminho publico, propondo enigmas aos transeuntes, e devorando aos que não sabiam decifra-los?...Pois bem; como os Thebanos, parece-me que temos tambem uma Esphinge, arruinando o Imperio desde Marabitanas e cabo Branco até Castilhos e Javary. Imperialismo – chama-a eu.”* Tito Franco de Almeida, 1867.

*“Ofereci a ostra em que foi escrito meu nome. Espero, porém, morrer sem pertencer ao número dos arrependidos penitentes....”*. Tito Franco de Almeida, 1882.

## RESUMO

PINTO, Gabriel Meirelles. **O *Imperialismo* e a ficção do poder pessoal - a biografia do Conselheiro Furtado escrita por Tito Franco de Almeida (1867)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Esta dissertação analisa e problematiza a obra *Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*, publicada em 1867, por Tito Franco de Almeida. Analisamos as trajetórias do biógrafo e do biografado, contemporâneos na política nacional e oriundos do Norte do Brasil. Exploramos os significados das biografias deste tipo no século XIX e as maneiras de se questionar o lugar do autor e a teoria que ele lança em suas páginas, a de que o monarca buscava de todas as formas fazer prevalecer o seu poder sobre o conjunto da política imperial. Para isso, ele teria contado com políticos que supostamente eram seus leais servidores, os conservadores moderados que integravam a Liga Progressista. *Imperialismo* é o nome escolhido pelo autor para se referir a este mecanismo. Por isso, buscamos contextualizar o leitor na política da segunda metade da década de 1860 e contrapor o cenário criado por Tito Franco a algumas das contestações levantadas contra ele. Demonstramos que o autor da obra forja uma realidade conveniente a seus interesses políticos e eleitorais daquele momento e que usa as críticas ao Imperador para atingir seus adversários mais imediatos, num momento de esgarçamento da Liga Progressista, no qual ele quer preservar e salientar a sua identidade liberal e a de seu grupo.

**Palavras-chave:** História do Império; política imperial; Tito Franco de Almeida; Liga Progressista; Imperialismo.

## ABSTRACT

PINTO, Gabriel Meirelles. **Imperialism and the fiction of personal power - the biography of Conselheiro Furtado written by Tito Franco de Almeida (1867)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

This dissertation analyzes and discusses the work *Conselheiro Francisco José Furtado: biography and study of contemporary political history*, published in 1867 by Tito Franco de Almeida. We analyzed the trajectories of both, both the biographer and the biographed, contemporaries in national politics and from the North of Brazil. We explore the meanings of biographies of this type in the 19th century and the ways of questioning the place of the author and the theory he launches in his pages, that the monarch sought in every way to make his power prevail over the whole of politics. For that, he would have relied on politicians who were supposedly his loyal servants, the moderate conservatives who made up the Progressive League. *Imperialism* is the name chosen by the author to refer to this mechanism. Therefore, we seek to contextualize the reader in the politics of the second half of the 1860s and to oppose the scenario created by Tito Franco and his interpretations to some of the contestations raised against him. We demonstrate that the author of the work forges a reality convenient to his political and electoral interests at that moment and that he uses criticism of the Emperor to reach his political opponents in a moment of fraying of the Progressive League, in which he wants to preserve and emphasize his and his group liberal identity.

**Keywords:** History of the Empire; imperial policy; Tito Franco de Almeida; Progressive League; Imperialism.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1- A biografia do Conselheiro Furtado: contexto e estrutura.....</b>	<b>14</b>
1.1. Trajetórias de Tito Franco de Almeida e Francisco José Furtado .....	14
1.2. Estrutura da obra.....	27
<b>CAPÍTULO 2- O conceito de <i>Imperialismo</i>.....</b>	<b>37</b>
2.1. O termo <i>Imperialismo</i> no contexto do segundo reinado.....	37
2.2. <i>O Imperialismo e a Reforma</i> , de Sousa Carvalho.....	40
2.3. O folheto <i>A Revolução e o Imperialismo</i> .....	49
2.4. Os mecanismos do <i>Imperialismo</i> segundo Tito Franco de Almeida.....	56
2.5. O <i>Imperialismo</i> em ação, segundo Tito Franco de Almeida.....	63
<b>CAPÍTULO 3 - Problematizando a obra de Tito Franco de Almeida.....</b>	<b>93</b>
3.1. A figura de Furtado na interpretação de Tito Franco de Almeida.....	96
3.2. Furtado e o confronto no campo da Liga Progressista.....	129
3.3. “Páginas de História Constitucional do Brasil”: uma outra versão sobre o debate político.....	137
3.4. Tito Franco entre 1867 e 1882.....	153
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>162</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>169</b>

## INTRODUÇÃO

A presente Dissertação é resultado de pesquisa que teve como objeto central a obra *Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*<sup>1</sup>, publicada em 1867. Trata-se de um texto biográfico que busca ressaltar a figura do Conselheiro Furtado (1818-1870), nome importante do Partido Liberal, da política maranhense e nacional durante a segunda metade do século XIX, que foi deputado, senador e presidente do Conselho de Ministros, entre 1864 e 1865, dois anos antes do lançamento da obra. Mas, como diz o próprio título, a obra se propõe a ser também um estudo de política contemporânea. Seu autor foi o político paraense Tito Franco de Almeida (1829-1899), também liberal e parlamentar.

A década de 1860 apresentou um contexto bastante complexo politicamente, com uma importante articulação política e partidária representada pela emergência e esgarçamento da chamada Liga Progressista. Também foi marcada por uma forte discussão a respeito do papel do monarca dentro do sistema político, especialmente a respeito do Poder Moderador e de quem se responsabilizaria pelos seus atos. Este contexto teve forte relação com as intenções de Tito Franco de Almeida na obra citada ao expor como sua tese principal, a de que o monarca buscava de todas as formas fazer prevalecer a sua vontade e exercer o seu poder sobre o conjunto da política imperial. Para isso, teria contado com políticos que supostamente eram seus leais servidores, os conservadores moderados que integravam a Liga. *Imperialismo* é o nome escolhido pelo autor para se referir a este mecanismo através do qual o poder da Coroa sempre prevaleceria, inconstitucionalmente.

O projeto de pesquisa previa, desde o início, que o enfoque das críticas de Tito Franco estaria voltado para a ação do Imperador no âmbito do Poder Moderador. Como a década de 1860 registrava um debate intenso a respeito do quarto poder, e as críticas ao poder pessoal do monarca estavam muitas vezes atreladas ao exercício deste poder, imaginou-se que a análise da biografia de Furtado contribuiria para o debate acerca daquele tema. Porém, um exame mais atento da obra revelou que o debate proposto por Tito Franco, em 1867, abordava com muito mais ênfase a atuação do monarca no Poder

---

<sup>1</sup>ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1867. Utilizamos a segunda edição, de 1944, lançada pela Companhia Editora Nacional, que agregou ao texto original as anotações de D. Pedro II.

Executivo, explorando as intrincadas relações entre o Imperador, o presidente do Conselho de Ministros, os ministros e a Câmara dos Deputados.

Um dos fatores que chamou a atenção na obra de Tito Franco, não apenas para o âmbito desta pesquisa, mas também para a historiografia posterior, é que o objetivo primeiro do autor parecia ser a denúncia de um falseamento institucional promovido diretamente pelo Imperador D. Pedro II. Sua obra foi um verdadeiro libelo contra o modo pelo qual o monarca exercia supostamente seu poder. Outro fator importante da obra é que o próprio Imperador escreveu em seu exemplar as respostas a muitas das acusações perpetradas por Tito Franco de Almeida.

Todos estes elementos tornam a biografia do Conselheiro Furtado uma obra única e, por isso mesmo, envolta em diversas camadas passíveis de análise e problematização. Para desenvolver este trabalho, a pesquisa buscou se aprofundar nas trajetórias políticas tanto do biógrafo como do biografado, no contexto político daqueles anos de 1860, e em diferentes contestações à narrativa veiculada por Tito Franco de Almeida.

O primeiro capítulo é uma apresentação da obra, das circunstâncias de sua produção e de seus personagens. Fez-se necessário recompor o cenário argumentativo dos anos de 1860, e especialmente o do final dessa década, cenário este que a biografia de Furtado ajudou a construir através de suas críticas ao funcionamento do sistema político e ao Imperador. A obra, de certa forma, faz coro com outras manifestações daquele período, em que pese as suas muitas peculiaridades. Discutimos as referências teóricas que inspiraram a análise da obra e do lugar ocupado por seu autor no campo político. A pesquisa recorreu ao significado das biografias no século XIX e ao significado de uma biografia do tempo presente, ou seja, aquela que versou a respeito de uma pessoa viva e atuante. Da mesma forma, a primeira parte do texto também apresenta os autores que guiaram a maneira pela qual nos aproximamos da obra de Tito Franco de Almeida e que nos auxiliaram na tentativa de questionar texto e contexto. Trata-se de obra política e que também se propõe a ser histórica, recuperando o passado da formação imperial para legitimar e reforçar as ações que pretendia concretizar no presente.

O segundo capítulo está centrado na forma como o termo *Imperialismo* foi empregado na Corte do Rio de Janeiro, entre 1865 e 1867, estudando-se duas obras anteriores à de Tito Franco de Almeida<sup>2</sup> para entender como este autor construiu a

---

<sup>2</sup> CARVALHO, Antonio Alves de Sousa. *O Imperialismo e a Reforma*. Rio de Janeiro. Tipografia Perseverança, 1865. Acervo da Biblioteca Nacional. *A Revolução e o Imperialismo*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866, 30 p. Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

concepção que sustentou seu discurso e sua ação política. Também nos debruçamos na maneira como ele apresentou a ação do *Imperialismo* na reeleitura que fez dos fatos políticos da história do Império, expondo flagrantes de atitudes do Imperador e de seus supostos “servos” nas substituições de gabinetes, nas dissoluções da Câmara e nos processos eleitorais.

O terceiro capítulo expõe efetivamente a problematização da trajetória de Furtado contada por Tito Franco. Ainda que os questionamentos quanto a isso atravessem toda a Dissertação, é neste momento que contrapomos o cenário criado por Tito Franco e as suas interpretações a algumas das contestações levantadas contra ele. Referimo-nos às discussões parlamentares dos *Anais da Câmara e do Senado*<sup>3</sup> que possibilitaram a identificação da maior parte do trabalho da edição e alteração de discursos que Tito Franco realizou para comprovar suas ilações. Foi possível indicar omissões, cortes e inversões nas falas de vários dos personagens centrais da obra, notadamente Francisco Furtado.

Consultamos, também, alguns dos periódicos da Corte, a exemplo do *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio*, disponíveis na plataforma da Biblioteca Nacional. Essas fontes também trouxeram interpretações distintas daquelas apresentadas por Tito Franco, desenhando um cenário político mais nuançado e expondo opiniões sobre Furtado que descontroem a imagem que o autor da biografia buscou cristalizar, qual seja, a de um liberal coerente, defensor intransigente das bandeiras do partido, contrário ao *Imperialismo*, pois seria um estadista independente. Alguns dos comentários feitos pelo monarca nos ofereceram, igualmente, elementos para entender uma visão contraposta à de Tito Franco no que se refere às suas próprias ações, às movimentações políticas e às suas relações com os ministros, inclusive com Furtado. Outra contestação às teorias divulgadas na biografia de Furtado, e de forma bastante contundente, foi encontrada na obra encomendada pelo governo de 3 de agosto de 1866, chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos, intitulada *Páginas de História Constitucional do Brasil*<sup>4</sup>, que procurou rebater a narrativa de Tito Franco usando alguns

---

<sup>3</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessões de 1861, 1864 e 1866. Portal da Câmara dos Deputados, consultados online em 2021 e 2022, disponíveis em:

<https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>.

*Anais do Senado*, sessões de 1865. Portal do Senado Federal, consultados online em 2021 e 2022.

Disponíveis em [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio\\_digitalizados.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp)

<sup>4</sup> MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*.

B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870. Arquivo disponível no Google Livros:

[https://books.google.com.br/books?id=kfIcEAAAQBAJ&printsec=frontcover&source=gbs\\_book\\_other\\_versions\\_r&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=kfIcEAAAQBAJ&printsec=frontcover&source=gbs_book_other_versions_r&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

dos mesmos estratagemas de seu autor, tocando em pontos sensíveis do percurso do Partido Liberal, a partir de 1840.

Para que a pesquisa chegasse a termo e pudesse evidenciar de maneira mais efetiva os meandros do verdadeiro mosaico criado pelas fontes que localizei e pesquisei, aprofundei o rol de referências bibliográficas inicialmente previsto. Também houve ajustes no elenco de fontes, determinados pelos dados que surgiram ao longo da pesquisa e que redefiniram algumas prioridades. A pesquisa foi iniciada em janeiro de 2019, porém, houve prorrogação do prazo final por conta da pandemia do Covid-19, situação que dificultou, entre 2020 e 2021, a consulta a bibliotecas e arquivos. É importante frisar que esta versão da dissertação é a versão corrigida, a partir do que foi comentado e sugerido na banca de defesa pela comissão julgadora da dissertação de mestrado.

Devo meus agradecimentos às instituições que permitiram o acesso às fontes de seus respectivos acervos, especialmente no contexto complexo da pandemia e, depois, com o retorno gradual às atividades. É o caso, especialmente, da Biblioteca Nacional e do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros da USP).

Além disso, foram muito valiosas as observações e sugestões oferecidas pelas professoras doutoras Miriam Dohnnikoff, da FFLCH da USP, e Eide Sandra Azevêdo Abrêu, da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, tanto na banca do Exame de Qualificação, como na Banca de Defesa da dissertação. Igualmente valiosos foram os comentários e sugestões do professor doutor Paulo Henrique Martinez, da UNIFESP de Assis, durante a Banca de Defesa. Quero agradecer, também, a Eduardo José Neves dos Santos, meu colega na pós-graduação que, gentilmente, compartilhou comigo fontes e referências. Agradeço, também, e de forma especial, a minha orientadora, professora doutora Cecília Helena de Salles Oliveira.

Por fim, agradeço aos meus familiares, especialmente aos meus pais, que sempre valorizaram e incentivaram o estudo, a pesquisa e a ciência, além do interesse pela História do Brasil.

São Paulo, 23 de junho de 2023.

## 1. A biografia do Conselheiro Furtado: contexto e estrutura

### 1.1. Trajetórias de Tito Franco de Almeida e Francisco José Furtado

A biografia do Conselheiro Furtado foi escrita no início do ano de 1867<sup>5</sup>, durante o intervalo legislativo que se impôs entre o final da vigência da câmara 1864-1866 e o início da nova legislatura eleita. Zacarias de Góis e Vasconcelos era o presidente do Conselho de Ministros, pela terceira vez. Tito Franco foi deputado na câmara 1864-1866, que recebeu Zacarias quando ele assumiu o governo em 3 de agosto de 1866. Foi o próprio Tito Franco quem propôs a moção de desconfiança contra o gabinete Zacarias, assim que ele se apresentou ao parlamento. A moção foi vencida por pequena margem, mas, ainda assim, o gabinete permaneceu<sup>6</sup>. Tito não conseguiu se reeleger, segundo ele, graças ao controle que Zacarias impôs ao processo eleitoral através da violência armada e da perseguição contra aqueles candidatos que haviam sido opositores de seu governo. A indisposição de Tito com Zacarias já era um sinal das dissensões que estavam em andamento entre os conservadores moderados que aderiram à Liga Progressista e liberais que passaram a se opor a ela, denominados *históricos*<sup>7</sup>.

Tito Franco deixa claro em sua obra que ele se considerava liberal histórico, assim como Furtado. Portanto, é preciso compreender a obra “O Conselheiro Francisco José Furtado – Biografia e Estudo de História Política Contemporânea” à luz dessas circunstâncias de embate político entre moderados e históricos, mantendo-se sempre atento à defesa que Tito busca construir da instituição Partido Liberal neste momento. Um dos primeiros apontamentos a respeito do contexto que cercou a obra foi feito pelo Visconde de Ouro Preto, em sessão do IHGB de 1906. Ele diz que: “esse livro apareceu

---

<sup>5</sup> Ao todo, foram apenas duas edições da obra. Além da primeira, no próprio ano de 1867, a obra foi reeditada em 1944, incorporando as notas escritas pelo Imperador. ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1867; ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

<sup>6</sup> A moção foi proposta logo no primeiro dia do governo de Zacarias, sob a alegação de ele se propunha a reunir novamente a situação, ou seja, a Liga, mas não tinha a capacidade para isso. Ver em ABRÉU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 285. Esse episódio será tratado em detalhes nos próximos capítulos.

<sup>7</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. A democracia improvisada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, Volume 7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 113.

quando mais acesa se feria a luta, entre liberaes historicos e liberaes progressistas, causando certa impressão”<sup>8</sup>.

Muitas das acusações e conclusões apresentadas por Tito Franco de Almeida foram apropriadas por autores posteriores. Joaquim Nabuco, nos tomos da obra “Um Estadista do Império”, citou muitas vezes passagens da Biografia de Furtado para embasar sua análise, corroborando e tomando como referência a obra de Tito Franco de Almeida como se fosse um retrato daquele momento político. Ele se vale não apenas do texto do próprio político paraense como também de respostas do Imperador. Como agente político que era, Nabuco também tinha as suas intenções, ainda mais se considerarmos que o mote de sua grande obra era exaltar a memória de seu pai<sup>9</sup>. O fato é que tendo recebido tamanha atenção do Imperador e sendo depois recuperada por Joaquim Nabuco, a historiografia acerca do Império parece ter adotado definitivamente a obra de Tito Franco como referência e não como fonte.

Sergio Buarque de Holanda retoma, de forma até mesmo aprofundada, as teorias de Tito Franco de Almeida, trazendo-as como evidência do prevalecimento do poder pessoal e do falseamento institucional no Império. Detalha sua própria teoria sobre as razões deste falseamento, citando o “espírito da constituição” e a forma como D. Pedro II dissimulava suas ações para dar uma roupagem institucional à política imperial. Inclusive, assume comparações antes utilizadas pelo próprio Tito Franco, como aquela que sugere uma analogia entre D. Pedro II e Jorge III da Inglaterra. A relação que ele estabelece entre as suas conclusões e aquelas expressas na Biografia de Furtado é bastante profunda, ainda que, sob o seu ponto de vista, D. Pedro II tivesse muitas virtudes.

A teoria do poder pessoal ganhou mais força desde então, e autores importantes, como José Murilo de Carvalho, também assumem essa premissa. Certamente, não apenas a obra de Tito Franco de Almeida, mas todos os textos que ao longo do Segundo Reinado colocam em evidência a suposta prevalência da vontade do monarca, como o “Libelo do Povo” de Sales Torres Homem<sup>10</sup> e a “Circular aos eleitores de Minas”, de Teófilo Ottoni<sup>11</sup>,

---

<sup>8</sup> FLEIUSS, Max. “Notas do Imperador ao Livro do conselheiro Tito Franco de Almeida sobre “o conselheiro Francisco José Furtado” coligidas por Max Fleiuss”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXVII, Rio de Janeiro, 1914, p. 249 – 289. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>9</sup> Sobre a obra de Nabuco ver: MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

<sup>10</sup> HOMEM, Francisco Sales Torres. *O Libelo do povo*. In: Magalhães JR. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Nacional, 1956, p. 47-126.

<sup>11</sup> OTTONI, Teófilo. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas Gerais no quatrienio actual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º Districto Eleitoral da*

entre outros, colaboraram para convencer seus leitores de que a vontade pessoal de D. Pedro II prevalecia. Como já mencionado, a década de 1860 é rica na edição de textos que tratam do lugar do monarca no governo representativo, de tratados a respeito do Poder Moderador<sup>12</sup> e de reformas e mudanças que deveriam ser levadas a cabo no sistema político. Os próprios folhetos “*O Imperialismo e a Reforma*”, de Sousa Carvalho, e o anônimo “*A Revolução e o Imperialismo*”, que iremos analisar no capítulo seguinte, estão entre eles. Mas, ainda que olhássemos especificamente para os anos de 1867 e 1868, mesmo assim perceberíamos que são anos de concentração de discussões nas quais a ideia central são as duras críticas ao funcionamento do sistema político e à maneira como a vontade do Imperador supostamente prevalecia. Além da obra de Tito Franco, no mesmo ano foi editada de forma anônima “*A Conferência dos Divinos*”, atribuída logo depois a Ferreira Viana, que também criticava o Imperador<sup>13</sup>. No ano seguinte, em 1868, as discussões parlamentares estão repletas de críticas ao sistema e ao Imperador, em especial no mês de julho, devido à chamada *inversão partidária*, quando o gabinete de Zacarias de Góis foi substituído pelo gabinete chefiado pelo Visconde de Itaboraá, fazendo com que os conservadores voltassem ao poder, ainda que Zacarias tivesse, supostamente, o apoio da maioria da Câmara. Um destes discursos, e o mais famoso, foi proferido por Nabuco de Araújo. Denominado *Sorites*, o discurso se consagrou por referir-se ao protagonismo do poder pessoal no sistema político, o que justificaria a ideia de que o parlamentarismo brasileiro funcionava de forma invertida, às avessas. Nabuco de Araújo afirma:

“Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. (...) Aí está o sistema representativo do nosso país”<sup>14</sup>.

---

*mesma província para a próxima legislatura*. Rio de Janeiro, Correio Mercantil de M. Barreto, 1860, Biblioteca do IHGB.

<sup>12</sup> Ver, entre outros: VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. *Da natureza e limites do poder moderador*. Typ. Universal de Laemmert, 2ª edição: Rio de Janeiro, 1862. URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. PIMENTA BUENO, José Antônio. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. In: KUGELMAS, Eduardo (org.) *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>13</sup> JUNIOR, Raimundo Magalhães. *Três panfletários do segundo reinado*. Coleção Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em: [www.academia.org.br/publicacoes/tres-panfletarios-do-segundo-reinado](http://www.academia.org.br/publicacoes/tres-panfletarios-do-segundo-reinado)

<sup>14</sup> *Anais do Senado*, sessão de 17 de julho de 1868, Volume 3, p. 115. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio\\_digitalizados.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp)



De certa forma, a inversão partidária e as críticas que ela suscitou surtiram grande impacto, mas obras como a de Tito Franco de Almeida mostram que essas críticas já estavam colocadas. Sergio Buarque de Holanda aponta a *inversão partidária* como um fato dos mais significativos e o aponta como o início do fim da monarquia<sup>15</sup>, ecoando aquilo que foi proferido pelos agentes políticos da época. Este trabalho propõe uma outra leitura sobre o período 1867/68, tendo em vista que a biografia do Conselheiro Furtado, ainda que guarde muitas particularidades, mostra uma face importante dessas críticas e dessa discussão, não atreladas à inversão partidária de 1868<sup>16</sup>, já que é anterior a ela.

Já existe uma significativa produção historiográfica contemporânea que não apenas contesta a versão exposta pelos agentes políticos do século XIX como também nos traz evidências e interpretações que vão de encontro à ideia do poder pessoal e de um suposto falseamento institucional. Sergio Eduardo Ferraz mostra que a maior parte das trocas de gabinete no Império foi motivada pela Câmara dos Deputados e que a ação direta da coroa teria sido responsável pela menor parte das quedas de ministérios<sup>17</sup>. Nesse sentido, a instabilidade ministerial estaria atrelada especialmente às alianças e articulações ocorridas dentro da Câmara temporária. A respeito das ações do Imperador dentro do seio do Poder Executivo, que é o foco das críticas de Tito Franco de Almeida, Lydia Garner<sup>18</sup> indica que as tomadas de decisão do Imperador neste âmbito teriam que ser necessariamente guiadas por uma busca pelo consenso, já que outras instâncias faziam parte do processo decisório. Não era uma decisão unilateral, como no acontecia no âmbito do Poder Moderador<sup>19</sup>. Garner destrincha o complexo processo de tomada de decisão a respeito de temas que eram discutidos na seção do Império do Conselho de Estado. Tendo como base o diário do Imperador e suas assinaturas nos pareceres do Conselho, dando

---

<sup>15</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. Crise do regime. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 13.

<sup>16</sup> Celio Tasinafo problematiza a inversão partidária e a narrativa levada a cabo pelos agentes políticos daquele período. Ver em: TASINAFO, Célio Ricardo. Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles de; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

<sup>17</sup> FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e poder moderador*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

<sup>18</sup> GARNER, Lydia Magalhães Nunes. *In pursuit of order: a study in Brazilian centralization, the Section of Empire of the Council of State, 1842 – 1889*. Tese de doutorado, Baltimore, Johns Hopkins University, 1987.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 643.

aval à maioria das opiniões de conselheiros e ministros, a autora problematiza a ideia do poder pessoal precisamente no contexto do Poder Executivo. Silvana Mota Barbosa<sup>20</sup>, por sua vez, ressalta a importância da criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, em 1847, para a redefinição das relações de poder entre o monarca e seus ministros, mudando a forma como o Imperador exercia até então as suas atribuições, em especial a de escolher e demitir livremente os seus ministros, como estabelecia a Constituição de 1824. Segundo Barbosa, desde que o cargo foi inaugurado, tendo como dignatário o ministro Alves Branco, ele esteve carregado de um considerável grau de autoridade<sup>21</sup>. Já Miriam Dolhnikoff trabalha a ideia de que existia, de fato, um sistema representativo no Brasil do século XIX, dentro dos parâmetros do que significava um governo representativo naquele período<sup>22</sup>. Não havia um falseamento institucional na política imperial, ou seja, não prevalecia sempre e de forma autocrática a vontade do monarca. Centrando a pesquisa no desenho institucional do Império e no sistema eleitoral, Miriam indica a existência efetiva de representação política e espaço de negociação, especialmente quando falamos da Câmara dos Deputados:

No processo de construção do Estado Brasileiro, a câmara dos deputados viabilizou a relação de legitimidade entre população e governo, por ser eletiva, e tornou-se espaço de negociação de conflitos através da formulação institucional de políticas. Cumpriu o papel que seus congêneres cumpriram na Europa e Estados Unidos.<sup>23</sup>

Portanto, podemos inferir que, se o famoso termo “parlamentarismo às avessas” ainda hoje é bastante conhecido, ele deve uma parte de sua cristalização a obras como a de Tito Franco, ainda que ela e as outras mencionadas sejam todas obras escritas por agentes políticos atuantes, e que permaneceram muito tempo sem serem problematizadas pelos intérpretes.

Ao debruçarmos nossas atenções sobre o contexto em que a Biografia de Furtado foi escrita e às incoerências e possíveis intenções de seu autor, assim como aos fatos e

---

<sup>20</sup> BARBOSA, Silvana Mota. O Conselho de ministros do Império do Brasil. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 52-62, 2007.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>22</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo: FFLCH/USP, 2011, p. 5. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais>

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 31.

argumentos contrários de seus interlocutores (e nesse caso incluímos também diferentes periódicos da época e discussões parlamentares), identificamos métodos de edição e manipulação de eventos e textos que foram usados para convencer o leitor a respeito de uma versão da história política do Império.

Nesse sentido, o texto de Tito Franco de Almeida é muito mais do que um registro, é uma tentativa de reconstrução do passado que ele vivenciou, colocando em perspectiva as ações de certos personagens políticos, movido provavelmente por intenções concretas de influir nas eleições e no contexto partidário de sua época. Nas entrelinhas do texto encontra-se aquilo que Renato Janine Ribeiro definiu como “tenção de intervenção”<sup>24</sup>, o que significa que, ao falarmos de textos políticos, ou textos que se propõem a versar sobre o pensamento político, estamos falando de um autor que busca “um leitor ideal, parceiro que dará vida a suas páginas”<sup>25</sup>. No caso do texto em questão, isso se torna ainda mais evidente, na medida em que ele próprio é um político ativo, faz parte dos jogos de interesses, e escreve sobre outros personagens políticos, seus contemporâneos. Não seria possível, segundo Janine Ribeiro, nos debruçarmos sobre a análise de um texto como este sem levar em consideração o endereçamento de suas palavras, mas não apenas isso, não seria possível imaginar que este endereçamento não estaria na própria gênese e na razão de ser da obra. Portanto, a “tenção de intervenção” estaria clara. O que Tito Franco pretende causar ao lançar esta obra?

A biografia do Conselheiro Furtado se propõe a ser um texto de pensamento político, na medida em que expõe certas visões, não apenas circunstanciais, mas também gerais, dentro do que podemos classificar como filosofia política. Mas, como já foi dito, a maneira como ele versa o seu texto faz com que seja, acima de tudo, um texto histórico, uma fonte. Se o texto apresenta essas duas características, não poderíamos pressupor que ele é simplesmente o resultado de seu contexto e nem ignorar completamente as ideias que expressa segundo a justificativa de que seria um texto apenas com intenções de intervenção, ou o que Janine Ribeiro chamou de “intervencionismo imediatista”<sup>26</sup>. Como este autor busca justamente levar em conta a redação do pensamento político sem separá-la da história, ou seja, do contexto, ele propõe uma metodologia que pode nos ajudar neste caso, de maneira a fugir dos extremos da pura contextualização ou do intervencionismo

---

<sup>24</sup> RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 341.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 342.

imediatista. Devemos partir do texto, e não do contexto. Depois, no decorrer da leitura, vamos estabelecendo relações entre argumentos, linguagens, termos e metáforas com o contexto, ou seja, procuramos estar atentos à maneira pela qual Tito Franco de Almeida utiliza as palavras e denominações para atingir o seu objetivo. É o que Janine chamou de “sequestro de sentido”<sup>27</sup>. O que significa estudar quais sentidos aqueles termos e expressões ganharam naquele momento e no contexto em que o texto foi escrito. Ora, isso é fundamental para começar a entender de que forma as palavras podem ser usadas para causar certas impressões. No caso de Tito Franco, o termo *Imperialismo* é chave nesse sentido. Faz-se necessário entender o significado que estava impregnado neste conceito e que fez com que o autor optasse por utilizá-lo como o centro de sua argumentação. Porém, e o que Janine Ribeiro considera o mais importante, é preciso saber a quem o autor se dirige<sup>28</sup>. Dessa forma, o enfoque passa a estar na intenção do autor:

O texto persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. Em outras palavras, um texto não é reflexo, porém arma. Um pensador político não procura refletir o seu tempo e sociedade; quer produzir efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto. A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto. Os leitores constituem o campo de eficácia própria do discurso. A leitura é o processo pelo qual se dá tal eficácia. Escrever e ler, portanto, não são meros efeitos: são produtores.<sup>29</sup>

No caso deste estudo, isso se torna ainda mais central, tendo em vista o lugar ocupado pelo autor como agente político ativo e o fato dele tratar da política de seu tempo presente.

Frisando a questão dos sequestros de sentido e o que pode provocar no leitor alvo do autor, pode-se pensar também na ideia trazida por John Pocock:

O historiador do discurso político que começa a surgir nesta exposição de sua prática investe seu tempo aprendendo as “linguagens”, idiomas, retóricas ou paradigmas em que tal discurso se realizou, ao

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 345.

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 347

mesmo tempo estudando os atos de enunciação que foram emitidos nessas "linguagens", ou na linguagem formada de um composto delas.<sup>30</sup>

Como afirma Pocock, “o discurso político é tipicamente poliglota”<sup>31</sup>, existe um sentido próprio aos termos, às palavras e às expressões que utiliza, além da maneira como estão expostos, ordenados e encadeados. Isso, esperamos, ficará claro na análise do texto de Tito Franco de Almeida. É fundamental explorar as intenções dos textos no que se refere à utilização de suas linguagens próprias:

O historiador deve mover-se de *langue* para *parole*, do aprender as linguagens para o determinar os atos de enunciação que foram efetuados “dentro” delas. Depois do quê, ele começará a pesquisar em busca dos efeitos desses atos, geralmente com relação às circunstâncias e ao comportamento de outros agentes que usaram ou estavam expostos ao uso dessas linguagens, e mais especificamente “sobre” as linguagens “dentro” das quais esses atos foram efetuados.<sup>32</sup>

De fato, é fundamental a rede de relacionamentos que se estabelecia politicamente entre Tito Franco e aqueles a quem ele se refere em sua obra, seja para exaltar, seja para desqualificar, e os efeitos que seu texto gerou no meio ao qual foi dirigido. Se o texto pode ser visto como instrumento de ação política, é por meio da linguagem, ou das linguagens que utiliza, que ele estabelece a conexão com seus interlocutores. Ao falar de “atos” da enunciação, Pocock deixa clara a necessidade de entender os efeitos concretos pensados e conseguidos pelo autor a partir da linguagem que utiliza. Para ele, faz parte do trabalho do historiador aprender uma série de linguagens e estabelecê-las com contextos, e nesses contextos é que são efetuados os atos de enunciação<sup>33</sup>. Portanto, segundo Pocock, precisamos também entender como esses atos modificam os próprios contextos nos quais são efetuados. Uma analogia feita pelo autor pode ajudar a ilustrar o que está por trás dos textos políticos e de que forma eles criam uma unidade forjada (talvez imaginária ou simbólica), ao utilizar diversas linguagens de acordo com suas intenções, quais sejam, a de criar uma coerência própria:

---

<sup>30</sup> POCOCK, John Greville Agard. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática. In POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. 1ª ed. São Paulo: Edusp 2013, p. 66.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 74.

Podemos, por exemplo, pensar no autor, caso se trate de uma presença suficientemente dominante, como uma Penélope de dia, entrelaçando os idiomas em uma única peça de tapeçaria e criando uma imagem unitária; mas também podemos perfeitamente pensar nos leitores do texto (que de forma alguma precisam ser tão sofisticados quanto o autor) como uma Penélope de noite, desfiando o desenho e reduzindo-o a uma seleção de idiomas e enunciações.<sup>34</sup>

Não só essas questões são relevantes como parece ser imperativo, também, observar o autor e entender o lugar que ocupava, e sobretudo aquilo que Pocock, citando Quentin Skinner, nos lembra: o que o autor “estava fazendo”, no pretérito imperfeito.

Foi sábio, da parte de Quentin Skinner, empregar o pretérito imperfeito e contínuo do inglês ao estabelecer que devemos saber o que um autor "estava fazendo" quando publicou um texto determinado. Porque, se o que ele "estava fazendo" inclui, e até mesmo privilegia, o que ele pretendia efetuar, não somente suas intenções e performances podem ter sido diversas e até mesmo divergentes entre si, mas também o que ele "teria de fato feito" pode se mostrar quase exponencialmente distante de qualquer performance que ele tivesse pretendido. A história consiste em grande parte de performances não intencionadas, e a passagem da intenção para a performance requer tanto o pretérito imperfeito quanto o condicional.<sup>35</sup>

Em nosso caso, procuramos adotar essas referências para compreender o autor e, também, a trajetória de seu biografado, o Conselheiro Francisco José Furtado, aprofundando as relações entre os dois, assim como interrogando a imagem que Tito Franco tentou criar do biografado. Para isso, as discussões parlamentares e os jornais da corte serão muito úteis, pois podem indicar o lugar de cada um fora das performances intencionais promovidas pelo livro, como obra teleológica, oferecendo contrapontos à narrativa criada por Tito Franco.

Sem dúvida, para a melhor compreensão da argumentação construída por Tito nas circunstâncias específicas que vivia quando escreveu a biografia de Furtado, faz-se necessário recuperar, inicialmente, as informações disponíveis a respeito de ambos.

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>35</sup> Ibidem.

Francisco José Furtado nasceu no dia 13 de agosto de 1818, na cidade de Oeiras, Piauí. Seu pai era cirurgião e faleceu quando Furtado contava apenas dois anos. Com nove anos, em 1827, se mudou para a cidade de Caxias, no Maranhão, por conta do segundo casamento de sua mãe, com Raimundo Teixeira Mendes, nome importante da política na região, associado ao grupo que viria a ser identificado aos liberais. Em 1833, Furtado ingressa no curso de Direito em Olinda, onde funda, em 1836, com alguns colegas, um periódico chamado *Argos Olindense*, de viés liberal. Nesse mesmo ano ou no seguinte, Furtado se mudou para São Paulo para terminar o curso de Direito. Esta mudança teria se dado porque um dos seus colegas de periódico, provavelmente João Pedro Dias Vieira, sofreu um atentado, embora nenhuma das biografias consultadas entre em detalhes. Por isso, Furtado teria escolhido sair de Olinda. Em 1837, seu padrasto foi assassinado por um potentado local de Caxias, por suposta perseguição partidária. Após voltar a Caxias, em 1839, em plena época da Balaiada, Furtado chegou a ficar preso pelos revolucionários por pouco tempo. Depois de terminada a “revolução”<sup>36</sup>, foi nomeado juiz municipal e posteriormente eleito para a câmara municipal, onde ocupou a sua presidência. Posteriormente, foi eleito para a Assembleia Provincial do Maranhão e, em 1847, para a câmara dos deputados, no Rio de Janeiro, na qual tomou assento em 1848. Depois de dissolvida esta legislatura, foi enviado pelo governo a Belém no ano de 1850, para ocupar o cargo de juiz de direito, dos feitos da fazenda e da guerra, até 1856.

Voltou ao Maranhão para o cargo de juiz especial do comércio de São Luís, posição regulamentada pelo decreto de 1 de maio de 1855, que instituiu os tribunais de comércio, estabelecidos pelo código comercial aprovado em 1850. Tratava-se de um cargo importante que lidava com diversos interesses, uma vez que era responsável por julgar em primeira instância todas as causas comerciais. Naquele momento, apenas as capitais das províncias que contavam com os principais portos do Império é que tinham juízes especiais de comércio: Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Luís<sup>37</sup>.

Posteriormente, Furtado foi nomeado presidente da província do Amazonas, em 1857, justamente pelo gabinete de 4 de maio de 1857, chefiado pelo Marquês de Olinda, um dos políticos mais atacados por Tito Franco de Almeida em sua obra. Permaneceu

---

<sup>36</sup> Sobre o tema, consultar: JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

<sup>37</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. A formação do direito comercial brasileiro: a criação dos tribunais de comércio do império. In: *Cadernos Direito GV*, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, v. 4 n. 6, nov. 2007, p. 34.

neste posto por três anos, até novembro de 1860, durante o gabinete de 10 de agosto, chefiado por Silva Ferraz, do Partido Conservador. Foi eleito mais duas vezes para a Assembleia Geral, em 1861 e 1863, sendo eleito também seu presidente no terceiro mandato. Foi nomeado ministro da justiça no primeiro governo Zacarias, de 24 de maio de 1862, que durou poucos dias, sem que tivesse sequer tempo para exercer o cargo. Em 1864, foi eleito senador e algumas semanas depois escolhido pelo Imperador para presidir o Conselho de Ministros, no gabinete de 31 de agosto de 1864. Fez parte do ministério o seu conterrâneo João Pedro Dias Vieira, como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Este não apenas era reconhecido por alguns periódicos como “ligueiro” no Maranhão, assim como Furtado (como veremos mais à frente) como também havia feito parte do ministério anterior, chefiado por Zacarias de Góis, exatamente na mesma pasta. Depois deste período, Furtado foi nomeado juiz da vara comercial do Rio de Janeiro e, em 1870, passou a receber aposentadoria como juiz de comércio com honras de desembargador. Nesse mesmo ano, abriu um escritório de advocacia em parceria com Tito Franco de Almeida. Veio a falecer pouco tempo depois, em 23 de junho de 1870, vítima de angina<sup>38</sup>.

Tito Franco de Almeida nasceu em Belém, no ano de 1829. Seu pai era advogado e enviou o filho para receber a educação básica em Lisboa, retornando ao Brasil em 1844. Também cursou Direito em Olinda, a partir de 1846, tendo se diplomado em 1850. Foi eleito três vezes deputado na Assembleia Provincial do Pará. Em 1856, foi eleito pela primeira vez deputado na Assembleia Geral, o que se repetiria em 1863 e 1878. Em 1864, quando Furtado era presidente do Conselho de Ministros, Tito foi nomeado diretor geral da secretaria dos negócios da justiça e redator chefe do *Diário Oficial* do Império, além de ter se tornado também conselheiro de Estado. Tito Franco chefiou e escreveu em diversos periódicos, dentre eles aquele denominado “O Liberal”, quando ainda estudava em Pernambuco, na época da Revolução Praieira. Fundou no Pará o “Grão-Pará”, no qual, segundo seus biógrafos, já teria escrito em favor da diminuição do poder do Imperador. Escreveu também para o *Jornal do Amazonas*. Foi sócio do IHGB e faleceu em 17 de fevereiro de 1899<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> LEAL, Antonio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já falecidos*. Lisboa: Impr. Nacional, 1873, Tomo II, p. 265; MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno biographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, Tomo I, p. 25.

<sup>39</sup> CUNHA, Raimundo Alves da. *Paraenses Ilustres*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970; ANDRADE, Manuel Correia de. Monarquia e Democracia. In. ALMEIDA, Tito Franco. *Monarquia e Monarquistas*, 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1990; PONTES, Carlos. Prefácio. In. ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. Rio de Janeiro: Companhia Editora



A trajetória desses personagens apresenta vínculos de amizade que culminam em uma sociedade em escritório de advocacia aberto no último ano de vida de Furtado, mas que evidentemente foram sendo estabelecidos ao longo de anos de convivência dentro do Partido Liberal na região norte do Brasil e no Rio de Janeiro. A permanência de ambos na cidade de Belém, no período de 1850 até 1856, com participação ativa nas reuniões liberais, assim como os mandatos de ambos na câmara eleita em 1863 e a nomeação de Tito para cargos de confiança no governo de Furtado nos dão indícios de que a obra *O Conselheiro Francisco José Furtado – Biografia e Estudo de História Política Contemporânea* carrega sentidos mais complexos do que uma primeira análise poderia supor. Para quem Tito escreve a sua obra? O que significa para ele homenagear Furtado no contexto de críticas ferrenhas levantadas contra o Imperador e seus *servos* (como denomina os seguidores do *imperialismo*)?

A biografia de Furtado é um exemplo bastante peculiar de uma homenagem biográfica escrita num momento em que o biografado ainda estava vivo e ativo no cenário político, exercendo seus mandatos como senador e conselheiro. Quais seriam as implicações disso? A julgar pela leitura da obra e pelo significado das biografias no século XIX<sup>40</sup>, Tito pretendeu criar para Furtado imagens de coerência e uniforme defesa do partido liberal que não correspondem àquilo que a pesquisa evidenciou, especialmente em relação à atuação de Furtado na Liga Progressista e suas ações como presidente do Conselho de Ministros, entre outras.

A tentativa de Tito em exaltar os liberais e acusar o *Imperialismo* de persegui-los pode levar a crer que Furtado foi a pessoa que melhor poderia encarnar os ideais do partido, pelo menos nos termos das intenções de Tito ao escrever a obra. Por um lado, a segunda metade da década de 1860 pode ser considerada uma época em que liberais históricos se afastaram dos antigos conservadores moderados, e Tito, ao redigir a biografia de Furtado, reforça essa divisão. Mas, por outro lado, podemos entender o privilegiamento de Furtado a partir do que a historiografia registrou sobre o significado de seu gabinete entre os progressistas. Grande parte da historiografia afirma, desde

---

Nacional, 1944; BLAKE, A. V. A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883 - 1902. 7 volumes, Volume 7, p. 306.

<sup>40</sup> CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. in *Métis. História & Cultura*, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.2, n.3, jan./jun., 2003, p. 74; ENDERS, Armelle. “O Plutarco brasileiro”: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. In: *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, Rio de Janeiro: 2000, pp. 41-62, p. 41.

Nabuco<sup>41</sup>, que o governo Furtado teria sido o responsável por aprofundar as divisões entre moderados e históricos dentro da Liga. O gabinete de 31 de agosto de 1864 ganhou importante papel nas discussões posteriores sobre o desmantelamento da Liga Progressista. Como aponta Eide Sandra Abrêu:

Nos debates dos anos que seguiram até 1868 – momento em que a Liga se dissolveu e os “puros” retornaram ao poder –, os adversários de um e de outro grupo se acusaram mutuamente por terem promovido a ruptura, agora reconhecida, da Liga Progressista. Os apoiadores do gabinete Olinda afirmavam que o gabinete Furtado foi o responsável pelo fracasso da coligação. E os sustentadores do ministério Furtado afirmavam o contrário, devolvendo a culpa a Olinda e seus partidários conservadores moderados, os quais teriam realizado uma conspiração que inviabilizou a pretendida aliança<sup>42</sup>.

A escrita da biografia de Furtado está inserida neste debate, e o argumento de uma conspiração em curso foi adotado por Tito durante toda a obra, argumento este que circulava entre liberais históricos em 1867, uma vez que Cristiano Ottoni e outros liberais já o haviam utilizado<sup>43</sup>. Portanto, Tito, ao longo da biografia de Furtado, vai retomando narrativas e reforçando pontos de vista que, ao pretenderem atacar o poder pessoal do Imperador, atingem em cheio aqueles agentes políticos que estavam do lado oposto aos históricos e que teriam servido ao *Imperialismo*. A biografia de Furtado torna-se, então, documento que nos fala mais acerca do contexto de sua produção do que propriamente sobre a personagem em si. Como nos diz Temístocles César:

A biografia do tempo presente é, ao que parece, um gênero provisório de história, ou melhor ainda, uma substituta que está conectada ao seu tempo: ela está na moda! Tal como essa, ela é leve e efêmera, e sua dimensão pública é, indiscutivelmente, o que mais conta.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império, Vol. II*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 128. IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.5. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 97.

<sup>42</sup> ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011. p. 205.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 209.

<sup>44</sup> CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. in Métis. *História & Cultura*, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.2, n.3, jan./jun., 2003, p. 88.

É essa efemeridade que nos interessa, no sentido de que a biografia se torna um registro das circunstâncias e indeterminações que motivaram sua elaboração. Índicios dessas motivações vão surgindo ao longo do texto de Tito e guiaram essa pesquisa.

## 1.2. Estrutura da obra

A obra que analisei aqui é a segunda edição da biografia de Furtado, ou seja, aquela que já contém nas notas de rodapé os comentários escritos por D. Pedro II. Esta edição foi publicada em 1944, pela Companhia Editora Nacional, compondo a coleção *Brasiliana*, editada entre 1931 e 1993. A edição contém também a introdução escrita por Carlos Pontes, que, juntamente com os comentários do Imperador, representam as principais diferenças existentes entre o texto de 1867 e o de 1944.

O texto começa com uma curta dedicatória do autor ao seu amigo biografado, intitulada “Ao Conselheiro Francisco José Furtado”, no qual apresenta, logo nos primeiros parágrafos, uma analogia para definir o que ele entende por *Imperialismo*<sup>45</sup>, a causa principal da ruína do Império. Será essa, sem dúvida, a palavra mais utilizada no livro. E a analogia que utiliza para apresentar aos leitores de que vai tratar é a Esfinge. O *Imperialismo* é, para o Império do Brasil, aquilo que foi a Esfinge para Tebas.

Meu amigo. Recordar-se da Esfinge, não a de Eurípides, mas a de Pausânias, que sobre o monte Phicis apoderou-se do caminho público, propondo enigmas aos transeuntes, e devorando aos que não sabiam decifrá-los?<sup>46</sup>

Um monstro que toma conta do caminho público poderia ser uma referência a alguém que toma conta também do poder público? E, ao contrário do que nos contam os autores talvez mais consagrados a respeito da Esfinge de Tebas, como Sófocles ou o próprio Eurípides, Pausânias traz em sua descrição algumas especificidades que se relacionam com a escolha de Tito. Segundo Pausânias, (tardio em relação aos outros citados), a Esfinge é uma filha bastarda de Laio, rei de Tebas, e, portanto, meia irmã de Édipo. Ela se coloca na entrada da cidade para testar todos os supostos filhos do soberano

---

<sup>45</sup> ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 11.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

que reclamam a coroa, para identificar os bem nascidos e os monstros, a quem deve matar<sup>47</sup>. Laio teria contado à Esfinge uma previsão do oráculo que só deveria ser conhecida pelo legítimo herdeiro da coroa. Édipo respondeu corretamente às capciosas perguntas feitas pela Esfinge. Dessa forma, ele foi declarado sucessor legítimo de Laio<sup>48</sup>. Nesse caso, a Esfinge, que representa de forma análoga o *Imperialismo*, teria sido aquele monstro que se apoderou do caminho público para testar os que não conseguiam decifrar a forma de governo e como agir, de maneira que apenas sobreviveria aquele que decifrasse seus enigmas, ou seja, aquele que soubesse a previsão do oráculo. Esse monstro apenas seria vencido e morto quando surgisse alguém que o decifrasse, libertando o Império da opressão.

Ao longo da obra, percebe-se que aquilo que Tito Franco chama de *Imperialismo* é a ação do Imperador no âmbito do Poder Executivo, que amplia este Poder a ponto de anular os outros, em especial o Legislativo, notadamente, quando o Executivo se associava ao Poder Moderador, o que inviabilizaria o parlamentarismo e a representatividade das forças políticas. Tito procura, nesta obra, portanto, decifrar o *Imperialismo*, e, uma vez que o considera a “única e verdadeira causa da decadência política e social do país”<sup>49</sup>, mostra sua gana em derrotar o monstro, sem, porém, estabelecer de forma clara como isso poderia ocorrer, se pela ascensão dos liberais, notadamente ao Senado, se por uma releitura da Constituição, frisando-se a responsabilidade ministerial por todos os atos do monarca, ou se por uma revolução<sup>50</sup>.

Ainda na dedicatória que abre o livro, Tito evoca datas que seriam marcantes da política imperial. Primeiramente, ele diz que pretendia escrever a respeito da história política contemporânea, recuperando fatos de 1840 em diante. O título da obra seria “Estudo Comparado dos reinados do Sr. D. Pedro II e de Jorge III de Inglaterra”. Porém, ele foi impedido de dar continuidade às suas pesquisas devido ao fato de que não foi reeleito e teve que deixar o Rio de Janeiro, voltando ao Pará<sup>51</sup>. Tito se refere aos anos de

---

<sup>47</sup> QUINET, Antonio. *Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 94.

<sup>48</sup> CARRASCO, Juan Bautista. *Mitología Universal, historia y explicación de las ideas religiosas y teológicas de todos los siglos*. Madri, Gaspar y Roig Editores, 1864, p. 681.

<sup>49</sup> ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 12.

<sup>50</sup> Sobre a complexidade desse conceito político e suas significações nos séculos XVIII e XIX, consultar, entre outros: ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Companhia das Letras, São Paulo, 2011; PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: Norberto Bobbio & Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. 12ª. edição. Brasília, UnB, 1999, 2º. Vol., p. 1121-1131.

<sup>51</sup> ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 12.

1840 por assinalarem o início do reinado de D. Pedro II, resultado do movimento da Maioridade, articulado principalmente pelos liberais, período no qual também ocorreram reformas, mas no âmbito do chamado “regresso conservador”, e que definiram os rumos institucionais do segundo reinado. Isto porque, foram alteradas leis elaboradas durante a Regência, em especial as relacionadas ao Ato Adicional de 1834 e ao Código do Processo Criminal. Aspectos como este, de retomada do passado, exaltando as origens e a história do Partido Liberal, para justificar suas ações no presente, são recorrentes na obra. Poderíamos dizer que são subterfúgios para engrandecer, de certa forma, aquilo que se pretende defender.

Trata-se de uma prática semelhante àquela já identificada por Karl Marx, ao realçar nos discursos revolucionários de 1848, na França, a tentativa de valorizar a luta política, retomando nomes e ações do passado revolucionário de 1789.

A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, uma finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir. E não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez.<sup>52</sup>

Marx pontua o paradoxo entre o desejo dos grupos em luta levarem a sociedade a um novo estágio civilizatório, ao mesmo tempo em que nomes e ideias revestem-se de expressões e imagens do passado:

Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos que já se haviam tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos na poeira dos tempos.<sup>53</sup>

Se Marx diz que Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, e que a revolução de 1789-1814 na França vestiu-se da república e do império romanos, e ainda, que a revolução de 1848 acabou parodiando a revolução de 1789, o texto de Tito Franco de Almeida, defensor do Partido Liberal como é, embasou grande parte de sua argumentação

---

<sup>52</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 19.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

ressaltando não apenas a história da Constituinte de 1823, do Ato Adicional de 1834, e da Maioridade, de 1840, mas também os nomes dos personagens do Partido que para ele deveriam ser retomados e defendidos.

O que Tito pretende mostrar é que desde 1840 a história política do Império não mudou essencialmente se comparada à década de 1860. Mudam os atores, mas o liberalismo (tal como imagina ou pretende fazer crer ao leitor) não consegue se entronizar porque o *Imperialismo* impede seu desenvolvimento. Tito busca no passado remoto e no mais recente, no momento em que vivenciava, nomes e ações para heroizar os liberais, dotando-os da capacidade de mudar o presente.

O que pretendia? Provocar uma mobilização na Câmara que levasse à queda do gabinete Zacarias de 3 de agosto de 1866? Ampliar os atritos entre o gabinete e a Câmara em um cenário de novas eleições e de recuperação dos espaços de poder de liberais históricos? Demonstrar que os liberais históricos eram os únicos a possuir um projeto consequente de Império e de país? Acusar e desmoralizar os conservadores moderados de promoverem em conluio com o Imperador o controle absoluto poder, o *Imperialismo*?

É no âmbito desses questionamentos que a figura de Furtado ganha dimensão, assim como ganha significação a defesa da monarquia constitucional e do Império. O que aliás será mantido por ele durante toda sua vida, inclusive depois do 15 de Novembro. Depois da instauração da república, Tito Franco vai sair da política e escrever a favor na monarquia<sup>54</sup>.

Para justificar que ele próprio não atua contra a monarquia e que é fiel à Constituição, Tito Franco retoma o princípio de que todos os poderes são *delegações da nação*. Dessa forma, ele tenta justificar que “nem em 1823 e 1824 a nação quis a tutela imperial; nem tem a querido ou quererá jamais”<sup>55</sup>. Recupera as discussões da Assembleia Constituinte e aquelas referentes à própria Constituição de 1824, como se já estivesse estabelecida ali uma recusa à ingerência da coroa, projetando o contexto dos anos de 1860 e as discussões prementes desta década para o período da fundação do Império nos anos de 1820, numa época em que o parlamentarismo ainda não estava em questão.

O *Imperialismo* que Tito invoca tem como base o mesmo termo utilizado por Chattam e Rockingham, dois primeiros-ministros britânicos do partido Whig que atuaram

---

<sup>54</sup> Grande parte desses textos está reunido na obra “Monarquia e Monarquistas”, de 1895, publicada pelo próprio autor. ALMEIDA, Tito Franco. *Monarquia e Monarquistas*, 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1990.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 13.

um século antes da obra de Tito. Eles teriam adjetivado o *Imperialismo* como “influência perversa”, “desastrosa e maléfica” do monarca, e Tito não contextualiza esses comentários na Grã-Bretanha do século XVIII. Da mesma forma, Tito está a comparar, em pleno 1867, o Imperador D. Pedro II com o rei Jorge III, que reinava quando da independência norte-americana, resultado da revolução de 4 de julho de 1776. Jogando com os fatos de outras épocas e contextos, Tito diz já prever os ataques de que será alvo quando publicar a sua obra:

Prevejo que recordarão as seguintes palavras de Jacques I de Inglaterra, como a quinta essência do verdadeiro monarchismo: - “Assim como é ateísmo e blasfêmia criticar as acções de Deos, assim há rebeliões e usurpação em discutir um subdito o que faz o rei na altura de seu poder”<sup>56</sup>.

Tito afirma que contra si serão evocados argumentos comparáveis àqueles da virada do século XVI para o XVII, época na qual reinou Jaime I da Inglaterra. Assim, ele acaba por caracterizar aqueles que irão atacá-lo, comparando-os com os que sustentavam, no século XVII, o despotismo e a infalibilidade reais, num contexto completamente diverso.

Ainda no jogo de épocas e contextos, e citando novamente a Inglaterra, que aparece sempre para ele como um exemplo, Tito cita a fala do trono do rei Guilherme IV, em 1831, na qual o monarca justifica a dissolução do governo anterior e ressalta a sua preocupação com os princípios da Constituição, que asseguram as prerrogativas da coroa ao mesmo tempo em que garantem a autoridade das duas câmaras e os direitos e as liberdades do povo<sup>57</sup>. Cita esta passagem para afirmar quais seriam as suas verdadeiras aspirações, e estas poderiam, segundo ele mesmo diz, ser resumidas nesta fala do rei. De qualquer forma, essa afirmação do monarca inglês faz transparecer que de alguma maneira ainda havia discussões acerca deste tema em pleno 1831 na Inglaterra, época em que, no Brasil pós-abdicação, se faziam prementes os debates a respeito da prevalência de um governo liberal representativo.

Pode-se dizer que o jogo de datas imposto por Tito em sua dedicatória termina na própria datação da assinatura de seu texto: “Belém do Pará, Janeiro de 1867”. Sabemos que Tito não comporia a nova legislatura que se iniciava naquele ano, mas que tentou se

---

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 14.

reeleger<sup>58</sup>. Tito teria entrado, depois, com uma ação pedindo o cancelamento das eleições no Pará, o que redundou em fracasso. Interessante pontuar que o único deputado a se reeleger pelo Pará nas eleições de 1866 foi Ambrósio Leitão da Cunha, do Partido Conservador, o qual alguns cronistas da corte incluem dentro da Liga Progressista do Maranhão, assim como fazem com Furtado. Leitão da Cunha, por sua vez, foi presidente do Maranhão, província de Furtado, durante quase todo o período do gabinete deste, sendo exonerado em abril de 1865, semanas antes da queda do próprio gabinete.

Este é apenas um indício da complexidade do cenário político e da relação centro-província que Tito opta por tentar simplificar em seu texto. Se Zacarias interveio de maneira ferrenha nas eleições, como sustenta Tito Franco, então ele teria imposto a reeleição de Leitão da Cunha, homem que foi de confiança de Furtado durante quase todo o seu governo, como presidente de sua própria província. Leitão da Cunha era conterrâneo de Tito Franco, e foi presidente do Maranhão por diversas vezes, inclusive em 1864, durante o governo de Zacarias, além de ter presidido também as províncias do Pará, da Paraíba, de Pernambuco e da Bahia, todas entre 1858 e 1869.

Foi nesse contexto de perda de mandato que Tito Franco de Almeida decidiu escrever sua obra a respeito da história política contemporânea<sup>59</sup>. Dirigindo-se a Furtado, afirmou:

...escrevi sua biographia, passando em ligeira revista os principaes successos da nossa vida politica contemporanea. Este trabalho é talvez a synthese, o programma do *Estudo Comparado*, que deve comprehender a analyse de todos os factos políticos, exposição de principios constitucionaes, retratos, e discussões parlamentares, se não me faltarem as forças no caminho encetado<sup>60</sup>.

De fato, é possível afirmar que a obra é uma análise aprofundada do cenário político de sua época, no qual Tito insere de forma às vezes até discreta a figura do homenageado. A figura de Furtado parece servir de pretexto para a manifestação de um liberal na luta política daquele momento. Como já citado, trata-se de um contexto em que

---

<sup>58</sup> Na *Autobiografia*, escrita em 1882, Tito Franco argumenta que nessas eleições ele não foi eleito devido ao “fuzilamento eleitoral” que o governo de Zacarias teria imposto a ele e aos liberais que se opuseram ao seu gabinete. Ver em ALMEIDA, Tito Franco de. *Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida*, *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177, Rio de Janeiro: IHGB, 1942, pp. 431-432.

<sup>59</sup> ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 12.

<sup>60</sup> *Ibidem*.



crecia a divisão entre liberais e moderados, em que Tito estava longe do parlamento, e em que se vivia o recesso do Legislativo na expectativa do início dos trabalhos da nova Câmara. A trajetória de Furtado só faria sentido na medida em que sua atuação levasse à melhor compreensão do cenário geral, dentro de um significado biográfico próprio do século XIX e consagrado por importantes autores do IHGB, no qual não predominavam grandes textos biográficos, mas sim as notícias biográficas, no sentido de que as trajetórias pessoais dignas de memória serviriam “para colorir afrescos mais vastos, para ornar a História Geral, com alguns retratos”<sup>61</sup>.

Claro que essa História Geral, no caso das apropriações históricas do século XIX, escritas muitas vezes por agentes políticos atuantes, compunham um cenário intencionalmente criado. Nesse sentido, ao se deparar com a obra de Tito, o leitor entra em contato com uma linha cronológica dos fatos políticos, dentro da qual o autor vai inserindo pontos que considera relevantes da trajetória de seu biografado. A obra não contém capítulos, é um texto contínuo com pequenos trechos numerados, cada qual tratando de questão específica, formando um grande conjunto de flagrantes políticos, demonstrativos da presença do “monstro” que desvirtua a monarquia representativa parlamentar. Ao todo, são 346 pequenas partes, numeradas em algarismos romanos.

As partes do livro que fogem da numeração são os longos recortes de discussões parlamentares que ele insere em diversos momentos do livro. Esses recortes servem para ilustrar questões que Tito considera relevantes para que o leitor compreenda alguns de seus posicionamentos. Muitas discussões das quais participou Furtado estão transcritas. Em quase todas elas, Tito faz seus grifos para orientar o leitor a se atentar àqueles trechos que parecem mais importantes e que sempre se referem a pontos fundamentais para sacramentar os argumentos que ele tenta construir. Mais do que isso, houve intensa edição dos discursos e discussões de Furtado no parlamento, como será demonstrado nos capítulos seguintes. Ele editou os textos de maneira que não estivessem presentes trechos da fala de seu biografado que contraditassem a narrativa geral criada por ele. Portanto, a própria figura do biografado é, de certa maneira, forjada também, aos moldes que interessam a Tito Franco no sentido de criar o cenário desejado. Ao final do livro, o autor ainda inclui a íntegra dos quatro discursos de Furtado proferidos na última sessão do

---

<sup>61</sup> ENDERS, Armelle. “O Plutarco brasileiro”: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. In: *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, Rio de Janeiro: 2000, pp. 41-62, p. 42.

Senado antes da publicação do livro. São eles os discursos de 11 de julho<sup>62</sup>, 13 de agosto<sup>63</sup>, 24 de agosto<sup>64</sup> e 18 de setembro de 1867, justificando-se sua publicação devido ao atraso da finalização da edição do livro, lançado apenas no segundo semestre daquele ano.

A sessão de 18 de setembro merece maior atenção. Por ocasião do seu voto contra a proposta de orçamento do governo, Furtado destila, em um longo discurso, duras críticas contra as ações do gabinete Zacarias de 3 de agosto de 1866. E as condenações a respeito da condução da guerra vão revelando discordâncias em relação à política interna. Furtado acusa o gabinete de ter comprado votos com ameaças de recrutamento, de dissimular o envio de tropas do Pará rumo à Bolívia para, na verdade, interferir nas eleições do Amazonas. Segundo sua acusação, ao invés de enviar mais tropas para o sul, onde havia urgente necessidade por conta da guerra contra o Paraguai, o ministério dizia temer uma invasão do Peru. Por isso, teria mandado uma expedição do Pará para defender a fronteira, porém, a expedição ficou em Manaus, muito distante da fronteira. Para Furtado, a intenção era simplesmente enfraquecer os adversários do governo no Pará e fortalecer os partidários do gabinete no Amazonas<sup>65</sup>. Ele afirma que teria sido o ex-presidente do Pará quem teria feito a acusação na Câmara dos deputados. Isso além de atribuir a demissão deste presidente à necessidade de controlar o processo eleitoral ali. Lembrando de um episódio bastante tratado por Tito Franco na obra, Furtado recupera as circunstâncias em que Zacarias teria aceitado chefiar este governo: sob pressão do Imperador, que por três vezes teria ignorado a recusa do político.

Tanto o discurso de Furtado de 18 de setembro de 1867 como a narrativa de Tito Franco sugerem que, em períodos de eleições ou em momentos nos quais o gabinete precisava de respaldo das bancadas provinciais na Corte, o presidente do Conselho agia para mudar o comando das províncias. Podemos nos perguntar em que medida essa ingerência atingiu interesses de liberais nas províncias do Norte e colaborou para as críticas proferidas. Se é assim, podemos inferir que isso não apenas afetava as relações

---

<sup>62</sup> Furtado discorre neste discurso sobre o mérito e a constitucionalidade do projeto que concede naturalização brasileira e assento no Conselho de Estado ao príncipe consorte, o Conde D'Eu. ALMEIDA. *Op cit.*, p. 365.

<sup>63</sup> Neste discurso, Furtado defende a atuação de seu governo na Guerra do Paraguai, especialmente no que diz respeito a uma suposta falta de prevenção depois que Solano Lopez ameaçou o Brasil quando este invadiu o Uruguai, e ressalta virtudes suas e de seus ministros na reação a Lopez, como a convocação dos Voluntários da Pátria. ALMEIDA. *Op cit.*, p. 387.

<sup>64</sup> Furtado discursa contra o gabinete Zacarias, acusando-o de não revelar ao parlamento um tratado, ou tratados, celebrados entre o Brasil e os países do Prata. Acusa o gabinete atual e o anterior de agirem mal durante a guerra e acusa, inclusive, o governo de Zacarias de comprar votos ameaçando recrutar as pessoas para a guerra. ALMEIDA. *Op cit.*, p. 393.

<sup>65</sup> ALMEIDA. *Op cit.*, p. 404.

entre gabinetes e lideranças provinciais, como também contribuía para modificar o entendimento ou, ao menos, o modo como a ação da coroa era retratado. Além do que, pode ter influenciado o entendimento sobre a dinâmica parlamentar imperial.

Nunca é demais ressaltar que a sessão de 18 de setembro ocorreu depois que Tito havia escrito o livro. Ele estava aguardando a sua publicação. Isso quer dizer que mesmo na época da escrita de sua biografia, Furtado parece discordar fortemente da teoria do *Imperialismo* e do poder pessoal do monarca. Um parágrafo é chave para compreendermos essa diferença e também o direcionamento que Tito Franco pretendeu dar à interpretação do leitor, grifando frases e palavras chaves que parecem estar em consonância com sua teoria, mas que no âmbito geral demonstram argumentar contra ela. Ao relembrar com detalhes de como Zacarias justificou sua aceitação ao posto de presidente do Conselho de Ministros, Furtado resalta que, narrando os fatos assim, Zacarias fez parecer que apenas obedecia à vontade da coroa, e que isso era muito perigoso:

Dessas palavras imprudentes tem nascido sem dúvida a opinião que vai tomando corpo, de que existe autocracia da corôa, de que existe o governo pessoal, de que os ministros não têm liberdade de acção. E', pois, a imprudencia de ministros vaidosos, *subservientes ou desleaes*, que autorisa tal opinião, que infelizmente vai grassando no paiz; *ouve-se-a por toda a parte*, excepto nos tribunaes; e por isso deve ser aqui mencionada e combatida.<sup>66</sup>

É possível perceber que Furtado apresenta o argumento da existência do poder pessoal (defendida por Tito) como sendo muito perigoso; era uma realidade que vinha sendo criada por culpa de ministros que, antes de mais nada, eram imprudentes e vaidosos, além de desleais. Ora, Tito grifou estas últimas palavras e a frase que fala do poder pessoal porque, ao darmos atenção a elas, isso pode favorecer a ideia de que existem ministros imperialistas, servos deste poder real inconstitucional. Mas, na verdade, Furtado parece querer cortar pela raiz qualquer ideia de ingerência imperial nos negócios públicos.

Por fim, neste mesmo discurso, Furtado acusa Zacarias de ter aceitado a missão de chefiar o gabinete sabendo que o partido (Liga) estava fraturado e que, dessa forma, ele não teria uma maioria significativa para poder governar. Furtado afirma que, desde

---

<sup>66</sup> ALMEIDA. *Op cit.*, p. 397.

1864, o fracionamento interno havia começado, mas que naquele momento havia se tornado ainda mais profundo.

É inegável que a obra como um todo retoma e ressignifica muitos elementos e temas relacionados à história política do século XIX no Brasil. Seria possível utilizar a obra de Tito Franco e a narrativa que ele cria para nos aprofundarmos nos mais diferentes âmbitos e nuances da formação do Império e do estabelecimento das instituições e dos partidos políticos, desde que a obra seja contextualizada e problematizada, assim como a posição que ocupava o seu autor no momento em que a escreveu. O que não parece prudente fazer é olhar a obra como referência para o estudo de um período do Império. Por isso, retomando Janine Ribeiro, pretendemos situar a obra como elemento dentro do debate do período, como parte da discussão levada a cabo por protagonistas de várias vertentes liberais interessadas em decidir os destinos do Império.

No que tange à proposta desta pesquisa, nos interessa explorar os temas mais diretamente relacionados ao contexto político da segunda metade da década de 1860 e que criaram as bases para que Tito Franco tomasse a iniciativa de compor um cenário que lhe permitisse atacar a coroa *Imperialista* e seus defensores, descrevendo um sistema que supostamente exclui aqueles que agiam de forma independente, que o autor identifica como sendo os liberais, como se não tivessem se envolvido nas ações e decisões adotadas pelos gabinetes desde a chamada “Conciliação” da década de 1850 com todas as consequências disso relacionadas aos agrupamentos políticos e às políticas públicas. Por isso, a dissertação se concentrará em três temas principais que parecem descortinar de maneira mais efetiva as razões por detrás da obra. Uma delas é o significado contextualizado do termo *Imperialismo*. Como ele era utilizado no Brasil daquela época? Para isso, vamos analisar textos que nos anos anteriores trataram o tema, e entender como o próprio Tito Franco discorre sobre sua origem. Em segunda lugar, devemos nos concentrar na formação e na fratura da chamada Liga Progressista, a partir da narrativa de Tito e esmiuçando essa narrativa, acompanhando também como o autor define a posição dos liberais. Isso é especialmente necessário, uma vez que ele classifica como servos do *Imperialismo* aqueles antigos conservadores que se uniram à Liga, e é no ocaso dela que Tito Franco escreve sua obra, depois de ter perdido espaço político enquanto um dos maiores servos da coroa, Zacarias de Góis, estava no poder. Este aspecto ganha ainda mais importância quando as fontes nos indicam que Furtado teria sido nome forte dos progressistas no Maranhão, e que da mesma forma Tito Franco também esteve próximo

deles. Por que ele quis esconder isso em sua obra? Por fim, e de forma correlata a este tema, está a identificação de diferentes matizes liberais.

Tito faz questão de apontar o seu grupo e o de Furtado como o dos “verdadeiros liberais” em contraposição aos antigos conservadores moderados. Ou melhor, sugere que estes conservadores eram “falsos liberais” porque usavam discursos e palavras de ordem para atrair o apoio dos autênticos, no que muitas vezes foram bem-sucedidos. Portanto, cabe investigar a presença de diferentes matizes liberais naquela época. Teriam sido posicionamentos liberais diferentes diante de políticas públicas as possíveis razões para o fracasso da Liga Progressista? Aspectos como a destinação das verbas públicas e os subsídios do governo às atividades comerciais, durante os gabinetes que governaram entre 1864 e 1867, estariam ligados ao afastamento entre históricos e antigos conservadores?

Questões como essas podem contribuir para aprofundar o tema do poder pessoal de D. Pedro II, tão tratado pela historiografia, e de que forma obras como a de Tito Franco de Almeida colaboraram para a criação do entendimento segundo o qual a ingerência da coroa na vida política promovia um falseamento institucional, ou seja, um regime dentro do qual as instituições funcionariam apenas formalmente, já que seriam direta ou indiretamente controladas pelo Imperador e pelo governo de turno, escolhido por ele. Problematicar os temas citados significa também tentar reconstituir aquilo que a obra omite, escamoteando a disputa política do Império nos anos finais da década de 1860.

## **2. O conceito de *Imperialismo***

### **2.1. O termo *Imperialismo* no contexto do segundo reinado**

Tito Franco de Almeida resume sua tese a respeito dos grandes males que assolavam a política imperial daquele momento por meio da utilização do termo *Imperialismo*. O substantivo, ainda a partir do prefácio do livro, passa a abranger toda ação efetivada pelo Poder Executivo, numa aliança “espúria” entre a coroa e alguns de

seus ministros, em especial os presidentes do Conselho de Ministros. Para defini-los, Tito Franco cria o adjetivo: *imperialistas*. Mesmo que use a palavra como base de suas críticas ao Imperador e a seus inimigos políticos, ela parece mais uma apropriação (ou ressignificação) do que propriamente uma criação do autor para se referir ao tipo de influência que a coroa exercia dentro do regime político do Império. Como aponta Sergio Buarque de Holanda:

Mas embora o autor pareça com essas palavras aspirar à glória do achado, o certo é que já com antecedência de alguns meses havia saído na Corte, do prelo da Laemmert, um folheto anônimo intitulado A Revolução e o Imperialismo, que erradamente se atribuiu a A. C. Tavares Bastos. Tinha a data de 1866. Mas já em 1865 aparecera, também no Rio, impresso pela Tipografia Perseverança, outro escrito, igualmente anônimo, porém de autoria do Deputado A. A. de Sousa Carvalho, que trazia o título de O Imperialismo e a Reforma.<sup>67</sup>

O que aponta Sergio Buarque de Holanda é que o termo *Imperialismo* foi empregado em diferentes publicações, durante três anos seguidos, como definição principal do sistema político imperial, associado ao exercício do poder pessoal pelo monarca, incorporando-se ao discurso político outras experiências anteriores ou contemporâneas, particularmente no âmbito da monarquia francesa. Em 1865, 1866 e 1867 o termo não é apenas empregado, mas utilizado como ponto chave e definição da realidade política daquele momento. Nas duas publicações anteriores à obra de Tito Franco, o termo está estampado no título. E se não está no título da biografia de Furtado, é porque o autor optou por chamar a atenção ao seu biografado, ainda que possamos arriscar dizer que o *Imperialismo* seja praticamente o principal “biografado”. Holanda segue descrevendo o uso anterior do conceito na França:

O ano 1865 bem pode ter sido aquele em que a palavra se introduz no Brasil, dado que na França, como sinônimo de "poder pessoal" do Chefe de Estado, ela toma corpo aproximadamente com os clamores que suscitara a dispendiosa aventura mexicana de Napoleão III, forçando este afinal a tentar substituir pela chamada "monarquia liberal" o inveterado cesarismo dos Bonapartes.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. O pássaro e a sombra. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, Volume 7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 77.

<sup>68</sup> Ibidem.

Para Holanda, a palavra teria sido importada da França, onde e quando servia para acusar o poder pessoal de Napoleão III, em especial por ocasião daquilo que ele chamou de “aventura mexicana de Napoleão III”.

Apesar do histórico traçado por Holanda, o próprio Tito Franco, ao escrever a biografia de Furtado, refere-se à experiência britânica: “O Imperialismo é o que Chattam qualificava de influencia perversa, e Rockingham de desastrosa e malefica - Identica a causa, identicas devem ser as consequencias no Brasil.”<sup>69</sup>

Tito Franco não insere fontes e não se aprofunda no histórico do termo, mas como será comum ao longo da obra, usa a Inglaterra sempre como termo de comparação, mas a Inglaterra do século XVIII, retomando a época da independência norte-americana. Tito Franco provavelmente se refere a dois ex-primeiros-ministros britânicos Whigs da segunda metade do século XVIII quando cita Chattam e Lord Rockingham. Sabemos que os Whigs na Inglaterra era um grupo formado especialmente pela burguesia urbana e liberal. Como mostra Christiane Assis, os Whigs sempre tinham uma possível predominância do Poder Executivo, exercida pelo gabinete no poder, e defendiam constantemente a separação entre os poderes, em especial, entre Legislativo e Executivo<sup>70</sup>. Inclusive, o termo “Constitucionalismo Whig” é usado para descrever a relação que estabeleciam para com a carta magna e como a enxergavam: era a garantia dos direitos individuais, em primeiro lugar, e a responsável por controlar os poderes governamentais, afinal, o governo tinha o potencial latente de ameaçar estes mesmos direitos individuais<sup>71</sup>. Eram, portanto, grandes defensores do Poder Legislativo. Tanto Chattam como Lord Rockingham foram ministros que governaram o país no reinado de Jorge III, monarca que é sempre, direta e indiretamente, comparado por Tito Franco com D. Pedro II pelo exercício de seu poder pessoal. Como já foi mencionado, o próprio Tito Franco conta que sua primeira ideia era escrever um livro justamente comparando o reinado de Jorge III ao de D. Pedro II. O político paraense tenta relacionar o uso do termo *Imperialismo* a esses dois ex-ministros britânicos, que supostamente combatiam a prevalência do Poder Executivo. Embora não saibamos se eles efetivamente utilizaram o

---

<sup>69</sup> ALMEIDA. *Op cit.*, p. 13.

<sup>70</sup> ASSIS, Christiane costa. O Constitucionalismo Whig e os Limites do Estado de Direito. *Direito Público*, [S.l.], v. 9, n. 49, dez. 2013, p. 202. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2201..>

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 203.

termo *Imperialismo*, Tito Franco não apenas faz parecer que usaram como também cria uma relação direta com o contexto brasileiro da segunda metade do século XIX, igualando a gravidade das consequências do *Imperialismo* tanto aqui como lá.

De qualquer maneira, parece inegável que o uso da expressão, em 1867, dialoga com obras brasileiras anteriores no que diz respeito ao significado que atribui à palavra. Ainda mais por se tratar de um termo demasiadamente genérico e que, ao longo do tempo, foi ganhando diversos novos sentidos. É fundamental compreender de que forma ele fora empregado em 1865 e em 1866 para aprofundar o caráter que Tito Franco de Almeida imprimiu à expressão.

## 2.2. *O Imperialismo e a Reforma, de Sousa Carvalho*

Antônio Alves de Sousa Carvalho escreveu este opúsculo em 1865, mesmo ano em que, em maio, Furtado deixou a presidência do Conselho de Ministros. Estava em curso, nesse momento, uma divisão interna dentro da Liga Progressista. Sousa Carvalho era do Partido Conservador, mas teria aderido à Liga e depois passou ao Partido Liberal<sup>72</sup>. Segundo Carlos Pontes, Sousa Carvalho teria sido o incumbido, em 1867, de escrever uma obra como resposta oficial a Tito Franco de Almeida. Carvalho, porém, teria passado a responsabilidade a Mello Mattos, como será discutido no capítulo 3<sup>73</sup>.

Primeiramente, é importante notar que Sousa Carvalho identifica o *Imperialismo* como a prevalência do poder pessoal do Imperador e, embora não se aprofunde nisso, inclui também como praticantes de tal prevalência os ministros escolhidos pela Coroa, já que, para o autor, a via quase exclusiva da ação Imperialista era justamente as eleições, e elas eram controladas pelos governos de turno. Como estes governos eram escolhidos pelo Imperador, por consequência era a sua vontade que supostamente sempre prevalecia. E a reforma a que se refere no título do opúsculo é justamente a reforma eleitoral, sobre a qual ele se aprofunda, propondo soluções para os problemas políticos do país por ele diagnosticados.

---

<sup>72</sup> Gazetilha - Visconde de Souza Carvalho. *Jornal do Commercio*, ano 64, n. 95, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1885, p. 1.

<sup>73</sup> PONTES, Carlos. Introdução. In: ALMEIDA, *Op cit.*, p. 8. MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870.



Desde o princípio, Sousa Carvalho aponta as reformas eleitorais como base para o aperfeiçoamento do sistema parlamentar, usando a Inglaterra como exemplo. Esse será o mote de seu texto, reforçado pela ideia de que havia a necessidade de se cumprir a Constituição. Um governo verdadeiramente representativo seria, por meio de eleições livres, a plena expressão da vontade nacional. O poder pessoal do Imperador, portanto, seria consequência de uma má legislação eleitoral e da corrupção que, segundo ele, permeava as eleições, permitindo o controle delas pelo governo, governo este escolhido pela Coroa. Sousa Carvalho não explora amiúde a relação de D. Pedro II com seus ministros, nem personaliza o problema, como faz Tito Franco de Almeida. Além disso, o autor do texto traz alguma complexidade ao seu diagnóstico ao afirmar que a maneira como estavam compostos os partidos também facilitava a sobressalência do poder imperial:

Quando os partidos pelo contrario já não teem nem principio commum que os dirija, nem ponto de honra que os mantenha unidos, então as maiorias pertencem a qualquer e os ministerios, sem força e sem ponto de apoio, vegetão em vez de viverem e morrem como nascerão, subitamente, no meio da apathia e da indifferença publica. Se tal situação é boa para alguém, não é certamente para o poder parlamentar, que através de todas essas vicisitudes, se amesquinha e fenece.<sup>74</sup>

Sousa Carvalho parece construir um retrato do momento político no qual o poder pessoal prevalece em grande medida não apenas porque o Imperador quer fazer de tudo para que prevaleça o seu poder, mas porque as circunstâncias tornam fácil, de certa forma, que haja essa prevalência. Os partidos políticos da época, e aí ele se refere à Liga Progressista, da maneira como estavam organizados, promoviam maiorias frágeis e variáveis, que não davam verdadeira força aos governos. Os governos, por sua vez, caíam tão facilmente por conta de suas fraquezas que, talvez, a ação da coroa não ficasse tão clara. E o questionamento que faz Sousa Carvalho ao apontar este problema é direcionado especificamente para o governo daquele momento: “Ora, esse governo representativo tal qual a nossa Constituição o estabelece, a razão o concebe, a experiencia o demonstra e os publicitas explicão, será o governo do Brasil em 1865?”<sup>75</sup>. Claramente há uma transferência de análise desde um ponto de vista geral que depois é aplicado ao contexto,

---

<sup>74</sup> CARVALHO, Antônio Alves de Sousa. *O Imperialismo e a Reforma*, Rio de Janeiro. Tipografia Perseverança, 1865, p. 10. Acervo da Biblioteca Nacional.

<sup>75</sup> *Ibidem*.

direcionando a crítica ao governo de ocasião, qual seja, o governo de Furtado ou de Olinda, a depender do mês em que o folheto foi publicado<sup>76</sup>. Se a crítica é direcionada a Furtado, significa que o autor insere o seu governo na crítica mais ampla à Liga Progressista, expondo um ponto de vista totalmente oposto ao de Tito Franco, que tenta esconder qualquer acusação ao seu biografado ao mesmo tempo em que busca afastá-lo o máximo possível da Liga.

Se para Tito Franco o *Imperialismo* era o responsável por todo o mal que arruinava o Império, para Sousa Carvalho o problema estava todo concentrado na corrupção do sistema eleitoral. De qualquer forma, os dois autores se aproximam na medida em que Sousa Carvalho justifica sua afirmação a respeito do sistema eleitoral dizendo que o resultado de tal corrupção era o fato de que eram os ministros do Imperador que elegiam a Assembleia Geral. Tito se apropriou, dois anos depois, desses argumentos, ampliando o alcance de suas críticas, mas encobrindo os vínculos de Furtado e dele mesmo com a Liga. Afinal de contas, a lógica e a análise estrutural dos supostos desvios no sistema representativo e no papel do Imperador e de seus ministros nesse processo já estavam colocadas por Sousa Carvalho. Inclusive, este autor descreve o funcionamento do sistema político imperial que predominaria na interpretação historiográfica posterior e que será consagrada por outros políticos e autores<sup>77</sup>: a ideia de que a teoria do poder pessoal se sustentava graças ao fato de que o Imperador, como detentor do Poder Moderador, escolhia os ministros como bem entendia e exercia, através dos mesmos ministros, a chefia do Poder Executivo, e através do consentimento do Imperador esses ministros determinam quem iria compor o legislativo através do controle das eleições.

---

<sup>76</sup> Em 1865, Furtado chefou o gabinete até o dia 12 de maio. O gabinete era composto por ele como ministro da Justiça, José Liberato Barroso na pasta do Império, João Pedro Dias Vieira nos Estrangeiros, Carlos Carneiro de Campos na Fazenda, Francisco Xavier Pinto de Lima na Marinha, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan na pasta da Guerra (substituído em 12 de fevereiro de 1865 por José Egidio Gordilho de Barbuda, Visconde de Camamu) e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá na Agricultura. A partir de 12 de maio, o governo foi presidido por Olinda durante o resto do ano, por meio de um ministério composto por ele como ministro do Império, José Tomás Nabuco de Araújo Filho na Justiça, Francisco Otaviano na pasta dos negócios Estrangeiros (substituído depois por José Antonio Saraiva), José Pedro Dias de Carvalho na Fazenda (substituído depois por João da Silva Carrão), Silveira Lobo na pasta da Marinha, Angelo Moniz Ferraz na pasta na Guerra (substituído depois por Saraiva), e Paula Souza na pasta da Agricultura. Ver em: JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 141. Disponível no portal do Senado Federal: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/220525#:~:text=jornais%20e%20revistas-,Organisa%C3%A7%C3%B5es%20e%20programmas%20ministeriaes%20desde%201822%20a%201889%20%3A%20notas%20explicativas,%2C%20etc.%2C%20com%20varios>

<sup>77</sup> O famoso discurso *Sorites*, de Nabuco de Araújo, como já vimos, é um exemplo importante. *Anais do Senado*, sessão de 17 de julho de 1868, Volume 3, p. 115. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio\\_digitalizados.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp)

Dessa forma, o autor se pergunta: “Onde [está] a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos poderes legislativo e executivo, sobre o qual é obrigado a velar incessantemente o moderador?”<sup>78</sup>. A ideia do autor é a de que não existia de fato um governo representativo no Brasil, ao contrário, todos os poderes estavam concentrados na Coroa. Trata-se de uma afirmação que provavelmente reproduz ou até mesmo inaugura uma ideia até hoje recorrente, a de que se assistia naquela época ao “governo representativo ao revez”<sup>79</sup>. Ele deixa claro que não era essa a premissa da Constituição. O problema era a forma como os ministros controlavam as eleições, de forma inconstitucional, portanto. Interessante apontar que o autor define essa concentração de poderes como Despotismo, mas o classifica como “esclarecido” e “benfazejo”<sup>80</sup>, se referindo às características que enxergava em D. Pedro II. De qualquer maneira, o autor trata o despotismo como grande vergonha nacional. Carvalho, assim como Tito Franco, em 1867, parece se sentir prejudicado pelas eleições.

Ao explicar por que os ministérios eram tão instáveis, Sousa Carvalho lança uma argumentação posteriormente apropriada por Tito Franco: “Os ministros e os partidos vivem no governo o tempo que o Imperador julga vantajoso ao paiz; e frequentemente succumbem quando parecem exhibir as melhores condições e demonstrações de força”<sup>81</sup>. Já está posta também a ideia de que, por alguma razão, o Imperador não gosta de ver crescer a força e coesão de nenhum gabinete, embora o autor não se aprofunde nas possíveis razões para isso. Ainda assim, ele afirma que a Coroa eleva ao poder ministérios híbridos, já que não precisam demonstrar força na Câmara e nem receber sustentação de um partido, “basta-lhes transigir com um dos partidos”<sup>82</sup>. De qualquer forma, segundo Sousa Carvalho, o ministério conseguiria a maioria parlamentar através das eleições.

Se Tito Franco trata de muitas substituições de gabinetes no Império como efetivadas de forma ilegítima, especialmente gabinetes do Partido Liberal, negando a legitimidade dessas mudanças, Sousa Carvalho afirma que os partidos no poder não aceitavam a legitimidade das mudanças justamente pelo fato de que seriam fruto de uma decisão pessoal, e não de uma alternância entre situações e oposições. Em outras palavras, o autor culpa o *Imperialismo*. Isso porque a ação do poder pessoal sempre daria

---

<sup>78</sup> CARVALHO, Antônio Alves de Sousa. *O Imperialismo e a Reforma*, Rio de Janeiro. Tipografia Perseverança, 1865, p. 12.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 20

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 18.

argumentos para que os partidos reivindicassem a ilegitimidade da decisão da Coroa. Ora, de certa forma, é essa versão da qual se aproveitou Tito Franco de Almeida para construir seus argumentos.

Para Sousa Carvalho, a maneira como estava montado o sistema político, desvirtuado pelo modo como se procediam as eleições, expunha a nação a maus governantes. A sorte do Brasil, em parte, se devia ao fato de que D. Pedro II era esclarecido e virtuoso. Mas o autor se pergunta o que seria do Brasil se por alguma razão, erro ou circunstância, um ministro audaz e mal-intencionado tomasse a direção do Estado e dispusesse da onipotência governamental.

Antes de entrar em maiores detalhes a respeito de propostas para alterar o sistema eleitoral, Sousa Carvalho aponta qual seria a consequência maléfica do *Imperialismo* nas instituições, em especial no que diz respeito às eleições e à formação de gabinetes. A falta de disputa entre os partidos e a ausência de suas identidades estariam na base dos maiores problemas. E esses problemas teriam origem em quatro pontos principais: a Conciliação, a eleição por distritos, os ministérios híbridos e as Câmaras unânimes. Já estavam expostas as sendas através das quais Tito Franco vai tentar, dois anos depois, aprofundar as suas críticas ao sistema político do Império. Sobre o tema da Conciliação, claramente parece ter havido uma tentativa por parte de alguns liberais de, através da narrativa e do revisionismo da história recente, se afastar daquela experiência. Talvez, Tito Franco e o próprio Sousa Carvalho tenham se sentido prejudicados política e economicamente durante a gestão e depois da morte de Paraná.

Assim como Tito Franco aponta a sede de poder como motivação aos imperialistas, Sousa Carvalho afirma que “o governo é a grande alavanca pela qual suspirão esses políticos para moverem a nação segundo a sua phantasia”<sup>83</sup>. O que o autor sugere é que as aspirações pessoais e a busca pelo poder exercem má influência sobre as possíveis ideias que poderiam unir e tornar coesos os partidos políticos. Sousa Carvalho não cita nomes, nem de pessoas nem de partidos, mas o contexto no qual escreve é o de predomínio da Liga Progressista, o que parece tornar ainda mais premente para ele uma reforma eleitoral.

O processo eleitoral corrompido, segundo Sousa Carvalho, já começava no viciamento da qualificação dos eleitores, passava pela influência da mesa paroquial e chegava à Câmara verificadora. Além disso, havia a violência que permeava o processo

---

<sup>83</sup> Ibidem, p. 34.

eleitoral e as fraudes. O autor aponta a compra de votos pelas autoridades locais, da forma mais simples e direta possível, qual seja, pela distribuição de dinheiro que supostamente aconteceria na casa dos chefes de partido, a exemplo do que se passava no Maranhão, reduto eleitoral de Furtado<sup>84</sup>. Além da influência dos governos no processo eleitoral em si, a Câmara verificadora sempre terminaria por completar o trabalho de manipulação para que a oposição não tivesse espaço.

Sousa Carvalho, assim como Tito Franco de Almeida, critica veementemente as reformas eleitorais até então realizadas, como a de 1855. Sobre ela, lança mão de um contra-argumento no que diz respeito à formação da primeira e única Câmara eleita pelo modelo de um deputado por círculo. Se ela deixou de ser unânime e se a sua composição abrigou diversos elementos diferentes, isso não pode ser considerado uma consequência positiva da reforma eleitoral. Segundo o autor, essa diversidade era vontade do governo e só predominou porque o governo quis assim, ou seja, a Câmara continuou a ser eleita sob a influência do ministério. Menosprezando também a reforma de 1860, Sousa Carvalho transcreve trechos de dois projetos de reformas eleitorais formulados havia pouco tempo por “um talentoso e ilustre parlamentar”, “quando estive no ministério”<sup>85</sup>. Estes projetos, porém, não chegaram a ser apresentados, segundo autor, sem que explique as razões. Tampouco menciona a identidade do político.

É digno de nota o fato de Sousa Carvalho utilizar pouco menos da metade de seu folheto para defender e detalhar as características principais que a “verdadeira” reforma eleitoral deveria trazer: eleição direta e censitária. Ele discorre sobre como deveria ser o critério de voto por renda ou por posição (classe e profissão), citando exemplos de outros países, como Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra. A ideia de Sousa Carvalho é aumentar a exigência de renda e promover a eleição em apenas uma fase, questão retomada na década de 1880. Citando o autor Pernambucano J. J. de Moraes Sarmiento sobre a eleição direta, Sousa Franco defendia que os eleitores seriam maiores de 25 anos e que a comprovação de renda excluiria com justiça aqueles que compareciam à eleição para dar um voto vendido. Esses não eram dignos de gozar dos direitos eleitorais. Ele resume assim a justificativa do voto censitário em contraposição ao voto universal:

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 51.

O censo não exclue definitivamente a cidadão algum. E' uma condição que póde ser adquirida ou perdida por qualquer. A tendencia do voto censitario é animar o trabalho moralizador e a aquisição de fortuna.-A tendencia do voto universal é a venalidade e a protecção à ociosidade por causa da capangagem eleitoral.<sup>86</sup>

Excluir as classes mais pobres seria retirar da cena eleitoral aqueles que, na visão do autor, eram mais dependentes das autoridades da polícia e da guarda nacional, nulificando a força dessas autoridades dentro do processo eleitoral e livrando os votantes da pressão que sofriam. Sobre a diminuição de votantes que resultaria dessa reforma, o autor aponta que não importa a proporção da população que efetivamente vota, já que, segundo ele, o mais importante é que as eleições demonstrem de forma regular e legítima a vontade dos seus eleitores, e que estes possam efetivamente influir no governo e no seu destino, sem estar à mercê da vontade individual do soberano <sup>87</sup>.

Faz parte da proposta também incumbir o Poder Judiciário pelo controle das eleições. Segundo o autor, os tribunais presididos por magistrados deveriam zelar pelo exercício do voto. Isso traria não apenas uma maior imparcialidade no processo como invocaria a própria honra da magistratura, que não poderia aceitar os abusos e ilegalidades até então praticados. Além disso, os magistrados estariam muito mais preocupados do que os juízes paroquiais e seus colegas de mesa em relação a possíveis processos impetrados pelos deputados da Câmara. Isso poderia manchar a sua carreira.

O autor se dedica a convencer o leitor de que a eleição direta e censitária poderia ser decretada por uma lei ordinária<sup>88</sup>. Independentemente desta afirmação, sabemos que a legislação eleitoral, como afirma Miriam Dolhnikoff, não tinha caráter constitucional. Dessa forma, se tornou alvo de lutas políticas entre grupos de diferentes matizes ao longo do Império<sup>89</sup>. De qualquer maneira, a principal justificativa de Sousa Carvalho para defender a reforma por meio de legislação ordinária residia no fato de que não entraria no rol de “direitos políticos e individuais dos cidadãos” em geral, mas supostamente apenas nos diretamente envolvidos.

---

<sup>86</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>89</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo: FFLCH/USP, 2011, 32 p. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais>

Para justificar sua proposta, Sousa Carvalho recorreu a trechos de discursos parlamentares de figuras como Torres Homem, Visconde de Jequitinhonha, Paula e Sousa e Vergueiro, entre outros. Eram importantes nomes liberais, com exceção de Torres Homem, que naquele período era conservador, mas que tinha sido liberal no passado, quando escreveu “O Libelo do Povo”, folheto radical contra o funcionamento do sistema político, assinado sob o pseudônimo de Timandro. Tratava-se de Francisco de Sales Torres Homem, que em 1849, ano em que escreveu a obra, era parte do Partido Liberal. Posteriormente, depois da Conciliação, passou ao lado conservador<sup>90</sup>, sendo criticado muitas vezes pelo próprio Tito Franco durante a sua obra devido às políticas econômico-financeiras que defendeu nos anos de 1860. Porém, ao referir-se ao “Libelo do Povo”, Tito denomina seu autor apenas como Timandro. O autor da biografia de Furtado retomou em sua obra diversos trechos e considerações de 1849 feitos por Torres Homem.

Um argumento interessante extraído de falas de Jequitinhonha é o de que, apesar da eleição direta e censitária dar a impressão de que o número de votantes diminuiria, na verdade seria o contrário, porque faria aumentar os votantes que diretamente elegem os representantes da nação. Para ele, as eleições indiretas eram muito mais restritivas e o que ele queria eram eleições verdadeiramente nacionais.

No capítulo final de seu folheto, denominado *Conclusão*, Sousa Carvalho faz uma articulação de suas ideias depois de explorar tantos meandros do processo eleitoral e de suas propostas de reforma, até porque o termo *Imperialismo* que estampa a capa do folheto não é quase nunca citado ao longo de seu texto, embora o autor deixe claro que se refere ao fato de que é a vontade do Imperador que determinaria os rumos políticos do país pelo poder de modificar a situação política. Nessa sua conclusão, Carvalho retoma argumentos que serão intensamente reiterados por Tito Franco de Almeida, especialmente aqueles que dizem respeito às alterações repentinas e aparentemente sem explicação de gabinetes e às dissoluções das câmaras, que segundo ele, ocorriam “sem a menor hypotese de reeleição: “A vida e a morte dos partidos entre nós desfaz-se e annula-se á proporção que lhes são retirados ou concedidos os meios officiaes de influencia”<sup>91</sup>.

O autor reconhece que a ideia da eleição direta é antes de tudo uma ideia liberal, principalmente porque tornaria a eleição mais livre e independente do governo. Carvalho

---

<sup>90</sup>Para mais informações, consultar, entre outros: JUNIOR, Raimundo Magalhães. *Três panfletários do segundo reinado*. Coleção Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

<sup>91</sup>CARVALHO, Antônio Alves de Sousa. *O Imperialismo e a Reforma*, Rio de Janeiro. Tipografia Perseverança, 1865, p. 101.

se refere aos conservadores como aqueles que estão sempre no poder. Porém, a eleição direta também seria uma ideia conservadora na medida em que entregaria “a eleição a classes mais elevadas, que promettem mais ordem e estabilidade”<sup>92</sup>. Ao mesmo tempo em que tenta universalizar sua posição, Sousa Carvalho atrela a imagem dos liberais à liberdade e independência e a dos conservadores ao elitismo e à dependência ao poder da Coroa. E no momento de definir como cada partido deveria se portar diante de uma possível reforma eleitoral, o autor não diferencia liberais e progressistas, ao contrário, chama o partido de “liberal ou progressista”<sup>93</sup>, como se se referisse ao mesmo grupo.

De qualquer forma, Carvalho reconhece que é suportável viver sob aquele estado de coisas graças à “prudencia, o constante equilíbrio e as virtudes do actual imperante”<sup>94</sup>. O problema é que as mesmas características poderão não ser encontradas em seus herdeiros. Dessa forma, a reforma era urgente. A glória da família imperial estaria em jogo na medida em que presidia instituições “falseadas” e reinava sobre um povo “escravizado”. Para o autor, D. Pedro II deveria restaurar o governo representativo, seguindo o exemplo de seu pai, que promulgou duas constituições e abdicou a duas coroas. Afinal, ao que parece, se a vontade da Coroa é a que prevalece sempre, até mesmo para a reforma se concretizar deveria haver o aval e a ação do Imperador.

Carvalho não deixou de cobrar o gabinete então no poder. Ou seja, não isentou as figuras de Furtado e de Olinda tampouco a dos demais progressistas que naquela quadra estavam no governo:

O ministerio actual, composto de estadistas notaveis entre os mais elevados, mais talentosos e promettedores da antiga opinião conservadora, composto de nomes illustres do liberalismo historico, e de caracteres dos mais sinceros e extremados entre os novos e velhos liberaes, está no caso de emprehender e levar ao cabo essa grande e proficua refôrma que lhe daria nome e gloria na nossa historia constitucional. Póde ser esse o seu magnifico programma depois da guerra a que tem consagrado quasi toda a sua attenção.<sup>95</sup>

Carvalho caracteriza o ministério como sendo composto por antigos conservadores e liberais históricos, ou seja, um ministério progressista. Provavelmente,

---

<sup>92</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 104.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 105.



se ele enxerga proeminentes antigos conservadores no gabinete, pode estar se referindo ao gabinete 12 de maio, chefiado por Olinda, que também incluía o ex-conservador Saraiva e os liberais Paula Souza e José Pedro Dias de Carvalho.

Sousa Carvalho termina seu texto caracterizando o Brasil como um país dominado pelo “imperial absolutismo”, e ressaltando que, depois de dar a liberdade política ao Paraguai, o país não poderia ficar sem um governo “verdadeiramente” representativo. A Guerra do Paraguai estava apenas se iniciando, mas já estava claro para o autor que o Brasil deveria ser o responsável por levar a liberdade ao país vizinho, ainda que ela mesma não prevalecesse em seu país. O autor, assim como quase a totalidade da classe política, provavelmente não imaginava a longevidade da guerra.

### 2.3. O folheto *A Revolução e o Imperialismo*

O folheto em questão é anônimo, ainda que tenha a autoria muitas vezes atribuída a Tavares Bastos, o que acontece, por exemplo, na Biblioteca Nacional<sup>96</sup>. Sergio Buarque de Holanda, entretanto, realçou seu anonimato. Trata-se de uma obra muito mais curta que a de Sousa Carvalho, e também posterior a ela, do ano seguinte: 1866. Cronologicamente, está entre a obra de Carvalho e a de Tito Franco de Almeida. No ano em que foi escrita, Olinda chefiava o gabinete até o dia 3 de agosto, quando Zacarias foi chamado ao posto pela terceira e última vez. Como vimos, foi sob seu governo que se deram as eleições legislativas nas quais Tito Franco se viu derrotado.

Assim como as duas outras obras que tratam do *Imperialismo*, esta também criou uma aura bastante pessimista de sua época, traçando um retrato muito negativo do cenário político. O texto se inicia com a frase “Paira no espirito publico vago pressentimento de grandes calamidades”<sup>97</sup>. Diferentemente do que nos apresenta Sousa Carvalho, aqui o autor justifica seu posicionamento devido à má qualidade dos governantes e não apenas do sistema. O autor critica o sistema, mas o foco está, em grande parte, nas pessoas. A sociedade como um todo, porém, é sempre contraposta ao governo e aos seus homens porque o autor quer deixar claro que ela, a sociedade, é a vítima. Ela seria um ente

---

<sup>96</sup> *A Revolução e o Imperialismo*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866, 30 p. Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 5.

permanente, que atravessa os séculos, ao contrário dos governantes e do sistema. Ao fazer isso, mostra que, segundo ele, o governo estaria em total dissonância com a sociedade e a nação brasileiras, que conheceriam, porém, seus direitos e sua força. Como se tivesse uma vontade e uma ação próprias, a nação teria consciência de seu poder e de sua soberania, e por isso não teria se revoltado contra o estado de coisas, segundo o autor porque não desejaria antecipar “o dia marcado pela Providência”. O povo aceitava resignado as injustiças que sofria “para poder julgar com inteira justiça os homens e as instituições. Hoje a sentença está formulada na consciencia nacional; - é a definitiva condenação dos homens e das instituições”<sup>98</sup>. Invariavelmente, essa sentença será cumprida, segundo o autor, porque o juízo do povo era “o juízo de Deus”.

O autor apela a uma certa identidade e autonomia americanas para dizer que o Brasil está isolado dos outros países seus vizinhos, e é nulo em seu contexto devido à solidão moral em que vive. Assim como os outros autores que abordam o *Imperialismo*, aqui a guerra do Paraguai também é mencionada. O autor critica os governos anteriores, notadamente os de Zacarias e Furtado, pela ação diplomática com o Uruguai, acusando o atraso com que agiram em relação às injustiças sofridas pelos brasileiros naquele país. Acusa o ultimatum feito por Saraiva (embora não o cite nominalmente) de ter sido realizado sem que houvesse a devida preparação e sem que se tomassem as medidas necessárias para o conflito que este ultimatum provocou<sup>99</sup>. Endereçava suas críticas a todos os governos recentes, sem fazer distinções entre o que poderiam ser os governos de moderados e de históricos no contexto da formação da Liga Progressista. Há, inclusive, uma crítica ao Tratado da Tríplice Aliança, assinado também sob os estertores do governo de Furtado<sup>100</sup>. Argentina e Uruguai são chamados de “duas pequenas repúblicas, dilaceradas por dissensões intestinas”<sup>101</sup>, condenando-se também toda a condução da guerra contra o Paraguai.

---

<sup>98</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 9. José Antônio Saraiva foi enviado em maio de 1864 ao Uruguai para tratar da questão das ofensas sofridas pelos súditos brasileiros em terras uruguaias. O modo supostamente violento com que teria levado as negociações teria causado o temor e a revolta dos Uruguaios. Algumas interpretações afirmam que teria havido um ultimato contra o governo oriental. Ver, entre outros: DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

<sup>100</sup> O governo de Furtado vigorou até 12 de maio de 1865, quando pediu a sua demissão. O Tratado da Tríplice Aliança foi assinado em 1 de maio. Ver, entre outros: DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

<sup>101</sup> *A Revolução e o Imperialismo*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866, 30 p. Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, p. 10.

Voltando-se para a política interna, o autor logo aborda um tema candente, como veremos melhor adiante, desde os anos de 1850, qual seja, a crise financeira, especialmente a de 1864, ocorrida nos primeiros dias do governo de Furtado. Ele critica a falta de crédito e de liberdade, e coloca em termos claramente irônicos o fato de haver apenas uma grande instituição reguladora do crédito, o Banco do Brasil, apontando que as emissões estavam acima do triplo do seu fundo disponível. Como veremos também adiante, a liberdade de crédito e de emissão foi tema importantíssimo para a formação da Liga Progressista, já que era defendida tanto por liberais como por conservadores moderados, que se contrapunham aos chamados conservadores “puros”. Isso fica claro quando da aprovação da conhecida Lei dos Entraves, em agosto de 1860, no governo de Ângelo Moniz da Silva Ferraz<sup>102</sup>. Ora, no momento em que o autor escreve este folheto, em 1866, sob o governo de Olinda ou de Zacarias de Góis (já que Olinda governou até agosto e foi substituído por Zacarias), ele demonstra se colocar na oposição, defendendo um posicionamento a favor da liberdade de comércio e de crédito, como se os progressistas não cumprissem suas promessas, o que denunciava fraturas no campo ligueiro. O autor chama o governo de “desgoverno”<sup>103</sup> quando o acusa de ser responsável pelo não crescimento da indústria fabril.

É na metade do texto que o autor começa a versar propriamente a respeito do funcionamento das instituições. Sobre o Poder Judiciário, ele critica duramente a magistratura, e afirma que não é aquela prevista na Constituição. Isso porque ela mantém uma relação de dependência com o governo, que é responsável pelas promoções, e cita as aposentadorias forçadas como mais uma razão pela qual os magistrados se mantêm “agrilhados aos pés do governo”<sup>104</sup>. Comenta que os juízes de primeira instância também não eram independentes, estando sempre sujeitos ao governo e aos potentados de aldeia. Para avalizar a sua teoria, ele retoma supostas falas de representantes de governos passados que teriam taxado a magistratura de corrupta e venal, a exemplo de Sayão Lobato, ministro da Justiça em 1861, bem como Nabuco de Araújo e Paranaguá, em 1866. O autor acusa o Judiciário de não proteger o cidadão frente ao governo, a

---

<sup>102</sup> Lei n° 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providências sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Disponível na página do Palácio do Planalto: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim1083.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.083%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE%201860.&text=Contendo%20providencias%20sobre%20os%20Bancos,e%20diversas%20Companhias%20e%20Sociedades.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1083.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.083%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE%201860.&text=Contendo%20providencias%20sobre%20os%20Bancos,e%20diversas%20Companhias%20e%20Sociedades.)

<sup>103</sup> *A Revolução e o Imperialismo*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866, p. 14.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 16.

qualquer autoridade ou “potentado”. A liberdade e os direitos individuais não seriam de fato garantidos.

Sobre a administração, define as secretaria e repartições públicas como ociosas e dominadas pela ignorância<sup>105</sup>. Não era pelo mérito que se atingia um cargo, mas sim por indicações de padrinhos. Acusa a estrutura pública de estar contaminada pela corrupção, uma vez que, segundo ele, as alfândegas e outros estabelecimentos que arrecadavam e gastavam dinheiro público apresentariam provas de delitos caso fossem analisadas com atenção. Segundo ele, era ideia corrente “que um terço das rendas públicas se escoão pelos canaes secretos da delapidação”<sup>106</sup>. As críticas do autor vão se espalhando por todos os meandros da administração pública, chegando também à educação pública, que seria desorganizada e retrógrada, com escolas primárias em pouca quantidade e mal regidas. Ora, o autor conclui a série de acusações se perguntando como poderia ser diferente se “nas camadas superiores da pyramide existem as fontes deste flagelo”<sup>107</sup>. Ele segue sua conclusão voltando à alta cúpula do poder político:

Porventura ao menos para os cargos de ministros de estado e presidentes de provincia, procura-se o saber, a experiencia, a moralidade, o prestigio? Seguramente ninguem o dira.

Escolhem-se ministros que se prestem cynicamente a nullificar a opinião a que dizem portencer, ou nomes que os liguem as tradições de um partido, mas que, como os correios dos ministros, nada mais sejam do que carregadores de pastas, sem pensamento, nem vontade propria.

Os gabinetes são caravanças politicas onde, casualmente e por momentos, se encontram chatins chegados de todos os pontos do horizonte. Entre elles só é possivel a solidariedade negativa, isto é, a negação da opinião que fingem compartir.

Organisados somente em vista de illudir a nação, taes gabinetes não podem deixar de ser vacillantes e ephemeros. Nascidos da liga de idéas oppostas e de ambições illegitimas são condemnados a morrer, e com effeito morrem, aos golpes de outras ligas semelhantes, ou pela dissolução dos elementos reluctantes que os constituirão.<sup>108</sup>

O autor, não à toa, cita a palavra “liga” duas vezes para descrever a ascensão e queda de ideias e ambições ilegítimas. Está claro aqui que, para ele, a chamada Liga Progressista foi um enorme prejuízo ao país, comprovando-se a falta de preocupação com

---

<sup>105</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 18. Grifo do autor.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 22.

o bem público. Assim como Tito Franco, ele atribui à Liga uma série de vícios políticos, mas neste texto ele o faz dentro de um contexto em que toda a classe política contemporânea parece perdida. Afinal, se o cenário é esse, qualquer homem razoável, ou de “verdadeiro mérito”, como aponta, se recusaria a compor um ministério. D. Pedro II estaria, assim, numa situação muito próxima à de seu pai em 1831, numa afirmação que também coloca culpa sobre os políticos pelo processo que resultou na abdicação de D. Pedro I. Da mesma forma, se assim funcionam os gabinetes, como poderia haver bons presidentes de província? Nenhum homem honesto serviria a “ministros ineptos, prevaricadores e sem prestígio”<sup>109</sup>.

O modo pelo qual se faziam as eleições não poderia estar ausente da análise do autor. Ele considera o sistema eleitoral completamente viciado e controlados pelos chefes de partido, que por ocasião das eleições receberiam toda sua força do governo. O resultado disso seria uma Câmara “de *filhotes*”<sup>110</sup>, todos muito medíocres, ainda que ressalte a existência de exceções, cinco ou seis. Entretanto, propõe medidas que por si só retirariam grande parte das tentações de se assumir um posto na Câmara: tirar os subsídios e tornar o assento incompatível com qualquer cargo público, para que não usem o posto de deputado como trampolim e/ou moeda de troca para nomeações. Isso porque considera que, naquele momento, os que buscam se eleger são atraídos pela possibilidade de negociar com o governo numa posição mais vantajosa<sup>111</sup>. De fato, ainda que muitas das críticas presentes neste folheto coincidam com críticas proferidas depois por Tito Franco, este acabou por não apontar quais seriam as supostas vantagens tão claras e inerentes ao cargo de legislador, como essa possibilidade de articular para obter subvenções ou vantagens de qualquer tipo, como sabemos que de fato poderia ocorrer<sup>112</sup>. Acontece que Tito Franco não quer atribuir todos os problemas à classe política. Apenas uma parte dela é seu alvo, mas outra parte é íntegra e não age em conluio com o *Imperialismo*. No caso

---

<sup>109</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>112</sup> Alguns trabalhos apontam os interesses de agentes políticos por trás da defesa a favor de concessões e subvenções que poderiam beneficiá-los. Ver, entre outros: FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. Autobiografia, conciliação e concessões: a Companhia do Mucuri e o projeto de colonização de Theophilo Ottoni. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780 – 1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 277-312; ABRÊU, Eide Sandra Azêvedo. “Um pensar a vapor”: Tavares Bastos, divergências na Liga Progressista e negócios ianques. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 313-346.

desse folheto, a ideia é justamente desacreditar toda a classe política e vislumbrar na Coroa a esperança de mudança.

Duas questões, segundo o autor, são as mais urgentes e as que o fazem perder as esperanças de recuperação do Império. São elas a crise financeira e a emancipação da escravidão<sup>113</sup>. As duas, logicamente, estão correlacionadas, e o autor aponta que a urgência com que se deve tratar o tema da emancipação e o fato de não ter sido encarada antes, irremediavelmente vai impactar as forças produtivas, desfalcando-as. Fala a favor da emancipação, mas teme bastante o impacto que poderá causar, economicamente.

E depois de elencar todos os problemas citados, numa espécie de diagnóstico desesperançoso, emerge a pergunta principal: onde o país encontraria os remédios para tantos males? Para o autor, a solução está fora das instituições e dos agentes políticos de seu tempo. O resultado natural de tal crise é vislumbrado pelo autor como uma convulsão social que poderá levar à morte da nação. É como se a revolta social estivesse a ponto de explodir, como numa panela de pressão, e o país estivesse a ponto de ser convertido numa verdadeira anarquia. Para evitar isso, ele aponta que:

...é indispensavel que o poder se concentre, que simplifique o seu mecanismo e que retempere a sua força na confiança das massas populares, em nova consagração nacional.

É preciso que se arredem todos os que levárão assim o paiz à borda do precipicio que ameaça... traga-lo; todos, quer se denominem conservadores, progressistas ou liberaes.<sup>114</sup>

Mais adiante, já é mais específico e deixa claro que a ação deve partir do Imperador, numa revolução capitaneada pela Coroa:

Varra o chefe do Estado a ineptidão, a desidia e a prevaricação que hoje dominão o paiz official; mate por uma vez o filhotismo conservador, progressista ou liberal; abra livre concurrencia a todos os talentos e dedicações, e verá que o paiz não está baldo de capacidades; que se até hoje não apparecião na gerencia dos publicos negocios, é porque se lhes oppunha a barreira de ferro do filhotismo.. Não ha meio termo. E chegado o supremo dilemma de Shakespeare:- To be or not to be.<sup>115</sup>

<sup>113</sup> *A Revolução e o Imperialismo*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866, p. 25.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 28.

De maneira diametralmente oposta ao que depois manifestou Tito Franco de Almeida, aqui, a solução para os males do sistema político reside na Coroa. Não é o Imperador que faz prevalecer o falseamento das instituições, mas ele seria, ao contrário, um legítimo representante da população ao se contrapor aos agentes políticos corrompidos e corruptores. Progressistas, liberais e conservadores não são diferenciados em nenhum momento do texto, sendo sempre referidos de forma conjunta para representar a miséria do sistema já que se trata de texto de combate, provavelmente visando as eleições provinciais ou parlamentares de 1866. De qualquer forma, podemos considerar que a crítica, de maneira geral, se apresenta contra o contexto no qual existe a Liga e no qual se desenrolou toda a movimentação partidária dos anos de 1860. Poderíamos, então, supor que o autor não teria feito parte da Liga, ou que em 1866 já se posicionava claramente contra ela? Ao menos não estava ao lado dela quando idealizou este folheto, o que não significa que não estivesse antes. Como vamos ver, muito indícios demonstram que Tito Franco esteve muito próximo dos progressistas antes da escrita de sua obra. No momento em que escreve seu livro, tenta reconstituir uma narrativa que o afaste dela. Sua escolha foi jogar os holofotes para o *Imperialismo* como razão de todos os males. Aqui, neste folheto, pelo que vemos no título, presume-se que o *Imperialismo* é a solução para o sistema político, mas ambos agridem a dinâmica política e grande parte de seus agentes políticos. Isso é apenas presumível porque o termo *Imperialismo* está no título, mas não é citado ao longo do texto. O autor termina o seu folheto com a seguinte conclusão:

Solte o Imperador este brado ingente e a nação, reconhecendo a voz do seu perpetuo defensor, se erguerá jubilosa e o acompanhará fiel, através de todos os sacrificios, na róta da sua salvação e da verdadeira liberdade; certa de que o seu Imperador é o mais Brasileiro dos Brasileiros e o mais liberal dos liberaes.

So Deus por nós, Quem contra nós?<sup>116</sup>

Depreende-se a legitimidade de D. Pedro II como direto e verdadeiro representante da população, mas também o fato de que ele é considerado o mais liberal dos liberais. Isso não significa que o autor se refira aqui ao liberalismo do ponto de vista estritamente partidário, uma vez que a ideologia liberal na segunda metade do século XIX

---

<sup>116</sup> Ibidem, p. 30.

era predominante. Porém, de qualquer maneira, o termo é utilizado e pode ser confundido com seu significado partidário também.

Não deixa de chamar a atenção a enorme distância entre a conclusão apresentada neste folheto e o objetivo mais evidente da obra de Tito Franco de Almeida. A única coisa com a qual parecem concordar é que havia graves problemas no modo como funcionavam as instituições. Porém, de resto, tudo é oposto, principalmente o papel atribuído ao Imperador e o fato dele ser a solução para um cenário político de terra arrasada no qual todos os agentes tinham a sua parcela de responsabilidade. Se, no ano seguinte, Tito Franco retoma o conceito de *Imperialismo* e o torna central dentro de sua teoria, ele o faz ressignificando o termo e identificando sua prevalência desde o início do segundo reinado. Aqui, no folheto *A Revolução e o Imperialismo*, o autor parece estar propondo essa prevalência como solução ao problema que diagnostica. Ou seja, a ação direta do Imperador contra a possibilidade de uma revolução desorganizadora da ordem social e política. Não parece identificar a prevalência da vontade imperial em 1866. Tito Franco, como numa resposta, afirma, ao contrário, o peso do *Imperialismo*, detalhando as formas sob as quais é possível identificar as suas ações ao longo do Segundo Reinado.

#### **2.4. Os mecanismos do *Imperialismo* segundo Tito Franco de Almeida**

Para compreender a gravidade das acusações de Tito Franco, é preciso entender melhor não apenas de que forma ele caracteriza o *Imperialismo*, mas também como, a seu ver, era efetivamente praticado e como os políticos liberais se deixavam ludibriar por ele, tornando-o exitoso. A data de 1848 é um marco para o autor porque estabelece o final de um longo período de domínio liberal no poder, conhecido como quinquênio liberal, momento marcado, também, pela repressão à revolução Praieira<sup>117</sup>. O fim deste período é ressaltado por Tito como “fatal” para as aspirações do partido. É a partir desse ponto que começa a fazer referência ao Imperador e inaugura suas críticas, de forma a resumir por meio de uma visão quase teleológica as suas conclusões sobre o poder da Coroa e a forma teoricamente ilegítima através da qual ela agiria no jogo político. Tito reconhece

---

<sup>117</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.5. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 18.



que a Constituição estabelece a irresponsabilidade do monarca e a sua inviolabilidade, sublinhando:

Entretanto exerce o poder moderador, toma parte no poder legislativo, é o chefe do poder executivo que exercita pelos seus ministros de Estado, e intervem no poder judicial nomeando ou suspendendo juizes, perdoando penas, ou amnistiando criminosos.

A ficção da irresponsabilidade imperial é toda pessoal: o Imperador é irresponsável; mas a irresponsabilidade pessoal não póde transformar-se em irresponsabilidade real: não há um só acto quer do poder legislativo, quer do executivo, judicial ou moderador, em que intervenha o imperador, que não tenha responsável legal.<sup>118</sup>

A irresponsabilidade pessoal do Imperador e a responsabilidade de todos os agentes dos poderes públicos seriam princípios essenciais do regime constitucional. A questão da responsabilidade dos agentes por todos os atos da Coroa é fundamental para Tito porque preservaria o Imperador das discussões políticas e o tiraria da condição de “chefe do partido que prepondera”, colocando-o verdadeiramente como chefe da nação em sua totalidade e não apenas de uma fração dela<sup>119</sup>. O fato é que não havia consenso em relação a quem assumiria a responsabilidade pelos atos do Imperador no âmbito do Poder Moderador, tampouco havia unanimidade em relação ao fato de que deveria haver alguém que assumisse essa responsabilidade, dando margem às mais longas discussões a respeito do tema<sup>120</sup>. O texto constitucional modificado nos anos de 1840 ainda havia suprimido a obrigatoriedade de que os atos do Poder Moderador fossem sustentados pelo Conselho de Estado. Tito parece obscurecer todo esse debate que se tornou intenso durante a década de 1860<sup>121</sup> e que aproximava, de certa forma, moderados e históricos

---

<sup>118</sup> ALMEIDA, *op. cit.*, p. 23-24. A respeito da responsabilidade pelos atos do Poder Moderador, houve muita discussão ao longo do Império, especialmente nos anos de 1860. Ver, entre outros: VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. *Da natureza e limites do poder moderador*. Typ. Universal de Laemmert, 2ª edição: Rio de Janeiro, 1862. URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. PIMENTA BUENO, José Antônio. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. In: KUGELMAS, Eduardo (org.) *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>119</sup> Interessante ressaltar que a ideia de criar o Poder Moderador como um poder neutro, segundo Benjamin Constant, era justamente para tirar as atribuições do monarca da esfera do Poder Executivo e transferi-las ao quarto poder, de forma a evitar a sobreposição do Executivo sobre os outros poderes. Ver em: DOLNIKOFF, Miriam. et al. *Representação política no Império: crítica à ideia do falseamento institucional*. In: LAVALLE, A. G. (org.). *O horizonte da política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, pp. 97-142, p. 116.

<sup>120</sup> BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

<sup>121</sup> Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O pássaro e a sombra*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese

dentro da Liga Progressista, já que ambos defendiam a responsabilidade ministerial pelos atos do Moderador. Na biografia de Furtado, o foco principal de Tito Franco não é a questão da responsabilidade e nem do Poder Moderador em si, mas a discussão sobre o *Imperialismo*, que poderia ser definido como “a absorção de todos os poderes pelo executivo”<sup>122</sup>.

Tito Franco faz a afirmação taxativa de que esse *Imperialismo* nasceu no dia em que D. Pedro II começou a governar. E ele justifica isso classificando o golpe da maioria como um “crime constitucional”, que teria sido cometido com a maior das boas intenções, sem que seus autores percebessem “toda a grandeza do perigo em dar principio á um reino á custa de profunda ferida na arca santa da soberania, independência e liberdade nacional”<sup>123</sup>.

Considerando, então, o início do reinado de D. Pedro II como o nascimento do *Imperialismo* no Brasil, Tito distingue três fases dele:

A primeira (1840-53) sem bandeira, sem partido, sem franqueza. Alimenta-se do exterminio reciproco dos dous partidos. Visa o predominio do executivo pela aniquilação reciproca das opiniões politicas arregimentadas.

A segunda (1853-66) com partido, posto que meramente official, com chefes e bandeiras variegadas conforme as circunstancias e organizações de momento. Alimenta-se da confusão e da corrupção. Visa o predominio do executivo pelo rebaixamento moral das almas.

A terceira (1866 em diante) com partido official fortemente organizado, sem disfarce atacando ambos os partidos da opinião com os instrumentos, que a corrupção, á custa de todas as transformações, tem posto a seu soldo.<sup>124</sup>

É possível observar que a primeira fase vai desde a maioria até o início da Conciliação, em um período que, segundo Tito Franco, a Coroa agia sem apoio fixo, mas sempre contra os dois partidos vigentes, visando o predomínio do Executivo, poder que também chefiava. A terceira fase começa em 1866, ano em que se dá a segunda metade do gabinete Olinda, de 12 de maio de 1865, e se inicia o terceiro gabinete Zacarias, de 3 de agosto. É importante ressaltar que esta terceira fase do Império estava em processo,

---

(Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, cap. 5 “Os olhos do corpo e os olhos do espírito – os debates na década de 1860”.

<sup>122</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, pp. 24-25.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 25-26.

indicando que a obra era instrumento de luta política endereçado contra parte dos moderados que tinham aderido à Liga e buscavam, segundo o autor, monopolizar o poder. Sendo assim, poder-se-ia afirmar que, para Tito, o partido do *Imperialismo* é a forma como as lideranças da Liga Progressista conduziram suas ações a partir de então, e que seu maior artífice seria Zacarias de Góis e Vasconcelos, o presidente do Conselho de Ministros que assumiu o cargo em 1866 e contra o qual Tito lançou a moção de desconfiança no mesmo ano. O ano de 1866 como marco de uma nova fase do *Imperialismo* poderia significar também o rompimento entre liberais e moderados? Que relações poderiam ser tecidas entre o chamado *Imperialismo* e o recrudescimento da guerra externa também em curso neste momento?

A segunda fase do Império era, para Tito, a de predomínio da Conciliação, desde seu início até seu declínio e, depois, o movimento que marcou o início da articulação da Liga. Por alguma razão, Tito Franco considera equivalentes a ação do *Imperialismo* durante a Conciliação e a formação da Liga. Fica claro que, para o autor, a experiência da Conciliação e depois a articulação que fez surgir a Liga Progressista teriam sido tentativas do *Imperialismo* de já contar com o apoio de um partido “seu”, ainda que variassem os agentes e os posicionamentos políticos que serviam aos seus interesses. A suposta confusão gerada dentro dos embates políticos desse período favoreceria o predomínio do Executivo. Porém, Tito Franco sugere, de forma geral, que ainda havia certa discricção e constrangimento nas ações imperialistas deste período, padrão que se rompe justamente em 1866, quando considera que essa força imperial já tem partido oficial e organizado, partido este que visava destruir os outros dois, quais sejam, o conservador e o liberal. Então, o *Imperialismo* não seria apenas o predomínio imperial por meio da intersecção entre o Executivo e o Moderador, mas o predomínio da autoridade imperial erguido sobre o esgarçamento dos partidos, seja pela dissolução das diferenças entre eles, seja pela descaracterização da representação popular, por meio do controle das eleições.

Tito evoca o folheto de Timandro, de 1849 e a circular de Teófilo Ottoni, de 1860<sup>125</sup>, para explicitar como o Imperador, já logo depois da maioria, agiu para

---

<sup>125</sup> OTTONI, Teófilo. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas Gerais no quatrienio actual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º Districto Eleitoral da mesma provincia para a próxima legislatura*. Rio de Janeiro, Correio Mercantil de M. Barreto, 1860, Biblioteca do IHGB. HOMEM, Francisco Sales Torres. O Libelo do povo. In: Magalhães JR. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Nacional, 1956, p. 47-126. A respeito destas obras, consultar: MARSON, Izabel Andrade. Do império das “revoluções” ao império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do império (1822-1950). In *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 125-173. Editora UFPR, Curitiba: jan./jun. 2009.

derrubar os liberais, “sem causa honesta e legítima”, contra o resultado das urnas<sup>126</sup>. A ideia que quer construir é a de que o Imperador colocou logo o Partido Conservador no poder por mero capricho, e o manteve protegido à medida em que este partido ia entregando o poder cada vez mais ao Executivo. O reestabelecimento do Conselho de Estado, a reforma do Código do Processo e a nulificação do Ato Adicional são as bases que os conservadores teriam cedido ao *Imperialismo*<sup>127</sup>. Mas, segundo Tito Franco, tudo isso também impediu que eles mesmos governassem, uma vez que o poder do qual os partidos poderiam se valer já havia sido perdido, “e as liberdades provinciaes sequestradas em unico beneficio ainda do poder executivo”<sup>128</sup>. A entrega da justiça ao poder central teria criado, também, um mecanismo de controle policial que violava a liberdade individual para interesse exclusivo do governo.

Segundo Tito Franco, o *Imperialismo* no Brasil poderia ser comparado com aquilo que realizava Carlos I na Inglaterra. Ele está se referindo a situações do século XVII, num contexto histórico e político completamente distinto. Tito transcreve a resposta de Carlos I ao parlamento que lhe havia pedido para não nomear ministros sem o acordo com os deputados e para que ele renunciasse ao comando em chefe do exército, pedidos aparentemente bastante excessivos sob o ponto de vista do monarca, a julgar pela época em que foram feitos. E Tito transcreve a resposta do rei, obviamente sem salientar datas, logo depois de narrar todo um suposto contexto político brasileiro, na segunda metade do século XIX, no qual predominaria o *Imperialismo*. Esta sequência leva o leitor a se deparar com a resposta de Carlos I, que Tito relaciona ao comportamento de D. Pedro II, como se houvesse qualquer termo de comparação. Eis a resposta de Carlos I:

Se aceitasse o que reclamais, poder-se-hia ainda falar-me com a cabeça descoberta, beijar-me a mão, chamar-me magestade; as palavras – vontade do rei expressada pelas duas camaras – poderiam ficar como fórmula das vossas ordens; eu poderia mandar conduzir diante de mim a massa e a espada, regozijar-me com a vista do sceptro e da corôa – ramos sêccos que não floresceriam mais por muito tempo, porque o tronco estaria morto. Mas quanto á realidade do poder, isto é, quanto ao verdadeiro poder, eu seria apenas a sua imagem, um signal, apenas a sombra vã de um rei<sup>129</sup>.

---

<sup>126</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 29.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 357.

Para responder a Carlos I, Tito evoca um autor a quem denomina apenas *Karcher*. Certamente, se trata de um autor posterior a Carlos I, uma vez que o teor do texto transcrito é justamente o de comparar os medos do monarca absolutista do século XVII com a situação contemporânea de uma monarquia constitucional: “Os ramos sêccos floresceram, mas á sombra de estufa quente, longe do ar, do sol, da agitação. O poder em realidade evaporou-se, e sob este aspecto o soberano transformou-se no que o infeliz Stuart previa – imagem, signal, fôrma, sombra vã”<sup>130</sup>. Algumas linhas adiante, Tito conclui essa transcrição com a conclusão de que “um phantasma está fatalmente condemnado á impotencia para o mal...”. O que está em pauta aqui é o lugar do rei afastado e protegido, sem o poder que, sob sua tutela, poderia se transformar em tirania e numa responsabilização pessoal que poderia ameaçar a própria monarquia. Para Tito, é no Império inglês onde a figura do rei está mais elevada e mais respeitada, e seria justamente esse o regime que impôs mais limitações ao poder real. Lá, segundo Tito, o nome do rei não aparece em discussões, é apenas citado para ser glorificado<sup>131</sup>. Cabe perguntar se, de fato, não havia na Inglaterra, em meados do século XIX, discussões como as que ocorriam no Brasil a respeito do lugar do monarca no regime constitucional. Tito trata a monarquia britânica como estabelecida e unânime, como um exemplo a ser seguido, e, a julgar pelas suas analogias, faz parecer que o Brasil, graças ao *Imperialismo*, está no nível em que se encontrava a Inglaterra no século XVII, se fosse possível essa comparação.

É perceptível na obra a preocupação em deixar claro que ele é a favor da responsabilidade ministerial pelos atos do Poder Moderador. Mas, ao expor durante tantas páginas que o *Imperialismo* poderia ser definido como a ingerência do Poder Executivo sobre os outros poderes através da ação da Coroa, a discussão a respeito do Poder Moderador se torna marginal na biografia de Furtado. O fato é que a grande acusação de Tito recai sobre a relação do Imperador com os seus ministros, em especial com o presidente do Conselho de Ministros, no cerne do Poder Executivo, numa relação promíscua cujo maior interesse de ambas as partes seria o poder pelo poder. Portanto, ainda que esta obra esteja inserida no contexto de uma década profícua em debates a respeito do Poder Moderador, Tito estabelece nessa biografia uma particularidade específica dentro da discussão sobre o papel dos reis nas monarquias constitucionais, que envolve diretamente a ação dos ministros enquanto exerciam a chefia do Executivo, e que

---

<sup>130</sup> Ibidem, p. 358.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 359.

“se ajoelhavam” perante o Imperador, tendo sido os responsáveis por levar a cabo os seus desígnios de mando. Por isso, trazendo à tona o conceito de *Imperialismo* e caracterizando-o à sua maneira, foi possível a Tito atingir em cheio os agentes políticos a quem ele se opunha, o que talvez não pudesse ser feito com tanta precisão se a questão fosse somente o Poder Moderador, uma vez que, no âmbito deste poder os ministros não tinham responsabilidade. Acusar a ação do Poder Executivo pode ter sido conveniente para que ficasse claro ao leitor que os ministros que compunham o grupo dos moderados dentro da Liga carregavam também eles grande parte da culpa pelo falseamento do sistema.

Durante a leitura da biografia de Furtado, emerge a intenção do autor em realçar seu posicionamento como liberal histórico, afastando-se dos moderados. Busca intensamente fazer o mesmo com o seu biografado. Portanto, a questão do afastamento dos históricos em relação aos moderados dentro da Liga é tratada por Tito como uma reação virtuosa frente às ações dissimuladas e inconstitucionais dos seus adversários. O autor não estabelece marcos dessa ruptura, apenas a sublinha por meio de suas críticas e, especialmente, através das transcrições de discussões parlamentares nas quais geralmente um liberal dá voz àquilo que convém a Tito Franco. Na imensa maioria das vezes, Furtado é quem dá voz às razões pelas quais os históricos se viram obrigados a se manter firmes em suas posições, “deixando” os moderados se afastarem. Para Tito, a ruptura dentro da Liga parece se tratar de um movimento dos moderados, e faz parecer que Furtado claramente assume essa ruptura, a julgar pela transcrição e edição de discussões ácidas contra Zacarias, por exemplo, como será tratado no capítulo 3. O autor usa palavras editadas de seu biografado para se manifestar como se a obra fosse uma escrita coletiva dos liberais.

Emerge a questão de quais teriam sido, de fato, as razões para o afastamento entre históricos e moderados e se, desde o princípio, Tito e Furtado defendiam essa separação, ou a partir de quando passaram a defender. Quais interesses os teriam colocado em conflito? Estariam essas divergências relacionadas aos posicionamentos que Furtado e Tito Franco assumiram durante a chamada Conciliação? Segundo biografias consultadas até o momento<sup>132</sup>, Furtado e Almeida teriam permanecido no Pará, em Belém, entre 1850

---

<sup>132</sup> Biografias de Furtado mencionadas no capítulo 1: LEAL, Antonio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já falecidos*. Lisboa: Impr. Nacional, 1873, Tomo II, p. 265; MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno biographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, Tomo I, p. 25.

e 1856, ocupando cargos provinciais. Aparentemente apenas após a morte de Paraná teriam espaço político para postos de maior projeção. De que modo a Lei eleitoral de 1855 os teria afetado em termos locais e nacionais? Estes questionamentos referentes à Conciliação, à Liga e ao modo como estava ocorrendo seu desmantelamento podem ajudar a explicar a motivação para a escrita da biografia de Furtado.

## 2.5. O *Imperialismo* em ação, segundo Tito Franco de Almeida

Se os liberais tinham sido as primeiras vítimas do *Imperialismo* depois da Maioridade, o seu retorno ao poder no início do quinquênio liberal seria também fruto de questões pessoais, que indispuseram Honório Hermeto Carneiro Leão ao Imperador. Ao transcrever a explicação do futuro marquês de Paraná a respeito da saída do ministério do qual fazia parte, em 1844, sugerindo a ingerência da facção áulica, Tito é taxativo: “O testemunho da influência indébita do *Imperialismo* não podia ser mais completa”<sup>133</sup>. Tito sugere que a subida dos liberais ao poder se deveu a essa indisposição circunstancial entre os conservadores, e, a julgar pelo teor geral de suas argumentações, a alternância dos partidos no poder era, até certo ponto, necessária para que sobressaísse apenas o *Imperialismo*. Ainda assim, busca salvar seus correligionários liberais das críticas ao comportamento dos conservadores, estabelecendo, então, nesse momento, a linha divisória entre os dois lados: “o partido não se prestou ao serviço dos adversários, e por isso não gozou um só momento da confiança do *Imperialismo*”<sup>134</sup>. E o modo pelo qual o *Imperialismo* teria agido, frente a essa negação dos liberais em lhe servir, é identificado por Torres Homem, no folheto que assinou como Timandro, já mencionado:

De 1845 em diante, foi o corpo legislativo tratado sem a mínima consideração; gabinetes se compozeram fóra da sua influencia e até sem sciencia sua; o ministro incumbido de os organizar propunha em palácio os nomes daquelles com quem lhe convinha servir de accôrdo com o voto parlamentar; *esses nomes eram rejeitados*; lembrava outros, depois outros, até que finalmente, esgotada a longa lista dos ministros impossiveis, o governo pessoal compunha um *amalgama de entidades heterogeneas*, onde apenas um ou outro liberal era incluído para que se não dissesse, que o pensamento dominante no parlamento havia sido desatendido...<sup>135</sup>

<sup>133</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 33.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 37.

Os trechos grifados por Tito ressaltam a construção argumentativa de Torres Homem, em 1849, que parecem afinadas com os eventos de 1867. Várias parecem ser as semelhanças entre a argumentação de Tito e a de Torres Homem, em 1849, no que diz respeito à ação da Coroa para desmoralizar o Partido Liberal, como se aquele passado pudesse não só iluminar o presente vivido como espelhar as mesmas propostas e lutas políticas<sup>136</sup>. Tito faz ressoar que a Coroa tinha por meta desestabilizar os governos liberais por meio de falta de harmonia entre os ministros e, dessa forma, inutilizar o Poder Legislativo, que na prática acabava por não ver no gabinete os agentes de que precisava para pôr em marcha as medidas que desejava. Ora, essa argumentação já apresenta uma justificativa para o fato de os liberais terem permanecido cinco anos no poder (1844/1848) e mesmo assim não terem conseguido articular-se para levar adiante projetos caros às suas convicções. A única saída para os liberais naquele momento, nas palavras pinçadas de Timandro, era conformarem-se:

Mas ella sabia que só tinha de optar entre a sujeição á *influencia inconstitucional da corôa*, ou então a guerra civil, o desmoronamento do paiz, efeitos inevitáveis da reabilitação immediata dos apóstolos do absolutismo.<sup>137</sup>

Torres Homem é apropriado não apenas para justificar a falta de capacidade de mobilização dos liberais no poder, como também explica a sua inação frente a essa injustiça praticada inconstitucionalmente, que tolhia as suas ações, já que a outra alternativa seria a guerra civil, o que efetivamente aconteceu com a Revolução Praieira. Não ter agido frente à injustiça da qual foram vítimas seria fruto de uma preocupação com o bem do país, o que é argumento também diante da luta armada em Pernambuco, em 1848<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> Como mencionado no capítulo 1, Marx observou que os discursos revolucionários do século XIX remetiam às revoluções passadas e a seus protagonistas, buscando-se no passado elementos que pudessem glorificar as novas lutas. Ver em: MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelman*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>137</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 37.

<sup>138</sup> A respeito da obra de Torres Homem e dos debates no Império, ver, entre outros: MARSON, Izabel Andrade. Do império das “revoluções” ao império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do império (1822-1950). In *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 125-173. Editora UFPR, Curitiba: jan./jun. 2009. A respeito da Revolução Praieira, consultar, entre outros: MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco - 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1986.



Como visto anteriormente, a queda dos liberais em 1848 foi tratada por Tito como fruto da maquinação do *Imperialismo*. De volta ao poder com o gabinete de 29 de setembro de 1848, chefiado por Olinda, o Partido Conservador, querendo reduzir os liberais a nada, aprovou a lei da Guarda Nacional, que tanto convinha ao Imperador, segundo o autor. Com a vitória sobre Rosas na Argentina, os conservadores se viam muito fortes, chegando à audácia de quererem governar. Tito salienta que era o momento de o *Imperialismo* mostrar que o poder emanava da coroa, e apenas dela. Nesse contexto, teria sido escolhido o ministério de 6 de setembro de 1853, e que conduziria à Conciliação. Tito constrói uma narrativa segundo a qual a formação deste gabinete, chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, teria sido uma tentativa de mostrar que o poder emanava do Imperador, como chefe do Poder Executivo, como uma tentativa de exterminar mutuamente os partidos, o que Tito já adianta que a coroa não conseguiu e nem jamais conseguiria<sup>139</sup>. Resta saber quais eram as instituições que impediriam tal extermínio e quais as prevalências de dispositivos constitucionais que defenderiam os partidos e a sua representatividade das investidas do *Imperialismo*. O fato é que, segundo o autor, apesar da preferência do monarca pelos conservadores, no momento em que vê seu poder sendo de alguma forma eclipsado pelo Partido Conservador, ele age pelo enfraquecimento deste. Até por isso, Tito vai se utilizar de adjetivações como *servos* do *Imperialismo* para acusar aqueles agentes políticos que, segundo ele, não tinham verdadeiro compromisso com as convicções partidárias, mas que agiam para servir à Coroa.

Apesar do gabinete da Conciliação colocar em discussão algumas pautas importantes do Partido Liberal, como a questão das incompatibilidades e dos círculos eleitorais, Tito permanece na ofensiva contra o governo de Carneiro Leão, criticando a lei eleitoral de 1855, porque, para ele, os círculos, tal como definidos, favoreciam ainda mais o *Imperialismo*, pois seria mais fácil debelar as opiniões hostis às suas intenções. Para obter o controle das eleições neste novo cenário, ao Poder Executivo bastava ter “pequenos exércitos espalhado pelo paiz”<sup>140</sup>. É importante notar que Tito Franco foi eleito à Câmara pela primeira vez justamente depois de aprovada a lei eleitoral de 1855, na primeira e única eleição de um deputado por círculo. Logo em 1860 a lei foi reformada e

---

<sup>139</sup> ALMEIDA, Op. cit., p. 72.

<sup>140</sup> Ibidem. A respeito deste período e da reforma eleitoral, consultar, entre outros: ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

determinou-se que seriam eleitos três deputados por círculo, e que os distritos eleitorais seriam alargados

Tito quer transmitir a ideia de que o movimento conciliatório liderado por Carneiro Leão era, na verdade, uma primeira grande ação do *Imperialismo* contra os partidos:

Chamou-se a isto política da *conciliação*; mas era o *Imperialismo* que organisava-se em regra, para o poder absoluto, formado com elementos de todos os partidos que o executivo podia absorver pela intimidação ou corrupção; desculpando por interesse proprio todas as deserções; conduzindo em triumpho todas as traições; mercadejando e procurando tarifar todas as consciências.<sup>141</sup>

A própria adoção de bandeiras liberais, como as incompatibilidades e os círculos eleitorais, teria funcionado como uma falsa aproximação aos liberais, um aceno ao poder que, a julgar pelos resultados, tinha a intenção de atrair adeptos e dissimular intenções. Teria sido a Conciliação a origem de tantos males no governo do Império: egoísmo, sede de riquezas, aviltamento das almas, naufrágio das virtudes cívicas, entre outras<sup>142</sup>. Como veremos no capítulo 3 com mais detalhes, o posicionamento de Furtado a respeito da Conciliação era completamente distinto do exposto por Tito Franco. Inclusive, Furtado profere palavras fortes contra aqueles que atacavam a Conciliação, em termos muito próximos aos que Tito utiliza em sua obra para criticar seus adversários. Veremos que trechos de discursos de Furtado que fariam a argumentação de Tito perder força foram cortados das transcrições.

Tito Franco afirma que, nas eleições de 1856, o partido liberal saiu-se “imponente das urnas”<sup>143</sup>, mas atribui esse fato justamente à morte do então chefe do gabinete, Paraná. Teria sido o estado incompleto e provisório de um gabinete agora enfraquecido que teria diminuído sensivelmente a pressão do governo nas eleições<sup>144</sup>, deixando claro que grande parte da força do *Imperialismo* dependia diretamente da colaboração dos ministros no

---

<sup>141</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 73.

<sup>142</sup> *Ibidem*.

<sup>143</sup> Sabemos que a eleição não elegeu uma maioria liberal na Câmara, mas acabou com a unanimidade e fez com que diversos políticos renomados não conseguissem se eleger. Ver em: ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, pp. 165,166.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 75.

governo. Tito Franco, eleito parlamentar pelo Pará, reforça na narrativa sua intenção de fazer parecer que este pleito foi uma exceção no qual prevaleceu a liberdade, graças a circunstâncias muito particulares. Sua eleição, portanto, teria sido fruto de uma eleição livre. Para o autor, a consequência da eleição em 1856 foi um aumento de cadeiras ocupadas pelos liberais. Tito faz parecer que os liberais foram vitoriosos, porém, como sabemos, eles não formaram maioria. Ainda assim, ele quer fazer crer que o suposto sucesso dos liberais se deveu à debilidade do governo e não à própria legislação eleitoral. Também não deixa de ser curioso o fato de Tito Franco dar como seguimento lógico à nova formação legislativa a troca de governo em 4 de maio de 1857, como se ele admitisse que a maioria formada pelas eleições tivesse impacto direto na formação ministerial:

O provisório, que nascia naturalmente do estado incompleto do gabinete, que não foi reorganizado, fez diminuir a pressão governativa, podendo o elemento liberal sahir imponente das urnas, e tornar necessária uma nova organização ministerial em 4 de maio de 1857.<sup>145</sup>

Ainda que o eixo central da narrativa de Tito Franco seja a relação entre os Poderes e, principalmente, a relação entre Executivo e Legislativo, que teria na pessoa do Imperador o seu pivô, essa seria a camada superficial do problema acusado pelo autor. Isso porque, a relação entre estes dois Poderes envolvia o tema da representatividade e das eleições, tema que se desdobra até as províncias e os poderes locais, e acaba fazendo emergir questões relativas às formas como os gabinetes poderiam ou teriam a capacidade de impor candidatos às províncias. Talvez a complexidade e os desdobramentos desses temas sejam os responsáveis pelo modo às vezes contraditório com que Tito Franco usa os eventos a seu favor. Ora as eleições representam a vontade popular, ora são profundamente fraudadas. Ora o resultado das eleições não é respeitado pelo governo e pelo *Imperialismo*, ora este resultado obriga uma nova reorganização ministerial. Sabemos que um dos pontos principais do programa liberal era a condenação da

---

<sup>145</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 75. O autor se refere ao gabinete chefiado pelo Marquês de Olinda, no qual este também exercia o cargo de ministro do Império e que era composto também por: Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Visconde de Maranguape, Bernardo de Sousa Franco, José Antônio Saraiva e Jerônimo Francisco Coelho. Ver em: JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 118. Disponível no portal do Senado Federal: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/220525#:~:text=jornais%20e%20revistas-,Organisa%C3%A7%C3%B5es%20e%20programas%20ministeriaes%20desde%201822%20a%201889%20%3A%20notas%20explicativas,%2C%20etc.%2C%20com%20varios>

concentração do poder decisório nas mãos do governo central e da Coroa, e esta ideia está sempre latente no texto, mas o modo como Tito Franco acusa o *Imperialismo*, através do Poder Executivo, de manipular todo esse sistema, não explicita como se daria este controle. Tito Franco recorre a uma explicação simples para transmitir a ideia de que não havia, de fato, um sistema representativo no Brasil, muito pelo contrário.

Retoma o fato de que as eleições de 1856 teriam obrigado a uma nova organização partidária para acusar este aparente respeito ao parlamento como um falso respeito à opinião predominante, que classifica como um artifício dissimulado com vistas ao descrédito dos liberais<sup>146</sup>. Com o elemento liberal forte, criava-se uma situação contrária à vontade do *Imperialismo*, o que exigia da Coroa agir de forma discreta e perspicaz, e fazia parte desta perspicácia fingir que respeitava a maioria para formar um novo gabinete, o de 4 de maio. A escolha do presidente do Conselho seria, então, fundamental para desmerecer a Câmara liberal. É recorrente no discurso de Tito atribuir as escolhas dos presidentes dos gabinetes a um critério de favorecimento e submissão ao projeto imperialista. Nesse caso específico, o imperador escolheu Olinda. Sobre este político, Tito insere uma declaração de Christiano Ottoni para fortalecer a ideia de que o marquês servia ao *Imperialismo*<sup>147</sup>. Nessa declaração, Ottoni afirma que para detectar a degeneração completa do sistema representativo “nada há mais útil do que o exame da dissolução e organização dos ministérios”<sup>148</sup>. Ainda neste trecho, Ottoni faz uma análise a respeito das posições de Olinda durante a sua trajetória política, e se refere de forma irônica à coerência do marquês, justificando suas supostas mudanças de posicionamento como prova do respeito a uma ideia que o próprio Olinda havia defendido na Câmara, e que Ottoni ressalta: “Não compreendo, que haja outro regulamento para o presidente do conselho, senão o artigo da Constituição que diz – que a *coroa governa* pelo poder que delega a seus ministros”<sup>149</sup>. Ottoni foi insistente em relação a essa afirmação, e Tito fez questão de transcrever este trecho para tentar provar que Olinda governava, na verdade, para a Coroa. As razões de Ottoni para justificar essa afirmação se baseiam no fato de que Olinda atacou a Conciliação durante o governo de Paraná e depois, ao assumir o gabinete, em 4 de maio de 1857, elogiou esta política ao afirmar que ela vinha do trono. Dessa forma, o político mineiro se dirige a Olinda, afirmando que:

---

<sup>146</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 75.

<sup>147</sup> Tito Franco não esclarece exatamente quando Christiano Ottoni proferiu estas palavras. Apenas menciona que foi no parlamento, posteriormente aos fatos tratados.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 79.

A corôa governa: S. Ex. sempre que apresenta um programa não se descuida de pôr a corôa na frente, para que o sabido respeito que todos nós tributamos, quer á instituição monarchica, quer á augusta pessoa que ocupa o throno, nos colloquem em coacção, nos tolham a voz. Não posso entender de outra maneira a ideia constante de S. Ex. de attribuir á corôa toda a iniciativa, toda a acção do governo<sup>150</sup>.

Segundo Tito, residiria aí também a razão pela qual Olinda teria apresentado um programa simpático à ideia da Conciliação depois de escolhido presidente, e ainda ser este programa tão dúbio, “apto por isso para toda e qualquer mobilidade de circunstancias”<sup>151</sup>. O autor lembra também daquilo que, segundo ele, nem os liberais são capazes de lembrar: o *modus operandis* de Olinda desde a regência, o da coacção e corrupção. Por conta de um gabinete formado nestas condições e devido aos 9 anos de ostracismo a que foi relegado, o Partido Liberal, segundo Tito, teria deixado passar a sessão de 1857 sem ter aprovado sequer uma lei importante. O autor coloca a responsabilidade de uma suposta falta de capacidade dos liberais em se articularem em prol de seu programa ao modo pelo qual o *Imperialismo* escolheu o presidente do Conselho e a forma como esse presidente se submeteu ao poder da Coroa. Essa submissão transparece, na argumentação de Tito, como um modo de proceder que acaba por expor a pessoa do Imperador. Por isso, talvez, Tito acuse o *Imperialismo* de acabar agindo contra a própria monarquia, uma vez que os ministros servidores do seu poder acabavam, na verdade, colocando sob responsabilidade da coroa os seus atos, ao invés do contrário. Estaria aí a necessidade, segundo o autor, de acusar o monarca para melhor servi-lo, decifrar o enigma da esfinge para salvar a monarquia.

As medidas do liberal Sousa Franco como ministro da fazenda no gabinete de Olinda são citadas por Tito como prova de sua fidelidade aos preceitos liberais, e são a razão pela qual os liberais não aderiram à oposição. Sousa Franco teria agido no sentido de impor uma agenda “verdadeiramente liberal” na economia<sup>152</sup>, e, segundo o autor, ainda

---

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>152</sup> Tito Franco parece estar se referindo à medida estabelecida por Sousa Franco a respeito da pluralidade de emissão bancária, que derrubou o monopólio do Banco do Brasil, antes estabelecido em 1853 por Rodrigues Torres. A falta de circulação bancária, em especial no norte do país, pode ter sido a razão da medida. Outra referência possível é a alta dos preços agrícolas e a discussão a respeito do controle de preços e da colonização e imigração, numa discussão que, segundo Francisco Iglesias, colocou o dilema protecionismo x liberalismo, no qual Tito Franco tomou parte. Ver em: IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil*

que a oposição tenha sido debelada pelo gabinete, a heterogeneidade interna do ministério acabou por dissolvê-lo. Os outros gabinetes posteriores presididos por Olinda serão alvos de críticas similares de Tito, pretendendo com isso mostrar que essa desarmonia interna era um método imperialista. E continua Tito acerca da escolha do gabinete seguinte: “para não haver dúvida alguma do pensamento do *Imperialismo* – em procurar desacreditar a opinião parlamentar -, foi entregue o poder à oposição, e a administração das finanças ao próprio conselheiro Torres Homem!”<sup>153</sup>. Ocorre que Torres Homem era, segundo Tito, o maior opositor da política econômica de Sousa Franco, que teria tido na Câmara grande apoio. Torres Homem, a quem Tito recorre para descrever os fatos políticos da década de 1840, já não era mais liberal. Depois da Conciliação havia passado ao campo conservador<sup>154</sup>.

A partir dessa perspectiva, Tito acusa, então, o gabinete de 12 de dezembro de 1858, liderado por Abaeté, e tendo como ministro da fazenda Torres Homem, como digno de ser recebido pela Câmara com repulsa. Tito não descreve pormenores do governo Abaeté, apenas que foi obrigado a demitir-se. Obrigado a demitir-se pela força da oposição na Câmara? Ora, de novo, uma questão que sobressai de alguns pontos da argumentação do autor é de que maneira o Legislativo poderia enfrentar o Executivo, se o *Imperialismo* havia acumulado tanto poder. Seriam exceções? De fato, o limite entre a possibilidade de ação da Coroa e de seus “servos” e o espaço que ainda restava para que a Câmara pudesse exercer sua força é bastante obscuro na obra de Tito Franco, como já foi observado. Da mesma forma, como já indicado, fica nebuloso o limite entre o controle do Executivo nas eleições e a possibilidade de que elas, de fato, pudessem representar a opinião dos eleitores. Apesar da aparente linearidade que recobre a história política do Império construída por Tito Franco, sua narrativa é uma trama de argumentos e situações

---

*Monárquico*, v.5, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.83-84. Sobre este tema, consultar também: GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>153</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 90. O autor se refere ao gabinete de 12 de dezembro de 1858, chefiado pelo Visconde de Abaeté, no qual Torres Homem fora nomeado como ministro da fazenda. Ver em: JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 119.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 89. A respeito de Sales Torres Homem, consultar, entre outros: SILVA, Roberta Felix da. *Imprensa e poder: discursos e projetos políticos de Francisco Salles Torres Homem (1840-1849)*. Dissertação de mestrado, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. MARSON, Izabel Andrade. Do império das “revoluções” ao império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do império (1822-1950). In *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, n. 50, p. 125-173, Curitiba: jan./jun. 2009.

que visava a instruir e inspirar, sobretudo, a luta oposicionista de setores liberais contra o gabinete Zacarias de 3 de agosto de 1866 e suas políticas, especialmente frente à guerra.

O gabinete de 10 de agosto de 1859, chefiado pelo conservador Ângelo Moniz da Silva Ferraz, também sofreu, segundo Tito, a ação do *Imperialismo*. Teria sido um gabinete desarmonioso, juntando aqueles que sustentaram e aqueles que combateram os dois gabinetes anteriores, em especial na questão econômica e financeira. Como afirma Sergio Buarque de Holanda, já na gestão de Sousa Franco à frente da pasta da fazenda, e mesmo antes, em 1853, com a reforma de Rodrigues Torres que estabeleceu o monopólio de emissões por parte do Banco do Brasil, a questão econômico-financeira estava em pauta. A isso se juntava a alta no preço dos alimentos e a carestia, e as propostas que surgiam para sanar estes problemas contrapunham protecionismo e liberalismo<sup>155</sup>. Holanda ressalta a forte presença de Tito Franco nas discussões financeiras desse período. A polêmica referente à liberdade de empresa e de crédito é que seria a principal causa das dissensões dentro do Partido Conservador nos anos de 1850. Quando os chamados conservadores “puros” fizeram aprovar em 22 de agosto de 1860, uma lei que impunha grandes limites àquelas liberdades, as discordâncias se agravaram, afastando a ala moderada, que se aliou aos liberais para formar a Liga Progressista<sup>156</sup>. Como demonstrou Thiago Gambi, havia uma política monetária que caracterizava as ideias do grupo saquarema e que havia sido levada a cabo pelo Banco do Brasil, chamado por ele de Banco da Ordem<sup>157</sup>. A partir do governo de 10 de agosto de 1859, chefiado por Silva Ferraz, o Banco voltou a ter a exclusividade de emissão depois de um período em que a política monetária havia sido conduzida pelo liberal Sousa Franco, o qual havia colocado em prática uma política de crédito e de liberdade de emissão. Silva Ferraz, presidente do Conselho e ministro da fazenda, não estava claramente associado ao grupo saquarema, e sua posição a respeito das diretrizes monetárias permaneceram dúbias por algum tempo até que apresentasse o projeto que resultou na lei de 22 de agosto de 1860<sup>158</sup>,

---

<sup>155</sup> IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico, Volume 5*, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.82-83.

<sup>156</sup> ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 21.

<sup>157</sup> GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 323.

pejorativamente chamada de Lei dos Entraves tanto por liberais como por moderados que iriam compor a Liga Progressista.

Aparentemente, fazia parte do comportamento dúbio de Silva Ferraz o fato de seu ministério ser formado por apoiadores e críticos da política anterior de liberdade regrada de crédito. Para Tito, essa heterogeneidade interna do gabinete impediria qualquer relação harmoniosa entre Executivo e Legislativo. A seu ver, buscar no parlamento elementos tão hostis uns aos outros e em relação a seus adversários, e ao mesmo tempo propor harmonia, era um escárnio, que demonstrava o desrespeito ao Poder Legislativo. Curiosamente, essa foi a interpretação de Tito para explicar por que este gabinete conseguiu o apoio da maioria, inclusive dos liberais, ao menos até que apresentasse e aprovasse a lei de 22 de agosto. O autor lança aqui uma visão posterior muito particular, sugerindo que esse modo de proceder do *Imperialismo* buscava como que seduzir parlamentares com uma espécie de canto da sereia, já que, afinal, conseguiu o apoio da maior parte deles. Tito não cita que ele próprio era parte desta legislatura e que atuou nela de forma destacada. Ele acusa essa legislatura de agir incoerentemente, uma vez que Ferraz, presidente do Conselho no gabinete de 10 de agosto de 1859, apostava numa política que a própria casa havia combatido antes, como a restrição de crédito, por exemplo<sup>159</sup>, e ainda assim recebeu apoio. Certamente, o fato de Silva Ferraz não ser diretamente ligado aos saquaremas e de ter demorado a definir-se a respeito da política monetária, colaborou para ter apoio inicial dos liberais, mas Tito não apresenta este contexto. A legislatura em questão é aquela que vigorou entre 1857 e 1860, que não foi dissolvida e cumpriu todo seu período de vigência. Tito é bastante crítico em relação à conduta de seus parlamentares, sempre omitindo qual teria sido a sua participação como deputado naquele contexto, chegando ao ponto de dizer que a Câmara “armava o *Imperialismo* com a ditadura da reforma eleitoral, de que se serviria sem arrependimento para enfraquecer o elemento liberal, que predominava na câmara que fundava”<sup>160</sup>. A ideia é que a reforma eleitoral apoiada pelos liberais<sup>161</sup> seria usada contra eles mesmos.

Lembremos que, a respeito dos círculos eleitorais, Tito já havia criticado a lei de 1855, mesmo sendo beneficiado por ela, alegando que seria mais fácil para o

---

<sup>159</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 93.

<sup>160</sup> *Ibidem*.

<sup>161</sup> Tito faz menção aqui à reforma eleitoral de 1860, que estabelecia a eleição de três deputados por círculo. Ver em: IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico, Volume 5*, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 98-99.



*Imperialismo* controlar suas vitórias em pequenas regiões dominadas pelos seus agentes. Tito faz isso em 1867, mas a lei de 1855 teve apoio liberal. Por que, então, a reforma de 1860 seria uma arma nas mãos da Coroa? A conclusão de Tito é que houve um descrédito completo da Câmara que em 1860 terminava seu mandato. E esse era o triunfo do *Imperialismo*. Para ele, a manutenção de uma câmara de maioria liberal teria sido uma maquinação do *Imperialismo* para desacreditar os liberais, deixando-os no parlamento, mas impedindo que conseguissem, de fato, levar a diante suas ideias. Nesse sentido, Tito afirma que se reproduzia, em 1857, a câmara de 1837<sup>162</sup>, fazendo referência à câmara vigente na época do chamado “regresso” conservador, que tendo atuado até o ano de 1840, acompanhou as propostas e discussões que culminaram na Lei de Interpretação do Ato Adicional e na reforma do Código do Processo, e que teriam contribuído para definir liberais e conservadores como entidades partidárias<sup>163</sup>.

A legislatura iniciada em 1861 foi de maioria conservadora, o que o próprio Tito caracteriza como contrária a vontade do *Imperialismo* e como um outro “castigo” infligido à Câmara liberal anterior, pois o *Imperialismo* teria preferido um equilíbrio que confundisse os partidos e o fortalecesse:

O descrédito do elemento liberal preponderante na legislatura de 1857-60 causará tamanho desgosto em todo paiz que, embora quadrasse melhor ao *Imperialismo* nova camara, em que todos os partidos se equilibrassem para confundi-los e dominar como *unico poder real*, e nesse sentido utilizasse a execução da reforma eleitoral, comtudo as eleições geraes de 1860 mandaram á camara o partido conservador em grande maioria<sup>164</sup>.

Como o Imperador poderia se utilizar da reforma eleitoral para forjar uma câmara equilibrada em que os partidos se anulassem? Outro ponto que Tito não se preocupa em esclarecer é de que forma o resultado das eleições se fez à revelia da vontade da Coroa. Teria prevalecido a ação dos ministros do governo conservador, em detrimento da vontade do próprio monarca?

Durante toda a narrativa, transparece a ideia de que a ação do *Imperialismo* acaba por fazer com que seus “servos” joguem a responsabilidade de seus atos na Coroa, pondo a descoberto a figura do monarca. A preponderância do poder pessoal significaria, assim,

<sup>162</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 95.

<sup>163</sup> Sobre o tema, consultar, entre outros: NEEDLELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: *Almanack brasileiro*, n. 10, p. 05-22, 2009.

<sup>164</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 100.

a exposição do monarca, o que aproxima o autor da posição de Zacarias a respeito do tema. Tito, Furtado e Zacarias tinham concepções comuns a respeito do exercício do Poder Moderador nos anos de 1860. Suas divergências pareciam estar atreladas, então, à gestão pública, ao encaminhamento de projetos de liberdade de comércio, negócios e navegação<sup>165</sup>. Talvez por isso, como já foi mencionado, a discussão levantada por Tito em sua obra releva menos a questão da responsabilidade pelos atos do Poder Moderador e mais a ação do monarca como chefe do Executivo, e a relação deste poder com seus ministros e com a Câmara.

Tito se fixa, então, na falta de explicações dadas ao parlamento sobre o fim do governo Ferraz. Os deputados tiveram apenas acesso ao pedido de exoneração do ministro do Império, Almeida Pereira, endereçado ao Imperador. Tito faz questão de transcrever a carta em sua totalidade. Primeiramente, o ministro cita supostas forças subversivas que atuam sobre o país, sem explicar quais são, e diz que a situação exige “uma força prudente, mas enérgica, que não excite os ânimos, mas inspire a crença de que a autoridade está na firme resolução de comprimir a anarquia, e cercada dos elementos preciosos para conseguir este fim”<sup>166</sup>. Para o ministro, o problema é que o gabinete do qual fazia parte não gozava da força necessária porque:

...faltam-lhe sobretudo homogeneidade de vistas e a mesma crença em todos os ministros acerca dos perigos da situação e de medidas que possam conjura-los; não há homogeneidade de pensamento, que possa fazê-lo aparecer perante o publico com uma só vontade e um só designio<sup>167</sup>.

Cabe bem à argumentação de Tito que se acuse o ministério de falta de homogeneidade, uma vez que essa instabilidade interna dos ministérios será usada por ele

---

<sup>165</sup> Para mais informações sobre interesses e divergências a respeito do tema nos anos de 1860, consultar, entre outros: ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011; MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780 – 1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>166</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 103.

<sup>167</sup> *Ibidem*.

diversas vezes como argumento chave da ação do *Imperialismo*. E a “humilhação” à qual a Câmara foi exposta reside justamente no fato de que o ministro que escreveu esta carta, se recusou expressamente a dar explicações aos deputados sobre as diferenças de opinião dentro do gabinete:

*Não tenho obrigação* de dizer à camara a politica que pretendia seguir, não estou com a responsabilidade da governança do Estado... *não tenho obrigação* de dizer à camara aquilo que eu teria de fazer se fosse ministro... *não tenho obrigação* de responder senão por aquillo que pratiquei, e não por aquillo que praticaria; não tenho a responsabilidade da situação.<sup>168</sup>

Acerca do gabinete seguinte, o de 2 de março de 1861, liderado por Caxias, Tito afirma que contava com a maioria conservadora na Câmara, que era puritana. Falando de um ponto de vista teleológico, diz que o primeiro passo do Imperador foi inserir neste gabinete dois elementos “dissolventes”, que causariam a desarmonia dentro do próprio ministério e em relação à Câmara. A intenção da Coroa seria acabar com a harmonia do Partido Conservador, que prevalecia. Estes elementos “dissolventes” eram Saraiva e Sá e Albuquerque<sup>169</sup>. O segundo passo do *Imperialismo* teria sido tratar com desdém o parlamento, não comparecendo os ministros à casa para explicar o seu programa. Ora, nesse caso, seria o monarca o responsável pela ausência dos ministros no parlamento? Tito Franco sugere que sim, apesar de ressaltar que “o partido conservador ostentou-se vigoroso e a maioria parlamentar identificada com o gabinete”<sup>170</sup>. O terceiro passo do *Imperialismo* teria sido retirar do ministério os dois elementos dissolventes, causando sua substituição por dois conservadores puros, o que teria sido o estopim para a desarmonia completa, pois, para o autor, tudo não passou de uma “conspiração contra o Partido Conservador no ministério, e em maioria no parlamento”<sup>171</sup>. Teria, de fato, a ala mais pura dos conservadores a maioria, ou já se identificavam divisões entre puritanos, moderados e liberais?

---

<sup>168</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>169</sup> Trata-se de José Antônio Saraiva e Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. Saraiva foi ministro do Império neste gabinete, substituindo a Sayão Lobato em 21 de abril, e sendo substituído pelo Visconde de Jaguary em 10 de julho. Sá e Albuquerque foi ministro dos estrangeiros, substituindo a José Maria da Silva Paranhos em 21 de abril, e sendo substituído por Magalhães Taques em 10 de julho. Ver em: JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 125.

<sup>170</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 120.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 125.

A obra entra num momento importante do ponto de vista da análise sobre o Partido Liberal e sobre o Conselheiro Furtado, porque trata das vésperas da ascensão da Liga Progressista ao poder. Tito transcreve o discurso de Zacarias, na Câmara, em 5 de julho de 1861, no qual ele acusa de forma violenta o movimento que articulava a Liga. Como Furtado se relacionava com essa articulação Tito não esclarece. A sucessão de discursos da qual o autor se utiliza e os trechos que ressalta dão um sentido contextual muito próprio aos discursos e criam a sensação de coerência entre falas e discussões.

Tito destacou contradições que emergem dos discursos de Zacarias em um período curto de tempo (menos de um ano). Sem dúvida, essa tentativa é um esforço para desmerecer pessoalmente o político baiano, mas também a própria Liga. Podemos dizer que Zacarias é, juntamente com Olinda, o maior alvo de Tito em suas acusações, depois do Imperador.

Na fala de Zacarias, em 5 de junho de 1861, ele argumenta que o estado normal da política de um país não admite formações como a da “Liga”, afirmando que “o systema Constitucional só funciona normalmente, quando ou só conservadores ou só liberaes dirigem, na suprema administração, os destinos do Estado”<sup>172</sup>. Zacarias sustentava que em uma organização como a da “Liga”, o partido que mais adere a ela acaba sugando o outro que adere em menor quantidade. A trajetória política de Zacarias também é insistentemente retomada para mostrar suas metamorfoses, uma vez que teria sido conservador puro, depois moderado e depois liberal. Seu posicionamento, em 1862, liderando uma forte oposição a Caxias por meio da Liga, que ele mesmo criticara meses antes, seria a prova de que seu mérito era a “coragem de apostasias”<sup>173</sup>. Segundo Tito, o que fez o *Imperialismo* foi observar a ação desse político e entender como poderia se aproveitar dos seus serviços. A Coroa enxergou nesse “Jano da camara” a melhor pessoa para levar a cabo as suas intenções. Graças à evolução dos eventos e à articulação dessa oposição que reuniu conservadores moderados, “a grande maioria conservadora desaparecia da camara depois de uma sessão apenas...”<sup>174</sup>.

É importante notar que, nas entrelinhas, Tito revela que as maiorias parlamentares eram capazes de desarticular os gabinetes, ainda que essa maioria estivesse servindo aos intentos do *Imperialismo*, quando diz que “o gabinete de 2 de março, presidido pelo

---

<sup>172</sup> Ibidem.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 143. Sobre o tema, consultar, entre outros: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Da natureza e limites do Poder Moderador e a memória de Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. In: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

Marquez de Caxias cahia em pedaços ao estampido das picaretas, que dirigiam os imperialistas!”<sup>175</sup>. Dessa forma, seria possível supor que o *Imperialismo* dependia não apenas do Imperador e de seus ministros para colocar em prática as suas vontades, mas contava também com uma minoria presente no parlamento que articulava para manipular e se impor às maiorias.

A partir de que momento Zacarias teria se tornado um imperialista? E os outros imperialistas a que Tito se refere, já agiam sob as ordens da Coroa? Aparentemente sim. Ainda que o termo *Imperialista* fosse referência direta ao Executivo, ele tinha seus membros fiéis no parlamento, inclusive na Câmara, o que seria necessário para desestabilizar tanto gabinetes como legislaturas. Isso demonstra uma face bastante relevante do papel que tinha a Câmara dentro do sistema político, em que pese todas as críticas de Tito Franco quanto à sobreposição do Executivo. A consequência da Liga não teria sido apenas a destruição do gabinete de 2 de março de 1861, mas também a derrota da câmara de 1861-64, segundo Tito, assim como acontecera com a câmara liberal de 1857-60. Zacarias teria liderado uma oposição organizada que confessava o desejo de se tornar governo, e entre as contradições apontadas por Tito nos discursos de Zacarias está justamente o fato de, em 1861, quando era apoiador do gabinete, ele afirmar que a oposição deveria apresentar um programa caso quisesse governar. Já em 1862, ao fundamentar o seu voto de censura ao mesmo ministério, ele teria asseverado que a oposição, ao contrário do governo, não tinha obrigação de apresentar seu programa, salvo quando julgar que é chegado o momento de governar. “Em qualquer paiz, que não tivesse o systema parlamentar tão falseado como o Brasil, podia um tal sujeito ter a mínima importância?”<sup>176</sup>. Neste momento, assim como em outros, o texto passa a impressão de que o *Imperialismo* não se identifica apenas e exclusivamente à figura do monarca. Inclusive, muitas vezes, nem sequer parece compreensível a ideia de que é uma organização concreta, fruto de articulações objetivas. É como um ente, ou mesmo a Esfinge que Tito Franco descreve na abertura do livro, que age por trás dos fatos e do tabuleiro político. Parece ser, antes de tudo, um princípio dentro do qual o autor vai elencando pessoas, fatos, mudanças e posicionamentos. De qualquer maneira, seria a Constituição e a forma como ela vinha sendo aplicada (ou desrespeitada) as causas da prevalência do *Imperialismo*.

---

<sup>175</sup> Ibidem.

<sup>176</sup> Ibidem, p. 146.

Vencido o governo de 2 de março de 1861 por apenas um voto, Zacarias foi o encarregado de organizar o Gabinete de 24 de maio de 1862, servindo de instrumento ao *Imperialismo*. De novo, Tito embasa suas acusações na formação ministerial, sempre fazendo crer que a atuação do Imperador era direta. Mas, como explicar que Furtado foi escolhido para compor o governo como ministro da Justiça? Não apenas ele, mas José Bonifácio, também identificado por Tito como liberal. Antes que o leitor possa se perguntar, Tito já justifica a presença deles no ministério: o *Imperialismo* os chamou para alienar o grupo conservador puritano, e arrefecer o apoio dos moderados<sup>177</sup>. Tito, dessa forma, se coloca alheio a qualquer participação na articulação da Liga e justifica a presença de Furtado como um estratagema da Coroa para desarmonizar o governo, e talvez os liberais históricos. Porém, já preparando terreno para seguir em sua argumentação, alega que, desde o princípio, os liberais se depararam com grandes dificuldades em predominar dentro da Liga por ação imperialista, afirmando que:

Enfraquecido desde o primeiro dia de existência o gabinete era condenado a viver enquanto aprouvesse ao *Imperialismo*, ao qual não podia convir que o elemento liberal predominasse na liga, porque o detestava na razão directa da impotência de avassalla-lo<sup>178</sup>.

Além disso, salienta que os conservadores puritanos, em questão de dias, já estavam refeitos da última derrota e receberam o novo gabinete com violência depois de ver a sua maioria ser perdida pela articulação que levou Zacarias ao poder. O próprio Zacarias seria razão para que o governo não recebesse apoio, haja vista suas críticas contra a formação da Liga meses antes. Tito afirma que já estava tão desestabilizado o ministério, que a oposição na Câmara se utilizou de um projeto que regulava as promoções na Armada para torná-lo questão de confiança. A revolta de Zacarias contra os ataques tão prematuros a seu governo é interpretada como um atestado a mais, e talvez o mais grave, de suas contradições. O então presidente do Conselho de Ministros, que se dizia a favor da responsabilidade ministerial pelos atos do Poder Moderador proferiu as seguintes palavras, que Tito destaca:

Desde que o nobre deputado levantou-se hontem para fallar tornou-se bem visível a soffreguidão quasi infantil com que a opposição, sem esperar por actos do novo gabinete, atacou-o desde a

---

<sup>177</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 167.

sua entrada nesta casa a pretexto de inconstitucionalmente nomeado. Postas nestes termos bem se compreende, que a questão dos adversarios do gabinete *não é propriamente com o mesmo gabinete, mas com o acto do poder que o escolheu...* Se elle apenas acaba de enunciar o seu programma, aggre-di-lo, como está aggre-dindo a opposição, *não é combater o gabinete, é declarar que o poder que o nomeou não comprehendeu devidamente a situação...*<sup>179</sup>.

O chamado gabinete dos “anjinhos” seria um caso emblemático da enorme dificuldade que havia em 1862 de se formar uma maioria. Em grande medida, isso se devia à fragmentação de posições diante da gestão pública. Como demonstrou Eduardo Neves, as forças políticas estavam divididas sobre os modos de organizar a gestão e a distribuição dos recursos públicos de forma a compor um grupo de apoio ao ministério. O que Eduardo Neves ressalta é que, nos anos de 1860, se observou uma disputa mais acirrada em relação à participação em empreendimentos que contavam com subsídios do Estado. Isso estaria por trás das divergências internas da Liga<sup>180</sup>. Como aponta Eide Sandra Azevêdo Abrêu, havia divergências dentro da Liga a respeito da destinação dos recursos públicos. Um exemplo é a divergência entre um grupo representado por Zacarias e outro representado por Nabuco de Araújo. O grupo de Nabuco trabalhava a favor da subvenção a empresários norte-americanos interessados na cabotagem, enquanto Zacarias estava próximo a empresários ingleses interessados em garantia de juros para estradas de ferro<sup>181</sup>.

Em 1862, Zacarias teria afirmado que atacar o ministério assim que ele é nomeado não é senão atacar o próprio poder que o nomeou, ou seja, o Imperador. Nesse caso, poder-se-ia inferir que os ministros não teriam como se antepor ao poder que os escolheu a ponto de se responsabilizarem por seus atos e servir de anteparo ao poder irresponsável. Tito, citando Paranhos, afirma que Zacarias queria cobrir-se com o manto imperial, para se proteger<sup>182</sup>. Novamente, o autor pretende mostrar uma forte contradição nos posicionamentos de Zacarias, uma vez que ele teria afirmado em julho de 1861 que é legítima a censura pública a um ministério que acaba de assumir, porque isso previne os delitos e contém os ministros em sua esfera legal. O gabinete caiu, dias depois de

<sup>179</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>180</sup> SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019, pp. 22, 203-204.

<sup>181</sup> ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.

<sup>182</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 152.

formado, após uma votação na Câmara na qual perdeu por diferença de 6 votos. A Coroa negou a dissolução, e para Tito “Não convinha ao *Imperialismo* dissolver a camara depois do seu independente e vigoroso acto, que encontraria applauso no paiz, o qual lhe renovaria o mandato, pelas urnas retemperado e purificado”<sup>183</sup>. Ora, se o *Imperialismo* nomeou Zacarias para lhe servir, e o parlamento, num ato de franca independência, como afirmou o próprio Tito<sup>184</sup>, em poucos dias agiu contra o ministério, por que D. Pedro II escolheria, como efetivamente escolheu, manter esta Câmara e renunciar a seu “plano” tão rapidamente, demitindo Zacarias? A certeza de que a Câmara seria reeleita caso fosse dissolvida traz consigo a ideia de que as eleições, de fato, representavam a vontade geral do país e vai de encontro a um dos pilares fundamentais de toda a argumentação de Tito Franco: a de que a ação do Executivo nas eleições sempre formava maioria a seu favor. Mas Tito afirma que convinha ao Imperador manter a Câmara para poder desacreditá-la. A Coroa agiu para provocar a sua impopularidade, assim como fez com a maioria liberal na legislatura anterior. Portanto, o *Imperialismo* predominaria como poder que prevalecia frente ao naufrágio de ambos os partidos<sup>185</sup>.

Chama a atenção o quanto o autor acusa a escolha de Zacarias como presidente do Conselho afirmando que ele não representava a maioria parlamentar, quando ele próprio descreveu um processo de articulação na Câmara que, tendo ou não participação de agentes do *Imperialismo*, de fato acabou por desestabilizar completamente a maioria conservadora, a ponto de derrubar Caxias. Além disso, foi a própria Câmara depois que, em questão de dias, derrubou Zacarias, provando a instabilidade da maioria que o havia alçado ao gabinete. O parlamento mostrava seu poder, mas, igualmente, a precariedade de maiorias. A questão mais importante que se coloca é qual seria, então, a razão para essa instabilidade e volatilidade de alianças e formações que não permitiam, em 1862, que um governo se firmasse. Tito acusa o monarca e a predominância que exercia no Poder Executivo. Mas, quais questões políticas centrais estariam por trás dessas lutas constantes? Podemos pensar em questões latentes daquele momento, como a aplicação de investimentos de capitais gerados com o fim do tráfico de escravos; a definição de política emancipacionista; os diferentes usos de recursos públicos para a guerra; projetos

---

<sup>183</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>184</sup> Ibidem.

<sup>185</sup> Ibidem.



nacionais e estrangeiros de navegação fluvial; bem como a ampliação do crédito e a liberdade de emissão<sup>186</sup>.

Segundo Tito, a maior prova do desdém do *Imperialismo* para com a Câmara foi a escolha do Gabinete de 30 de maio de 1862, presidido por Olinda novamente. Para o autor, a Coroa não chamou ao poder um representante da maioria de 6 votos que havia derrubado Zacarias, embora não chegue a detalhar exatamente porque não considerava Olinda um representante dessa maioria. A aceitação da maioria da Câmara ao ministério e o apoio que lhe foi conferido revelam um efeito prático de governança que contradiz as críticas dos próprios liberais, nas quais se acusa a formação deste gabinete de atentar contra o sistema representativo e desrespeitar o voto do cidadão. Os liberais são vistos por Tito como o “ramo popular” do corpo legislativo, e esse ramo parece ter se afligido muito mais com a escolha de Olinda do que a maioria conservadora. Segundo o autor, o modo como os conservadores aceitaram bem o gabinete e se deixaram “mystificar” já era sinal dos estragos provocados pelo *Imperialismo*<sup>187</sup>.

Tito afirma que estava chegando a hora do Partido Conservador sofrer a mesma desmoralização que atingia os liberais anos antes. Se os conservadores haviam sido usados pela Coroa para fortalecê-la e para afastar os liberais do poder, já que estes não se submetiam ao *Imperialismo*, agora interessava também acabar com os conservadores e mostrar quem realmente exercia o seu poder. Por isso, Zacarias, do alto de todas as suas mutações e falta de comprometimento partidário, servia tão bem aos interesses do monarca naquele momento. Como foi dos liberais que partiram as maiores críticas ao Gabinete Olinda, Tito transcreve uma fala de Jeronimo Villela de Castro Tavares, político liberal de Pernambuco, então deputado por sua província, na qual ele insinua que existia:

...uma força estranha e desconhecida na Constituição, que impede, que embarça, a ascensão de uma opinião ao poder, ao menos há 14 annos á esta parte; parece que há o desejo de excluir do poder essa opinião; e eu entendo que não há nada mais oposto á liberdade, nem mais favorável á desordem, do que essa exclusão<sup>188</sup>.

---

<sup>186</sup> Sobre estes temas, consultar, entre outros: ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011; IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.5. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>187</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 157.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 158.

O deputado conclui que, quando uma parcela dos representantes do povo já não tem esperança de participar do poder, a sua guerra já não é contra os ministros, mas contra o próprio poder. Qual seria este poder? É Tito quem afirma:

Força estranha e desconhecida na Constituição... eis a verdadeira causa do mal, eis a Esphyngé, que condenou o partido liberal desde 1848, o conservador desde 1853, e procura traga-los ambos, sob a forma do *Imperialismo*<sup>189</sup>.

Tito se aproveitou da fala de seu correligionário para reafirmar a ideia da Esfinge e de que o “poder” citado se referia ao Imperador. Se o governo de 30 de maio pôde-se manter durante o ano de 1862, em 1863 o *Imperialismo* aplicava seu golpe contra os conservadores, em maioria na Câmara. A Coroa anuiu em dissolver a Câmara dos deputados, segundo Tito, sem qualquer discussão e sem que se pudesse conhecer a razão. Este golpe contra os conservadores teria sido também responsabilidade do próprio partido, “que tudo deixou perder por falta de coragem para resistir constitucionalmente á vontade individual, ao *Imperialismo*, que o anulava e desprezava”<sup>190</sup>. Aí está marcada novamente a diferença de honra entre liberais e conservadores, mesmo que ambos tenham sido usados e desprezados pela Coroa. A partir deste momento, Tito afirma que “o *Imperialismo* governava sem trambolho constitucional”<sup>191</sup>.

Como a lógica do *Imperialismo*, conforme Tito, era a de que a Coroa deveria justamente alternar os partidos para enfraquecê-los, e o elemento liberal saiu vitorioso nas novas eleições parlamentares, não poderia ser outra a ideia do *Imperialismo* senão repetir a fórmula de descrédito que aplicou à Câmara liberal de 1857 e depois à Câmara conservadora de 1861. Este descrédito começava com dar a falsa sensação de que respeitava a maioria parlamentar. Sobre a demissão do gabinete de 30 de maio, Tito questiona as justificativas do próprio Olinda para explicar sua saída. Este teria afirmado que havia divisão de opiniões na Câmara e impossibilidade de formar maioria. Então, terminado o processo eleitoral, Olinda afirma que o ministério entendeu que deveria retirar-se para provar que era guiado pelos mais nobres sentimentos e que deveria deixar a outro as direções dos negócios públicos<sup>192</sup>. Tito pergunta: “Como podia o estado da camara dissolvida influir na vida posterior do ministerio, quando a nova camara

---

<sup>189</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 165.

apresentava feição opposta?”<sup>193</sup>. O autor apresenta uma dualidade até certo ponto simplista, segundo a qual uma câmara sendo oposta a outra obrigaria o ministério a necessariamente poder formar maioria em alguma das duas. Ora, a forma como o monarca teria querido dar a falsa sensação de que respeitava o resultado das eleições para escolher o ministério foi chamar Zacarias novamente para presidi-lo. O programa de Zacarias, em 15 de janeiro de 1864, afirma que naquele momento, diferentemente do que ocorria em 1862, o ministério não trazia ao governo duas opiniões, mas sim uma verdadeira aliança entre elas. Tito transcreve este trecho para chegar à conclusão de que o partido referido por Zacarias já era o liberal:

O partido, pois, que subia ao poder, era o oposto do conservador, era o liberal, ao qual o conservador de 1861 e ligueiro de 1862 se aliava, com franqueza, ou antes no qual se fundia o conselheiro Zacarias e com elle os conservadores, que na véspera se tinham declarado moderados, afastados ou apartados dos emperrados!<sup>194</sup>

Os conservadores que se aliavam ao governo Zacarias já não eram mais conservadores. Tito fala como se, em 1864, já fosse possível se referir a um grande Partido Liberal, ao qual Zacarias se fundia. Como vamos explorar mais adiante, o governo Zacarias teria levantado bandeiras liberais, mas na prática, segundo Tito, acabou por fortalecer as conquistas inconstitucionais do *Imperialismo*, e a Câmara teria se visto presa das mesmas armadilhas que provocavam o descrédito de liberais e conservadores.

Depois da queda do ministério, D. Pedro II chamou Furtado para formar o novo gabinete, o de 31 de agosto de 1864, que será um dos temas do capítulo 3. Ao iniciarem-se os trabalhos legislativos de 1865, a derrota do candidato de Furtado na votação para a presidência da Câmara fez o chefe do gabinete pedir a sua demissão, sem nem sequer requisitar ao Imperador a dissolução da Câmara.

---

<sup>193</sup> Ibidem.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 167. Sobre este período da história do Império e sobre este governo, consultar, entre outros: ESTEFANES, Bruno Fabris. *A muralha de bronze: a formação da liga progressista no Império do Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011. IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.5. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

Tito ressalta que o próximo a ser chamado pelo Imperador para presidir o gabinete foi José Antonio Saraiva<sup>195</sup>, que aceitou, mas pouco depois desistiu, por alegar não conseguir formar um Gabinete com a unidade que a circunstância exigia. Ao desistir de formar o gabinete, Saraiva indica a D. Pedro II o nome de Nabuco de Araújo<sup>196</sup>. A exposição desta justificativa culmina na acusação de que Saraiva recusou a formação do gabinete por “deslealdade”. Para justificar essa acusação, Tito se baseia no fato de que Saraiva fez parte, dois dias depois, do ministério 12 de maio de 1865, presidido por Olinda, e não se tratava de um gabinete que representasse todas as feições mais importantes do partido da situação, ou seja, não tinha a unidade valorizada por Saraiva. A sua teoria é a de que Saraiva se recusou a presidir o ministério “desde que os senadores T. Ottoni e Sousa Franco, cuja recusa esperava, annuiram ao seu convite”<sup>197</sup>. Por alguma razão, interessava a Saraiva transmitir a mensagem de que estava realmente ao lado dos liberais, convidando dois dos seus membros mais eminentes para compor consigo o ministério. Porém, não pretendia de fato trazê-los ao governo, aprofundando divisões que pareciam ser, segundo Tito, propositais e interessantes ao *Imperialismo*.

É importante sublinhar a dificuldade que teve D. Pedro II em encontrar alguém que aceitasse o cargo de presidente do Conselho, em 1865. Primeiro o Visconde de Aباeté<sup>198</sup>, depois Saraiva, depois Nabuco de Araújo, e todos o recusaram. Tratava-se de cenário político muito delicado, a sugerir incompatibilidades fortes entre os grupos de poder ligueiros sobre questões econômicas, o que pode auxiliar no entendimento das fraturas políticas que se evidenciavam dentro e fora do parlamento e do ministério<sup>199</sup>. A

---

<sup>195</sup> Trata-se de um dos mais criticados por Tito Franco de Almeida dentro do âmbito do racha interno da Liga Progressista. Oriundo da Bahia, foi deputado pela província durante três legislaturas em seguida, de 1853 a 1864. Foi ministro por diversas vezes e nomeado senador em 1867. Chegou à presidência do Conselho de Ministros em 1885. Ver em: JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

<sup>196</sup> José Thomaz Nabuco de Araújo, bacharel oriundo de Pernambuco, também é apontado por Tito Franco como político ligado aos conservadores moderados da Liga, compondo, por exemplo, o ministério de 12 de maio de 1865, presidido por Olinda. Foi deputado por Pernambuco por três vezes e nomeado senador em 1866. Ver em: JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

<sup>197</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 300.

<sup>198</sup> Trata-se de Antônio Paulino Limpo de Abreu, presidente do Conselho de Ministros do gabinete de 12 de dezembro de 1858. Foi ministro de Estado por algumas vezes durante o chamado “quinquênio liberal” e também no gabinete da Conciliação. Atuou já durante o primeiro reinado como deputado por Minas Gerais, e no período da Regência. Foi nomeado senador em 1848. Ver em JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

<sup>199</sup> Como já mencionado, a respeito das divergências internas dentro da Liga, consultar, entre outros: IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.5. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. ESTEFANES, Bruno Fabris. *A muralha de bronze: a formação da liga progressista no Império do Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

fala de Abaeté para explicar a sua recusa em chefiar o gabinete é bastante taxativa ao afirmar que o partido no governo deveria ser um novo Partido Liberal, sem ódios ou exclusivismos partidários, com duas ideias principais e grandiosas a serem perseguidas: a regeneração do sistema representativo e a liberdade individual. Tito grifa essas duas grandes ideias. Abaeté explica que o estado de guerra em que se encontrava o país, contra o Paraguai, o impossibilitava de colocar em prática o que ele chamou de mudança no *status quo*. Por isso, teria recusado o honroso convite<sup>200</sup>. Em contraposição a Abaeté, Tito ressalta que, tendo Nabuco também recusado o convite para o cargo, acabou fazendo parte depois do gabinete de 12 de maio, formado por Olinda, a quem D. Pedro II recorreu novamente. Nesse ponto, a adjetivação utilizada por Tito em relação a Olinda é radical: signo Gemini, magnus sacerdos, Judas de todos os tempos e partidos, e Saturno.

Era a terceira vez, que o Imperialismo buscava a proteção do signo Gemini - para escarnecer da opinião, do paiz, principalmente do corpo legislativo, e especialmente da camara temporária, cujo prestígio traiçoeiramente matava com a permanente mascara da hypocrisia<sup>201</sup>.

Tito cita uma fala do deputado liberal José Leandro de Godoy e Vasconcelos<sup>202</sup>, com o apoio de Christiano Ottoni, para mostrar que suas críticas encontraram eco entre outros membros do parlamento, em especial os liberais históricos. Godoy, em sua fala, aprofunda sua desconfiança ao ministério devido á relação entre Saraiva, então ministro da marinha, e Moniz Ferraz, ministro da guerra. Isso porque Saraiva, alguns anos antes, teria proferido opiniões as mais duras contra Ferraz, e Godoy questiona, então, a coerência de Saraiva, salientando um ponto bastante caro a Tito em toda sua argumentação. A incoerência dos supostos servos do *Imperialismo*, como era Saraiva, seria um sinal de sua falta de convicção política e, portanto, sinal de que agia de acordo com outros interesses, os do *Imperialismo*. Tito conclui, depois de citar Godoy, que são “epochas tristissimas para os povos”<sup>203</sup>, e observa, seguindo Guizot:

---

de São Paulo, São Paulo, 2018. ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011. SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

<sup>200</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 304.

<sup>201</sup> *Ibidem*.

<sup>202</sup> Godoy e Vasconcellos foi deputado pela Paraíba nesta legislatura de 1864-1866.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 311.

Quando os homens de bem não sabem compreender e realizar os designios da Providencia, “os velhacos e tratantes encarregam-se da tarefa; sob a impressão da necessidade, e por entre a impotência geral, sempre se encontram espíritos corruptos, sagazes e audazes, que farejam o que deve acontecer, o que se póde tentar, e fazem-se instrumentos d’um triumpho, que lhes não pertence, e de cujos fructos como que se appropriam”<sup>204</sup>.

Os homens de bem a que se refere Guizot, quando transferidos ao contexto de Tito Franco, naturalmente, são os liberais, os “verdadeiros” liberais. De fato, até este ponto Tito já havia mostrado como os liberais erraram em apoiar por diversas vezes os governos *imperialistas*, caindo em armadilhas. A citação deste trecho, porém, pode levar a crer que o recado de toda a argumentação construída nessa obra também estaria direcionado a seus correligionários. Uma dessas armadilhas teria sido executada pelo próprio governo de 12 de maio, em que Olinda teria apresentado, segundo Tito, um programa que visava exclusivamente cuidar da questão da Guerra do Paraguai, sendo no geral evasivo. A este programa anunciado por Olinda, os deputados demonstraram plena aceitação, inclusive os liberais, de forma que Tito sugere que seus correligionários teriam cedido aos feitiços do *feiticeiro-mór* do *Imperialismo*, o que teria representado um erro fatal para eles. No capítulo 3, pretendemos demonstrar a posição de Furtado frente ao gabinete Olinda e como esse político se diferenciou de Tito Franco.

O autor foca suas críticas na desarmonia do gabinete, e critica o *Imperialismo* por não apenas fechar os olhos ao fato, mas nutrir essa desarmonia, por meio de alguns ministros. Ora, o fato é que o próprio Tito reconheceu que o apoio ao gabinete na Câmara era altíssimo. Como, então, criticar a manutenção de um gabinete com amplo respaldo “popular”? De fato, seguindo a própria lógica do autor, qual não seria o nível de intervencionismo e determinismo da Coroa na vida política, sobrepondo-se em relação ao parlamento, se coubesse ao monarca vigiar a harmonia necessária entre os ministros para decidir se os demitia ou não, à revelia do que pensavam os deputados? Um dos modos pelos quais Tito acusa o Imperador de agir contra a harmonia dos gabinetes, em geral, é o fato de se reunir com ministros quase sempre sem a presença da maioria deles. Desta

---

<sup>204</sup> Ibidem.

maneira, segundo o autor, não existiam gabinetes, mas sim ministros apenas. Essa seria uma das chaves do *Imperialismo*<sup>205</sup>.

Tito se esforça para expor e provar a existência dessa desarmonia, inserindo depoimentos de ex-integrantes do ministério, sempre em busca de contrariar a própria versão de Olinda, segundo a qual a desarmonia teria começado em 27 de julho de 1866, em virtude da publicização de divergências entre Paula Sousa e Carrão. Tito Franco busca desmenti-lo, e seu intento era mostrar que a desarmonia existia desde o princípio, e que mesmo assim, com substituições e reorganizações, o gabinete era mantido. Segundo Tito, “somente o *Imperialismo* podia sustentar um gabinete em taes condições de enfermidade mortal<sup>206</sup>”. E essa desunião dos ministros teria sido, segundo Tito, contemporânea à desunião parlamentar. De um lado se encontrava Olinda, o chefe do gabinete, de outro, havia Nabuco de Araújo, ministro da justiça, em oposição a ele dentro do mesmo ministério. Nabuco, aliás, tratado por Tito como alguém que, apesar de resistir a Olinda, “não teve energia bastante para romper com ella (organização ministerial), tornando-se co-réo de todos os seus atentados e crimes”<sup>207</sup>.

Tito Franco se fixa em demonstrar as “mentiras” de Olinda ao explicar posteriormente a dissolução de seu ministério, em especial o modo como parece querer esconder a gravidade das desarmonias internas, principalmente entre o ministro da agricultura, Paula Sousa, e o ministro da fazenda, Conselheiro Carrão. A crítica recai, como é frequente em Tito Franco, sempre nas duas maiores autoridades do poder Executivo. Se o Imperador sabia da divisão dentro do gabinete desde o princípio, era cúmplice, se não sabia, era enganado pela perfídia do “desleal” Olinda. No primeiro caso, sabendo a Coroa do que se passava e assim mesmo mantendo o gabinete, se trataria de “mais um atentado contra o regimen constitucional”<sup>208</sup>.

As críticas ao marquês de Olinda seguem de forma alongada, mostrando ponto por ponto onde e de que forma ele teria falseado a divisão interna entre os ministros e “mentido” ao explicar os acontecimentos que culminaram na demissão do gabinete. O foco de Tito passa a ser, então, o final do mês de julho em que Olinda diz ter se ocupado, a pedido do Imperador, da divergência entre Carrão e Paula Sousa. A crítica recai sobre os ombros de D. Pedro II de forma muito direta, e se torna um caso chave para Tito,

---

<sup>205</sup> Ibidem, p. 332.

<sup>206</sup> Ibidem, p. 325.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 326.

<sup>208</sup> Ibidem.

justamente porque une a ação da Coroa em aliança com o presidente do gabinete, um exemplo claro do que chama de *Imperialismo*. É a alta cúpula das lideranças do Poder Executivo o alvo do autor desde o começo da obra.

Acontece que o gabinete Olinda é sucedido, em 3 de agosto de 1866, pelo de Zacarias, o outro maior servo do *Imperialismo*. A teoria de Tito a respeito disso é que Zacarias teria agido numa conspiração para derrubar o ministério e herdar o poder. Ora, o próprio Tito ressalta que Zacarias foi um grande apoiador do gabinete Olinda, mas que no dia 17 de junho, quando a crise ministerial começava ficar mais clara, ele se levanta contra o governo. O autor utiliza o próprio discurso de Zacarias em sua apresentação ao parlamento depois de assumir a presidência do Conselho para tentar provar que ele agiu pelo poder. “Não queria mais ser simples clérigo; aspirava á cadeira de vigario mitrado do *Imperialismo!*”<sup>209</sup>.

Zacarias, ao assumir o governo, explica ao parlamento que recusou três vezes o convite do *Imperador*, e Tito transcreve o trecho. Uma das razões de sua recusa era o estado em que se encontrava a Câmara, totalmente fracionada. Além disso, ele via do lado da minoria alguns de seus amigos, que prezava muito. Ao invés de Tito adentrar por uma argumentação que tornasse crível que as recusas de Zacarias faziam parte de uma encenação, denuncia o intervencionismo da Coroa: “S.M. ordenou, portanto, e o conselheiro Zacharias obedeceu! Quem, pois, organizou o novo gabinete? Quem o verdadeiro responsável da nova organização ministerial? Quem na realidade governa?”<sup>210</sup>.

Antes de apresentar o plano de governo do novo gabinete de 3 de agosto, Tito faz questão de expor o histórico político de Zacarias ao leitor:

*Conservador emperrado* até 1861 – rompeu nesse anno com os chefes e grosso do exercito conservador. – O programma não podia ser conservador.

*Ligueiro* em 1862 – abandonou essa politica para declarar-se liberal em 1864. – O programma não podia ser ligueiro.

*Liberal* em 1865 – atacou o gabinete de 31 de agosto, porque nelle preponderava o elemento liberal; apoiou o gabinete de 12 de Maio em que preponderava o elemento conservador, mas depois combateu-o para apossar-se da herança. – O programma não podia ser liberal nem conservador.

Foi uma e outra cousa, foi neutro, ou antes – *comum de dous!*...<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> Ibidem.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 344.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 345.



A aparente falta de firmeza em suas convicções seria um sinal de que, para Zacarias, haveria outro interesse envolvido em suas ações: “dar tempo ao *Imperialismo* para impor á nação o seu predomínio inconstitucional”<sup>212</sup>. A justificativa de Tito para tal afirmação se baseia na escolha das duas prioridades do governo: a guerra e as finanças, classificados como temas “neutros” por Zacarias. Essa forma de qualificar os dois temas seria uma desculpa para apresentar um programa que não levantasse qualquer dificuldade frente ao parlamento, tornando-o inerte. Tito nega a neutralidade da questão da guerra apresentando medidas bastante controversas sobre o tema, como o recrutamento forçado e o espaçamento das eleições no Rio Grande do Sul, privando os riograndenses de seu direito ao voto<sup>213</sup>. Da mesma forma, questiona a suposta neutralidade da questão das finanças e tenta derrubar a justificativa de Zacarias a respeito de seu programa. Se existiam divergências tão grandes entre os caminhos a serem seguidos para solucionar a questão econômica, como poderia se tratar de um tema neutro? E para reafirmar o modo “humilhante” pelo qual o Executivo tratava o Legislativo, evoca novamente Olinda, transcrevendo um discurso que o então presidente do Conselho fez na tribuna da Câmara. Trata-se de uma fala na qual Olinda é ríspido e irônico ao afirmar, em resposta a um deputado, o porquê não deve ser obrigatório para o bem do Estado nomear membros do corpo legislativo para as presidências das províncias. Tito destaca o seguinte trecho do discurso de Olinda: “Foram feitas as nomeações *por que eram precisas que fossem feitas*, e uma vez feitas não havia razão para as ocultar; com isso mostra o governo, que não receia a publicidade dos seus actos”<sup>214</sup>. Em falas que geraram risos, Olinda responde com muita ironia a respeito do governo ter que pedir licença ao parlamento para que os presidentes nomeados vão as suas províncias, dizendo que pediria essa permissão quando julgasse necessário.

O destaque sempre recai sobre falas que aparentemente deixam transparecer desprezo pela autoridade do Poder Legislativo. A representação popular por meio de representantes na Câmara temporária e a soberania dessa representação são pontos centrais do programa dos liberais. Por isso, a questão da ingerência nas eleições é tão

---

<sup>212</sup> Ibidem, p. 346.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 347.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 348.

importante para o autor, assim como a relação entre os ministros e a Câmara é sempre enfatizada.

Se o Brasil fosse um país livre, os ministros não poderiam tratar de forma “tão insólita ao poder legislativo”, o que promovia a decadência do sistema representativo. Tito sempre salienta a representatividade popular dos membros do Legislativo, em especial da Câmara, ainda que critique veementemente a legitimidade do processo eleitoral que os elege. A conclusão de Tito a respeito dos políticos de seu tempo é a mais pessimista possível:

Fallam em patriotismo, e são sectários do *Imperialismo*, política do absolutismo disfarçado e hypocrita, partido sem princípios, sem bandeira confessavel, conspirando a morte do systema representativo pela corrupção e pelo descredito, vivendo de expedientes e traições, cambaleando, avançando, retrogradando, apoiando-se nos que mercadeáam as convicções, explorando, fomentando e agravando as incertezas dos espiritos, a molleza e decadencia dos costumes, a falta de fê, de constancia, e de energia, a falta de virilidade nos cidadãos, adoentando de dia em dia o paiz, aviltando e rebaixando as almas para enfraquecer a opinião e a nação<sup>215</sup>.

Todo esse cenário político sombrio é seguido pelo relato de como a Câmara recebeu o gabinete Zacarias, de 3 de agosto de 1866, e da moção de desconfiança lançada contra ele assim que o governo formulou o seu programa. Segundo Tito, o ministério estaria em total desacordo com os princípios daquela casa. Mas não esclarece que era ele mesmo o autor da moção.

Para Tito, a votação dessa moção de desconfiança era emblemática: “decidia o pleito entre o regimem constitucional e o *Cesarismo*”<sup>216</sup>. Era o pleito que determinaria também a continuidade de seu mandato, e que de certa forma definiria o seu estado de

---

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> Ibidem, p. 356. O termo *Cesarismo*, no século XIX, era muito utilizado para se referir ao império dos Bonaparte na França e estaria intrinsecamente relacionado ao próprio conceito de *Bonapartismo*, ainda que tenha sido utilizado muitas vezes de forma bastante imprecisa. Sua origem remetia ao governo de Julio César na Roma Antiga (100 – 44 a.C.), para se referir a um general autocrata populista que acelerou o colapso da república romana. Ver em ALVES, Adamo Dias. *A história do conceito de bonapartismo: Uma análise semântica aplicada aos séculos XIX e XX*. Conhecimento Livraria e Distribuidora LTDA-ME: Belo Horizonte, 2018, p. 81. Karl Marx, por sua vez, critica o uso do termo *cesarismo* como analogia à realidade francesa do século XIX, traçando as diferenças entre a realidade romana e a modernidade no que diz respeito, especialmente, à diferença entre as condições materiais e econômicas da luta de classes. Para ele, a revolução de 1789-1814 por vezes se travestiu de *cesarismo* romano. A palavra *cesarismo* aparece na tradução de Nélio Schneider, publicada pela editora Boitempo Editorial. Ver em: MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 19,26.

espírito para dedicar-se à biografia de Furtado e à denúncia contra o *Imperialismo*. O fato é que, segundo o próprio Tito, 51 deputados votaram a favor do gabinete, e 48 contra ele. Essa diferença de três votos Tito transformou em apenas um voto de diferença, convencendo o leitor de que os dois deputados que se abstiveram de votar eram oposicionistas reconhecidos, mas ele não cita seus nomes. Logo, para o autor, o governo tinha a maioria de apenas um voto, e esse voto teria sido o suficiente para que o governo se sentisse forte para concluir a guerra, restaurar as finanças e principalmente “tentar esmagar no proximo futuro pleito eleitoral os dous grandes partidos enraizados no paiz – o liberal e o conservador!”<sup>217</sup>.

Tito propôs a moção de desconfiança já no primeiro dia de governo de Zacarias, na discussão parlamentar de 6 de agosto de 1866<sup>218</sup>. Segundo Eide Sandra Abrêu, a razão apontada por Tito Franco era a de que “Esse ministério, declarou o deputado, não podia contar com o apoio da câmara, porque a sua intenção política fundamental – unir os progressistas – estaria ao alcance apenas de quem tivesse o “merecimento da graça divina”<sup>219</sup>. Como não tinha esse merecimento, o ministério não poderia ter a capacidade de ressuscitar o “novo Lázaro”, ou seja, o cadáver da situação política<sup>220</sup>. Tito Franco ironiza a capacidade de Zacarias em reunir os ligueiros, mostrando também que ele próprio não parecia mais concorrer para isso em 1866.

Ao concluir a narrativa dos fatos políticos segundo a sua interpretação a respeito de como agia o *Imperialismo*, Tito Franco faz com que a obra permaneça em aberto, já que Zacarias continua no poder quando ele escreve a biografia de Furtado. Por meio da homenagem ao seu biografado, o autor insere no contexto daquele momento político de 1867 a sua narrativa diretamente atrelada às suas intenções e às de seu partido. E, para isso, a figura de Furtado lhe serviu muito bem, até porque o seu governo parece ter estabelecido um marco divisório na trajetória da Liga Progressista. Boa parte da historiografia posterior passou a aceitar uma versão segundo a qual o gabinete de Furtado é que teria sido responsável por aprofundar as divisões dentro da Liga<sup>221</sup>. Este é o ponto de vista proferido por conservadores moderados, como Saraiva, que após o fim do

---

<sup>217</sup> Ibidem, pp. 356-357.

<sup>218</sup> ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 285.

<sup>219</sup> Ibidem.

<sup>220</sup> Ibidem.

<sup>221</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império, Vol. II*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949 p. 128; IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.5. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 121.

gabinete de 31 de agosto, deixou claro, em discurso, a necessidade de que Furtado caísse para evitar o fim da Liga Progressista<sup>222</sup>. Mesmo que não tenha proferido críticas diretas a Furtado, Saraiva produziu uma versão que foi aprofundada por Nabuco e posteriormente por Sergio Buarque de Holanda, entre outros autores, segundo a qual Furtado governou com exclusivismo partidário, levando ao poder apenas os liberais chamados *históricos*. Eide Sandra Abrêu problematiza essa versão por meio de seus estudos a respeito da atuação de Tavares Bastos, também ele um moderado. Primeiramente, ressalta que, exonerado Furtado e chamado Olinda para a presidência, inicia-se um debate que segue até 1868 entre aliados de Furtado e aliados de Olinda, que se torna uma guerra de versões a respeito de quem teria sido o culpado pela ruptura na Liga. Isso significa que Furtado havia se tornado um personagem simbólico importante dos liberais em defesa do partido contra os ataques dos moderados unidos em torno de Olinda. E, de fato, parece ter existido uma movimentação deles no sentido de discutirem qual seria a sua postura frente ao gabinete Furtado, e decidiu-se, a princípio, pela neutralidade. Porém, o próprio Tavares Bastos, em correspondência, afirma que essa neutralidade combinada não foi respeitada. Ele cita dois liberais que teriam desrespeitado o acordo e apoiado Furtado: Sousa Franco e Otaviano<sup>223</sup>. A partir daí, teria crescido a hostilidade contra Furtado, vinda de Bastos e fazendo eco entre outros moderados<sup>224</sup>. Então, é plausível afirmar que, antes da abertura dos trabalhos legislativos de 1865, havia entre muitos moderados a intenção de agir contra Furtado. Quando se inicia o gabinete de 31 de agosto de 1864, pelo que tudo indica, já havia uma tensão acerca do balanceamento de poderes entre liberais e moderados dentro da Liga, tensão que levou a uma decisão pela neutralidade frente ao governo de Furtado, mas que logo se transformou em hostilidade quando importantes liberais, como Sousa Franco, aderiram ao gabinete 31 de agosto. Logo, a imagem de Furtado e de seu governo, em inícios de 1867, ainda estava carregada de um significado importante para os liberais chamados *históricos*. Tratava-se do ponto fulcral de uma narrativa que preservava os antigos liberais frente ao já percebido esfacelamento da Liga, de forma a evitar a predominância dos moderados, o que parecia realmente estar acontecendo, uma vez que Zacarias é quem estava no poder (sucendo Olinda) quando Tito escreve a sua obra.

---

<sup>222</sup> ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 207.

<sup>223</sup> Trata-se de Francisco Octaviano de Almeida Rosa, deputado pelo Rio de Janeiro nesta legislatura de 1864-1866.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 208.

Tito Franco não estava alheio a um ponto importante da argumentação liberal *histórica* que foi utilizado, entre outros, por Teófilo Ottoni para preservar a imagem de Furtado, em 1865. O político mineiro fazia questão de focar suas críticas à atuação do poder pessoal do Imperador, que tinha a “verdadeira” culpa, preservando, assim, a pessoa de Furtado<sup>225</sup>. Tito, dois anos depois, em sua obra, levou esta versão à radicalidade, escolhendo Furtado como emblema dos liberais e colocando sobre os ombros do poder imperial todas as mazelas do país, com a colaboração dos moderados que supostamente teriam se prestado a ser servos do *Imperialismo*. Além disso, o termo *Imperialismo*, foi ressignificado por Tito Franco para se acomodar a uma narrativa capaz de mobilizar a luta política em meio às discordâncias entre ligueiros dos quais ele próprio fez parte.

O fato é que um poder tão forte e articulado como foi o do *Imperialismo*, segundo Tito Franco, e que é resultado da união da Coroa com os ministros que o serviam, pôde se prestar muitas vezes como justificativa plausível para os erros do seu Partido Liberal, que por boa fé e ingenuidade se deixou levar pelo “canto da sereia”. Ou os liberais foram enganados ou foram vítimas de alguns de seus próprios quadros, que, uma vez no poder, traíram seus ideais. Mas Furtado, ao contrário, chamado ao posto máximo do poder, teria sido uma exceção que Tito decidiu salientar, ou construir, para atingir seus objetivos circunstanciais.

Se durante toda a sua obra, os moderados associados à Liga, alguns dos quais haviam participado da Conciliação, na década de 1850, são acusados de capturar as principais bandeiras liberais e, dessa forma, modificá-las para ampliar suas bases eleitorais, a personagem biografada por Tito Franco parece perfeita para auxiliar o autor nas suas acusações a respeito das intenções que os moderados escondiam, num momento em que parecem prevalecer no poder frente aos *históricos*, durante o terceiro gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos.

### 3. Problematicando a obra de Tito Franco de Almeida

Retomando questões apontadas no primeiro e no segundo capítulos, pretendemos agora discutir de que modo a figura de Furtado se constituiu em emblema do Partido Liberal, tal como Tito Franco o apresentava em 1867. Valendo-se da cronologia da

---

<sup>225</sup> Ibidem, p. 210.

história do Império que construiu, o autor procura identificar em Furtado os elementos centrais das bandeiras liberais e dos governos liberais a partir de 1840. Ao lado desse ponto, por meio do estudo dos *Anais do Parlamento* brasileiro e de outras fontes do período, nossa proposta é interrogar a obra de Franco, confrontando-a com os apontamentos do Imperador, com periódicos da época, com a obra *Páginas de história constitucional do Brasil*, de 1870, e com a *Autobiografia* publicizada por Tito Franco, em 1882. Recuperam-se também, aqui, as observações de Renato Janine Ribeiro e outras referências mencionadas no primeiro capítulo, buscando-se a contextualização política e histórica dos textos trabalhados. Até que ponto o falseamento do parlamentarismo tão explorado por Franco não representa um argumento de luta política voltado para a defesa de bandeiras liberais “históricas” e para a desqualificação de adversários? Em que medida os processos de Conciliação e posteriormente de configuração da Liga Progressista teriam “corrompido” o sistema político e contribuído para o “atraso” do Império? Não seriam esses qualificativos elementos constitutivos de interpretações atravessadas pelas circunstâncias políticas de 1865, 1866 e 1867?

A construção argumentativa de Tito Franco de Almeida é realizada, entre outras vias, pelo modo como insere em sua narrativa o confronto de Furtado com membros da ala conservadora moderada da Liga Progressista, como Zacarias, Saraiva e Olinda. Ao falar sobre o governo de Furtado, Tito o considera como o primeiro governo liberal em 16 anos, isso porque utiliza como referência o fim do quinquênio liberal, com a queda do gabinete de Paula Sousa, em 1848. Essa tese cria a ideia de que teria havido uma ruptura entre o governo Zacarias de 15 de janeiro de 1864 e o governo Furtado de 31 de agosto de 1864, mas as ligações de Furtado com a Liga parecem ser mais estreitas do que Tito Franco demonstra, como vamos observar nas discussões parlamentares e nos artigos dos periódicos da Corte. Talvez o autor esteja se referindo a Furtado como o primeiro governo “verdadeiramente” liberal em anos, já que, segundo ele, Zacarias era um servo do *Imperialismo*. Tito sugere que o gabinete de 15 de janeiro de 1864 fortaleceu as conquistas inconstitucionais do *Imperialismo*. O autor busca omitir a sua relação e a de Furtado com a Liga para fortalecer uma suposta identidade liberal.

Para o reforço dessa identidade e para a sustentação de sua argumentação, era preciso também afastar o leitor de alguns fatos que poderiam expor as razões concretas do afastamento entre liberais e moderados, que extrapolavam as teorias levantadas na obra. Isso se torna saliente quando entendemos que Tito Franco esconde, na biografia de Furtado, que lançou duas moções de desconfiança em 1866, uma contra o governo de

Olinda que sucedeu o de Furtado e outra contra Zacarias, logo nos primeiros dias de seu governo, em agosto de 1866, governo durante o qual escreveu a obra<sup>226</sup>. Isso significa que depois da queda de seu biografado, ele foi protagonista na tentativa de derrubar os dois governos seguintes. As razões específicas para o lançamento dessas moções estão, em parte, expostas na *Autobiografia*, de 1882, como veremos mais adiante.

As contradições e omissões do discurso construído por Tito Franco vão sendo expostas também pela voz da imprensa da Corte. Ela aponta visões contestatórias em relação ao cenário imposto por ele. Além disso, é possível também recompor discursos e discussões editados pelo autor para entender quais trechos ele suprimiu, abrindo possibilidades para outras formas de compreensão a respeito de Furtado e do contexto político da época. As contestações à narrativa de Tito Franco também partem do Imperador através dos comentários que escreveu de próprio punho em seu exemplar da obra.

É muito relevante também a contraposição das opiniões expressas na biografia de Furtado com aquelas expressas por Tito Franco em sua *Autobiografia*, editada em 1882. Sua *Autobiografia* foi publicada em 1942 na *Revista do IHGB*<sup>227</sup>. Em seu título, ela já estabelece o recorte temporal que Tito Franco de Almeida escolhe: 1848 a 1881. Mas, nesta edição da revista do IHGB, a *Autobiografia* foi publicada depois de um texto que lhe serviu como introdução, denominado “Tito Franco e o Imperialismo”, de Tavares Lyra. Como vamos ver, a *Autobiografia* não se apoia no *Imperialismo*, essa ideia não está mais presente nas análises políticas de Tito Franco em 1882. Por isso mesmo, não deixa de ser interessante notar que a *Revista do IHGB* optou por publicar como introdução à *Autobiografia* um texto cujo mote principal é justamente a relação do autor com o conceito de *Imperialismo*, retomando a biografia de Furtado, de 1867, tamanho o impacto desta obra entre os pesquisadores do século XX. Se, em 1882, nem mesmo o próprio Tito Franco, criador do conceito, o sustentava mais com relevância, é emblemático que o *Imperialismo* (da maneira como ele descreveu) povoasse de forma tão vívida a mente dos autores que volviam seus olhares ao Império. Trata-se de um sintoma da maneira pela qual a biografia de Furtado foi interpretada e analisada, alheia às condições de sua

---

<sup>226</sup> A moção movida contra Olinda data de 16 de abril: *Anais da Câmara dos Deputados*, 16/04/1866, p. 161. Já a moção movida contra Zacarias aconteceu na sessão de 6 de agosto: *Anais da Câmara dos Deputados*, 06/08/1866, p. 11. Disponíveis em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>.

<sup>227</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. *Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida*, *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177, Rio de Janeiro: IHGB, 1942, pp. 431-432.

produção e às suas intenções mais concretas e circunstanciais de um agente político atuante.

A *Autobiografia* traz outra narrativa de outro ponto de vista, muitas vezes a respeito dos mesmos fatos e períodos tratados na biografia de Furtado. Isso significa que o texto autobiográfico acaba funcionando como uma espécie de contestação dele por ele mesmo, graças ao fato de que ambas as obras são armas políticas, frutos de seus contextos, mas também, e especialmente, motivadas a intervir nestes contextos, como nos lembra Renato Janine Ribeiro. Dessa maneira, torna-se compreensível a existência de julgamentos tão diferentes partindo de um mesmo autor, afinal, eram contextos e circunstâncias totalmente diversos também.

Se nos detivermos na cronologia, percebemos que a mesma *Revista do IHGB* publicou em 1914, através de Max Fleiuss, os comentários do Imperador inseridos por ele na biografia de Furtado. Em 1942, temos a publicação do trabalho de Tavares Lyra a respeito de Tito Franco e o *Imperialismo*, seguida da *Autobiografia* de Tito Franco. Já em 1944, vem a reedição da biografia de Furtado pela Companhia Editora Nacional, que também traz os comentários do Imperador, conforme já mencionado.

### 3.1. A figura de Furtado na interpretação de Tito Franco de Almeida

As primeiras páginas da biografia são dedicadas à infância e juventude de Furtado. Quando da Independência do Brasil, ele contava 4 anos de idade, e tinha 6 anos quando da outorga da Constituição de 1824. É como se Furtado nascesse predestinado a defender os princípios liberais:

Soube enfim do monumental trabalho dos liberaes, esculpido na Constituição, no Código do processo Criminal, e no Acto Additional, salvando com as Reformas Constitucionaes, sem soldados, sem dinheiro, a integridade do Imperio posta em perigo, em quasi todas as estrelas brasileiras, por motins, revoltas e revoluções<sup>228</sup>.

---

<sup>228</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p.17. Na biografia que Lucien Febyre escreveu sobre Lutero, o autor mostra que parte da historiografia sobre ele considera que teria nascido já predestinado a realizar a reforma protestante. Tito Franco desenvolve, em meados do século XIX, o mesmo procedimento, buscando enfatizar a coerência de Furtado, ao longo de toda a vida, na defesa de um único e imaginário Partido Liberal FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2017.



Tito atribui aos liberais os sucessos da fundação do Império, aliando na mesma afirmação o contexto da Constituição, nos anos de 1820, e as reformas levadas a cabo durante o período regencial, nos anos de 1830, quando tece elogios a Feijó. Tito se utiliza do assassinato de Raimundo Teixeira Mendes, padrao de Furtado, no Maranhão, para acusar o gabinete de 19 de setembro de 1837, já sob a regência de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, de utilizar a força para obter os poderes regionais, dentro do contexto da reação conservadora. Teixeira Mendes seria uma chefe liberal de destaque na província. O autor se vale de trecho da biografia de João Francisco Lisboa, liberal maranhense, escrita por Henriques Leal<sup>229</sup> (que também biografou Furtado em 1874<sup>230</sup>), para fazer essa acusação. É importante para Tito narrar este trauma na vida do jovem Furtado como início de sua filiação partidária, como se a marca liberal estivesse, senão em seu sangue, em suas mais remotas origens.

Seriam também grandes vitórias liberais a “revolução que arrancara a coroa a D. Pedro I, e pouco depois outra para firmá-la na cabeça do próprio filho, o Sr. D. Pedro II....”<sup>231</sup>. Segundo Tito, a Abdicação e a Maioridade foram não apenas grandes e famosos acontecimentos de méritos liberais, mas teriam deixado uma grande lição ao Brasil. A prosperidade e o sossego do país dependiam, desde então, do aprendizado dessa lição, que é a impossibilidade de conviver com o absolutismo monárquico, com governos que não respeitem a liberdade e a representatividade popular<sup>232</sup>. Para reforçar a sua posição de liberal histórico, ele ressalta valores importantes dos liberais ao longo de sua trajetória política, como a liberdade individual e a capacidade da sociedade em se autogerir, escolher seus representantes e lutar pela liberdade política. Isso significava lutar contra o absolutismo que ocorreria por meio do predomínio do Poder Executivo e de uma oligarquia identificada aos conservadores, inclusive àqueles moderados que comporiam a Liga.

Em sua *Autobiografia*, escrita no ano de 1882, ou seja, quinze anos depois da biografia de Furtado, Tito Franco irá justamente direcionar as suas críticas ao Partido Liberal, em especial o do Pará. É importante lembrar que, nesse momento, o Partido Liberal não era exatamente aquele que Tito Franco defendeu em 1867. Em 1882, tratava-se do partido que foi resultado de uma refundação em 1868, unindo os liberais

---

<sup>229</sup> LEAL, Antonio Henriques. *Obras de João Francisco Lisboa*. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1864-1865.

<sup>230</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

<sup>231</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 21.

<sup>232</sup> *Ibidem*.

denominados *históricos* aos moderados da Liga Progressista. Se, em 1867, o *Imperialismo* era o culpado pela exclusão dos liberais e, em consequência, do próprio Tito Franco de Almeida, em 1882, os culpados serão seus próprios correligionários. Logo na primeira página do texto, ele faz referência à derrota estrondosa do Partido Liberal no Pará, em 1881, e prevê o fim breve dos liberais em todo o Império. O tamanho do pessimismo é justificado linhas adiante, quando ele fala que as últimas eleições recentes foram as primeiras eleições depois da reforma eleitoral de 1881<sup>233</sup>, que estabelecia o voto direto e, que, segundo ele, garantia a liberdade nas urnas de uma forma nunca antes vista<sup>234</sup>. Era uma reforma defendida pelos liberais e seus aspectos gerais estavam de acordo com o que Sousa Carvalho defendeu no seu folheto *O Imperialismo e a Reforma*, como tratado no capítulo 2.

Vimos que a questão da liberdade das eleições é justamente um dos pilares do que Tito Franco chama de *Imperialismo*, em 1867, e também o principal motivo na opinião do Imperador para o mal funcionamento do sistema representativo, segundo alguns de seus próprios comentários escritos na biografia de Furtado<sup>235</sup>. Reconhecendo, em 1882, que as eleições eram livres, Tito não busca nesse momento identificar onde se esconde a injustiça advinda de alguma força inconstitucional, mas reconhece como legítima a falta de popularidade dos liberais no Pará e parte para uma análise voltada a um exame de consciência do partido. Excluído do pleito pelos seus correligionários e obrigado a abandonar o papel de ator político, ao menos de forma momentânea, Tito Franco explica que escreveu a *Autobiografia* como um exame de consciência e para que todos aqueles que a lessem tivessem a oportunidade de julgar seus méritos nesse momento em que o seu partido tomava um caminho que o excluía, e que teria rendido ao mesmo partido a tão lamentada derrota memorável nas urnas. Segundo ele, a *Autobiografia* foi escrita no âmbito de quem “arranca as vestes de ator na política militante”<sup>236</sup>, afirmando que agora trajava uma toga para apenas julgar a si mesmo<sup>237</sup>. Tenta convencer o leitor de que escreve a obra completamente livre das vestes políticas. Como sabemos, essa afirmação e essa

---

<sup>233</sup> Para mais dados sobre a reforma eleitoral de 1881 e as outras que foram levadas a cabo durante o Império, ver, entre outros, o artigo DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo: FFLCH/USP, 2011, 32 p. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais>

<sup>234</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida, *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177, Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 331.

<sup>235</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, pp. 100, 153, 162.

<sup>236</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida, *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177, Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 334.

<sup>237</sup> *Ibidem*.

obra são quase uma prova do contrário, de que ele buscava justamente agir politicamente utilizando as armas que tinha em mãos, assim como fez, em 1867, ao escrever a biografia de Furtado.

Ao narrar os sucessos da vida de Francisco José Furtado, Tito coloca como marco sua primeira eleição para a Câmara dos deputados, em 1848. De fato, Tito explora bastante o período do chamado primeiro quinquênio liberal, de 1843 a 1848, e também o seu fim, arquitetado, em teoria, inconstitucionalmente, pela ação da Coroa.

Pareceu necessário a Tito Franco expor de forma quase integral o discurso de Furtado durante a sessão de 5 de agosto de 1848, em que o deputado expôs suas posições, grifadas por Tito, a respeito da formação de gabinetes, especialmente a acusação da falta de unidade entre os ministros<sup>238</sup>. Apesar de Furtado não citar nada a respeito de ações inconstitucionais da Coroa, Tito já havia transcrito a crítica de Torres Homem (Timandro) de que era o Imperador que forjava gabinetes desarmoniosos<sup>239</sup>, o que pode levar o leitor a suspeitar que Furtado também estaria de acordo com a teoria da má influência do *Imperialismo*, desde os anos de 1840, no mesmo sentido que Tito. Em outros momentos da biografia esse mesmo estratagema será utilizado.

Tito Franco retoma a ascensão do gabinete de 10 de agosto de 1859, chefiado por Ferraz, que é bastante criticado por ele, em especial por ter feito aprovar o que ele chamou de restrição de crédito. Porém, a crítica mais pesada se refere ao comportamento da Câmara neste período, já que era a mesma Câmara que, segundo Tito, teria sustentado anteriormente, em 1857 e 1858, a liberdade de crédito durante o gabinete 4 de maio de 1857, chefiado por Olinda e que tinha Sousa Franco na pasta da fazenda. Ele agradece o fato de Furtado não fazer parte dessa Câmara, e dessa forma “não assistir o naufrágio de seus amigos”<sup>240</sup>.

Em 1860, Tito pontua que Furtado foi reeleito à Câmara temporária, tomando assento em 1861 na legislatura de maioria conservadora. Apenas em 1882, na *Autobiografia*, é que Tito Franco ressalta que ele próprio fazia parte da Câmara que se encerrou em 1860, e que nas eleições que se seguiram ele tentou se reeleger. O fato é que, encerrada a Câmara, segundo o tempo determinado pela Constituição, Tito acusa o governo Ferraz de promover no Pará o fuzilamento político daqueles que se colocaram

---

<sup>238</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 37. Tito Franco cita trecho de *Libelo do Povo*, escrito por Timandro, no qual este acusa o monarca de não aceitar os ministros sugeridos pelos presidentes a partir de 1845, com a intenção de gerar propositadamente um ministério heterogêneo e desarmonioso.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 95.

contra o gabinete<sup>241</sup>. Tito Franco era um deles. Por meio da intervenção do presidente de província, o gabinete estaria influenciando no resultado das eleições para excluir seus adversários. Naquele momento, o presidente do Pará era Angelo Thomaz do Amaral, que assumiu o cargo no dia 8 de agosto de 1860. Thomaz do Amaral também havia sido presidente do Amazonas, nomeado por Caxias, e foi substituído justamente por Furtado neste cargo, no ano seguinte, por determinação do Marquês de Olinda. Ainda assim, Tito seria reeleito e chegaria à Câmara em 1861, mas sua eleição foi anulada pela mesa de verificação. A Câmara era, majoritariamente conservadora, e o relator do processo foi Pereira da Silva<sup>242</sup>. Interessante que na biografia de Furtado, escrita poucos anos depois desta eleição, Tito Franco não “denunciou” este fato. Sequer havia sido muito claro sobre ter estado na Câmara anterior, que ele tanto criticou. Ele também não descreveu sua própria conduta pessoal durante estes trabalhos legislativos.

Neste momento da narrativa, em que Tito Franco chega à eleição de Furtado para a Câmara de 1861, ele insere, assim como faz em outros trechos de sua obra, falas de Furtado no parlamento que direcionam o leitor a entender como o biografado critica o Poder Executivo e sua suposta preponderância dentro do sistema político, além de descrever Furtado como um liberal contrário à Liga e aos moderados. Em relação à força exacerbada do Executivo, Furtado, ao menos nos trechos selecionados, reconhece a sobreposição deste poder em relação aos demais poderes, ponderando em sessão de julho de 1861 que os agentes do Executivo “*têm quase absorvido e nullificado o poder legislativo e o poder judiciário*”<sup>243</sup>. Ele, porém, não cita o Imperador. Quem estabelece o nexos de que essa crítica leva à existência do *Imperialismo* é o próprio Tito no parágrafo seguinte: “Esta – a verdade inteira – e que tem calado no espirito publico. Pouco falta para que do facto suba a lógica até á *causa real* que o alimenta, fructifica e perpetúa – o *Imperialismo*”<sup>244</sup>.

O fato é que Furtado realmente caracteriza a intervenção dos agentes do Executivo nas eleições como a razão pela qual se desvirtua o sistema representativo<sup>245</sup>, não apenas porque considera o parlamento livre como uma das principais bases deste sistema, mas também porque a interferência do Executivo nas eleições dificulta a compreensão do

---

<sup>241</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 379.

<sup>242</sup> Membro do Partido Conservador, deputado pelo Rio de Janeiro por diversas vezes, inclusive na Câmara de 1861-1864.

<sup>243</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 104.

<sup>244</sup> *Ibidem*.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 112.

Poder Moderador em relação às formações das maiorias, talvez porque a própria legitimidade do processo estaria fragilizada. Dessa forma, ele alega a inconstitucionalidade de tal intervenção<sup>246</sup>. Em outro momento, Tito transcreve discurso de Furtado em 6 de agosto de 1861, no qual discute com o ministro da justiça do gabinete Caxias de 2 de março de 1861, Saião Lobato, retomando o mesmo argumento, dizendo que a intervenção dos ministros nas eleições:

perturba o poder moderador no exercício de suas altas funções, tirando-lhe o critério legal e mais seguro de conhecer as modificações e mudanças da verdadeira opinião do paiz; illudindo-o com a existencia de maiorias fictícias...<sup>247</sup>.

Furtado afirma a necessidade de que agentes responsáveis assinem pelos atos do Poder Moderador, reconhecendo, porém, que naquele momento a Constituição realmente não favorecia o ditado de que *o rei reina e não governa*. Porém, com eleições livres, parlamento independente e ministros que assinem pelo Poder Executivo e pelo Moderador, nada se deveria temer<sup>248</sup>, aproximando-se do posicionamento de Zacarias acerca do tema, exposto em seu célebre texto *Da natureza e limites do poder moderador*, cuja primeira edição data de 1860 e a segunda de 1862<sup>249</sup>. Para Furtado, a junção do viciamento das eleições (causada pela ação do Executivo, que formava “falsas” maiorias para péssimos governos) e a não responsabilidade dos ministros pelos atos da Coroa, era a causa das crises nas monarquias naquele momento<sup>250</sup>, abrangendo não apenas a brasileira. Nos trechos realçados por Tito, Furtado fala em favor da monarquia. A defesa que faz da responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador se baseia no fato de que eles seriam os únicos agentes e instrumentos de todos os atos da Coroa, seja na esfera do Poder Executivo, seja na do Poder Moderador<sup>251</sup>. Furtado propõe uma comparação com outras monarquias constitucionais, nas quais não existe a separação nominal de poderes Executivo e Moderador. São simplesmente atribuições da Coroa. São os ministros os responsáveis por todos esses atos, frutos de tais atribuições.

---

<sup>246</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>249</sup> VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. *Da natureza e limites do poder moderador*. Typ. Universal de Laemmert, 2ª edição: Rio de Janeiro, 1862. A introdução de Cecilia Helena de Salles Oliveira a respeito do tema no livro sobre Zacarias de Góis pode clarear as posições: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles (org). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>250</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 115.

<sup>251</sup> Ibidem, p. 129.

A transcrição do discurso supracitado, proferido em 6 de agosto de 1861, tem como principais interlocutores o ministro da justiça, Francisco de Paula Saião Lobato, e o ministro do Império, José Ildefonso de Souza Ramos, Visconde de Jaguaré, que havia substituído Saraiva um mês antes. Trata-se de um exemplo bastante significativo em relação às intenções de Tito Franco no que se refere à narrativa que busca criar em sua obra e em como utiliza Furtado para reafirmar as suas próprias ideias que servem de base ao seu discurso. A edição que Tito Franco faz desse discurso evidencia algumas diferenças básicas entre o cenário que tenta criar e algumas ilações expostas pelo seu biografado.

Se Tito optou por retirar trechos deste discurso, cabe saber quais trechos são esses, e entender não apenas quais informações eles traziam, mas as implicações que poderiam ocasionar para a narrativa forjada pelo autor. Tito retira dessa transcrição a parte inicial do discurso de Furtado no qual ele questiona o ministro do Império a respeito da recente nomeação para a presidência da província do Maranhão, e a maneira pela qual este presidente estaria impondo a candidatura do ministro da marinha, Joaquim José Ignacio, Visconde de Inhaúma. Diz Furtado que: “Removido o Sr. Dr. Silveira de Souza da presidência do Maranhão, logo depois da eleição, foi para lá mandado o Sr. Leão Vellozo, e antes de um mez, no vapor seguinte, ia a notícia da demissão do Sr. Leão Vellozo e da nomeação de um novo presidente”<sup>252</sup>.

Este novo presidente é Francisco Primo de Sousa Aguiar, do Partido Conservador, assim como Leão Velloso. Este terá certa proeminência também no contexto em que Tito Franco escreve a biografia de Furtado, porque era ele o presidente do Pará que conduziu as eleições para a legislatura de 1867, na qual Tito Franco não se reelegeu, segundo ele devido a um “fuzilamento” eleitoral levado a cabo por Zacarias de Góis.

Tito Franco também não apresenta um dos temas seguintes tratado por Furtado neste mesmo discurso, a respeito da realização do Censo. O que o autor menciona no trecho em que transcreve é que, segundo Furtado, o então ministro da justiça, José Maria da Silva Paranhos, havia dito que “a execução é tudo”, embora Tito Franco não tenha contextualizado essa afirmação. Se a execução é tudo, Furtado entende que o governo não deveria ter dificuldade em executar o Censo. Mas, assumindo um parêntese no tema, Furtado faz questão de dizer que discorda desta máxima de que a “execução é tudo”. Primeiro porque, segundo ele, Paranhos teria dito isto para justificar a inutilidade de reformas, na esteira da ideia de que a execução poderia suprir os defeitos das leis, e que

---

<sup>252</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 06 de agosto de 1861, p. 68.

o próprio Paranhos teria usado o exemplo da Inglaterra, onde a execução da lei poderia corrigir seus defeitos. A argumentação de Furtado parte do princípio de que, se fosse assim, as leis na Inglaterra não seriam reformadas, ou seja, as constantes reformas e tentativas de reformas na legislação britânica seriam um sinal de que não se pode confiar exclusivamente na ação do Poder Executivo. Pelo contrário, para Furtado a legislação trata de controlar e orientar as ações do Executivo. Toda esta discussão foi editada e excluída da biografia. Nela, Furtado afirma:

Se assim fôra, na Inglaterra não se reformariam as leis, nem se promoveria a reforma de outras; a execução suppriria os defeitos e as lacunas. Mas lá também, e sem embargo do respeito que o povo inglez e os executores consagrão às leis, ha violações flagrantes, repetidas; e basta citar o que se dá no tocante á legislação eleitoral, que tem soffrido reformas, como saben a camara e o nobre ministro.<sup>253</sup>

Furtado acusa o Poder Executivo inglês de agir contra as leis eleitorais, o que tornaria ainda mais necessário o trabalho do parlamento para a sua reforma, numa clara contraposição dos poderes Legislativo e Executivo. E afirma que lá, não apenas as leis eleitorais são desrespeitadas, como também as criminais. A maneira como este trecho do discurso encaminha a argumentação faz com que Furtado incorra em um grande inconveniente a Tito Franco: mostra que o sistema representativo britânico passa por problemas e violações, que se aproximam, de certa forma, do que se passava no Brasil. O problema é que Tito Franco usa sempre o exemplo inglês para apresentar o que seria o constitucionalismo de uma monarquia representativa ideal, e apresenta os problemas da monarquia brasileira, em especial os que se referem às eleições, como diretamente relacionados à ação do *Imperialismo* que devasta o país, ou seja, ele expõe as violações à Constituição como específicas do Brasil e de origem exclusiva da ação do Imperador em conjunto com seus “servidores”, os moderados, sempre coagidos a falsear o sistema. Ainda reforçando sua posição contra o predomínio e o arbítrio do Poder Executivo, Furtado finaliza sua argumentação contra a ideia de Paranhos de que a execução é tudo:

A regra de todas as ações do empregado publico devem ser os preceitos da lei. Ora, sendo assim, como é que a execução póde supprir os defeitos da lei? Se a lei não encerra preceitos máos, e apenas o de largo arbitrio ao executor, se este executor é illustrado, e bem

---

<sup>253</sup> Ibidem, p. 69.

intencionado, de certo que a lei não dará máos resultados; porém se o executor for baldo de illustração, ou apaixonado, ou sem probidade, o arbítrio é horrivel. Se a lei não dá arbitrio ao executor, se encerra preceitos máos, quanto mais fielmente fôr executada, tento peiores serão seus resultados. Por consequencia, quer pratica, quer philosophicamente, a opinião do illustrado ministro, perdôe que o diga, é a meu juizo, um erro<sup>254</sup>.

Tito transcreveu a parte subseqüente do discurso a respeito da responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador, excluindo as falas supracitadas.

Porém, é interessante notar também que Tito encerra a transcrição antes que, de fato, o discurso de Furtado tenha terminado. Ele edita o discurso de maneira que a parte final da fala de seu biografado seja suprimida. Neste outro trecho subtraído, Furtado ataca de maneira veemente os críticos da Conciliação. Ele chama a articulação política conciliatória liderada por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, de *salvação do país*, embora ressalte que não fez parte dela, apenas a aplaudiu. Furtado ataca claramente quem era crítico não apenas de Carneiro Leão, mas também do Marquês de Olinda, que, segundo Furtado, seguiu legitimamente as ideias conciliatórias com grande apoio da maioria conservadora da Câmara. Em meio a grandes elogios voltados ao Marquês do Paraná, Furtado também ressalta a legitimidade e a organicidade da articulação política liderada por ele. Furtado não cita o Imperador como agente ativo que teria imposto tal articulação:

Quando ouço estes himnos, quando ouço as maldições contra a conciliação, se não fosse contemporâneo desse facto, perguntaria quem foi que estabeleceu ese systema de governo, quem o sustentou nas camaras?! Mas vós, senhores, sabéis que ese systema foi apresentado como programma por um dos chefes mais influentes e notaveis do partido conservador, um dos poucos estadistas do paiz que sabia ser magnanimo, e ese illustre chefe conservador presidia um gabinete composto de conservadores distinctos...<sup>255</sup>

Furtado insere seu ponto de vista a respeito da Conciliação no âmbito de uma grande ironia voltada a responder àqueles que acusam essa articulação política de corromper o sistema político. O que Furtado sugere, portanto, é que havia um grupo de

---

<sup>254</sup> Ibidem.

<sup>255</sup> Ibidem, p. 72.



parlamentares, em 1861, que utilizava o argumento da corrupção para criticar a Conciliação. Ora, na biografia de Furtado, o próprio Tito Franco utiliza essa argumentação para justificar a existência do *Imperialismo*. O autor parece querer impedir qualquer sentimento positivo a respeito da Conciliação, assim como faz em relação às lideranças da Liga durante toda a obra. Porém, discursos como estes de Furtado mostram que os traços que Tito quer realçar de seu biografado são uma criação, não tão apegada aos registros, como estes, que ele optou por esconder.

O próprio Imperador D. Pedro II em um de seus comentários exprime resumidamente a sua opinião a respeito do período da experiência conciliatória e da Liga. Isso aconteceu no momento em que Tito Franco faz uma cronologia da ação do *Imperialismo*, desde o começo do reinado de D. Pedro II até o ano em que escreve a obra, em 1867. Desde 1853, ano que podemos considerar o início da política da Conciliação, até 1866, em que Tito perde o mandato e Zacarias se encontra na presidência do Conselho de Ministros, Tito engloba a segunda fase da ação do *Imperialismo*, na qual a indefinição de ideias e a corrupção provocaram o predomínio do Poder Executivo. Ele, o *Imperialismo*, teria um partido meramente oficial, com bandeiras que dependiam das circunstâncias, e, pelo que apreendemos de seus argumentos, seria aquele advindo da Conciliação e depois aquele originário da experiência da Liga Progressista, como comentado no segundo capítulo.

A partir de 1866, Tito Franco considera que se inicia uma nova fase, sem disfarce nenhum, com partido oficial fortemente organizado que atacava liberais e conservadores. Após essa categorização, o Imperador inclui o seguinte comentário: “Cansaço dos partidos extremos, que se tornaram moderados. Não fui eu que retirei minha confiança ao Furtado, que nem me pediu a dissolução da Camara.”<sup>256</sup>. O monarca insere a sua visão a respeito da política da Conciliação e da Liga Progressista, argumentando que ao invés de serem estratégias colocadas em prática pelo *Imperialismo*, haviam sido movimentos legítimos de setores dos partidos cansados dos extremos. O Imperador parece entender que a descrição que o autor faz dessas fases do *Imperialismo* sugere que a Coroa agiu contra Furtado. Uma vez justificado o fato de que o monarca nunca chegou a retirar do biografado a sua confiança e de que o próprio Furtado entendeu que deveria sair do governo, o que faz D. Pedro II é expor o que seria a “verdade” dos fatos: como poderia ele ter agido pelo seu próprio predomínio, se aproveitando da indefinição partidária e da

---

<sup>256</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 26.

corrupção, trabalhando pelo rebaixamento das almas, como aponta o autor, se na verdade a demissão de Furtado partiu do próprio Furtado? Se o monarca diz que apoiava o biografado em seu governo e que os movimentos da Conciliação e da Liga eram sinais do cansaço dos partidos extremos, ele não apenas apresenta a sua versão que vai totalmente de encontro à descrição do autor sobre como agiu o *Imperialismo* em cada fase, como também lança um ponto de vista que, de forma resumida, coloca em xeque toda a narrativa da obra. Também, de forma sutil, ao defender a Conciliação e a Liga, e ao mesmo tempo mostrar estar de acordo com Furtado, o monarca acaba por aproximar o biografado dessas articulações conciliatórias.

O próprio discurso de Furtado a respeito da Conciliação, excluído por Tito Franco, o aproxima dela. Em sua fala, em 6 de agosto de 1861, o biografado avança em sua argumentação justamente para criticar os detratores do movimento de Conciliação. Furtado afirma:

Que! Pois o paiz estava organizado, arregimentados os partidos, e um homem apresenta-se á frente de um gabinete e diz ao paiz, aos partidos e ás câmaras, - abandonai a felicidade de que gozais, abandonai as vossas crenças em troco do scepticismo e da corrupção que vos offereço sob o nome de conciliação, - e o paiz, as câmaras e o partido conservador de posse do paiz oficial, acompanha esse homem, e aos conservadores que com ele compunhão o gabinete, entre os quaes o nobre deputado que me está em frente e mais dous dos actuaes dignos ministros!...<sup>257</sup>

E prossegue:

Não se comprehende, senhores, como estando o paiz feliz, os partidos arregimentados, ardendo de zelo pela causa publica, houvesse homem algum, a não dispor do genio e poder absoluto de Pedro-Grande da Russia, que se atrevesse a emprehender um tão grande transtorno no paiz por meio da conciliação, isto é, do scepticismo e da corrupção, como a chamão alguns. Não se comprehende que os sectários da verdadeira crença não só apoiassem esse ministerio como aceitassem delle cargos de confiança! Não vêdes que os insultos hoje atirados á conciliação revertem a vossas faces?... Mas, o espirito de partido não tem remorsos....A conciliação, senhores, foi um brado do patriotismo e da justiça ante o estado desgraçado do paiz. De um lado um grande partido, esbulhado de todos os direitos políticos, que lhe garante a lei

---

<sup>257</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 06 de agosto de 1861, p. 73. Provavelmente Furtado se referia a Caxias, que presidia então o Conselho de Ministros e havia composto o gabinete da Conciliação, e a Paranhos, que também esteve presente nos dois ministérios. A respeito do deputado que está na sua frente, não fica claro de quem se trata.

fundamental do Estado, e desesperando quasi de uma orden de cousas em que nada podia ser; de outro o espirito de facção, não direi de qual partido, sempre exigente, avido, insaciavel, já não poupava os proprios correligionarios, supplantando muitas vezes entre os proprios vencedores o merito para elevar o demerito e o vicio; e por toda a parte a descrença, o scepticismo, a especulação que ameaçavão abysmar a nação.<sup>258</sup>

Segundo Furtado, a Conciliação era o único caminho viável dentro de um contexto que apresentava um Partido Liberal “esbulhado” de seus direitos e um Partido Conservador no qual predominava o espírito de facção e que ameaçava “abismar a nação”. Ao finalizar, Furtado especifica suas críticas àqueles que agrediam, em 1861, a Conciliação, mas que se beneficiaram dela, e chama Honório Hermeto e o Marquês de Olinda de “grandes lidadores do paiz”, contrapondo-se a alguns parlamentares que, segundo ele, acusavam os dois de “iniciadores e apóstolos do scepticismo e da corrupção” termos muito similares aos utilizados por Tito Franco, em especial para se referir ao Marquês de Olinda. Porém, transcrever este trecho imporia a Tito Franco a necessidade de contra-argumentar seu próprio biografado, o que definitivamente não parecia ser a intenção do autor.

Se as palavras de Tito Franco a respeito da Conciliação são diametralmente opostas às ideias de Furtado sobre o gabinete de 6 de setembro de 1853, sobre seu líder e também a respeito de Olinda, parece claro que Tito Franco busca manipular a posição de seu grupo político no passado recente. Sua intenção, muito provavelmente, é submeter esta mesma história recente ao objetivo que busca atingir em 1867 quando escreve a obra. Tanto é assim que, em sua *Autobiografia*, já passados 15 anos da edição da obra, o autor traz à tona o Marquês do Paraná e sua política da Conciliação sem maiores críticas. Há inclusive, um elogio em relação à troca de presidente de província no Pará levada a cabo por Paraná. O governo do conselheiro Sebastião do Rego Barros, colocado como presidente, é elogiado por Tito como sendo responsável por uma administração “imparcial”. Sob a sua administração, regida pelo gabinete da Conciliação, foi eleito senador pelo Pará Sousa Franco, depois da morte de Clemente Pereira. Tito salienta como Sousa Franco foi brilhantemente votado, liderando a lista tríplice e sendo “imediatamente escolhido pela coroa”<sup>259</sup>, fazendo parecer que a escolha do Imperador apenas atestava a

---

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. *Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida*. *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 346.

vontade popular. Estes fatos sobre os quais embasa sua opinião não haviam sido expostos de forma clara na biografia de Furtado. Apesar de ter exaltado sempre a figura de Sousa Franco, não havia antes relacionado o presidente da província, nomeado por Paraná, com a eleição de seu conterrâneo ao Senado.

Um dos pontos principais a respeito de Furtado que Tito Franco pretende forjar é uma suposta distância entre ele e as articulações que envolveram liberais e conservadores, seja na Conciliação, seja na Liga Progressista. O percurso de Furtado foi adequado aos intentos de sua narrativa, ainda que para isso, algumas de suas opiniões e ações políticas fossem extraídas completamente do contexto histórico, ou seja, Tito Franco foi capaz de, através das edições dos discursos, criar um personagem que estava de acordo com os argumentos que usa para sustentar a tese do *Imperialismo*. Como é possível notar, se, em 1867, Tito Franco faz o máximo para desqualificar as articulações conciliatórias, é necessário reformular segundo os seus interesses o posicionamento de seu grupo político, do qual Furtado, nesta obra, é o símbolo. Tito procura esconder que liberais como ele e seu biografado apoiaram articulações dos moderados de ambos os partidos. Em 1867, ele defende não mais articulações interpartidárias, mas campos definidos: conciliados e ligueiros parecem usurpar bandeiras e espaço liberais. Quando escreve a biografia de Furtado, ele estava rompido com a Liga, mas a apoiou, o que reconheceu na *Autobiografia* de 1882, como veremos mais adiante. Veremos também que alguns periódicos indicam que Furtado era uma liderança ligueira no Maranhão, o que ele próprio reconhecerá em fala proferida no seu primeiro dia de governo, em discussão com Manoel de Sousa Dantas<sup>260</sup>.

Na biografia de Furtado, as edições dos discursos carregam, portanto, a intenção de editar também a história política recente e os posicionamentos de grupos políticos de forma a se tornar munição importante dentro da narrativa.

Ele narra, na biografia de Furtado, que Caxias sucedeu a Carneiro Leão após a sua morte, em 3 de setembro de 1856. Com Caxias de volta ao poder, chefiando o gabinete de 2 de março de 1861, Tito Franco explora as relações de Furtado com o governo por meio de discussão parlamentar em 01 de julho de 1861. O tema é o fim do governo Ferraz, de 10 de agosto de 1859, e a escolha de Caxias para substituí-lo em pleno intervalo

---

<sup>260</sup> Político oriundo da Bahia, foi deputado pela sua província na legislatura 1861-1864, sendo reeleito para a legislatura seguinte, de 1864-1866. Pelas discussões expostas na biografia de Furtado e nos *Anais da Câmara*, Dantas compunha a Liga Progressista e é criticado por Tito Franco de Almeida, que o coloca no campo adversário.

parlamentar, antes que se iniciassem os trabalhos da Câmara. Essas circunstâncias levantaram indagações de Furtado, que pediu maiores explicações, o que não ocorreu, segundo Tito Franco. De qualquer forma, o que parece mais nos interessar aqui é a transcrição feita pelo autor de um trecho do discurso de Furtado a respeito dessa exoneração. Lemos Furtado indagando a Almeida Pereira, ministro dos negócios do império do extinto governo Ferraz (que pediu demissão e deu fim ao gabinete), sobre o que ele entende por “autoridade”. Isso porque, assim como outros agentes políticos, Almeida Pereira se refere ao Poder Executivo e aos seus agentes para designar a “autoridade”. Ao menos é o que Tito Franco nos diz. E justamente a partir dessa indagação é que Furtado enuncia conclusão apropriada por Tito Franco:

Ora, se o nobre ministro se refere sómente á este poder (o executivo) e á seus agentes estes não têm falta de força, *têm exuberância della*, porém de força material, com a qual *têm quase absorvido e nullificado o poder legislativo e o poder judiciário*<sup>261</sup>.

Depois de extrair os trechos deste discurso que mais o interessavam, Tito apresenta ao leitor o discurso completo. Nele, Furtado não vai além, não fala da “causa real” por trás da exacerbação do Poder Executivo. Esta permanece sendo a conclusão de Tito Franco, apenas. A análise deste discurso de Furtado em sua íntegra revela pontos que Tito pretende destacar, mas não apenas isso: revela que a edição de trechos anteriores havia sido utilizada para reforçar seu ponto de vista, e que, no discurso integral, o diálogo de Furtado com seus interlocutores na Câmara expõe uma versão distinta daquela que emergiu na edição de Tito Franco. Interessante que o próprio Tito, ao reproduzir a discussão parlamentar na íntegra, parece estar dando ao leitor os meios necessários para contestar as interpretações que tirou dos trechos deste mesmo discurso que antes havia destacado e editado. No caso específico da retirada do gabinete de 10 de agosto de 1859, Furtado exige saber por que Almeida Pereira pedira exoneração. Isso porque ele havia utilizado como justificativa a falta de homogeneidade do ministério. O ministro se recusa a dar explicações à Câmara para além do que constava em sua carta de demissão. A ideia tanto trabalhada por Tito de que o Executivo tratava o Legislativo com desdém se baseia também em fatos como estes, em que até o presidente do Conselho anterior, Ferraz, se esquivava de dar explicações, dizendo apenas que o ministro exonerado não havia exposto suas propostas.

---

<sup>261</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 104. *Anais da Câmara dos Deputados*, Sessão de 01 de julho de 1861, p. 17.

O discurso de Furtado já avança sobre a análise da composição do novo gabinete, de 2 de março de 1861, chefiado por Caxias. A formação e destituição deste gabinete guarda grande relevância na argumentação de Tito, e as falas de Furtado são usadas para isso. Ele profere falas importantes que demonstram um pouco de seu pensamento a respeito da atuação da Coroa no que tange à escolha de seus ministros e que guarda especial importância por terem sido proferidas na formação legislativa na qual ocorreu a articulação que deu origem à Liga Progressista.

Não farei observações e censuras á organização do gabinete no tocante ao seu pessoal. A corôa, senhores, tem pleno direito de chamar aos seus conselhos os cidadãos, que em sua alta sabedoria julgar dignos dessa honra. (*Apoiados*). Homem da lei, curvo-me ás suas taboas. A corôa, porém, encarregada pela Constituição de velar sobre a harmonia dos poderes políticos, tem todo interesse em escolher os seus ministros entre os membros do parlamento, com o qual têm os mesmos de viver em harmonia<sup>262</sup>.

Como foi dito, este é um trecho retirado da transcrição completa do discurso, ou seja, ainda que Tito Franco o tenha publicado, o leitor se vê obrigado a “caçar” estas falas, indo muito além daquilo que Tito entrega de forma direta, e que pretendia mostrar sua crítica ao domínio do Poder Executivo.

Na íntegra do discurso transcrita por Tito Franco, Furtado segue dizendo que aceita sem problemas a presença, nos ministérios, de quantos forem escolhidos de fora do parlamento, alegando que o regime parlamentar não é exigente a este ponto. Ele diz que aceita o programa do gabinete 2 de março na medida em que ele se apresenta como direcionado a cumprir a Constituição. Essa fala de Furtado está inserida no contexto de uma resposta que ele dava ao discurso do então ministro da fazenda, José Maria da Silva Paranhos, que não foi transcrito na obra, e o leitor se surpreende neste momento ao descobrir que a fala de Furtado acerca do que é “autoridade”, que havia sido citada antes por Tito de forma isolada e antecipada, era na verdade parte da resposta a Paranhos, e não a Almeida Pereira, como Tito fez parecer. O termo “autoridade” que Furtado retoma de Paranhos diz respeito ao fato de que este salienta que o movimento da Conciliação foi positivo, mas que trouxe consigo alguns perigos que teriam enfraquecido a “autoridade”<sup>263</sup>. Ora, para Paranhos, esse perigo advinha dos excessos dos jornais e dos

---

<sup>262</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>263</sup> Ibidem, p. 110.

desmandos de alguns estudantes. Furtado ironiza essas palavras: “E acaso pôde-se por taes factos julgar a autoridade enfraquecida e desmoralizada, a sociedade ameaçada e em perigo?”<sup>264</sup>. Mais uma vez, Furtado segue em defesa da Conciliação, o que o leitor só percebe depois de ler o discurso na íntegra.

É nesse momento que Furtado segue questionando o que o ministro entende por “autoridade” e mostra que é o Poder Executivo que esbanja de tal autoridade, tornando nulos o Poder Legislativo e o Judiciário. Esse é o caminho que Furtado abre para iniciar uma argumentação segundo a qual o que desmoraliza a autoridade são “essas leis que têm esbulhado o poder judiciário de sua independência, pondo-o a mercê do poder executivo”<sup>265</sup>. A fraqueza da autoridade advinha também e principalmente, segundo Furtado, de uma doutrina perigosa: “do pretendido direito que se dá ao governo de intervir nas eleições”. A falta de liberdade das eleições é problema reconhecido por Tito, Furtado, D. Pedro II e grande parte das fontes e da historiografia<sup>266</sup>. A questão que Tito levanta é a influência e participação do Imperador no sentido de exercer ele mesmo a autoridade por meio dos ministros de turno para fazer prevalecer o seu poder. O que diz Furtado é que essa intervenção do Executivo nas eleições era realizada pelos ministros:

...aniquila o systema representativo em uma de suas principaes bases; desmoralisa dous grandes ramos de um dos grandes poderes políticos, o poder legislativo; perturba a harmonia delles; encadêa o poder moderador tirando-lhe o meio legal de aquilatar as variações e mudanças da opinião. A Constituição, pois, não pôde autorisar intervenção do governo na eleição dos membros do parlamento...<sup>267</sup>

---

<sup>264</sup> Ibidem.

<sup>265</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>266</sup> Tanto autores que acusam a política imperial de falseamento institucional pela ação do Imperador, caso de Sergio Buarque de Holanda, como autores contemporâneos que contestam a ideia do falseamento, como Miriam Dolhnikoff, reconhecem que as eleições sofriam fraudes, ainda que, para Sergio Buarque de Holanda, as fraudes fossem resultado de uma ação orquestrada pelo governo escolhido pelo imperador, o que realmente significaria o falseamento de todo o sistema e a predominância do poder pessoal do monarca. Miriam, por outro lado, questiona a capacidade do governo central de controlar as eleições em todas as regiões a ponto de garantir apenas a eleição de candidatos do governo. Ela problematiza também a ideia de que a fraude eleitoral no Brasil era distinta daquela que ocorria em outros países naquela mesma época. Ver em HOLANDA, Sergio Buarque de. O pássaro e a sombra. In. HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico, Volume 7*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012; DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo: FFLCH/USP, 2011, 32 p. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais>

<sup>267</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 113.

Furtado chega a uma conclusão interessante: a intervenção do Executivo nas eleições prejudica o Poder Moderador, ponto que ele reitera em outro de seus discursos. Sua acusação vai contra os Ministérios, enquanto Tito Franco sempre busca fazer a crítica chegar, em última instância, à ação do Imperador. Estas colocações de Furtado não o afastariam demasiado do ponto de vista de Tito Franco? Furtado afirma, ainda, que essas falsas maiorias são tão prejudiciais à Coroa, em qualquer monarquia, que sem a confiança que nelas se deposita, muitos reis e príncipes teriam sido poupados de expiarem “nas amarguras do exílio os erros dos ministros de seu pai”<sup>268</sup>. O que Furtado não afirma é que essa sobreposição do Executivo na prática política seria uma ação do monarca, que se voltaria contra ele próprio, como afirma Tito. O autor procurava, inclusive, justificar a posição de Furtado e de outros “caracteres puríssimos”, quando estes não se colocavam contra o Imperador, alegando que estes grandes homens eram usados como instrumentos inconscientes do *Imperialismo*. Para ele, era descuidada a lealdade que Furtado devotava ao Imperador, já que ele não notava ser vítima e ferramenta de um poder inconstitucional<sup>269</sup>. Nesse sentido, Tito mesmo homenageando Furtado, o considerava colaborador do *Imperialismo*? Em sua interpretação, o *Imperialismo* teria sido um modo de agir do Imperador que, para mandar em tudo e em todos, desfez o perfil dos partidos e enfraqueceu os liberais.

Furtado, no mesmo discurso, em 1 de julho de 1861, entra na seara do direito constitucional num trecho que deixa claro seu ponto de vista a respeito do papel do monarca dentro do contexto brasileiro de acordo com sua interpretação da Constituição Imperial:

O que é importante para os actos do poder moderador é que haja agentes não irresponsaveis que os assignem; havendo esta assignatura, façam a distincção que quizerem, o parlamento fará effectiva a responsabilidade. Mas, como disse, em occasião mais opportuna talvez discuta esta grande questão. Ella se prende á outra - *se o rei reina e não governa* - ou *se reina e governa* - questão que já foi muito agitada em França, e cuja solução tambem depende de largo desenvolvimento. Por agora e de passagem direi, que nossa Constituição não autorisa em toda sua plenitude a maxima *o rei reina e não governa*; porém repito: dai-me eleição livre, parlamento independente, ministros que assignem todos os actos do poder executivo e moderador, e não receio influencias indebitas nem camarilhas.<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 114.



Os grifos são de Tito Franco. Aqui, ao final deste parágrafo, D. Pedro II faz um comentário que reforça a proximidade de pensamento em relação a Furtado, pois o tema o envolvia diretamente. O comentário do Imperador é sucinto, porém convicto: “Tem carradas de razão”<sup>271</sup>. D. Pedro II usa, como em outros momentos, transcrições que teoricamente serviriam como ataque a ele para se fortalecer, tentando anular a crítica. O Imperador sabia que suas observações se tornariam públicas e seriam lidas em algum momento das lutas políticas.

Outro ponto interessante no discurso de Furtado, na já citada fala de 6 de agosto de 1861, é que ele afirma ao ministro da justiça, ainda naquele ano, ao iniciar o gabinete Caxias, que a Câmara já se encontrava dividida em três grupos: o liberal, o conservador moderado e o conservador “extreme”. Ao seguir sua narrativa e argumentação, Tito Franco mostra claramente que enxerga Caxias como sendo parte dos puritanos e, como já vimos, aponta Zacarias como empregado do *Imperialismo* e com “coragem de apostasias” para levar a cabo o intento da Coroa, qual seja, destruir os partidos por meio da aliança entres os liberais e conservadores moderados. Como logrou êxito nesta função e derrubou o gabinete de Caxias, assumiu a presidência pela primeira vez.

Segundo Tito Franco, o fim do gabinete de 2 de março de 1861, chefiado pelo então Marquês de Caxias, foi tramado porque o *Imperialismo* precisava “dissolver a maioria parlamentar para inutilizar a acção do partido conservador”<sup>272</sup>. Além de inserir propositadamente dentro do ministério dois componentes supostamente “dissolventes” para abalar a harmonia interna, o *Imperialismo* precisava, segundo Tito Franco, “achar um laço, que reunisse em opposição os liberaes, que já nella estavam, e tantos conservadores fosse possível *angariar* ou *desemperrar*.”<sup>273</sup>. D. Pedro II aí insere seu comentário e mostra seu ponto de vista: “Já de muito se tinham mostrado desemperrados”<sup>274</sup>. O argumento do monarca é o de que já havia um movimento anterior de aproximação entre os liberais e os conservadores moderados, movimento este que parece ser, segundo o que diz o Imperador, orgânico. Este comentário é complementado pelo comentário seguinte, páginas depois, quando o autor retoma a origem da Liga Progressista. Afirma Tito Franco:

---

<sup>271</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 126.

<sup>273</sup> Ibidem.

<sup>274</sup> Ibidem.

Estava formada a liga oposicionista, e era o seu proprio inimigo, mezes antes, quem reunia os intitulados conservadores moderados aos liberaes! Graças á esta evolução, a grande maioria conservadora desaparecia da camara depois de uma sessão apenas; conseguintemente o gabinete de 2 de Março, presidido pelo Marquez de Caxias, cahia em pedaços ao estampido das picaretas, que dirigiam os imperialistas!<sup>275</sup>

D. Pedro II segue apontando a forma como observou a formação da Liga: “Evolução dos partidos, cujas modificações produziram a política da conciliação. Não me compete reorganiza-los, mas apenas atender ás suas manifestações legais.”<sup>276</sup>. Novamente, ele reafirma a organicidade da movimentação partidária e deixa claro que, a seu ver, existiu uma continuidade entre a Conciliação e a Liga. Ora, uma vez formada essa nova maioria, competia a ele atender às suas manifestações. Ele aproveita para justificar a elevação desta maioria ao poder, com Zacarias de Góis chefiando o gabinete de 24 de maio de 1862.

Tito Franco ressalta que Furtado foi reeleito pela terceira vez seguida, nas eleições para a Câmara de 1864. Trata-se de um ano marcante para a sua trajetória política: além de ter sido reeleito pela terceira vez seguida, Furtado é escolhido senador, e em julho é chamado ao posto de chefe de governo, liderando o gabinete de 31 de agosto, que sucedia o gabinete de 15 de janeiro de 1864, chefiado por Zacarias. A respeito deste governo que antecederia o de Furtado, Tito Franco faz questão de ironizar e criticar o senador baiano. Acusado de manipular a maioria liberal na Câmara (composta, entre outros, por Furtado e pelo próprio Tito Franco) Zacarias foi apresentado como títere do *Imperialismo*, que encaminhava a Câmara “de novo em um alçapão tanto mais fatal quanto disfarçado por benevolências, affagos e carinhos”<sup>277</sup>. Para comprovar isso, Tito transcreve uma das falas iniciais de Zacarias ao assumir a chefia de governo:

Em 1862 o Ministério aludia ao concurso de duas opiniões com que contava para levar por diante o seu pensamento político. As duas opiniões políticas, porem, que este salão viu naquela quadra, após debates políticos solenes, aliaram-se sem quebra de principios nem de

---

<sup>275</sup>Ibidem, P. 143

<sup>276</sup> Ibidem.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 169.

dignidade de ninguém, formam hoje uma só opinião, um só partido...”<sup>278</sup>

A crítica de Tito Franco está posta, mas apenas no contexto de 1867. Em sua *Autobiografia*, em 1882, Tito Franco retoma e cita novamente esta mesma fala de Zacarias, mas ela está inserida num outro contexto completamente diferente. Reconhecendo e atestando aquilo que seria o nascimento do Partido Progressista (união de liberais e conservadores moderados), Tito apresenta o que teria sido o programa de governo de Zacarias, não apenas se incluindo entre os ligueiros, mas defendendo fortemente as suas bandeiras. Ele reconhece que um aspecto importante e mencionado em primeiro lugar como demanda desse novo “partido”, foi a defesa da responsabilidade ministerial pelos atos do Poder Moderador, o que seria fundamental para regenerar o sistema representativo e parlamentar<sup>279</sup>. Além disso, a base do programa estava fundada sobre a liberdade individual como regra e a tutela do Estado como exceção, além da descentralização administrativa e aquilo que ele chamou de “efetiva execução do Ato Adicional”, reforma eleitoral com as incompatibilidades e representação das minorias, reforma judiciária, reforma municipal e da guarda nacional, entre outras<sup>280</sup>.

Na biografia de Furtado, Tito Franco também elenca os pontos da proposta de governo do gabinete de 15 de janeiro de 1864 e afirma que Zacarias tentava apresentar “o imperio do verdadeiro liberalismo”<sup>281</sup>, mas, na prática, teria realizado o fortalecimento do *Imperialismo*. No momento em que Tito Franco elenca os pontos liberais, ou “falsamente” liberais, apresentados pelo governo, D. Pedro II faz comentários curtos na intenção de mostrar que está de acordo com eles, ainda que com pequenas ressalvas, deixando clara sua proximidade com o liberalismo e com as pautas do Partido Liberal, mostrando que, de certa forma, os ataques de Tito Franco estão direcionados a quem não se deve. Um dos pontos comentados pelo monarca é a afirmação de que deveria haver liberdade plena na indústria, no comércio e em todos os âmbitos onde a tutela do governo é inadmissível. O Imperador comenta: “Com explicações admitia e admito”<sup>282</sup>. Outro ponto comentado por D. Pedro II é o de que, até para haver um corpo eleitoral ilustrado e independente, deve-se promover o desenvolvimento da riqueza pública. O monarca responde: “Acrescentaria:

<sup>278</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>279</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. *Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 390.

<sup>280</sup> Ibidem.

<sup>281</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 168.

<sup>282</sup> Ibidem.

- educação pública”<sup>283</sup>. Por fim, quando Tito Franco conclui que este era o verdadeiro império do liberalismo, o Imperador é enfático: “Concordo inteiramente com estas ideias”<sup>284</sup>. Vai ficando claro que a intenção do monarca é mostrar que está de acordo com as diretrizes do Partido Liberal, talvez para mostrar o quão equivocado está Tito Franco em sua análise a respeito das ações da Coroa.

Tito Franco foi eleito novamente pelo Pará na legislatura de 1864, segundo ele quase por unanimidade, juntamente com outro liberal e um conservador moderado<sup>285</sup>. O que chama muita a atenção é que, quando Tito escreve a sua *Autobiografia*, muitos anos depois de terminada a experiência da Liga, ele se refere a alguns políticos, como Saraiva e Zacarias, de forma quase contrária ao que tinha feito em 1867. Se na biografia de Furtado e dentro do contexto da Liga, Saraiva e Zacarias serviam ao *Imperialismo*, em 1882, eles são vistos como correligionários liberais, o que de fato se tornaram depois de 1868. O autor afirma que “desaparecendo a liga, o elemento conservador era absorvido pelo liberal”<sup>286</sup>. E para embasar a sua premissa, ele usa o próprio discurso de Zacarias quando assumiu a presidência em 1864, transcrevendo o mesmo trecho citado acima<sup>287</sup>. Ora, não deixa de ser digno de nota o fato de que este mesmo discurso em 1867 fora tratado por Tito Franco com extrema ironia. Tito Franco dá razão a Zacarias e usa sua fala para justificar a aliança entre eles, antecipando a unificação efetiva do Partido Liberal para 1864, apagando todo o contexto de disputas e divergências que marcaram os anos finais da Liga Progressista e que motivaram a escrita da biografia de Furtado. Talvez, depois da fundação do novo Partido Liberal, em 1868, essa maneira de se contar a história fosse mais conveniente.

Tito Franco vai mais além em sua *Autobiografia*: ele afirma que durante o segundo governo Zacarias, de 15 de janeiro de 1864, ele próprio assumiu o papel de defensor do gabinete. Segundo Tavares Lyra, não apenas no parlamento, mas também na imprensa paraense, sob o codinome Curius<sup>288</sup>.

A queda do ministério liderado por Zacarias será discutida já na primeira sessão da Câmara que se seguiu à escolha de Furtado como presidente do Conselho, em 1 de

---

<sup>283</sup> Ibidem.

<sup>284</sup> Ibidem.

<sup>285</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. *Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida*. *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 390.

<sup>286</sup> Ibidem.

<sup>287</sup> Ibidem. Transcrição de fala de Zacarias ao apresentar seu programa: *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de janeiro de 1864, p. 304.

<sup>288</sup> LYRA, Tavares. *Tito Franco e o Imperialismo*. *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 285.

setembro de 1864. Nesta mesma sessão, era apresentado o programa de governo do gabinete de 31 de agosto. Tito Franco afirma que Furtado era taxativo ao recusar qualquer tipo de reforma à Constituição. Sua intenção era reformar as leis orgânicas que fossem necessárias, porque eram deficientes ou defeituosas<sup>289</sup>. Mais uma vez, a lei de 3 de dezembro de 1841 entrava na mira do gabinete. Era ela, afinal, a que mais havia causado a discórdia dentre as alterações aprovadas pelo “regresso” no âmbito da Interpretação do Ato Adicional. Em um movimento político que se propunha a rever alguns termos das grandes reformas levadas a cabo pela Regência na primeira metade da década de 1830, a lei de 3 de dezembro alterava o código do processo criminal, que havia sido estabelecido em 1832. Essa reforma, segundo parte da historiografia<sup>290</sup>, teria sido, de fato, obra dos conservadores, e não deixa de ser interessante notar que, talvez por isso, os liberais tenham buscado ao longo das décadas seguintes reformar, ou ao menos demonstrar a intenção de reformar essa lei.

Como aponta Monica Dantas, o projeto original do código do processo criminal apresentava um modelo de inspiração anglo-saxã, que privilegiava não apenas um aparato judiciário local composto por membros eleitos, mas privilegiava um modelo no qual prevalecia o Poder Legislativo em relação aos demais poderes. Já a reforma de 1841 visava um modelo praticamente oposto, que fortalecia o Poder Executivo, diminuindo a participação de membros e instâncias eleitas localmente<sup>291</sup>, e dava mais controle ao poder central sobre o aparato judiciário local.

Além desta lei de 3 de dezembro de 1841, Furtado pretendia reformar também a lei da Guarda Nacional, as leis eleitorais, as leis que regiam os municípios e administrações provinciais, e a instrução pública. Tito ressalta que teria sido a primeira vez que o presidente de um novo gabinete, apresentando seu programa, não fazia nenhuma referência ao Imperador<sup>292</sup>.

A coragem com que Furtado teria proclamado seu programa liberal e independente, segundo Tito, teria causado apenas a revolta de Manuel Pinto de Sousa Dantas, a quem o autor vai incluir no grupo dos imperialistas, ou seja, no grupo dos

---

<sup>289</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 172.

<sup>290</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v. 4. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 71.

<sup>291</sup>DANTAS, Monica Duarte. O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841: Dois Modelos de Organização dos Poderes. In: *Revista História do Direito*, Instituto Brasileiro de História do Direito, v. 1, n. 1, Curitiba, 2020, pp. 96-121, p.119.

<sup>292</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 173.

moderados dentro da Liga. Para o autor, a revolta se deveu ao fato de que ele, Dantas, não foi escolhido como ministro<sup>293</sup>. A discussão entre ambos no dia da apresentação de Furtado à Câmara, em 1 de setembro de 1864, é importante para ilustrar melhor o contexto político naquele momento e explicitar as desconfianças que os moderados da Liga demonstravam em relação ao gabinete Furtado. Tito Franco não inclui esta discussão em sua obra.

A princípio, a crítica de Dantas está circunscrita ao programa resumido que Furtado apresentava, e em uma suposta continuidade em relação ao governo anterior, de 15 de janeiro de 1864, chefiado por Zacarias. Dantas questiona o porquê da retirada do gabinete anterior, e deixa claro que estava junto ao outro ministério, mas que precisava esperar para declarar apoio a Furtado. Ele assume que tanto ele como Furtado saíram “das mesmas urnas, com os mesmos princípios e em nome das mesmas ideias...”<sup>294</sup>.

Furtado responde às críticas de Dantas dizendo que, realmente, Dantas concorreu para a situação, ou seja, para a formação da Liga, mas não tanto quanto ele próprio havia concorrido, afirmando que mesmo antes que essa situação (que chama de partido originado em 1861) se formasse na Câmara, ele e João Pedro Dias Vieira proclamavam a Liga no Maranhão. Como observou Eduardo Neves, a formação de Ligas que congregavam conservadores dissidentes com liberais havia se iniciado provincialmente, ao menos no Rio Grande do Sul, onde em 1858 já havia se formado o “partido da Liga”<sup>295</sup>. Sabemos que, nos anos seguintes, o governo de Furtado será acusado de fragilizar a Liga, e que, por outro lado, ele e seus correligionários acusariam Olinda e os outros moderados de o fazer. Porém, antes mesmo de iniciar o seu governo, Furtado se depara com a insinuação de Dantas:

...recordem SS. EEx. de que lhes cumpre levantar um edifício, mas um edifício seguro, não um edifício moveição sobre pés de argilla, que ao menor sopro desaparecerá como cousa fantastica e ficticia; não um edifício que, em vez de atestar á posteridade o valor e a importancia dos esforços e trabalhos empregados em levanta-lo, em vez de

<sup>293</sup> Essa afirmação a respeito da revolta pessoal por não compor o ministério parece complementar o que ressalta Nabuco quando ele afirma que Furtado agiu de forma exclusivamente partidária, tendo sido, inclusive, o maior responsável pelo confronto dentro da Liga. Ele teria escolhido para formar o governo apenas os chamados liberais históricos, afastando os moderados do poder. Ver NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império, Vol. II*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 144.

<sup>294</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 01 de setembro de 1864, p. 280.

<sup>295</sup> SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019, p. 48.

convencer-nos do seu merecimento e solidez, venha incomodar as vistas de todos, venha contristar o coração dos que entrão nesse patriótico trabalho, por contemplarem como resultado final dos esforços nobres e generosos, não um monumento seguro, e que nos recomende nos vindouros, mas uma cousa que não tenha nome, e que ameace em sua queda mais desastres do que a estatua de Nabuchodonosor derrubada de seu pedestal.”<sup>296</sup>

Dantas tenta colocar Furtado contra a parede de todas as formas possíveis, o que pode indicar que parte dos moderados já se mostrava disposta a derrubar Furtado, ou que Dantas teve alguma influência na articulação da Câmara que o derrubou na abertura dos trabalhos do ano seguinte, em maio de 1865. O fato concreto é que se escancara a relação intrínseca de Furtado com a Liga Progressista e suas lideranças, uma relação que, naquele momento, parecia estar se rompendo, mas que claramente havia sido significativa. Os periódicos da corte também indicam que Furtado representava uma liderança local da Liga Progressista. No *Jornal do Comércio*, de cunho conversador, há um artigo de 24 de janeiro de 1865, assinado por “Um maranhense”, que confirma o domínio da Liga naquela província e chama Furtado (então presidente do Conselho de Ministros) de chefe do movimento, ao lado de Dias Vieira<sup>297</sup>. Nesse mesmo periódico, em maio de 1865, dias antes da demissão do gabinete Furtado, vemos um artigo do Maranhão, assinado por “da situação”, que desfere críticas ferozes contra o ministério e a Liga naquela província. Afirma que o governo provincial era da Liga, exercido por Leitão da Cunha e com o apoio de Furtado na Corte, e que este governo perseguia inimigos locais e a imprensa oposicionista<sup>298</sup>.

Tanto as próprias falas de Furtado como os indícios colhidos nos periódicos mostram que a posição deste agente político não estava contra e nem sequer alheia à Liga, pelo contrário, estava intrinsecamente articulada a ela. Depois do rompimento interno e do esfacelamento do grupo denominado Liga Progressista, os seus membros que antes

<sup>296</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 01 de setembro de 1864, p. 280.

<sup>297</sup> Um maranhense. Pernambuco e Maranhão. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 43, n. 24, 24 janeiro de 1865.

<sup>298</sup> Da Situação. Maranhão. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 43, n. 121, 02 de maio de 1865. Em outro artigo neste mesmo jornal, pouco tempo depois da queda do gabinete, em maio de 1865, Leitão da Cunha volta a ser tema de debate, dessa vez devido à sua exoneração pelo governo central, ou seja, por Furtado, quando ainda exercia o governo. No final de abril de 1865, semanas antes de ver seu governo terminar, Furtado retirou Leitão da Cunha da presidência do Maranhão. Este artigo do *Jornal do Comércio* reproduz dois artigos de outros periódicos, quais sejam: *O Paiz e Situação*, este citado como órgão de oposição no Maranhão. Ambos criticam a demissão de Leitão da Cunha, e atribuem esta ação de Furtado à necessidade de ter Cunha a seu favor nas votações da Câmara, uma vez que era deputado pelo Pará, província de Tito Franco, e parecia ser seu aliado, ainda que formasse o Partido Conservador. No fim, as conclusões do autor do artigo não deixam dúvidas de que era a Liga que governava no Maranhão, comandada desde o Rio de Janeiro

estavam no Partido Liberal, como Tito Franco, parecem se esforçar por criar essa dualidade para preservar sua identidade liberal, mas o fato é que durante o governo de Furtado ele ainda parecia intimamente ligado aos moderados na condução local e nacional da Liga.

Não são apenas os textos do *Jornal do Comércio*, de cunho conservador, que demonstram essa ligação. A própria opinião de autores de outros periódicos de cunho liberal mostra uma certa continuidade entre o que foi o gabinete Zacarias de 15 de janeiro de 1864 e o gabinete Furtado de 31 de agosto de 1864. O *Correio Mercantil*, por exemplo, apresenta artigos nesse sentido, demonstrando apoio ainda durante os primeiros meses de seu governo. O correspondente do Pará escreve, em 30 de setembro, que lamenta a queda de Zacarias, e que apoia Furtado, argumentando que este prestou grandes serviços à província<sup>299</sup>. Provavelmente, o autor se refere ao período em que Furtado ocupou o cargo de juiz de direito, dos feitos da fazenda e da guerra em Belém, de 1850 a 1856. No mesmo *Correio Mercantil*, em artigo de 30 de novembro de 1864, o correspondente da Paraíba fala sobre sua província estar completamente adepta à Liga, independente do nome que se dê a ela, liberal ou progressista, e que essas divisões lá não acontecem, chamando o partido de Liberal Progressista. Diz que os deputados da província deram apoio total ao gabinete 15 de janeiro, e que por isso devem dar o mesmo apoio a Furtado<sup>300</sup>. De novo, está presente a ideia de continuidade entre Zacarias e Furtado, como se fossem parte de uma mesma situação. Em outro texto presente no mesmo periódico, o correspondente do Pará, em 23 de janeiro, mantém grandes elogios a Furtado, mas interessantemente fala do *Jornal do Amazonas* como um veículo progressista<sup>301</sup>. Ora, trata-se do periódico para o qual Tito Franco de Almeida escrevia, como apontado no capítulo 1.

Na discussão entre Furtado e Dantas, em 1 de setembro de 1864, este pede posicionamento de Furtado a respeito da questão que derrubou seu antecessor, Zacarias, a respeito da linha de navegação entre Rio de Janeiro e Nova Iorque. Furtado desconversa, diz que aceitava a ideia do projeto, mas fala que vai consultar a opinião de seus colegas. De qualquer maneira, ele afirma claramente ser a favor de uma melhor relação entre Brasil e Estados Unidos. Furtado ressalta que esta discussão jamais poderia ter sido uma questão

---

<sup>299</sup> Correspondente do Pará. *INTERIOR – Pará – Belém, 30 de setembro. Correio Mercantil*, n. 289, 19 de outubro de 1864.

<sup>300</sup> Correspondente da Parahyba. *INTERIOR – Parahyba – Capital, 19 de novembro. Correio Mercantil*, n. 331, 30 de novembro de 1864.

<sup>301</sup> Correspondente do Pará. *INTERIOR – Pará – Belém, 23 de janeiro. Correio Mercantil*, n. 41, 10 de fevereiro de 1865.



política para o gabinete. Tito Franco também afirma, ele mesmo, na biografia de Furtado, que a queda de Zacarias não tinha justificativa além da ação do *Imperialismo*<sup>302</sup>. Segundo o autor, o gabinete foi exonerado de forma absolutamente inesperada. Para Tito, era a harmonia parlamentar que não estava agradando a Coroa. O Imperador não teria permitido sequer uma reorganização ministerial, e o gabinete caiu. Tito narra a queda do gabinete sem citar o fato de que a reorganização ministerial que o Imperador não permitiu foi justamente o pedido de Zacarias para nomear Furtado como ministro do Império<sup>303</sup>, o que D. Pedro II teria negado. Tito se refere à dissolução desse gabinete como repentina e, apesar de citar a discussão referente à subvenção da navegação até os Estados Unidos<sup>304</sup>, desacredita que esta tenha sido a razão verdadeira para dissolver o gabinete. Ele chega, inclusive, a citar a explicação do próprio Zacarias sobre o fim de seu governo, quando este resume o desentendimento do então ministro do Império com a maioria parlamentar como sendo, na verdade, uma “discussão na câmara entre o ex-ministro do Império e o Dr. Martinho de Campos, a respeito de um projeto de subvenção à navegação para os Estados Unidos, discussão em que proferiram *palavras ásperas*”<sup>305</sup>.

Ao omitir os detalhes e a importância da razão que levou à queda de Zacarias, Tito Franco se permite esconder o fato de que Furtado havia sido escolhido por Zacarias para ser seu novo ministro, homem forte da situação. Dessa forma, ele não permite que o leitor depreenda uma possível continuidade entre o governo de Zacarias e o de Furtado, continuidade essa apontada pelos periódicos citados anteriormente.

Pelo que aponta Tito Franco em sua *Autobiografia* de 1882, o tema da navegação até os Estados Unidos era premente pelos menos desde 1860. O último discurso de Tito Franco na legislatura de 1857–1860 é destacado por ele em sua *Autobiografia*, e versava a respeito da comunicação com os Estados Unidos. Ele transcreve um trecho de Tavares

<sup>302</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, pp. 170,171.

<sup>303</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. A letra e o espírito do regime. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v. 7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 36.

<sup>304</sup> Trata-se de um debate em torno de um projeto que pretendia a subvenção para uma companhia norte-americana de navegação entre Brasil e Estados Unidos. A discussão e as discordâncias a respeito deste tema, inclusive dentro do próprio grupo formado pelos antigos conservadores moderados, tiveram como consequência a queda do gabinete Zacarias de 15 de janeiro de 1864, em agosto de 1864. Segundo Eide Sandra Abrêu, Zacarias e seu grupo não viam esta subvenção como prioritária, diferente do grupo composto por Tavares Bastos. Ver em: ABRÊU, Eide Sandra Azêvedo. “Um pensar a vapor”: Tavares Bastos, divergências na Liga Progressista e negócios ianques. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 313-346.

<sup>305</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 170.

Bastos presente em sua obra *Cartas de um Solitário*, no qual Bastos faz menção a Tito<sup>306</sup>. É justamente por isso que é citado. Bastos diz que, além dele próprio, somente o deputado pelo Pará é que havia tratado do assunto das riquezas do vale do Amazonas, enfatizando a importância da livre navegação, ainda que Tito não tivesse chegado a uma posição favorável à livre navegação naquele momento<sup>307</sup>. Ora, de fato, Tito durante toda a biografia de Furtado defende a livre navegação, mas segundo o trecho que transcreve de Bastos em sua *Autobiografia* de 1882, não tinha a mesma clareza daquele político sobre o assunto.

Nessa passagem de Tavares Bastos, ele fala sobre o que considera o fuzilamento político de Tito, resultado de seu espírito ousado. O discurso de Bastos serve para dar base a auto exaltação de Tito Franco referente ao tema da livre navegação. Porém, é necessário chamar a atenção para um ponto importante: na biografia de Furtado, Tavares Bastos não é personagem relevante. Podemos nos perguntar se Bastos havia se aproximado ou não do grupo mais criticado por Tito Franco, em 1867, qual seja, o dos conservadores moderados liderados por Zacarias, Olinda e Saraiva. De qualquer forma, o que sabemos é que em 1864 houve um tema que provavelmente afastou Bastos de Tito Franco. Como aponta Vitor Marcos Gregório, Tito Franco assinou juntamente com o restante da bancada do Pará e do Amazonas um projeto que autorizava o governo imperial a subvencionar a navegação a vapor nos rios Negro, Madeira e Tapajós. Tavares Bastos foi radicalmente contra este projeto porque, segundo ele, se tratava de uma manobra eleitoreira. Ademais, ele não acreditava que deveria haver subvenção se o ideal era que a navegação fosse livre. A subvenção seria demasiadamente onerosa aos cofres públicos e criaria mais empresas protegidas pelo governo, o que seria contrário à livre concorrência<sup>308</sup>. Esta diferença estrutural de pensamento sobre como estabelecer a livre navegação nos rios do Amazonas e o direcionamento das verbas públicas pode ter afastado os dois políticos de maneira que, em 1867, Tito Franco não estivesse à vontade para usar o nome de Bastos para levantar este tema.

Porém, o autor faz questão de ressaltar a situação gravíssima herdada pelo governo de Furtado de crise econômica e a crise externa, o que colocava o governo em

---

<sup>306</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 376.

<sup>307</sup> Ibidem.

<sup>308</sup> GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, pp. 177, 178.

situação melindrosa. Menos de duas semanas depois de assumir o governo, em 10 de setembro, estoura “a crise commercial mais intensa de que tínhamos memoria”<sup>309</sup>. Trata-se da falência da casa bancária Souto & Cia. No dia 10 de setembro de 1864 esta casa bancária suspendeu os seus pagamentos depois de um período no qual o Banco do Brasil lhe concedeu diversos empréstimos sem nenhum tipo de condicionalidade, num momento em que vigorava a lei de agosto de 1860, que exigia um mínimo de lastro em ouro para emissão de dinheiro<sup>310</sup>. Essa é a lei conhecida como a “lei dos entraves”, já mencionada anteriormente, que segundo parte da historiografia teria sido a causa principal da dissensão interna dentro do Partido Conservador que levou à formação da Liga Progressista. Por várias razões de conjuntura também macroeconômica, o alargamento do crédito chegou a um ponto insustentável em setembro de 1864, dez dias depois de Furtado assumir a chefia do gabinete. Outras casas bancárias seguiram a casa Souto e também encerraram seus pagamentos, causando uma corrida caótica e massiva aos bancos e às casas bancárias<sup>311</sup>. A respeito dessa crise, Tito realçou a insistência de Furtado em manter as ações do governo dentro da legalidade, adjetivando como heroica a atuação de Furtado frente à crise financeira e à Guerra do Paraguai.

O gabinete de 31 de agosto tomou conta da suprema administração do Estado como desde o berço predestinado á lutar contra poderosos elementos de destruição, que em todas as direcções abalavam profundamente o país<sup>312</sup>.

Tito Franco cita de forma especial o programa “Voluntários da Pátria”, que parece ser o símbolo de um governo que Tito se esforça para construir como um exemplo de patriotismo e comprometimento com os interesses nacionais. Não à toa, essa tentativa de fixar a memória de Furtado como um patriota inveterado, que lutou contra todos que queriam prejudicar o país, teve o reforço de Joaquim Manuel de Macedo, também liberal, na obra “Ano Biográfico Brasileiro”, de 1876, na qual o texto biográfico que homenageia Furtado coincide com o dia 7 de janeiro, data do decreto que instaurou o programa de

---

<sup>309</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 175.

<sup>310</sup> GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864. *Revista Veredas da História*, v. 5, n. 2, 2012, pp. 124-145. pp. 130, 131.

<sup>311</sup> *Ibidem*, pp. 133, 134.

<sup>312</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 230.

recrutamento voluntário<sup>313</sup>, em 1865. Tito ressalta: “Só governos realmente patrióticos acertam com o segredo do patriotismo popular”<sup>314</sup>. A tentativa de defender e de exaltar Furtado a partir de suas ações em relação ao conflito na região do Prata se apresenta em grande parte da obra, estando por vezes relacionada às próprias relações entre liberais, moderados e conservadores. Nesse sentido, uma das discussões parlamentares de maior relevo na obra é o embate entre Furtado e Paranhos, no dia 14 de junho de 1865, um mês depois de Furtado ter deixado o cargo de presidente do Conselho de Ministros. O tema é o tratado de 20 de fevereiro, assinado por Brasil e Uruguai naquele ano, estabelecendo o acordo de paz entre os dois países e que, de certa forma, definiu a aliança entre os dois na guerra contra o Paraguai. Ainda que Tito exalte reiteradamente o modo pelo qual Furtado agiu na guerra contra o Uruguai e no período inicial da Guerra do Paraguai, ele não pode omitir um ato “vexaminoso” praticado por um “funcionário” do governo de Furtado que firmou o Convênio de 20 de fevereiro com o Uruguai. Trata-se de José Maria da Silva Paranhos, que negociou este tratado, o qual sofreu diversas críticas, causando a sua demissão. As razões para toda essa repercussão estão, segundo Tito, circunscritas ao fato de o Convênio assinado “não ter atendido às últimas ofensas gravíssimas que o Imperio recebeu do governo installado em Montevideo”<sup>315</sup>. Tito se refere a vandalismos cometidos por generais uruguaios contra a população da fronteira do Rio Grande do Sul, ao insulto à bandeira do Império e à falta de palavra dos prisioneiros uruguaios soltos em Paissandu que voltaram a lutar contra o Brasil<sup>316</sup>.

O que Tito Franco omite é que a fala de Furtado transcrita no livro não é efetivamente uma acusação espontânea contra Paranhos ou uma defesa espontânea do modo como ele, Furtado, lidou com a questão e demitiu Paranhos. Trata-se, na verdade, de uma resposta a um discurso anterior de Paranhos no Senado, dias antes, como veremos um pouco mais a frente. Mas, mesmo a discussão desta sessão de 14 de junho de 1865 não está transcrita em sua integralidade por Tito Franco de Almeida. Nas entrelinhas da discussão e por meio das leituras de alguns documentos feitas pelas duas partes ao longo dela, percebe-se que havia sérias diferenças entre Paranhos e o Almirante Tamandaré, que era o líder das forças imperiais no Uruguai. O Almirante, quadro do Partido Liberal, era partidário da reparação das ofensas, e exprimia os brios militares. Mas, essa rixa entre o

---

<sup>313</sup> MACEDO. Joaquim Manuel de. *Anno biographico brasileiro*. Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, Rio de Janeiro: 1876.

<sup>314</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 278.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 233.

<sup>316</sup> *Ibidem*.

conservador Paranhos e o liberal Tamandaré permanece ainda bastante obscura e não representa um tema explorado por Tito Franco. Este também omite as razões pelas quais Furtado teria nomeado Paranhos para a função no Prata, e a repercussão que essa nomeação teria causado.

Um artigo de 4 de janeiro de 1865 no *Diário do Rio de Janeiro*, assinado por “Liberal Ordeiro”, já externava a existência de uma desconfiança em relação a essa nomeação por parte de alguns liberais, trazendo os primeiros indícios de críticas mais diretas ao governo Furtado por parte dos próprios liberais. Também foi possível perceber que, ao menos no caso do *Diário do Rio de Janeiro*, que era um periódico liberal, as críticas contra o gabinete de 31 de agosto começam em 1865, próximas à nomeação de Paranhos e, principalmente, à assinatura do Tratado. O fato é que Saldanha Marinho, proprietário do jornal, era deputado durante o governo de Furtado, e é possível depreender que não aprovou a nomeação de Paranhos para o cargo diplomático no Uruguai. Afinal, Paranhos foi adepto da Conciliação, nos anos de 1850, passando, nessa época, do Partido Liberal ao Conservador, e Saldanha Marinho era identificado como um liberal mais radical<sup>317</sup>. Marinho é considerado um pivô para a queda de Furtado, não apenas pelas críticas veiculadas em seu periódico, mas porque era ele o candidato opositorista à presidência da Câmara em maio de 1865, perdendo por apenas um voto para o candidato governista de Furtado<sup>318</sup>. Este episódio mostrou falta de apoio na Câmara e motivou o pedido de demissão de Furtado.

Segundo Francisco Doratioto, Tamandaré acreditava que era também o comandante das soluções políticas e não apenas das questões militares<sup>319</sup>. Da mesma forma, a opinião de Paranhos em relação a Tamandaré não era menos negativa. Para o político conservador, o comandante militar não tinha as condições necessárias para comandar as forças imperiais no Paraguai. Todo este atrito e o desfecho das negociações no Uruguai fizeram com que Tamandaré pedisse demissão de suas atribuições no Prata. Ora, podemos imaginar que isso deve ter colocado Furtado numa situação delicada. Se já havia recebido críticas por parte de alguns liberais pelo fato de ter nomeado Paranhos

---

<sup>317</sup> RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. “Somos da América e queremos ser americanos!”: O liberalismo ibero-americano de Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895). In *Anais do Colóquio Internacional do Laboratório Cidade e Poder: A América Ibérica e as relações ibero-americanas no contexto do Mercosul*. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, p. 29.

<sup>318</sup> SALDANHA, Michel. O experimento progressista em Minas Gerais. In *Revista Crítica Histórica*. v. 11, n. 22. p. 345-365. Universidade Federal do Alagoas: Maceió, 2020, p. 349.

<sup>319</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002., p. 76.

para a missão, agora o comandante liberal saía de cena devido a suas diferenças com Paranhos. Talvez por isso, como nos indica Doratioto, Furtado e Dias Vieira teriam ido ao Imperador pedir a demissão de Paranhos. A razão apresentada teria sido o clamor popular, que depois de revelados os termos do Tratado, pedia a demissão do político conservador<sup>320</sup>. Mas, como vimos, além da opinião pública, as questões políticas certamente pesaram para a sua demissão.

Se, por um lado, o Tratado negociado e assinado por Paranhos não previa punições duras contra quem havia ferido a honra do Império, por outro lado, garantiu o governo Colorado no poder e, por consequência, a aliança do Uruguai com o Brasil durante o conflito contra o Paraguai. Como aponta Doratioto, Paranhos teria escrito a seu amigo Caxias para dizer que o Imperador e o “seu almirante” venceram, se referindo a Tamandaré. D. Pedro II deu aval à demissão de Paranhos e, dessa forma, legitimou a narrativa do governo e dos liberais, segundo a qual o Tratado e as articulações de Paranhos teriam ferido a honra nacional<sup>321</sup>. Portanto, o Imperador se colocava alinhado ao governo e aos liberais. Talvez por isso, também, Tito Franco sequer mencione diretamente Tamandaré em sua obra, nem mesmo quando se debruça sobre a discussão a respeito do Tratado.

A tentativa de fazer prevalecer certas narrativas e memórias a respeito das polêmicas articulações no Prata naquele início de 1865 estão também presentes numa outra obra lançada no mesmo ano, denominada “Breve apreciação da demissão do Conselheiro Paranhos”, escrita por “Um brasileiro ex-representante do povo”. O autor, sabemos, é Sergio Teixeira de Macedo, político e diplomata que foi plenipotenciário brasileiro em diversas missões. Era bacharel do Partido Conservador, tendo sido presidente da província de Pernambuco e, em 1856, eleito deputado pela mesma província. Foi ministro dos negócios do Império durante o gabinete de 10 de agosto de 1859, chefiado por Angêlo Moniz Ferraz<sup>322</sup>.

A sua obra é um verdadeiro libelo contra o gabinete de 31 de agosto de 1864. Já no início do texto, o autor acusa o gabinete de praticar o servilismo mais abjeto e que o decreto de 3 de março, que exonerou Paranhos, era uma prova disso. Interessante é que o autor mistura governo e Coroa, e deixa entender que o governo seria uma extensão do

---

<sup>320</sup> Ibidem.

<sup>321</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>322</sup> Blake, A. V. A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883 - 1902. Volume 7, pp. 221,222. JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

poder real: “Em nenhum paiz do mundo se vio a realeza proceder com tamanha insidia!”<sup>323</sup>. Para ele, o ato contra Paranhos teria sido de uma ingratidão que superava os atos “cobardes e pusilânicos” de Carlos IX, Henrique III e Luiz XIV. As críticas que lançou contra a sistema político às vezes se parecem muito com as críticas de Tito Franco, mas aqui são utilizadas para destruir o governo Furtado:

Ha muito que o paiz se rescente do estado acephalo em que se acha o poder, que passa de umas para outras mãos sem um motivo plausivel, de encontro às sábias disposições da lei fundamental do estado, em manifesta contradição com os principias constitucionaes que formam a base do nosso self-made governo.

Esses motivos excepcionaes, essas contradições que engendram as dissoluções dos ministerios e até do parlamento, tem feito impressão no espirito público; e geralmente se diz que é sempre o absurdo que resolve as altas questões de politica interna e externa.

A origem dos males muitos a conhecem, mas poucos são os capazes de apontal-a, e muito mais raros são os que ouzarão explical-a de modo a fazer sentir ao paiz a verdadeira cauza de sua fraqueza, de sua esterilidade, da corrupção moral que grassa nas altas regiões politicas, que attaca os centros sociaes, o próprio coração do povo.

Assim como faz Tito Franco na biografia de Furtado, Teixeira de Macedo defende que a origem dos males da política nacional estava na Coroa, invertendo, porém, a posição entre beneficiados e prejudicados. Tanto é assim que Teixeira de Macedo cita a mesma frase que Tito Franco vai utilizar para justificar suas críticas ao Imperador: “Resisto ao rei para melhor servir ao rei”<sup>324</sup>.

O mais relevante é que o próprio Paranhos em seu discurso de defesa no Senado afirmou que o governo de Furtado não apenas não merecia os louros pela condução dos conflitos, como queria Tito Franco, mas era, de certa forma, responsável por eles. Segundo Paranhos, em comentário escrito na obra de Louis Schneider sobre a guerra do Paraguai, a gravidade com que eclodiu a guerra contra o Paraguai teria sido responsabilidade de Furtado:

O gabinete Furtado (31 de agosto) já achou o ultimatum Saraiva e o começo das represálias. Tudo o mais foi consequência da insensatez de Aguirre e do grupo que o cercava.

---

<sup>323</sup> MACEDO, Sérgio Teixeira de. *Breve apreciação da Demissão do Conselheiro Paranhos*. Typ. Popular de Azeredo Leite. Rio de Janeiro: 1865, p. 3. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179464>. Acessado em 03/03/2022.

<sup>324</sup> Ibidem, p. 35.

Quanto à intervenção do Paraguai na luta estamos persuadidos que poderia ser evitada se o gabinete de 31 de agosto não tratasse com o mais soberano desdém o vaidoso ditador Lopez, que se armava contra a República Argentina, e nenhum interesse tinha em romper com o Brasil. Não se tratou de contraminar as intrigas dos agentes do governo blanco no Paraguai: foi esse o grande erro.<sup>325</sup>

A tentativa constante de usar a guerra como trunfo a favor do governo de Furtado pode muito bem ter sido um recurso de Tito Franco para fortalecer uma narrativa que se contrapunha à ação de conservadores e moderados, bem como aos reclamos de setores liberais.

De qualquer maneira, muitos outros seriam os feitos de Furtado segundo Tito Franco. Entre eles estariam a proteção aos direitos individuais, por meio de normas para os procedimentos de julgamento, prisão e habeas corpus; e o decreto referente ao exercício de liberdade dos africanos livres do Império. O ponto essencial residiria, porém, em frear a esfera do Poder Executivo:

Mas, como em tão variadíssimos assumptos nem uma só vez alargou a esfera do poder de acção do executivo, e portanto do *Imperialismo*; como sempre considerou que devia exercer o poder quem tem a responsabilidade constitucional; como prezou sempre a dignidade mostrando-se prompto para largar o poder quando não pudesse livremente exercê-lo, o gabinete de 31 de Agosto foi condemnado pelo *Imperialismo*, que sobre elle atirou os seus batalhões capitaneados pelos tres chefes principais: marquez de Olinda, Zacharias e Saraiva.<sup>326</sup>

Furtado se convertia, assim, numa figura virtuosa e de exceção lutando contra tudo e contra todos. Porém, ao final, parece vencido pela força injusta do *Imperialismo* e dos imperialistas. Segundo Tito Franco, os conservadores moderados não haviam deixado seu antigo partido com a intenção de serem apenas coadjuvantes na Liga, pois desejavam preponderar. Para dissipar qualquer desconfiança que pudesse advir a respeito de sua ação para supostamente facilitar a saída de Furtado, D. Pedro II afirma em um de seus comentários: “O Furtado não me propoz a dissolução, e até me disse que a não achava conveniente. Sempre procedemos muito de acordo, e tive com ele as melhores relações - estimando muito as suas qualidades”<sup>327</sup>. A explicação que dá o próprio Tito Franco em

---

<sup>325</sup> SCHNEIDER, Louis. *A guerra da Triplíce Aliança contra o Paraguai*. Tradução de Manoel Tomás Alves Nogueira. Notas de José Maria da Silva Paranhos. Pradense: Porto Alegre, 2009, p. 104.

<sup>326</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 296.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 297.



sua *Autobiografia* é diferente, e o Imperador não é mencionado. Em 1882, o que emerge é a ideia de que os ataques ao governo Furtado, que resultaram na eleição da presidência da Câmara, foram capitaneados por Saraiva. Tito sustenta que Furtado desconhecia os motivos que levavam Saraiva a atacar o seu governo<sup>328</sup>.

### 3.2. Furtado e o confronto no campo da Liga Progressista

Furtado, em sessão de 14 de junho de 1865, respondendo a Zacarias, observou:

Senhores, é sempre penoso discutir com homens com quem vivíamos como correligionario e como amigo. Não é que a divergencia de opiniões seja motivo de censurar-se, nem de estranhar-se; antes de tudo está o bem publico, está a consciencia (apoiados); mas quando essa divergencia se manifesta por um modo desabrido, é dolorosa<sup>329</sup>.

Trata-se do mesmo discurso no Senado em que ocorreu a já citada discussão entre Furtado e Paranhos relativa ao polêmico tratado de 20 de fevereiro. Tito transcreve na biografia de Furtado apenas a parte da discussão referente ao tratado de 20 de fevereiro e omite este embate entre Furtado e Zacarias.

Por que Tito sombreou os vínculos entre os dois políticos? Ressaltou, porém, o apoio que seu biografado ofereceu ao ministério de 12 de maio de 1865 que o sucedeu, justificando esse apoio com base na afirmação de que este ministério iria empenhar-se sobretudo em fazer a guerra e sustentar a situação, evitando o fracionamento do partido progressista<sup>330</sup>. Nas palavras de Furtado recortadas por Tito:

Entretanto, como SS. EExs. dizem, que pretendem fazer a guerra com toda a energia; sustentar a situação e *impedir que se fraccione o partido progressista*, - e tal é o empenho de SS. EExs., que o nobre ministro dos negócios estrangeiros tendo, como deputado, votado em branco, logo depois e na mesma sessão votou de modo diverso, porque, como declarou posteriormente, *vio que havia risco de fraccionamento e queria evital-o* - ; darei ao ministério os meios para sustentar a guerra

<sup>328</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida. *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 404.

<sup>329</sup> *Anais do Senado do Império*, sessão de 14 de junho de 1865, p. 91.

<sup>330</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 313.

externa, em que se acha empenhado o Imperio, e o meu apoio *até que factos venham desmentir as palavras de SS. EExs*<sup>331</sup>.

Furtado conhecia as fragilidades da Liga. Como observa Eide Sandra Abrêu, foram criadas na época duas narrativas contrapostas que buscavam apontar quem teria sido o responsável pelo desmantelamento da situação política. Ao encerrar seu discurso Furtado comentou: “Emquanto, pois, não vem os factos, *olho o espaço à ver se as andorinhas políticas emigram*. Eu não tenho para onde emigrar”<sup>332</sup>.

O que queria dizer com isso? Para onde ele sugere que Olinda e os seus aliados podem emigrar, e por que ele não poderia ir para qualquer outro lugar? O fato é que está clara a existência de um rompimento, que logo se aprofundaria. Furtado pode estar se referindo ao fato de que se mantém coerente em suas convicções, entre os liberais que receberam os moderados, enquanto aguarda para ver se o gabinete e seus membros desertam. Mas, dentro do “gabinete das águias”, quem seriam as andorinhas?<sup>333</sup> Podemos pensar na hipótese de que, quando Furtado se refere a si próprio como andorinha, está querendo dizer que não atinge as águias que devoram os pequenos pássaros. Esta fala ocorre um mês antes de outra discussão áspera entre Zacarias e Furtado, também a respeito das ações deste na chefia do governo, em relação aos decretos para conter a grande crise econômica. Nessa discussão, Zacarias retomará, de forma irônica, a maneira como Furtado olha para o espaço esperando a emigração das andorinhas. Tito joga com os depoimentos e com as falas em tribuna dos agentes políticos de forma que se torna necessário ter muita atenção para criar uma ordem cronológica que, nesse caso, ajuda a expor posicionamentos e mudanças.

A discussão do mês seguinte é a do dia 4 de julho. Tito não cita o nome de Zacarias, resumindo a participação do senador baiano a curtas intervenções entre longas explicações de Furtado, tornando impossível ao leitor acompanhar o debate. A discussão é áspera e demonstra, em meados de 1865, que a aliança que houve (e que Tito sempre omite) entre Furtado e Zacarias já não existia mais.

---

<sup>331</sup> Ibidem, p. 313.

<sup>332</sup> Ibidem, p. 314. Grifos do autor.

<sup>333</sup> IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v. 5, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 122. Iglesias explica que o apelido dado ao gabinete se devia ao brilho dos vários nomes que o compuseram: Olinda, Nabuco de Araújo, Saraiva, Dias Carvalho, Silva Carrão, Silveira Lobo, Ângelo Moniz Ferraz, Paula e Sousa.

As divergências a respeito das causas da grave crise financeira de setembro de 1864, durante o governo de Furtado, já mostram discordâncias de escopo estrutural. Zacarias acusa o fim do tráfico e o investimento em estradas de ferro como principais razões para a crise, no que Furtado discorda veementemente. Além disso, foi colocado em dúvida por Zacarias o que teria, afinal, proposto o Conselho de Estado quando da crise. Na sua resposta, Furtado lê o documento de conclusão do Conselho de Estado a respeito do tema. O que está embutido no discurso de Furtado é que Zacarias tinha apoiado e reconhecido as necessidades das medidas tomadas pelo governo durante a crise, e agora aparentemente estaria criando novas críticas. O que Zacarias parece colocar em questão é a escolha política dos fiscais nomeados pelo governo, os quais Furtado elogia, revelando que se tratava de Sousa Franco, Ângelo Moniz Ferraz, José Pedro Dias de Carvalho e o Visconde do Rio Branco.

A princípio, não parece haver nessa equipe nenhum expoente progressista, mas há conservadores, como Rio Branco e Ferraz. Houve discussão também sobre a legitimidade das concordatas amigáveis estimuladas pelo governo aos credores na época da crise, bem como sobre a conduta de juízes que homologaram concordatas. Furtado exime o governo de qualquer culpa em relação a como alguns juízes teriam atuado. Ele alega que até poderia conceber a ideia de que alguns juízes se recusassem a cumprir um decreto que fugisse da legalidade, mas atacando Zacarias ele afirma: “...não concebo, que quem reconhece a necessidade de medidas extra-legaes, e que o governo as devia tomar, venha depois censura-lo fundado em uma interpretação extravagante, que alguns juízes deram aos decretos”<sup>334</sup>.

A discussão segue num desentendimento contínuo em relação às medidas adotadas pelo gabinete Furtado frente ao socorro financeiro ao mercado e frente à guerra.

Tito associou a queda de Furtado às forças que externamente ameaçavam os interesses do Brasil e àquelas que internamente influíam contra os interesses nacionais. Olinda, Zacarias e Saraiva seriam avatares do *Imperialismo* que o serviram, simbolizando a destruição da chama que levava as pessoas a lutarem pelo país numa guerra contra o inimigo externo. Gabinetes e Imperador teriam agido em prejuízo nacional.

Perguntai ao Imperialismo, que em oposição capitaneada pelos Olindas, Zacharias e Saraivas derribou o gabinete Furtado; ao Imperialismo que matou o entusiasmo popular, regeitando voluntários, para transformar o Estado Bellaco em matadouro

---

<sup>334</sup> Ibidem, p. 209.

brasileiro, substituindo dias de arida inacção aos dias cheios do gabinete de 31 de agosto; ao Imperialismo que por vingança dissolveu o corpo do bravo general Canarvarro, e o entregou ao general Porto-Alegre; ao Imperialismo que por espaço de 9 mezes nenhum auxilio prestou ao exercito em campanha, etc., etc.<sup>335</sup>.

E completa:

...reunindo ambiciosos, impacientes, e ingratos, apresentaram opposição numericamente igual á maioria, capitaneada aquella pela maior parte daqueles que não haviam deixado seu antigo partido com animo sincero de coadjuvar o partido liberal, mas sim impellidos pela sêde do mando, e dispostos a trahir os novos alliados como aos correligionarios do passado ainda bem recente<sup>336</sup>.

Tito reconhecia que Furtado fora vítima dos fracionamentos que enfraqueceram a situação política gerada, segundo ele, pelos moderados, identificados a Zacarias, Saraiva e Olinda, dispostos a atender ao chamado *Imperialismo* e não ao sistema parlamentar. Concluiu sua obra trazendo à tona a imagem de Furtado como político que “conserva-se fiel aos princípios, aos amigos e á opposição”<sup>337</sup>.

Tito divaga sobre o que Furtado pensa e lê no intervalo dos trabalhos legislativos e de magistrado, no início de 1867, enquanto ele escrevia a sua biografia. Como sincero monarquista, Furtado não poderia deixar de sentir tristeza pelo que ocorria na vida política do Brasil, e assim, poderia muito bem ter na sua cabeça o que escreveu Fox no parlamento inglês durante o reinado de Jorge III, já pulando para a virada do século XVIII para o XIX. Sergio Buarque de Holanda aponta que a comparação entre D. Pedro II e Jorge III já havia aparecido na obra *Libelo do Povo* em 1849<sup>338</sup>, e provavelmente foi mais uma apropriação de Tito Franco. A fala de Fox remete ao fato de que a doutrina política mais perigosa é aquela que desobriga os ministros a assumirem a responsabilidade pelos atos dos reis. Por outro lado, esse fato pode lembrar aos reis que, se não há quem possa se responsabilizar pelos seus atos, a responsabilização recai justamente sobre aquele que

---

<sup>335</sup> Ibidem, pp. 278, 279.

<sup>336</sup> Ibidem, p. 297.

<sup>337</sup> Ibidem, p. 360.

<sup>338</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. O pássaro e a sombra. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 72.

deveria estar isento de responsabilidade<sup>339</sup>, sob pena de levar ao fim do próprio regime monárquico, regime cujo sustentáculo é a própria pessoa do rei. Tito cita os Stuart sempre como exemplo do que não deve ser feito, já que eles, ao buscarem exercer o poder, foram castigados também pelos erros dos seus ministros. Pagaram com a vida e com a coroa<sup>340</sup>, mesmo ponto levantado por Zacarias em seu folheto sobre o Poder Moderador<sup>341</sup>.

Tito Franco não deixa passar nenhum aspecto do governo de Furtado para criar a imagem que ele quer transmitir de seu correligionário, qual seja, a de um liberal que encarna os ideais “verdadeiros” do partido, retomando uma suposta identidade dos liberais depois de um período de união com os conservadores moderados. Porém, o que se observa a partir dos periódicos da corte, em especial no ano de 1865, é que mesmo os de inclinação liberal direcionam críticas veementes contra o gabinete de 31 de agosto de 1864. Interessante notar que o *Correio Mercantil* é o único dos grandes periódicos da Corte que permanece em elogio ao governo Furtado, inclusive depois de sua deposição, mesmo reconhecendo a dificuldade de que o gabinete sobrevivesse aos trabalhos legislativos iniciados em maio de 1865, quando, de fato, Furtado caiu. Nos outros periódicos, que vamos explorar a seguir, o período de ascensão de Furtado não apresenta muitas críticas, mas, a partir de inícios de 1865, elas aparecem em maior quantidade e de forma bastante incisiva.

Um caso bastante emblemático é o do *Diário do Rio de Janeiro*, por se tratar de um dos principais jornais liberais da Corte. A partir de janeiro de 1865, começam as críticas a Furtado e elas vão se intensificando de forma que fique claro que, para os liberais representados por este periódico, especificamente, Furtado estaria longe de ser uma figura que se possa reconhecer como liberal. Já em 4 de janeiro, o “Liberal ordeiro” trata da polêmica a respeito da nomeação de José Maria da Silva Paranhos por Furtado como plenipotenciário no Rio da Prata. Embora não faça críticas à nomeação, cita a insatisfação de alguns liberais que, sendo muito sinceros e por isso muito suscetíveis, viram na escolha de Paranhos um sinal de fraqueza do governo. Paranhos compunha o Partido Conservador, e a sua atuação na guerra com o Uruguai será importante para as discussões entre os agentes políticos, como vimos, podendo ter causado impacto significativo tanto para a queda de Furtado como também para fazer crescer as

---

<sup>339</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 360

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 361.

<sup>341</sup> VASCONCELLOS, Zacarias de Góis e. *Da natureza e limites do poder moderador*. Typ. Universal de Laemmert, 2ª edição: Rio de Janeiro, 1862.

dissidências internas entre progressistas. O autor afirma que este governo é inexperiente e não foi escolhido e nem aceito dentro do difícil contexto que se apresentou logo depois, em meio a crises tão complexas como a da guerra com Uruguai e Paraguai. O pior é que se trata de um artigo publicado no *Jornal do Comércio*, periódico conservador, que o redator do *Diário* faz questão de republicar, adjetivando o texto como “lógico, contundente e verdadeiro”<sup>342</sup>.

Uma visão que apresenta um retrato da situação política daquele momento em que Furtado governava é exposta no mesmo periódico em 4 de abril, dentro da seção “Publicações a pedido”. Denominado “Minas Geraes, cidade da campanha”, o texto profere as mais duras críticas contra Furtado, separando-o dos liberais que elogia, como Ottoni, Sousa Franco e Saraiva, e acusa Furtado de não exonerar um juiz de direito de Rio Verde que persegue liberais em MG, já que Furtado governaria apenas para o Norte. Diz ainda que Saldanha Marinho, o diretor do periódico, teria escrito que o gabinete Furtado morreu, com o que o autor diz concordar. Afirma que Furtado tem a oposição de saquaremas e de liberais, embora não explique o porquê<sup>343</sup>.

Temos aqui um contraponto bastante significativo em relação à narrativa que Tito Franco busca construir. Depois de o *Diário* publicar um artigo do *Jornal do Comércio* para criticar Furtado, ele é aqui acusado de não ser verdadeiramente liberal, mesmo em comparação a Saraiva, um antigo conservador que é objeto de críticas de Tito Franco. Alguns artigos vão se somando a estes e pedem o fim do governo, até que, entre o final de abril e começo de maio de 1865, às vésperas da queda do gabinete, o jornal abre duas publicações com artigos bastante fortes contra Furtado. Um deles data de 28 de abril, e chega a acusar o governo de praticar os vícios inveterados do partido conservador:

Quiseramos mesmo, que o procedimento dos actuaes ministros fosse outro e mais regular, que não tivessem elles tão desabridamente abusado do poder e quebrantado os preceitos que formam a base do partido liberal. Mesmo quando tivessem commettido alguns erros sómente, não duvidariamos apoia-los, na convicção de que taes erros seriam corrigidos.

Mas não: a administração regular desapareceu, o arbitrio substituiu a lei, os vícios inveterados do partido conservador,

---

<sup>342</sup> Liberal Ordeiro. A situação e o ministério. *Diário do Rio de Janeiro*, ano 45, n. 47, 23 de fevereiro de 1865.

<sup>343</sup> Minas Geraes, cidade da Campanha. *Diário do Rio de Janeiro*, Publicações a pedido, ano 45, n. 83, 04 de abril de 1865.

pelos quaes sua queda se effectuou, estão em seu mais que nunca completo reinado.<sup>344</sup>

Um pouco mais adiante, segue:

A administração publica representa nesta situação uma verdadeira scena comica. Os conservadores haviam sido acoimados de arbitrarios, de destruidores do systema, de prosolitos do interesse particular, e emfim de quanto pode concorrer para a desmoralisação publica e perdição do paiz. Os actuaes ministros fizeram-se suas caricaturas. E' pois uma verdadeira scena comica a que representam.<sup>345</sup>

Quando o autor deste artigo afirma que o gabinete representa uma caricatura de destruidores do sistema, está atribuindo a Furtado a mesma pecha que Tito Franco atribui a seus adversários. Mas, não seria a biografia de Furtado também uma tentativa de Tito Franco e de seu grupo de oferecer um contraponto a essa narrativa que projetava uma memória negativa dos feitos e do governo de Furtado?

O artigo de 3 de maio que abre a edição do *Diário do Rio de Janeiro* novamente ataca o governo, mas dessa vez o foco é tentar desconstruir a ação do gabinete nas guerras contra o Uruguai (que naquele momento já havia terminado) e contra o Paraguai, apontando a demora nas ações e a má gestão das forças militares. Contrapondo um dos principais trunfos do governo Furtado, a convocação dos voluntários da pátria, o artigo afirma que apenas em janeiro de 1865 foram dadas ordens para que os homens marchassem ao Sul. A falta de preparo dos ministros é o principal argumento. De novo, pede a eles que reconheçam sua falta de preparo e deixem lugar a quem seria mais capaz. O autor reconhece que o gabinete tem maioria na câmara, mas ressalta que os chefes liberais lamentaram a escolha dos ministros.

Nesta batalha argumentativa entre o que aponta Tito Franco sobre Furtado e o que está presente nos periódicos, temos também a posição de D. Pedro II a respeito do biografado. Fica evidente que o Imperador busca mostrar seu respeito, proximidade e concordância com Furtado. Tito Franco afirma que: “pela primeira vez o programma

---

<sup>344</sup> Rio, 28 de abril de 1865. *Diário do Rio de Janeiro*, ano 45, n. 103, 28 de abril de 1865.

<sup>345</sup> *Ibidem*.

ministerial nem ao menos uma referencia fazia ao astro do *Imperialismo!*”<sup>346</sup>. Prática apoiada pelo monarca: “E fez muito bem”<sup>347</sup>. Da mesma forma, quando Tito Franco narra as ações tomadas por Furtado durante a grave crise econômica de 1864, em especial a resistência do gabinete ao manter-se dentro da legalidade até que o bom senso e o Conselho de Estado apoiassem a medida extraordinária, o imperador comentou: “O Furtado procedeu muito bem durante a crise e mostrou muita energia e sangue frio”<sup>348</sup>.

Em observação genérica a respeito das virtudes do governo de Furtado, e antes de elencar alguns de seus feitos mais importantes, o Imperador insere mais um comentário para ajudar a ratificar sua posição. Tito Franco afirma que Furtado “Resistio sempre á pressão estrangeira, sustentando com dignidade os direitos e interesses legítimos do império”<sup>349</sup>. Ao que responde o monarca: “Tudo com sincera aprovação minha”. Já no primeiro comentário que D. Pedro II insere na obra, a intenção é se apresentar como próximo de Furtado. Uma linha central na contra-argumentação de D. Pedro II é justamente a apelação que ele faz constantemente para que o autor (ou leitor) procure aqueles que foram seus ministros para saber suas opiniões, ou seja, faz parecer que os seus ministros não apenas tinham uma boa relação com ele, mas que usufruíam também grande autonomia e poder. No caso da biografia de Furtado, o apelo muitas vezes recai sobre o próprio biografado. O monarca insiste muitas vezes no fato de que os ministros no poder, em especial Furtado, não tinham do que se queixar da sua atuação como chefe do Poder Executivo, e isso se torna um trunfo da Coroa para quem lê os comentários. A primeira nota do Imperador já utiliza esse tipo de contra-argumentação. Ela aparece na primeira página escrita por Tito Franco de Almeida, e é escrita justamente em resposta à primeira vez que Tito cita o *Imperialismo* como maior mal do Brasil. É importante notar que nessas poucas linhas a que se resume este comentário, o monarca faz um resumo de toda a sua argumentação ao longo a obra, já apresentando o mote de sua defesa:

Os ministros que têm servido depois da minha maioridade podem e devem dar a decifração da Esfinge. Apelo para sua lealdade. E Furtado, de quem só tenho que dizer bem, quanto ás suas relações comigo – dirá o que penso do Imperialismo.<sup>350</sup>

---

<sup>346</sup> ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 173

<sup>347</sup> *Ibidem*.

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 285.

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 11.



O Imperador tenta desconstruir a analogia à esfinge, deixando claro que Furtado e seus outros ministros já a decifraram. Isso pode querer dizer que não havia mistérios ou vontades ocultas na relação do monarca com os ministros. Estes teriam ideia clara de quem era o Imperador e quais ideias o moviam. O apelo para a lealdade destes mesmos ministros não deixa de ser um reforço argumentativo para desmontar a interpretação de Tito Franco. E D. Pedro II cita Furtado diretamente. Ele especifica e personaliza sua argumentação na pessoa do biografado. A boa relação entre Furtado e D. Pedro II é ressaltada, mas não apenas isso, o Imperador deixa claro que Furtado sabe o que ele pensa do *Imperialismo*. Ora, o monarca assume já conhecer o termo, já ter opinião a respeito dele e que haveria uma possível relação de confiança entre Furtado e a Coroa, o que fragilizaria as acusações proferidas na obra.

As respostas do Imperador, mas principalmente as opiniões expressas nos periódicos mencionados, em sua maioria, trazem interpretações muito distintas daquelas de Tito Franco de Almeida, em especial no âmbito daquilo que parece mais valioso para este autor: a identidade liberal diversa da conservadora e ligueira. Tanto no que concerne à união com os conservadores moderados como no que diz respeito às ações de governo propriamente ditas, a situação narrada pelos autores dos periódicos difere muito do retrato talhado por Tito Franco sobre o que Furtado teria representado. Acusado de trair os preceitos liberais, ele é exaltado por Tito Franco justamente por representar de forma emblemática esses mesmos ideais.

### **3.3. “Páginas de História Constitucional do Brasil”: uma outra versão sobre o debate político**

Esta obra foi uma encomenda feita pelo governo de 3 de agosto de 1866 para responder de forma oficial às acusações que Tito Franco desferiu contra o Imperador, em 1867. Podemos supor que a intenção não tenha sido simplesmente essa, mas resguardar das críticas o ministério Zacarias e seus apoiadores dentro e fora do parlamento. Tanto o Visconde de Ouro Preto, no texto presente na *Revista do IHGB*<sup>351</sup>

---

<sup>351</sup> FLEIUSS, Max. “Notas do Imperador ao Livro do conselheiro Tito Franco de Almeida sobre “o conselheiro Francisco José Furtado” coligidas por Max Fleiuss”. *Revista do Instituto Histórico e*

como Carlos Pontes na introdução à segunda edição da Biografia de Furtado, publicada em 1944, contam um pouco sobre o que teria levado à produção desta obra. Tavares Lyra também oferece a sua explicação a respeito dos bastidores do livro:

O libelo articulado contra o monarca calou profundamente na opinião pública; e o Gabinete, presidido por Zacarias de Góes, resolveu contestá-lo, incumbindo a dois ministros, Souza Dantas e Afonso Celso, depois visconde de Ouro Preto, de promover essa contestação, confiada a Souza Carvalho, deputado por Pernambuco. Este, porém, declinou do encargo, talvez porque, dois anos antes, advogando a idéia da eleição direta e censitária, publicara um opusculo, *o Imperialismo e a Reforma*, em que não ocultava seu pensamento sobre a onipotencia da Coroa.<sup>352</sup>

Lyra comentou que a obra foi formulada por Luiz José de Carvalho Mello Mattos: “sempre fora conservador e ...seu trabalho se ressentia, por vezes, da influência do espírito partidário; mas, mesmo assim, é documento de altíssimo valor político, porque, em muitos pontos, inspirou-se no testemunho do próprio Imperador”<sup>353</sup>. Não sabemos até que ponto a obra contou com o apoio do monarca, tampouco se Zacarias de Góes nela se envolveu. De qualquer maneira, é importante salientar que a obra foi publicada em 1870, em um contexto político completamente distinto daquele de três anos antes. A Liga Progressista já não estava no poder e os agrupamentos políticos tinham adquirido outro perfil. Um novo Partido Liberal havia sido fundado, e abarcava muitos daqueles que antes haviam composto a Liga<sup>354</sup>. Isso significa provavelmente que Tito Franco se reaproximou daqueles que combateu em 1867.

Logo de início o autor das *Páginas de História* explica as dificuldades que enfrentou:

As paginas forão escriptas á medida que progredia a impressão e frequentemente longe do auxilio de livros; forão muitas vezes interrompidas ou pela carencia de esclarecimentos difficeis de obter, ou por outros motivos que não importa referir.

---

*Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXVII, Rio de Janeiro, 1914, p. 249 – 289. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>352</sup> LYRA, Tavares. Tito Franco e o Imperialismo. *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 274.

<sup>353</sup> Ibidem.

<sup>354</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pássaro e a sombra. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 137.

D'ahi grande variação no desenvolvimento das diferentes partes do trabalho, redundancias, repetições de palavras e outros vícios de composição.

Accresce que a correção das provas não pode ser feito com o necessario rigor, já pelas razões acima apontadas, já porque em regra o autor é o menos idoneo para este serviço.<sup>355</sup>

O autor reconhece que ao longo de três anos, as condições políticas modificaram a pressa da elaboração do texto, o que deu lugar a incertezas quanto à publicação. Somente uma outra pesquisa poderia iluminar os bastidores da obra, o que também jogaria luz às movimentações políticas daqueles anos. Aqui, porém, nos interessa analisar algumas contra argumentações, a retomada de determinados temas e a apresentação de versões que contestem a narrativa de Tito Franco de Almeida, ampliando-se o campo do debate.

A obra de Mello Mattos já em seu título esclarece que o período analisado é o que vai de 1840 até 1848. Muitas podem ser as razões para isso. Remetendo apenas a este período inicial do Segundo Reinado, o autor se concentraria nas origens do governo de D. Pedro II e poderia contrapor Tito Franco em tudo o que se refere à gênese do que ele denominou *Imperialismo*, e mais do que isso, tratar de uma época em que, assim como os anos de 1860, se discutiu muito o lugar do monarca dentro do sistema constitucional<sup>356</sup>. Talvez o autor tenha usado os anos de 1840 a 1848 como analogia aos anos de 1860 a 1868, até porque a década de 1840 também abrigou discussões a respeito da conciliação entre os partidos. Se 1848 marcou a história do Império como o ano da última revolta armada da monarquia, o ano de 1868 deu novos contornos às disputas partidárias entre conservadores, emperrados, moderados e liberais de vários matizes. Mattos não se refere diretamente ao período da Conciliação e posteriormente à formação da Liga Progressista, sugerindo seu envolvimento notadamente em relação à Liga. É só na conclusão da obra que Mattos justifica, de forma indireta, o recorte temporal escolhido como representativo de todo período posterior, no que diz respeito à constitucionalidade das mudanças e movimentações políticas, assim como das ações da Coroa: “A comparação dos resultados dessa analyse com os sucessos posteriores ao anno de 1848, mostra a mesma regra

---

<sup>355</sup> MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870, p. 9.

<sup>356</sup> Sobre as discussões nos anos de 1860, ver, entre outros: BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

invariavelmente observada”<sup>357</sup>. Ou seja, faz crer que a história do Império se repete ao longo das gerações de políticos como se os mesmos princípios e práticas de poder fossem atualizados, o que envolveria tanto o lugar ocupado pela Coroa quanto o papel desempenhado por ministros e especialmente pela Câmara dos deputados.

Foi bastante detalhista ao longo das mais de 500 páginas que escreveu, e sempre que pôde tentou demonstrar a força e a importância dos gabinetes conservadores e apontar as incoerências dos liberais. Por vezes denominou de *ultraliberal* a “escola” de Tito Franco e de seu grupo quando comparava seus discursos com as ações efetivamente levadas a cabo pelos liberais quando estes estiveram no poder.

Assim como procedeu Tito Franco de Almeida, Mello Mattos também faz referências a monarquias europeias e seus personagens. Inicia seu texto indicando que dez anos antes do lançamento da biografia de Furtado, François Guizot lançou em Paris uma biografia de Robert Peel, intitulada “Sir Robert Peel. Estudo de historia contemporânea”. Guizot havia sido um nome forte da política francesa durante a monarquia de Luiz Phillipe de Orleães, tendo sido o último primeiro-ministro do país antes da queda definitiva da monarquia, em 1848. Por outro lado, Peel foi primeiro-ministro em algumas ocasiões, nas décadas de 1830 e 1840, sendo contemporâneo do político francês. Mello Mattos apresenta um relato dramático do fim da monarquia de Julho, na França, a qual Guizot teria ajudado a construir, e cujos alicerces teriam desmoronado em poucas horas, num dia de inverno de 1848. O autor diz que Guizot, no alto de sua melancolia, escreve sobre seu amigo inglês Peel, cuja tragédia, por sua vez, foi morrer poucas horas depois de sua última vitória parlamentar na Inglaterra, num acidente<sup>358</sup>. Assim traça Mello Mattos a relação entre a biografia de Furtado e a obra de Guizot:

Ha pouco tempo, nos ultimos dias de 1867, dez annos depois do estudo de historia contemporanea de Guizot, apparece no Rio de Janeiro com um titulo semelhante um novo livro.

O primeiro denomina-se: «Sir Robert Peel. Estudo de historia contemporanea por Mr. Guizot.

---

<sup>357</sup> Ibidem, p. 525.

<sup>358</sup> François Guizot foi um historiador, orador e estadista francês. Foi primeiro-ministro da França entre 1847 e 1848, no reinado do rei Luís Filipe I. RAYMOND, Gino. *Historical dictionary of France*. Scarecrow Press, 2ª ed.: Inglaterra, 2008. Já Robert Peel foi um político britânico, primeiro-ministro entre 1834 e 1835 e entre 1841 e 1846. GASH, Norman. *Sir Robert Peel: The Life of Sir Robert Peel After 1830*. faber and faber, 2ª ed.: Inglaterra, 1971.

O segundo intitula-se: «O Conselheiro Francisco José Furtado. Biographia e estudo de historia politica contemporanea pelo Conselheiro Tito Franco de Almeida.

Por um Peel o Conselheiro Furtado - por um Guizot o Conselheiro Tito.<sup>359</sup>

O primeiro questionamento de Mello Mattos diz respeito ao merecimento de Furtado em receber tal biografia. Ainda que teça elogios a Furtado, não haveria motivos para tal exaltação. Mattos se pergunta, então, qual seria a intenção de Tito Franco ao lançar sua obra? A seu ver, assim como a Circular de Teófilo Ottoni, de 1860, “Só o espírito de partido póde invocar a autoridade dessa composição”<sup>360</sup>.

Mello Mattos reconhece o que considera os males do Estado brasileiro de então. O autor cita o exagero na centralização e a expansão dos direitos e das atribuições do Estado, numa pátria onde o “país real” se conservou estranho ao “oficial”<sup>361</sup>.

O Estado é uma abstracção - não pode ter senão uma existencia ficticia e convencional, como a de todas as abstracções. Attribuir-lhe qualidades essencialmente concretas — mistural-as ás combinações positivas da vida pratica — é um absurdo, fonte fecunda de outros absurdos<sup>362</sup>.

Aponta que não há independência do judiciário, e que, segundo a justiça administrativa, o ofensor (Estado) é ao mesmo tempo o juiz e uma das partes. Afirma que “o povo está subjugado, a consciencia do direito desaparece - a liberdade está em plena decadência”<sup>363</sup>. E sem diferenciar-se de qualquer outro comentarista político de sua época, ele aponta o modo como aconteceram as eleições como a raiz de tantos problemas:

Com quanto nenhuma regra expressa o diga, é da indole do systema representativo que o governo pertença á maioria do parlamento reputada a expressão da vontade nacional. A eleição é portanto a base do governo.

Mas o que é a eleição no Brasil?

---

<sup>359</sup> Ibidem, p. 8

<sup>360</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>361</sup> Ibidem, pp. 15, 16.

<sup>362</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>363</sup> Ibidem, p. 19.

A centralização administrativa, a grande absorção das forças vivas da nação pelo governo isolado no meio da população indiferente, o enfraquecimento dos partidos, o pessimo systema eleitoral primario, o recrutamento, a policia politica puzerão nas mãos do poder executivo, mesmo independentemente do emprego da força, o resultado das eleições.<sup>364</sup>

É fato que o autor aqui relativiza o uso da força durante os processos eleitorais, porém sem negá-la. E a estrutura do processo eleitoral nem sequer necessitava da violência para que o Poder Executivo prevalecesse. Assim como Tito Franco, argumenta com a ideia da sobreposição do Poder Executivo dentro do sistema político. Mas, não apenas exime D. Pedro II, como o exalta. E para justificar o seu julgamento acerca de Tito Franco, o autor cita Guizot: “Os politicos pouco serios têm a mania de attribuir os seus reveses a causas occultas e inesperadas”<sup>365</sup>.

Logo é licito concluir que o escritor [*Tito Franco*], que em paginas cheias de febril emoção desenhou os bens que outros auferem das calamidades que elle enxerga, queixa-se apenas de não ser empregado em proveito seu e dos seus o uso d'aquillo a que chama *Imperialismo*.

Quando a imprensa desce até estas manifestações de egoismo, não ha mais discussão possivel.

Só resta um recurso - expôr a nua verdade para que cada qual compare e julgue.<sup>366</sup>

Mello Mattos, contrariando os ressentimentos de Tito Franco, pretende expor a “verdade” sobre a história do Império.

Inicia recuperando o ano de 1837, justamente citado por Tito Franco algumas vezes em sua obra por ter se caracterizado por projetos de reformas que depois seriam conhecidas pelo nome de *Regresso Conservador*<sup>367</sup>. Mattos justifica as ações levadas a cabo pelo Regresso, já que as leis e o código do processo de 1833 foram feitos no impulso daquele momento, e em 1837 o caos predominava, segundo ele. Assim como o político paraense faz na biografia de Furtado, Mello Mattos usa transcrições de discussões parlamentares e recortes de falas do trono e de relatórios enviado à Câmara para provar

---

<sup>364</sup> Ibidem.

<sup>365</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>367</sup> Sobre o tema, consultar a obra já citada de Paulo Pereira de Castro.

sua versão, valendo-se das mesmas práticas daquele que se dispõe a criticar. Faz questão de frisar que chefes liberais também apoiaram as reformas, como os senadores Vergueiro, José Bento e Costa Ferreira<sup>368</sup>, num recado direto a Tito Franco de Almeida. Podemos inferir, portanto, que Mattos quer provar que as reformas atendiam a nação e não ao “espírito” de partidos. O que, entretanto, havia se evidenciado por ocasião do Golpe da Maioridade. O autor acusa os liberais de agirem de forma egoísta para retomar o poder que haviam perdido anos antes:

E como em nossa opinião a « Circular»[de 1860] do Sr. Senador Ottoni só pode fazer prova contra S. Ex. mesmo, é-nos licito invocar-lhe a autoridade para mostrar que a inconstitucional e inconveniente medida foi o resultado de uma conjuração urdida pelo partido decahido... mas com o fim mesquinho e egoístico de tomarem de assalto o poder.<sup>369</sup>

A partir do momento em que D. Pedro II assume o poder, Mello Mattos passa a narrar em detalhes a organização e destituição dos ministérios, uma condição de insegurança gerada pelos liberais e pelos procedimentos por eles postos em execução, especialmente nos fins de 1840, quando os eleitores foram tratados com “cacetes” e explícita violência e obstrução<sup>370</sup>.

Mello Mattos acusa o Partido Liberal de nunca ter sido capaz de reformar a lei de 3 de dezembro, e afirma que Tito Franco em nenhum momento de sua obra conseguiu comprovar que o Imperador agiu a favor da lei e posteriormente contra a sua reforma. Nem sequer os governos liberais teriam reclamado da falta de confiança da Coroa em seus supostos pleitos.

Como já mencionado, um dos principais argumentos de Tito Franco para provar a existência e a ação do *Imperialismo* é o de que a Coroa atuava para causar a desunião

---

<sup>368</sup> Trata-se de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Bento Leite Ferreira de Melo e Antonio Pedro da Costa Ferreira. Os três foram parlamentares à época da Regência, ligados ao grupo que viria a se caracterizar como o Partido Liberal. O senador Vergueiro, o mais destacado deles, foi ministro por algumas vezes na primeira metade da década de 1830 e chegou a integrar a regência trina provisória. Ver JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

<sup>369</sup> MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870, p. 36.

<sup>370</sup> A respeito das quedas de gabinete neste período e durante todo o segundo reinado, e sobre a instabilidade ministerial, consultar, entre outros: FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e poder moderador*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

interna dos ministérios. Dessa forma, prevaleceria apenas o poder imperial. Mattos busca desmentir essa argumentação rememorando episódios e um caso específico: a sorte do gabinete de 23 de março de 1841. As desavenças internas entre ministros nada deveriam à ação da Coroa, e conclui:

entre ministerio forte e Imperialismo, a contradicção é absoluta. D'aqui vê-se que os escriptores da escola ultra liberal, truncando as palavras do Visconde do Uruguay.... do Marquez de Paraná e do Visconde de Sepetiba, praticarão um manejo pouco proprio para transmittir a verdade aos seus leitores.<sup>371</sup>

Mattos chama a “escola política” de Tito Franco e seu grupo de “ultraliberal”, de maneira claramente pejorativa, nele incluindo Teófilo Ottoni e sua Circular de 1860<sup>372</sup>, e todos os demais panfletos que se utilizaram de argumentos para responsabilizar a Coroa pelas ações do Executivo e pelas substituições ministeriais. Em contrapartida, Mattos se propõe a enaltecer gabinetes conservadores, como o de 20 de janeiro de 1843, composto por Carneiro Leão, Uruguai, Visconde de Itaboraí, José Antonio da Silva Maia, Joaquim Francisco Vianna e Salvador José Maciel<sup>373</sup>. Demonstra, por meio das razões da destituição desse ministério a falácia da tese do *Imperialismo*.

Dando conta no Senado das razões por que deixava o poder, Carneiro Leão disse que não lhe faltara nem a solidariedade dos collegas, nem a confiança do parlamento, nem a confiança da Coroa que o exhortara a continuar a ser ministro, porem que os ministros tinham entendido que, recusando o soberano o seu assentimento á demissão de um empregado que os hostilisava, elles não podião conservar-se.

Os inventores do pretenso Imperialismo acastellão-se n'este facto como um argumento irrespondivel em seu favor.

Realmente não havia hostilidade ao ministerio no facto da publicação (que aliás não foi mencionada na discussão), nem na

---

<sup>371</sup> MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870, pp. 71, 72. Mattos afirma que, na verdade, a alegação do Marquês do Paraná é a de que o monarca concorria para ter gabinetes “fortemente organizados”, mas que a edição dos discursos do Visconde do Uruguai feita pela escola “ultra liberal” e a omissão de algumas falas de Paraná fazem parecer que havia desarmonia e que ela era provocada pela Coroa.

<sup>372</sup> OTTONI, Teófilo. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas Gerais no quadriennio actual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º Districto Eleitoral da mesma provincia para a próxima legislatura*. Rio de Janeiro, Correio Mercantil de M. Barreto, 1860. Biblioteca do IHGB.

<sup>373</sup> JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 89.



guerra que se dizia feita pelo Inspector da Alfandega áquelle dos candidatos do governo que não era ministro.

O gabinete retirou-se por uma questão de amor proprio, e não por motivo politico: ora, que nas suas relações com os ministros deva o chefe do Estado também ceder em questões de amor proprio, é these nova, nunca até agora demonstrada.

Vamos ao Imperialismo.

Para que a versão da «Biographia»[de 1867], da «Circular» [de 1860] e de outras peças semelhantes, tivesse algum cabimento ou apparencia de senso commum, seria necessario que o Imperador tivesse ordenado ao Dr. Saturnino de Souza e Oliveira que publicasse o seu folheto publicação que é anterior á morte de Feijó que lhe tivesse determinado que fosse candidato que tivesse creado a disposição de espirito com que os ministros receberão os dous factos, e finalmente suscitado no animo de Carneiro Leão a idéa da demissão do Inspector da Alfandega: o que suppõe um tal poder de adivinhar e dominar o espirito alheio que tornaria perfeitamente inutil toda a complicada manobra imaginada por aquelles authores de contradanças ministeriaes, pois se contentaria então o Imperador com suscitar no espirito dos seus ministros as resoluções que mais lhe conviessem, fossem elles quaes fossem.<sup>374</sup>

Além disso, como poderia um monarca de 18 anos ter a malícia e a capacidade de fazer todos os cálculos necessários para influir nos espíritos de quem o interessava? Analisando o período conhecido como quinquênio liberal, no qual o Partido Liberal manteve-se de 1844 até 1848 no poder através de diferentes formações ministeriais, Mattos procura demonstrar que a prática de governança dos liberais foi se afastando do discurso. Apropriou-se dos anos de 1840 para se referir às bandeiras levantadas por Tito Franco em 1867.

A descentralisação, o progressivo augmento das franquezas provisórias, revogação das leis de 1841, taes erão as principaes aspirações da parte liberal do paiz. Vivendo sob o padroado de Paula Souza, de Vergueiro, de Alencar, tendo em seu seio Galvão e Hollanda Cavalcanti, o Ministerio de 2 de Fevereiro não só nenhuma medida iniciou destinada a satisfazer taes aspirações, como ainda, em actos secundarios que pela sua propria natureza escapão a influencias estranhas, nascendo

---

<sup>374</sup> MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870, pp. 98,99.

expontaneamente das convicções ou da vontade dos authores, parecia afastar-se d'esses principios.<sup>375</sup>

Mattos sugere que os interesses pelo poder estavam acima das bandeiras e dos princípios. Recuperando a atuação dos ministérios liberais que se sucederam a partir de 1845, pretendia desqualificar a narrativa de que esses atores seriam os que mais trabalhavam por eleições livres e, conseqüentemente, por maior força representativa do Poder Legislativo. Vai tecendo argumentos a respeito dos conflitos internos aos gabinetes liberais, à suposta incapacidade desses políticos atuarem de modo articulado junto à Câmara e à opinião pública, o que teria feito esboroar uma proposta de Paula Sousa (único liberal a ser elogiado) voltada para uma composição política entre os moderados de ambos os partidos<sup>376</sup>. O objetivo mais evidente é inverter as considerações de Tito Franco, denunciando a falsificação que divulgava acerca da história do Império. Propositadamente, embaralhava ainda mais a complexidade das circunstâncias, reproduzindo, mas com sinal trocado, as imagens e representações que Tito Franco havia criado.

Os argumentos desenvolvidos por Mattos atingiam não apenas a figura de Tito Franco, mas também as trajetórias de Teófilo Ottoni e de Francisco Sales Torres Homem, o Timandro. Mello Mattos engloba os três personagens dentro de um mesmo campo, suprimindo o tempo da história e da política bem como as transformações que modificaram o perfil das gerações de atores do Império. O mesmo procedimento de apropriação e reinterpretação que foi posto em marcha por Tito Franco, na biografia de Furtado, quando rememora muitas vezes Salles Homem e Ottoni para embasar a teoria do *Imperialismo*, transcrevendo trechos de suas respectivas obras para convencer o leitor da existência dessa prática na política imperial. Efetivamente, o uso daquele conceito implicava significações diferenciadas a depender do emissor. Foi usado pejorativamente por Sousa Carvalho, mas positivamente pelo folheto anônimo atribuído a Tavares Bastos. De qualquer forma, não é surpreendente que Mallo Mattos faça referência a Timandro e a Ottoni, pois ambos em momentos diferentes da política imperial e com objetivos

---

<sup>375</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>376</sup> Nascido em Itu, no interior de São Paulo, Francisco de Paula Sousa e Melo foi membro da assembleia constituinte em Portugal, e depois no Brasil, em 1823. Foi deputado ainda nas primeiras legislaturas do primeiro reinado e nome importante do Partido Liberal, se tornando senador em 1848 e presidente do Conselho de Ministros em 1848. Ver em: JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

precisos também provaram defender o Partido Liberal, reconstruindo sua história bem como seus próprios percursos individuais.

Como observa Izabel Marson, *O Libelo do Povo*, de 1849, apresenta justificativas para as revoluções liberais dos anos de 1840, e aponta o Poder Moderador como responsável pelo desvirtuamento da monarquia constitucional através de sua interferência nos ministérios e no desempenho da Câmara. O período regencial e, em especial, o Ato Adicional, são exaltados. A queda de Feijó em 1837 e o chamado movimento do Regresso são amplamente criticados, sendo o regente Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, nominalmente citado e atacado. A sua facção conservadora estaria aliada ao Poder Moderador, agindo inconstitucionalmente. Buscava-se aí a justificativa para as revoltas levadas a cabo pelos liberais em 1842 e 1848, já que elas seriam o único meio de denúncia deste processo e o caminho para completar a “revolução da independência”<sup>377</sup>.

Tito Franco segue linha semelhante, sendo que a sua inovação foi o fato de definir o *Imperialismo* como a prevalência do Poder Executivo, e de não citar claramente o quarto poder. Já a obra de Ottoni, a “Circular aos eleitores”, de 1860, editada num outro contexto, também justifica as ações liberais do passado, afirmando que teriam sido obrigados a recorrer às revoltas para garantirem os seus direitos e a Constituição. É explícita sua luta contra o Poder Moderador e o poder pessoal.

Para Izabel Marson, que estudou a fundo essas obras, o poder pessoal surge para os seus autores sustentado pela “seita palaciana”, pelo Conselho de Estado, pelo Senado vitalício e pelos ministérios<sup>378</sup>. Porém, a pessoa do monarca parecia preservada, sendo os políticos os verdadeiros culpados, o que não ocorre na narrativa de Tito Franco. Mello Mattos responde a essas interpretações passadas, colocando-se do lado oposto a essa narrativa política. Alinhando-se aos conservadores moderados e a Zacarias de Góis, o autor também enxerga nos finais dos anos de 1860 uma oportunidade para nulificar as justificativas dos antigos liberais e defender-se de seus ataques.

Não perde a oportunidade, por outro lado, de valorizar a bem-sucedida política de Conciliação empreendida pelos conservadores que, a seu ver, os liberais supostamente

---

<sup>377</sup> MARSON, Izabel Andrade. Do império das “revoluções” ao império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do império (1822-1950). In *História: Questões & Debates*, Editora UFPR, n. 50, p. 125-173, Curitiba: jan./jun. 2009.

<sup>378</sup> Ibidem, p. 140.

não haviam conseguido realizar no passado, apesar dos esforços de Antônio Carlos Andrada<sup>379</sup> e Paula Sousa.

A conciliação morta então ao nascer, resuscitou em 1853 na phase celebre para sempre da historia dos partidos a que o Marquez de Paraná ligou o resto da sua vida, e que o escriptor que nos levou a emprehender este tosco trabalho, compraz-se em attribuir exclusivamente a um plano imperialista. Não podemos admittir que fossem imperialistas Antonio Carlos e Paula Sousa quando mal dizião os ministerios de partido, quando anhelavão na discussão do voto de graças de 1845 a formação de um terceiro partido, constituido pelos moderados de ambos os lados.<sup>380</sup>

Em vários momentos da narrativa, Mello Mattos se refere ao *Imperialismo*, mas de forma genérica, como se o termo abarcasse toda espécie de crítica ao Imperador e sua posição dentro da política imperial. De qualquer modo, o que expõe é a tendência que existia na classe política em geral, e não apenas no Brasil, de grupos na oposição responsabilizarem a Coroa por estarem alijados do poder, ainda que apenas temporariamente. É como se fosse um estratagema comum, uma forma de fazer oposição dentro de uma monarquia representativa. Ao longo das páginas, para demonstrar a validade dessa versão, vai descrevendo a sucessão de gabinetes, entre 1845 e 1848, como resultado das normas constitucionais e do exercício da Câmara dos deputados, distanciando as constantes alternâncias políticas da figura e de uma suposta ingerência do monarca.

Enquanto Tito Franco se vale dos exemplos dos governos e das Câmaras liberais, entre 1845 e 1848, para mostrar a perseguição que sofriam do *Imperialismo*, Mattos, por intermédio de detalhadas digressões, chega à conclusão de que foram tantos os erros dos governos daquele período que apenas o de Paula Sousa poderia ser considerado um gabinete liberal. E ele faz isso recortando opiniões de deputados liberais. Assim, os possíveis fracassos dos sucessivos ministérios liberais não teriam nenhuma relação com ações inconstitucionais da Coroa, mas sim com as próprias movimentações políticas de grupos na situação e nas oposições, que geraram desgastes e a perda de confiança. Para finalizar sua argumentação, sugere que os próprios liberais mostravam sua incapacidade

---

<sup>379</sup> Foi irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva e constituinte em 1823 pela província de São Paulo, além de deputado algumas vezes até a sua morte. Ver JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889

<sup>380</sup> MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*. B. L. Garnier: Rio de Janeiro, 1870, p. 231.

em governar, pois não convergiam para as mesmas políticas públicas. Justificava-se, desse modo, a ascensão dos conservadores.

Se Tito Franco usa a mudança do gabinete, em setembro de 1848, para exemplificar o modo pelo qual os liberais eram “humilhados” pelo *Imperialismo*, Mattos aponta que o Imperador não tinha outra saída naquela ocasião:

A gravidade das circunstancias dentro e fóra do paiz não tolerava uma administração que se não distinguisse pela experiencia e prestigio de seus membros, e que não contasse com o decidido apoio parlamentar que a Camara tal qual estava constituída a ninguem podia dar. O Imperador portanto não tinha diante de si outro alvitre, senão o de transferir o poder para os saquaremas.<sup>381</sup>

O que Mattos apresenta nas páginas finais da obra é um conjunto de considerações a respeito do sistema político, de seus males e de suas possíveis soluções que, em sua versão, envolviam o pleno desenvolvimento da liberdade civil.

Emquanto a liberdade politica dá nascimento a partidos, a liberdade civil produz a opinião publica, sobranceira aquelles. A eterna lei da acção e reacção reciprocamente correspondentes opéra sem interrupção entre ambas. Assim, os partidos procurando dirigir a opinião no sentido mais propicio aos seus planos, não obstante obedecem as indicações daquella, porque de seu apoio não podem dispensar-se.<sup>382</sup>

A respeito da liberdade como existia no Brasil, Mattos afirma:

Ninguém que attenda com animo sincero e desprévenido para o actual estado da legislação do Brasil, desconhecerá o grande desequilibrio que há nos elementos da vida publica. Possuimos, é certo, todo o apparatus da liberdade politica.

Segue o autor:

Liberdade civil porem não existe no Brasil. Leem-se na Constituição alguns trechos didacticos, que lhe consagrão os elementos principaes, mas que ha muito passarão ao estado de letra morta. Sollicita em sentido opposto, a legislação cada dia reveste de mais

---

<sup>381</sup> Ibidem, p. 489.

<sup>382</sup> Ibidem, p. 499.

arbitrio o poder executivo, cercêa uma a uma as promessas que hão de ser cumpridas primeiro, para que passemos de povo de administrados a ser um povo de cidadãos.

Por uma centralização tão absurda que já se renuncia a defendel-a; pelo contencioso administrativo, desconhecido da Constituição; pela insupportavel tutella dos interesses privados, vae -se dando ao povo a educação propria para prival-o da consciencia de seus direitos, e persuadil-o da impossibilidade de defendel-os, uma educação que entorpece todo o espirito de iniciativa individual, e os varonis sentimentos de independencia e energia que fazem os povos livres.<sup>383</sup>

Segundo Mattos, a liberdade política não havia gerado, como consequência, a liberdade civil. As causas teriam sido principalmente o arbítrio de ministros no Poder Executivo, uma legislação centralizadora e a tutela dos interesses privados. Tudo isso manteria a população numa condição de “administrados” e não de cidadãos. O problema não era a Constituição e sim a legislação orgânica, que nunca reconheceu a necessária correlação entre a plenitude política e a eficaz influência da opinião pública que, segundo Mattos, é filha da liberdade civil. Seria inerente ao sistema representativo que a direção do Estado pertencesse à maioria do parlamento, situação que mais se aproximava de “uma legítima expressão da vontade nacional”<sup>384</sup>. E voltando às bases do sistema representativo, que são as eleições, Mattos se pergunta: “...mas o que são eleições sem espirito publico?”<sup>385</sup>.

As reflexões de Mello Mattos permitem problematizar as práticas liberais exercidas naquele momento por diferentes grupos econômicos e de poder, colocando-se como contraponto ao discurso de Tito Franco. A obra avança sobre a análise do estado da liberdade civil no país e seu foco parece ser a liberdade individual, que permitiria a todos os sujeitos compreender os seus direitos frente à tutela do Estado e ao que ele chamou de “tutela dos interesses privados”. Essa tutela, segundo ele, inibia a iniciativa individual. O estado em que se encontrava, portanto, a liberdade civil, ao invés de educar o povo no sentido de fazê-lo entender o seu papel ativo dentro da sociedade, ao contrário, o entorpecia. Dessa forma, Mello Mattos mostra que Tito Franco aborda quase que unicamente a liberdade política como sua reivindicação, uma vez que, para este autor, as mazelas da política nacional se encontravam no topo do sistema político, ou seja, no seio do Poder Executivo, que inviabilizava o pleno funcionamento da política partidária e das eleições, como estabelecia a Constituição. Podemos inferir que Mello Mattos, ao apontar

---

<sup>383</sup> Ibidem, pp. 501, 502.

<sup>384</sup> Ibidem, pp. 505, 506.

<sup>385</sup> Ibidem, p. 506.

a prevalência de interesses privados como um dos principais entraves para alcançar a liberdade civil, e depois de claramente indicar que Tito Franco de Almeida tinha interesses obscuros ao escrever, sugere que os “ultra-liberais” se guiavam pelos próprios interesses, o que os desqualificava para o governo do Estado. Não seriam capazes de defender os interesses públicos.

Com efeito para o homem politico, no ambito politico em que respira, a liberdade politica que para a sociedade é um instrumento, torna-se objecto e fim. E' o circulo em que voluntariamente encerra a actividade do seu espirito, e dentro do qual satisfaz as necessidades racionais de sua natureza. Condições de um viver todo diverso do seu, nem as vê, nem sente. E' directamente interessado em qualquer questão que entendendo com a politica diz respeito ás fontes de sua influencia e importancia.<sup>386</sup>

As críticas à sobreposição de interesses privados aos interesses públicos aproximam as considerações de Mattos das observações de Stuart Mill, como nos aponta Eduardo Teixeira Gomes<sup>387</sup>. Para Mill, um dos maiores perigos que assolava os sistemas representativos era justamente essa sobreposição<sup>388</sup>. Supostamente, segundo Mattos, muitos que tentavam analisar os problemas da política imperial não se davam conta de que o espírito público precisava ser despertado pela liberdade civil. A partir daí é que Mattos chega no conceito de *Imperialismo*:

A esta classe de erros pertence a ficção do governo pessoal, também chamada imperialismo. Mencionando esta accusação uniformemente sustentada por todas as opposições, e por ellas mesmas repellida quando passam a governar, somos naturalmente impellidos a aventurar algumas reflexões acerca da extensão e caracter das attribuições constitucionaes do Imperador, que servirão de complemento á analyse das causas que vicião a acção das nossas instituições politicas e á narração contida nos capitulos precedentes.<sup>389</sup>

Daí voltar-se para as atribuições do Imperador, que seria o juiz dos partidos. A respeito do Poder Executivo, que é o foco das acusações de Tito Franco de Almeida,

---

<sup>386</sup> Ibidem, p. 508.

<sup>387</sup> GOMES, Eduardo Teixeira. *O governo representativo em John Stuart Mill: representações e paradigmas*. Anais do VI Congresso Internacional Ufes/Paris-Est, Vitória, p. 276-296, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ufesupem/article/view/18049>. Acesso em: fevereiro de 2023.

<sup>388</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>389</sup> Ibidem, p. 509.

Mattos afirma que na Constituição a associação do Imperador a este Poder não poderia deixar de significar a influência da Coroa sobre deliberações ministeriais. Porém, o reconhecimento da importância da Coroa como reguladora desinteressada do jogo político levou-o a afirmar que, de fato, não fazia nenhum sentido evocar a máxima de que “o rei reina e não governa”. Em sua interpretação, o funcionamento político estabelecido pela Constituição, com a participação do soberano, teria a seguinte lógica:

O que é natural e possível, é que competindo aos ministros, somente, a responsabilidade do poder executivo, achem sempre em tal responsabilidade excelente argumento para neutralizar em casos numerosos a interferência do Soberano nas deliberações do Conselho. O que é natural e possível é que os ministros responsáveis procurem por todos os meios fazer prevalecer nos actos do poder executivo o pensamento de que são representantes e depositários, ou renunciem aos cargos. A demissão do ministério daria ensejo ao parlamento de manifestar o seu modo de pensar, e conforme o Imperador aceitasse ou não o juízo das Camaras, tornar-se-hia ou não preciso o recurso da dissolução. Dissolvida a Camara, a questão submetida ao juízo definitivo da nação estaria terminada. Livre de qualquer responsabilidade, satisfeita a consciência com haver feito quanto estava de sua parte, o Imperador não tem razão alguma mais para resistir, e o systema constitucional segue na sua marcha ordinaria.<sup>390</sup>

Da forma como estavam estabelecidas, as atribuições do Imperador poderiam, no máximo, remeter ao juízo da nação através das eleições. Ainda que elas acontecessem sob influência indevida do Executivo, isso não teria relação com o papel constitucionalmente atribuído ao monarca. A expressão “governo pessoal”, portanto, não teria razão de ser. Para Mattos, seria impossível haver o predomínio constante do pensamento individual do Imperador, já que a opinião pública é chamada a ratificar ou não as tendências da influência do monarca. Isso porque todo o edifício constitucional da liberdade pública no Brasil está baseado na existência da opinião pública<sup>391</sup>. Portanto, a saída para os males do sistema político seria a remoção gradual dos obstáculos criados para o desenvolvimento legal da liberdade civil, obstáculos que, podemos entender, foram criados pela legislação orgânica:

Parece-nos porem que a remoção gradual dos obstáculos imprudentemente creados ao desenvolvimento legal da liberdade civil, que a descentralisação e suppressão do pesado systema administrativo

---

<sup>390</sup> Ibidem, p. 522.

<sup>391</sup> Ibidem, p. 524.



francez, que o abandono da paixão de symetria que anima os nossos estadistas, e não pode convir a um paiz tão vasto, tão differente de climas, de necessidades, de recursos; que o favor ao espirito de associação sob todas as suas fórmas; que principalmente o impulso energico indispensavel ao melhoramento e progresso da instrucção publica se não constituirem a solução desejada, serão do numero dos meios mais uteis á reforma destinada a suscitar a opinião publica, unica força capaz de zelar o deposito sagrado da liberdade nacional.<sup>392</sup>

Para Mattos, essas ações seriam do interesse de ambos os partidos. Seriam do interesse dos conservadores porque se colocava em relevo a sabedoria da Constituição. Para os liberais, e aí vai o golpe direcionado a Tito Franco e aos que acusaram o poder pessoal, o desenvolvimento da liberdade civil lhes interessaria porque só depois de estudarem efetivamente as instituições e os seus papéis é que poderão entender quais reformas são necessárias e por quê<sup>393</sup>. Assim Mattos encerra sua obra.

### 3.4. Tito Franco entre 1867 e 1882

Compreender as razões que levaram Tito Franco a escrever a biografia de Furtado, em 1867, implica reconstituir circunstâncias e envoltimentos do autor que ultrapassam o que está evidenciado em sua escrita. É fundamental considerar os procedimentos utilizados por ele para compor o quadro do *Imperialismo* que parece ocupar toda a cena pública em 1867, mas que na *Autobiografia* de 1882 desaparece. Não só se configura a complexidade das mediações entre política, rememoração e reconstituição histórica como o próprio autor sugere o quanto propositadamente jogou na figura do Imperador e da Coroa o que se passava no âmbito das relações entre parlamentares, ministros, imprensa e grupos que, por meio de seus representantes na Câmara e no Senado, ou fora deles, exerciam pressões sobre as políticas públicas e os recursos públicos. Tito Franco parece não ter escapado a isso, apesar das pesquisas realizadas não permitirem avançar nos meandros dos interesses materiais e financeiros que moveram o autor a abrir oposição direta ao gabinete Olinda, em 1866, e a manter-se na oposição com a ascensão de Zacarias, em agosto daquele mesmo ano, chegando a lançar uma moção de desconfiança

---

<sup>392</sup> Ibidem, pp. 526, 527.

<sup>393</sup> Ibidem, p. 527.

contra cada um deles. Colocar-se na oposição toldou os vínculos do autor com as negociações que cercaram a Liga progressista da qual participou, mas abre a oportunidade de se questionar se não foram efetivamente ligueiros “liberais históricos” que auxiliaram a desfazer vínculos já fragilizados pelas próprias contradições internas à Liga.

Quando tratou da sessão parlamentar do Senado de 14 de junho de 1865, questão já tratada, Tito Franco não apenas realçou a polêmica entre Furtado e Zacarias, como acrescentou logo depois ao debate transcrito uma parte de um discurso que ele mesmo havia proferido na Câmara, mas em 16 de abril de 1866.

Segundo ele, este discurso de 1866 teria sido proferido por “um deputado que abandonara elevadas posições officiaes para correr ás fileiras oposicionistas”<sup>394</sup>. A parte do discurso exposta na obra é a que corresponde à uma carta que Franco enviou ao então Ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, pedindo exoneração do cargo que ali ocupava. A questão é que a maior parte de sua manifestação aos deputados foi omitida. Na fala omitida Tito menciona o seu apoio ao gabinete Olinda de 12 de maio, ainda que não fosse um apoio incondicional. Também relembra seu apoio ao gabinete Olinda de 4 de maio de 1857. Reconhece igualmente a grande admiração por Nabuco e lamenta muito ter que estar em lado oposto.

Afirma aos deputados, que, na verdade, a tentativa de “decapitação” dos chefes e das doutrinas liberais, especialmente de lideranças provinciais, levada a cabo por Olinda e por seus aliados, o obrigara a rever seu posicionamento. Na obra de 1867 ressalta:

Não é simplesmente o partido progressista que o gabinete estrangula; o grande partido liberal está em perigo, e sem um grito de alarma, sem um esforço supremo de patriotismo, elle cahirá sem ter subido ao poder, será condemnado sem ter governado, carregará com uma tremenda responsabilidade, que não é, nem pode ser sua<sup>395</sup>.

O gabinete de 12 de maio, que deveria ser passageiro e apresentar seu patriotismo num contexto de guerra contra o inimigo externo, e que assim ganhou a confiança do parlamento, na verdade teria agido de forma diversa:

Fez o contrário. Sem motivo confessavel votou á decapitação os aliados mais proeminentes, que pertenciam ao partido liberal, que apoiaram sempre os gabinetes de 15 de janeiro e 31 de agosto,

---

<sup>394</sup> ALMEIDA, *Op.cit.*, p. 314.

<sup>395</sup> *Ibidem*.

facilitaram e votaram as medidas reputadas urgentes pelo gabinete actual<sup>396</sup>.

A acusação de traição e de deslealdade se concretiza de forma bastante clara, transmitindo a ideia de que até o momento em que se inicia o gabinete Furtado poder-se-ia considerar a tentativa legítima de sustentar um Partido Progressista no poder, mas que, a partir de Olinda, foi efetivado o “massacre” dos liberais, que haviam caído na armadilha do gabinete de 12 de maio, que “qual novo Saturno, procurou devorar os seus primogenitos”<sup>397</sup>.

Deploro a confiança de alguns correlligionarios de suprema boa fé, que ainda vivem na illusão; abrirão os olhos já tarde, e quando cercados por todos os lados só lhes reste entregar-se á discricção, até sem esperanças de uma capitulação semelhante á de Uruguayana.

Mas, se o partido liberal deve succumbir com seus chefes e doutrinas na morte da situação progressista, ao menos seja-me permitido acompanha-lo ainda uma vez ao exílio...<sup>398</sup>

Tito Franco escreve como se a Liga e a maneira como seus agentes estavam conduzindo o governo e as suas pautas “falsamente” liberais acabassem matando, na verdade, o Partido Liberal, que se havia unido a ela e que agora via seus antigos aliados agindo supostamente contra essa aliança, e se enraizando no poder. Em 1882, porém, a ênfase do autor é diferente. Tito cita de passagem que, mesmo com a exoneração de Furtado e com a entrada de Olinda no governo, ele seguia em suas funções como secretário da justiça e diretor do *Diário Oficial*, funções para as quais Furtado o havia nomeado<sup>399</sup>. A demissão dos cargos ocorreu quando os trabalhos legislativos se iniciaram e quando, como opositor, queria ter liberdade de ação, ou seja, não queria estar atrelado ao governo ao qual pretendia se opor<sup>400</sup>. A justificativa, usada em 1882, leva a crer que a sua oposição dizia respeito à forma como ele, redator chefe do *Diário Oficial*, fora tratado pelo ministério: “Eu não podia aceitar esta posição junto de um ministério que a si próprio menoscabava”<sup>401</sup>. A origem de sua oposição não parece, aqui, ter relação

---

<sup>396</sup> Ibidem, p. 315.

<sup>397</sup> Ibidem.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 216.

<sup>399</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 408.

<sup>400</sup> Ibidem, p. 414.

<sup>401</sup> Ibidem.

com a Coroa. Tito transcreve de novo em sua *Autobiografia* a carta enviada, em 1866, a Nabuco de Araújo, acusando novamente o gabinete de estrangular não apenas o Partido Progressista, mas também o grande Partido Liberal. Porém, mais do que propostas diferentes, um dos pontos fulcrais para a oposição de Tito ao gabinete de 12 de maio está relacionado a um decreto do governo a respeito da estrada de ferro D. Pedro II. Trata-se do Decreto N° 3.503, de 10 de julho de 1865, que transferiu ao Estado o restante das ações da estrada de ferro<sup>402</sup>, provavelmente um dos motivos pelos quais, em 16 de abril de 1866, Tito apresentou na Câmara sua primeira moção de desconfiança daquele ano, contra o gabinete chefiado por Olinda. Tito Franco não é muito claro a respeito das razões concretas sobre a moção contra Olinda, mas, uma vez que a informação sobre a moção está inserida em meio a todas as críticas contra o ministério, depreende-se que o autor espera que o leitor entenda essa moção como natural. Tal moção não prosperou e Tito Franco é enigmático ao explicar a razão: “A moção foi sustentada pelos Srs. José Bonifácio e Martinho Campos, e se-lo-ia por quase todos nós se a *rolha* não viesse dar razão ao número ministerial”<sup>403</sup>.

Também detalha as discussões de 5 e 10 de abril de 1866, que apresentam justamente a polêmica em torno deste projeto e deste decreto. Tito transcreve os diversos questionamentos de Cristiano Ottoni<sup>404</sup> ao decreto, e em seguida transcreve a sua própria fala na Câmara:

“As interpelações provam que o governo, encontrando desfalecido o espirito de associação, matou-o com a encampação da estrada de ferro de D. Pedro II. Provam que o governo rasgou a legislação do país desde 1852 para consumir este ato; desprezou o parecer do Conselho de Estado, que o dizia incompetente para esse contrato; desprezou o parecer desta Câmara que votara a autorização, reconhecendo que o governo não a tinha e, sobre tudo isto, tornou-se proprietário das ações pertencentes àqueles que não podiam transigir, de ações que não podiam ser negociadas: conseqüentemente o governo apoderou-se do que não era seu e por meios ilegais”.<sup>405</sup>

<sup>402</sup> BRASIL. Decreto n° 3.503, de 10 de julho de 1865. Transfere ao Estado o resto das ações da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1865*, **Página 325 Vol. 3503**, Rio de Janeiro, RJ, 10 jul. 1865. Disponível em: [<sup>403</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. \*Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida\*. \*Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro\*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 418.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3503-10-julho-1865-554859-publicacaooriginal-73814-pe.html#:~:text=Transfere%20ao%20Estado%20o%20resto,Pedro%20II. Acesso em: 4 mar. 2023.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>404</sup> Cristiano Ottoni era um político mineiro que integrava o Partido Liberal, irmão de Teófilo Ottoni. Neste período de 1866, ocupava o posto de deputado pela sua província. Foi nomeado senador pelo Espírito Santo em 1879. Cf. obra do Barão de Javari, já citada.

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 420.

É importante ressaltar que, logo no preâmbulo do decreto, está presente o art. 5º da Lei nº 1083 de 22 de Agosto de 1860, a famosa “Lei dos Entraves”, que teria sido fundamental para a articulação que deu início à Liga Progressista. Assim afirma o preâmbulo:

Usando da autorização concedida pelo art. 5º da Lei nº 1083 de 22 de Agosto de 1860: Hei por bem Approvar as condições que com este, baixão, assignadas por Antonio Francisco de Paula Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para transferir ao Estado o resto das acções da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Julho de mil oitocentos sessenta e cinco, quadragésimo quarto da Independencia e do Imperio.

O referido artigo 5º da lei de 1860 determina:

O Governo fica igualmente autorizado não só para conceder, aos accionistas das estradas de ferro que gozão da garantia do juro, a permuta de suas acções por apolices da divida publica interna de 6% ao par, ou por titulos da divida publica externa de 41/2% ao par, se os ditos accionistas entrarem effectivamente no Thesouro com a quantia necessaria para preencher o valor nominal das mesmas acções, mas tambem para realizar a dita permuta por qualquer outro meio que não seja menos favoravel aos interesses do Estado.

A somma proveniente da primeira das indicadas operações terá a applicação que lhe fôr dada nas Leis do Orçamento.<sup>406</sup>

A lei de 1860, tão polêmica que acabou contribuindo para articulações entre moderados e liberais, em 1865 e 1866 parece colaborar com o estremecimento da Liga, no âmbito de discussões a respeito do papel intervencionista do Estado e do emprego do dinheiro público. É possível dizer que a partir desta época Tito Franco passa a tratar a Liga como um meio termo abominável, em suas palavras, como um terceiro partido sem

---

<sup>406</sup> BRASIL. Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. *Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda*, Rio de Janeiro, RJ, 25 ago. 1860. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim1083.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.083%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE%201860.&text=Contendo%20providencias%20sobre%20os%20Bancos,e%20diversas%20Companhias%20e%20Sociedades](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1083.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.083%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE%201860.&text=Contendo%20providencias%20sobre%20os%20Bancos,e%20diversas%20Companhias%20e%20Sociedades). Acesso em: 4 mar. 2023.

posicionamentos definidos: o terceiro partido “não seria recebido nem pelo soberano do próprio inferno”<sup>407</sup>.

Na biografia de Furtado, o leitor se depara apenas com as duras críticas ao Marquês de Olinda. Ainda se utilizando do jogo de datas e discursos, Tito Franco recupera, em 1867, o ano de 1840 para mostrar que o histórico de Olinda era de traição e deslealdade, inclusive contra o próprio Imperador, a exemplo, na interpretação do autor, do movimento da Maioridade. Para Tito Franco, era possível pedir a retirada de um gabinete que tivesse a maioria na câmara, como o governo de 12 de maio. Porém, em sua *Autobiografia*, ele relativiza de forma mais sofisticada a instituição *Câmara dos Deputados*, sugerindo a existência de dois tipos de maioria, a numérica e a da “ilustração”<sup>408</sup>. Os governos, logicamente, se sustentavam por meio da primeira, mas trata-se, segundo Tito, de uma sustentação efêmera. O que ele pretendia demonstrar era que o governo Olinda, e talvez outros, ainda que tivessem a maioria numérica, poderiam cair a qualquer momento porque não contavam com aquilo que seria maioria ilustrada, mais importante do que a maioria nas votações. Se não houvesse unidade em torno de ideias, e apenas interesses, os governos cairiam de forma até mesmo repentina. Mas, em todos esses comentários não houve menções à responsabilidade da Coroa ou ao *Imperialismo*. A responsabilidade seria do governo que não conseguia unir uma maioria *ilustrada*, e dos deputados, que não conseguiam formar uma unidade em torno de suas convicções. Havia ainda a possibilidade, dependendo do quadro político e das relações entre o gabinete e os deputados, da Câmara atuar em prol do despotismo, extrapolando suas atribuições e usurpando atribuições administrativas. Em 1882, muito diferente do que em 1867, Tito defende o equilíbrio entre os poderes de Estado, sem críticas ao que considerava anteriormente o engrandecimento do Poder Executivo e da Coroa, em especial.

Relembrando, em 1882, a escrita da biografia de Furtado, Tito justifica a sua elaboração:

Procurando as causas políticas dos lamentáveis sucessos, que via reproduzirem-se no país, julguei encontrar e denunciei o seu princípio regulador permanente, a *onipotência* do poder executivo do qual o imperador é o chefe, e o exercia pelos seus ministros de Estado -: chamei-o imperialismo.

---

<sup>407</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 421.

<sup>408</sup> *Ibidem*, p. 372.

Ofereci a ostra em que foi escrito o meu nome. Espero, porem, morrer sem pertencer ao número dos *arrepentidos penitentes*. Reconheço a conveniência do princípio monárquico, mas prefiro o culto da democracia moderna; as agitações da liberdade que é a resultante de todas as forças vivas do progresso, cativam-se mais do que a própria majestade da autoridade, apenas fadada para conservar os benefícios já conquistados; a posição vertical nos comícios populares parece-me mais de molde, para um filho da Amazônia, do que as curvaturas dos imperiais salões<sup>409</sup>.

É como se Tito sentisse a necessidade de se justificar perante os leitores sobre o que havia escrito em 1867. Considera que sua obra lhe rendeu a antipatia imperial, em especial daqueles “amigos do rei”, fazendo referência a Jorge III da Inglaterra, em cujo reinado conhecia-se os whigs como King’s friends<sup>410</sup>. Mas, alega que ela foi muito bem recebida também por Furtado:

Quanto ao biografado, sabendo que trabalhava para dar em traços largos os principais atos da sua vida política e administrativa, escreveu-me com a sua habitual modéstia: “Quer tomar tamanha empresa a de iluminar a vida do seu amigo? Suspeito, apesar da habilidade do Pigmalião, que a estátua não será vista pela posteridade ainda próxima. Nem por isso será menos profunda a minha gratidão por tão grande fineza...”<sup>411</sup>.

A volta dos liberais ao poder, em 1878, com a escolha de Sinimbu<sup>412</sup> para a presidência do Conselho, foi justificada por Tito em sua *Autobiografia* como resultado da força das circunstâncias, ainda que não pela vontade do parlamento, como se o poder da Coroa tivesse também, e de forma legítima, a opção de fazer escolhas que, mesmo fugindo do respeito à maioria parlamentar estivesse de acordo com a opinião pública de alguma forma. Sem sinais de *Imperialismo*, o que emerge em grande parte do texto é a decepção com os governos liberais de Sinimbu e Saraiva que, na visão de Tito, eram incapazes de comandar as grandes reformas de que o país carecia.

A decepção final para Tito foi sua exclusão da candidatura à reeleição em 1881 pelo próprio partido, sendo o único dos três liberais paraenses da Câmara anterior que foi

---

<sup>409</sup> Ibidem, p. 436.

<sup>410</sup> Ibidem.

<sup>411</sup> Ibidem, p. 437.

<sup>412</sup> João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu era um político liberal, oriundo de Pernambuco. Ocupou pastas ministeriais nas décadas de 1850 e 1860 antes de se tornar presidente do Conselho de Ministros em 1878. Foi nomeado senador em 1857. Cf. obra do Barão de Javari, já citada.

preterido pela Comissão Central. Ele considerou esse fato como a “sentença política da sua condenação”<sup>413</sup>, o que o motivou a escrever a *Autobiografia*.

Sabemos que Tito Franco de Almeida ainda seria eleito novamente para a Câmara nas eleições de 1889, mas que não chegaria a iniciar seu mandato devido à instauração da República, em 15 de novembro. Este episódio marcou o fim da carreira política de Tito Franco, que se manteve monarquista. Faleceu em 1899.

Tanto a biografia de Furtado quanto a interpretação publicada em 1882 são instrumentos de luta política. Naquele momento de 1867 em que os atores da Liga Progressista enfrentavam dissidências internas e buscavam se viabilizar, Tito Franco sabia que o gabinete de 3 de agosto de 1866 poderia cair a qualquer momento. Afinal, a moção de desconfiança lançada na Câmara contra o governo Zacarias pelo próprio Tito Franco havia sido rejeitada por uma margem muito pequena, fruto da crise política que se impunha.

A obra a respeito de Furtado poderia não apenas contribuir para desestabilizar ainda mais a situação progressista e o próprio Zacarias, mas, especialmente, lançar as bases para construir e sustentar a candidatura liberal ao governo, mostrando que apenas eles é que teriam condições de encaminhar questões tão graves quanto a guerra, por exemplo. A biografia de Furtado poderia ter como público-alvo também os seus eleitores do Pará e do norte do país em geral. Essa característica fundamental da obra, qual seja, a de ser uma publicação tomada pela “tenção de intervenção”, retomando o conceito de Renato Janine Ribeiro, exige enorme cuidado. Ao mesmo tempo em que permite levantar interrogações sobre a história política do Império naquele momento, sombreia inúmeros aspectos que outros protagonistas e outras narrativas podem oferecer. Os textos históricos produzidos por agentes políticos em geral submetem a História aos seus interesses de momento, buscando no passado os elementos que podem melhor justificar suas ações no presente. Nesse sentido, as críticas às atribuições da Coroa e a interpretação de que os ligueiros, em especial os conservadores moderados, contribuíam para a preeminência do poder pessoal de D. Pedro II, serviram como uma luva para que setores liberais, como os que Tito representava, desqualificassem seus adversários e, no limite, a própria monarquia.

É digno de nota também a baixíssima repercussão que a biografia de Furtado alcançou nos principais periódicos da corte, o que contraria as observações de Tito Franco

---

<sup>413</sup> Ibidem, 506.



na *Autobiografia*. Editada no segundo semestre de 1867, com atraso, segundo o próprio autor, a obra não mereceu mais do que alguns anúncios para venda, sem receber artigos ou comentários, ao menos no que diz respeito aos periódicos<sup>414</sup>. Ao buscar possíveis referências, depara-se, já em 1868, com artigos a respeito da obra seguinte lançada por Tito Franco, “O Brazil e a Inglaterra, ou o tráfico de africanos”<sup>415</sup>, este sim com maior repercussão na imprensa.

Os comentários do Imperador, em especial, parecem ter ajudado a eternizar a obra de Tito Franco de Almeida. É provável que os seus comentários tenham inspirado, entre outros motivos, a retomada da obra por Joaquim Nabuco e pelos membros de IHGB, mas posteriormente aos eventos, o que influenciou a historiografia a partir de então. A resposta oficial contra as acusações de Tito Franco encomendadas pelo governo Zacarias, escrita por Mello Mattos, teve pouca repercussão posterior.

---

<sup>414</sup> Esta pesquisa carece de dados a respeito da repercussão da obra nos debates da Câmara.

<sup>415</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. *O Brazil e a Inglaterra ou tráfico de africanos*, Typographia Perseverança Rio de Janeiro: 1868.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1867, o Conselheiro Tito Franco de Almeida escolheu usar o termo *Imperialismo* como emblema de sua teoria a respeito do funcionamento da política imperial, e a partir dele desferir todas as suas críticas contra D. Pedro II e contra os políticos que o teriam servido para levar a cabo supostamente o controle da estrutura política a partir do Poder Executivo. Assim como fez com outros termos, argumentos e comparações, Tito Franco trouxe à tona um conceito aparentemente ainda bastante mal definido no contexto brasileiro para se referir àquilo que seria o grande mal do Império. Se o conceito tinha os seus significados no contexto francês e inglês do século XIX, como narra o próprio Tito Franco e também Sergio Buarque de Holanda<sup>416</sup>, a sua aplicação ao contexto brasileiro era recente e, ao que tudo indica, foi efêmero.

Em 1865, pelo que apresenta a obra de Sousa Carvalho<sup>417</sup>, *Imperialismo* parecia significar, em sua visão, a prevalência do poder pessoal do monarca. Mas essa prevalência se dava exclusivamente pelo modo como aconteciam as eleições, não porque o Imperador necessariamente agisse ativamente para criar os meios de fazer preponderar sempre o seu poder, mas porque tinha nas mãos o poder de escolher os governos, e estes governos elegiam as suas maiorias através do controle das eleições. Havendo as reformas necessárias e o movimento do próprio D. Pedro II em favor de tais reformas, o Brasil poderia encontrar melhor sorte. Porém, em 1866, o conceito de *Imperialismo* surge no folheto anônimo *A Revolução e o Imperialismo* como uma solução para que o país se livre de todos os seus males, causados pelos políticos e pelos partidos<sup>418</sup>. Ainda que o termo aqui também carregue o significado de poder centralizado nas mãos do monarca, o autor pede para que este poder efetivamente seja exercido e salve o Império.

Cada um dos autores apresenta diferentes interpretações não apenas a respeito de qual deve ser o papel no monarca, mas também a respeito de qual vinha sendo este papel na prática da história do Império. Tito Franco de Almeida vem trazer ainda mais elementos e outra interpretação, em 1867, quando o *Imperialismo* é invocado para

---

<sup>416</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. O pássaro e a sombra. In. HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo - O Brasil Monárquico*, Volume 7, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

<sup>417</sup> CARVALHO, Antônio Alves de Sousa. *O Imperialismo e a Reforma*, Rio de Janeiro. Tipografia Perseverança, 1865

<sup>418</sup> *A Revolução e o Imperialismo*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866, 30 p. Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

sustentar uma narrativa ainda mais sofisticada que envolve uma releitura do Segundo Reinado.

Através do estudo dos folhetos anteriores que se valeram do conceito de *Imperialismo*, de obras de outros interlocutores e até mesmo do próprio Tito Franco, como é o caso de sua *Autobiografia*, publicada em 1882<sup>419</sup>, percebemos que o termo não apenas se mostra bastante elástico como perde força rapidamente. O próprio Tito Franco já não o utiliza mais na década de 1880 e fala dele apenas para rememorar o leitor de sua obra a respeito do Conselheiro Furtado, ou seja, segundo o próprio autor da biografia, o termo está circunscrito àquela obra, mas não parece útil para explicar posteriormente a vida política do Império.

Sendo assim, não devemos crer que a relação do conceito de *Imperialismo* com as circunstâncias políticas da década de 1860 seja casual. Se a partir de meados daquela década fica evidenciado o esgarçamento da Liga Progressista, os ataques proferidos por Tito Franco contra os conservadores moderados expõem esse movimento. Mas não apenas isso. O *Imperialismo* parece ter sido adotado justamente para permitir ao autor atacar seus adversários mais imediatos e buscar em uma força estranha à Constituição explicações sobre a posição ocupada naquele momento pelo partido liberal, quer na Corte quer nas províncias, em especial as do Norte. O *Imperialismo* explicaria, também, as razões para suas derrotas recentes, notadamente a de 1866, e a perda de espaço dentro da Liga Progressista. Assim, o autor procurou se situar dentro do campo liberal e se afastar historicamente das articulações entre ambos os partidos, aplicando o mesmo procedimento a Furtado, a quem escolheu como modelo.

Com o mesmo empenho que expõe os embates entre Furtado e Zacarias e evidencia suas diferenças a partir de 1865, Tito Franco omite o estreitamento da relação entre ambos nos anos anteriores. Como o próprio Tito Franco transcreve em sua obra, o presidente do Conselho de Ministros que assume pela terceira e última vez o cargo, em agosto de 1866, é aquele que admite o fracionamento da Câmara e que tristemente enxerga na oposição os amigos que antes o haviam sustentado. Aí se encontrariam Furtado e Tito Franco? Consultando os *Anais do Senado e da Câmara*<sup>420</sup>, e fazendo

---

<sup>419</sup> ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida, *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*, volume 177, Rio de Janeiro: IHGB, 1942, pp. 317-507.

<sup>420</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, sessões de 1861, 1864 e 1866. Portal da Câmara dos Deputados, consultados online em 2021 e 2022, disponíveis em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>.

emergir aquilo que o autor da biografia trabalhou para esconder, encontramos no ano anterior uma fala muito similar, mas dessa vez partindo de Furtado, citando especificamente o senador baiano e respondendo a ele: “Senhores, é sempre penoso discutir com homens com quem vivíamos como correligionário e como amigo”<sup>421</sup>.

Neste momento de divisão interna da Liga, o conceito de *Imperialismo* se projeta para Tito Franco servindo de álibi para provar a distância entre seu grupo liberal e os ligueiros, o que se mostra uma manipulação da história recente. Por isso mesmo, o autor se concentra na exposição das diferenças entre eles e exagera nas discussões posteriores ao afastamento, que mostram claramente as posições de Furtado contrárias a Zacarias e Olinda, por exemplo. Porém, Tito Franco omite, em 1867, as duas moções de desconfiança que moveu em 1866, uma contra Olinda e outra, depois, contra Zacarias. As razões dessas moções provavelmente exporiam dissidências que, por sua vez, evidenciariam uma aproximação anterior que Tito Franco buscava apagar, mas que em 1882 não viu problemas em expor.

Por essas razões, a pesquisa se empenhou em levar em consideração as bases de análise propostas por Renato Janine Ribeiro, considerando a biografia de Furtado como uma arma política, influenciada pelo seu contexto, mas, acima de tudo, procurando nele interferir de forma direta, ou seja, evidenciando a sua “tenção de intervenção”, sequestrando sentidos e conceitos de seu contexto para carregá-los com significados que poderiam causar os impactos desejados no leitor e no campo político mais abrangente. O *Imperialismo* é o maior exemplo. Nesse sentido, retomando Pocock, o texto de Tito Franco de Almeida claramente se utiliza de diversos tipos de idiomas, conceitos e retóricas para criar uma aparente unidade no discurso que leve o leitor desavisado a uma realidade “falsamente” coerente e propositadamente criada. Ao falar de “atos da enunciação”, Pocock deixa clara a necessidade de entender os efeitos concretos pensados e conseguidos pelo autor a partir da linguagem que utiliza.

Podemos dizer que Furtado é pretexto para Tito Franco de Almeida não apenas mostrar o distanciamento dos moderados em relação às bandeiras liberais, mas acusá-los de usar a Liga para o fortalecimento do *Imperialismo*, uma prática de centralização e de suposto monopólio do poder praticados por aqueles que ofereciam à Coroa o que ela

---

*Anais do Senado do Império*, sessões de 1865. Portal do Senado Federal, consultados online em 2021 e 2022. Disponíveis em

[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio\\_digitalizados.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp)

<sup>421</sup> *Anais do Senado do Império*, sessão de 14 de junho de 1865, p. 91.

precisava para prevalecer. E podemos dizer que Furtado é pretexto porque fica claro que ele e Tito Franco não estavam alinhados. O autor forja um personagem por meio de edições e omissões que supostamente apresentam uma unidade de vistas dos liberais ao longo do tempo. Podemos citar Timandro e Ottoni, simbolizados por suas obras<sup>422</sup>, como se Furtado fosse legatário do “verdadeiro” liberalismo e dos liberais, que não se haviam modificado ao longo de décadas. Como vimos, a obra de Eide Sandra Azevêdo Abrêu ajudou a abrir um panorama um pouco mais claro a respeito das discussões políticas da segunda metade da década de 1860, apontando que havia um grupo que culpava o governo de Furtado pelo esfacelamento da Liga e outro que culpava o governo de Olinda, que o sucedeu<sup>423</sup>. Provavelmente por isso, e por ter se oposto aos moderados de forma tão radical a partir de determinado momento, Tito Franco tenha escolhido Furtado como biografado.

Uma questão que se impõe é qual teria sido a razão por trás do esgarçamento da Liga Progressista, uma vez que as opiniões de seus membros, em especial de Furtado e Zacarias, pareciam muitas vezes coincidir, até mesmo a respeito da responsabilidade ministerial pelos atos do Poder Moderador. Os dois parecem compartilhar as mesmas concepções sobre o papel do Estado nas questões econômicas<sup>424</sup>. É possível que eles também compartilhassem ideias e pensamentos a respeito do papel que deveria ter o Estado nestes assuntos. Sobre a livre navegação no Amazonas, conseguida em 1866 pelo governo de Zacarias, Tito Franco faz elogio dela em sua *Autobiografia*. Se a oposição contra o gabinete Olinda de 1865 parecia estar circunscrita a discordâncias a respeito do intervencionismo do Estado e do emprego do dinheiro público, como ficou claro no caso do Decreto nº 3.503, de 10 de julho de 1865, que transferia ao Estado o resto das ações da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II, contra o governo Zacarias as razões parecem mais obscuras. De qualquer forma, se grande parte dos membros da Liga

---

<sup>422</sup> VASCONCELLOS, Zacarias de Góis e. *Da natureza e limites do poder moderador*. Typ. Universal de Laemmert, 2ª edição: Rio de Janeiro, 1862. HOMEM, Francisco Sales Torres. O Libelo do povo. In: Magalhães JR. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Nacional, 1956, p. 47-126

<sup>423</sup> ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011, p. 205.

<sup>424</sup> Tanto Zacarias em 15 de janeiro de 1864 quanto Furtado em 31 de agosto do mesmo ano apresentaram programas que incluíam a reforma da lei de 3 de dezembro, da Guarda Nacional, o corte de despesas, o equilíbrio do orçamento e a rejeição de reformas na Constituição. Ao apresentar seu programa em 1864, Zacarias remete ao programa de 1862, e quando assume a presidência pela última vez, em 3 de agosto de 1866, foca a princípio na guerra contra o Paraguai, mas relembra programas de governo exposto em 1864. Ver: JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, pp. 135, 138.

compartilhavam pensamentos similares a respeito da liberdade individual, da liberdade civil, da liberdade de crédito e de comércio, podemos inferir que o importante era controlar a fonte do poder e atender a interesses de seus grupos políticos, tanto da Corte, como, em especial, das províncias, que compunham suas bases eleitorais. A partir destes aspectos é que podem ter surgido as dissidências<sup>425</sup>.

Apesar do empenho em esclarecer as razões mais concretas que teriam causado as principais divergências que motivaram a escrita da biografia de Furtado, não foi possível esclarecer inteiramente este aspecto. Para isso, seria preciso percorrer mais em detalhe a documentação parlamentar e ministerial, além de aprofundar as biografias dos principais atores. O que foi expresso na obra de Tito Franco faz parte do teatro político, aquilo que repercutiu e se projetou publicamente, o que se manifestava do jogo da política, mas não dos bastidores da política. Acusar o Imperador e escolhê-lo como alvo fez parte deste teatro, embora não se possa afirmar com precisão porque exatamente Tito Franco escolheu atacar o monarca dessa forma. Provavelmente, a razão está relacionada com o fato de que outras obras liberais anteriores já haviam construído esta crítica contra o papel do Imperador, embora com diferentes nuances, como é o caso de Timandro, Ottoni e do próprio Sousa Carvalho. Tito Franco ressignificou parte das críticas, reproduziu outras e focou em acusar os conservadores moderados como se eles tivessem sido os imperialistas que serviram como meio efetivo para a implementação do *Imperialismo*. Esses moderados, juntamente com o Imperador, seriam os responsáveis por projetos e práticas centralizadores. O centralismo do Executivo estaria também no âmago do conceito de *Imperialismo*. Por isso, o Poder Moderador não era o problema mais candente naquele curto momento, entre 1865 e 1867, para Tito Franco de Almeida.

A leitura da biografia de Furtado e a sua problematização, com base em outros interlocutores e no contexto complexo de 1867, nos permitiu reconstituir aspectos do esfacelamento da Liga Progressista e nuances de alguns dos atores envolvidos, em especial aqueles que Tito Franco trouxe para o debate. Percebemos que as acusações a respeito de quem seria o responsável pelo fim da Liga tiveram protagonismo no cenário político daqueles anos. Os periódicos da Corte e as outras obras que pudemos analisar,

---

<sup>425</sup> ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011. SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

advindas de outros interlocutores, nos ajudam a entender este cenário, mas também aquilo que nos trazem Sergio Buarque de Holanda, Francisco Iglesias, Paulo Pereira de Castro, Eide Sandra Azevêdo Abrêu e Miriam Dolhnikoff a respeito das movimentações políticas, das eleições e do funcionamento da política Imperial<sup>426</sup>. Muitas das referências consultadas nos apontam também a importância das discussões a respeito da navegação e das discordâncias referentes às subvenções e ao emprego do dinheiro público como temas centrais dentro das polêmicas internas à Liga. A partir disso, podemos lançar a hipótese de que, muito provavelmente, nem liberais nem moderados implodiram a Liga Progressista. Pela fragilidade que essa articulação demonstrou, tratava-se de uma associação circunstancial que foi capaz de derrotar os conservadores considerados “emperrados” em 1862, mas que, sendo elevada ao poder, se desfez pelas dissensões internas, pautadas em interesses materiais, incluindo os que envolviam o financiamento da guerra externa, o que somente outras investigações poderão desvendar e comprovar.

A biografia de Furtado está inserida no debate a respeito do processo eleitoral de 1866, representando a visão, ou melhor, a intenção do grupo político do qual Tito Franco fazia parte. A derrota eleitoral de Tito Franco para a Câmara dos Deputados parece ser consequência da perda de espaço que sofreu nos anos anteriores, depois da queda de Furtado, provavelmente devido ao próprio esgarçamento da Liga que opôs os seus setores internos, em especial na província do Pará. A escrita da obra parecia expressar uma revolta nesse sentido, deslegitimando inteiramente o grupo oposto que havia tomado o poder, composto pelos moderados.

Da mesma forma, podemos dizer que a escolha de Furtado para ser o seu biografado esteve relacionada com o fato de que ele poderia ajudar Tito Franco a construir uma determinada memória sobre a atuação dos liberais ao longo do tempo, o representante de uma suposta continuidade em relação aos grandes nomes liberais do passado recente, e fazer isso de forma que ficassem claras as diferenças entre liberais e conservadores. Retomando Marx, lembramos que os discursos de uma determinada época retomam o passado para revestir seu movimento presente das glórias de nomes e eventos anteriores, fazendo crer que existe repetição na história<sup>427</sup>. É o que faz Tito Franco de Almeida, trazendo do passado elementos e nomes liberais que possam fortalecer seu

---

<sup>426</sup> Além destes, podemos citar: Cecilia Helena Salles de Oliveira, Izabel Marson, Monica Dantas, Eduardo Neves dos Santos, Vitor Marcos Gregório, Sérgio Eduardo Ferraz, Silvana Mota Barbosa, Bruno Estefanes, Thiago Gambi, Jeffrey Needel, José Murilo de Carvalho e Lydia Garner, entre outros.

<sup>427</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 19.

discurso, como se houvesse uma continuidade histórica e uma similaridade de contextos. Mas, como vimos, Furtado apenas poderia servir ao intento de Tito Franco se fossem omitidos posicionamentos que denunciasses as distâncias entre eles, o que efetivamente foi feito na narrativa.

Ao trazer à tona a ideia do poder pessoal e do controle que o Imperador exercia sobre a política imperial, assim como outros liberais fizeram anteriormente, Tito Franco de Almeida colaborou de forma decisiva para o fortalecimento de uma interpretação a respeito da história do Império, segundo a qual as instituições eram falseadas e o suposto parlamentarismo em vigor no Brasil funcionava “às avessas”, ideias presentes até hoje em muitas interpretações. Tito Franco aprofunda esta ideia sendo sua obra especialmente contundente contra o Imperador. Se o Poder Moderador já era tema de debate e pôde ser interpretado por muitos durante o século XIX como símbolo da centralização, Tito Franco busca expor de forma radical a maneira pela qual as ações do Poder Executivo desvirtuavam o sistema, solidificando ainda mais a ideia do poder pessoal.

Além disso, a atenção dispensada pelo próprio Imperador à obra, na tentativa de responder ao autor, elevou o texto a um patamar que a própria resposta encomendada pelo governo e escrita por Mello Mattos nunca conseguiu atingir<sup>428</sup>. Joaquim Nabuco recuperou Tito Franco nos tomos de *Um Estadista do Império*<sup>429</sup> e o IHGB dedicou sessões e publicações ao tema. Posteriormente, Sergio Buarque de Holanda também destacou a obra de Tito Franco como evidência do poder pessoal.

Como a pesquisa pôde destacar, a biografia do Conselheiro Furtado é uma arma de luta política bastante circunstancial e efêmera, contrastando muito com o modo atemporal pelo qual muitos investigadores a tomaram no século XX, como se fosse um estudo político capaz de suprir o papel de referência bibliográfica fidedigna para a compreensão da História do Império.

---

<sup>428</sup> MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870.

<sup>429</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 4 v. 1949.



## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes impressas

*Anais da Câmara dos Deputados*, sessões de 1861, 1864 e 1866. Portal da Câmara dos Deputados, consultados online em 2021 e 2022, disponíveis em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>.

*Anais do Senado do Império*, sessões de 1865 e 1868. Portal do Senado Federal, consultados online em 2021 e 2022. Disponíveis em: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP\\_AnaisImperio\\_digitalizados.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp)

BRASIL. Decreto nº 3.503, de 10 de julho de 1865. Transfere ao Estado o resto das acções da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1865*, **Página 325 Vol. 3503**, Rio de Janeiro, RJ, 10 jul. 1865. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3503-10-julho-1865-554859-publicacaooriginal-73814-pe.html#:~:text=Transfere%20ao%20Estado%20o%20resto,Pedro%20II>. Acesso em: 4 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. *Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda*, Rio de Janeiro, RJ, 25 ago. 1860. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim1083.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.083%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE%201860.&text=Contendo%20providencias%20sobre%20os%20Bancos,e%20diversas%20Companhias%20e%20Sociedades](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1083.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%201.083%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE%201860.&text=Contendo%20providencias%20sobre%20os%20Bancos,e%20diversas%20Companhias%20e%20Sociedades). Acesso em: 4 fev. 2023.

*Correio Mercantil*. Rio de Janeiro. 1864-1865. Acervo da FBN

*Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1864-1865. Acervo da FBN

*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro. 1864-1865. Acervo da FBN

ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 177, Rio de Janeiro: IHGB, 1942, pp. 317-507.

BLAKE, A. V. A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883 - 1902. 7 volumes.

*A Revolução e o Imperialismo*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1866.

CARRASCO, Juan Bautista. *Mitología Universal, historia y explicación de las ideas religiosas y teológicas de todos los siglos*. Madri, Gaspar y Roig Editores, 1864

CARVALHO, Antonio Alves de Sousa. *O Imperialismo e a Reforma*, Rio de Janeiro. Tipografia Perseverança, 1865.

FLEIUSS, Max. “Notas do Imperador ao Livro do conselheiro Tito Franco de Almeida sobre “o conselheiro Francisco José Furtado” coligidas por Max Fleiuss”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXXVII, Rio de Janeiro, 1914, pp. 249-289. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

HOMEM, Francisco Sales Torres. O Libelo do povo. In: Magalhães JR. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Nacional, 1956, p. 47-126.

LYRA, Tavares. Tito Franco e o Imperialismo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 177. Rio de Janeiro: IHGB, 1942, p. 285.

MACEDO, Sérgio Teixeira de. *Breve apreciação da Demissão do Conselheiro Paranhos*. Typ. Popular de Azeredo Leite. Rio de Janeiro: 1865.

MATTOS, Luiz Jose de Carvalho e Mello. *Páginas de História Constitucional do Brasil 1840 – 1848*. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1870.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 4 v. 1949.

OTTONI, Teófilo. *Circular dedicada aos Srs. eleitores de senadores pela provincia de Minas Gerais no quatrienio actual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º Districto Eleitoral da mesma provincia para a próxima legislatura*. Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos: 1860, Rio de Janeiro.

SCHNEIDER, Louis. *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Tradução de Manoel Tomás Alves Nogueira. Notas de José Maria da Silva Paranhos. Pradense: Porto Alegre, 2009

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. *Da natureza e limites do poder moderador*. Typ. Universal de Laemmert, 2ª edição: Rio de Janeiro, 1862.

JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível no portal do Senado Federal: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/220525#:~:text=jornais%20e%20revistas-,Organisa%C3%A7%C3%B5es%20e%20programmas%20ministeriaes%20desde%201822%20a%201889%20%3A%20notas%20explicativas,%2C%20etc.%2C%20com%20varios>

LEAL, Antonio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já falecidos*. Lisboa: Impr. Nacional, 1873, Tomo II. Fonte

LEAL, Antonio Henriques. *Obras de João Francisco Lisboa*. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1864-1865. Fonte

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno biographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Lithographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, Tomo I, p. 25. Fonte

## Bibliografia

ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.

ABRÊU, Eide Sandra Azêvedo. “Um pensar a vapor”: Tavares Bastos, divergências na Liga Progressista e negócios ianques. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 313-346.

ALVES, Adamo Dias. *A história do conceito de bonapartismo: Uma análise semântica aplicada aos séculos XIX e XX*. Conhecimento Livraria e Distribuidora LTDA-ME: Belo Horizonte, 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. Monarquia e Democracia. In. ALMEIDA, Tito Franco. *Monarquia e Monarquistas*, 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1990.

ASSIS, CHRISTIANE COSTA. *O Constitucionalismo Whig e os Limites do Estado de Direito*. Direito Público, [S.l.], v. 9, n. 49, dez. 2013.

BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese (doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BARBOSA, Silvana Mota. O Conselho de ministros do Império do Brasil. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 52-62, 2007.

BARMAN, Roderick J. *O Imperador Cidadão*. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e o Teatro de Sombras*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II – Ser ou não ser*. 1ª ed. Companhia Das Letras: São Paulo, 2007.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v. 4. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 19-84.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In *Métis. História & Cultura*, Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.2, n.3, jan./jun., 2003.

CUNHA, Raimundo Alves da. *Paraenses Ilustres*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

DANTAS, Monica Duarte. Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro. *Anais do Fórum Rumos da Cidadania*, Instituto Prometeus de Estudos Ambientais, Culturais e Políticos, São Paulo, 2010, pp. 19-58.

DANTAS, Monica Duarte. O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841: Dois Modelos de Organização dos Poderes. In: *Revista História do Direito*, Instituto Brasileiro de História do Direito, v. 1, n. 1, Curitiba, 2020, pp. 96-121.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo: FFLCH/USP, 2011, 32 p. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais>

DOLNIKOFF, Miriam. et al. Representação política no Império: crítica à ideia do falseamento institucional. In: LAVALLE, A. G. (org.). *O horizonte da política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, pp. 97-142.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco brasileiro”: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado. In: *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, Rio de Janeiro: 2000, pp. 41-62.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *A muralha de bronze: a formação da liga progressista no Império do Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O império revisitado: instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e poder moderador*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864. *Revista Veredas da História*, v. 5, n. 2, 2012, pp. 124-145.

GARNER, Lydia Magalhães Nunes. *In pursuit of order: a study in Brazilian centralization, the Section of Empire of the Council of State, 1842 – 1889*. Tese de doutorado, Baltimore, Johns Hopkins University, 1987.

GASH, Norman. *Sir Robert Peel: The Life of Sir Robert Peel After 1830*. faber and faber, 2ª ed.: Inglaterra, 1971.

GOMES, Eduardo Teixeira. *O governo representativo em John Stuart Mill: representações e paradigmas*. Anais do VI Congresso Internacional Ufes/Paris-Est, Vitória, nov. 2017, p. 276-296.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Crise do regime. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

HOLANDA, Sergio Buarque de. O pássaro e a sombra. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 71-156.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In. HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, v.5. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 17-139.

RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

JUNIOR, Raimundo Magalhães. *Três panfletários do segundo reinado*. Coleção Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *A formação do direito comercial brasileiro: a criação dos tribunais de comércio do império*. *Cadernos Direito GV*, v. 4 n. 6, nov. 2007.

MARSON, Isabel Andrade. Do império das “revoluções” ao império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do império (1822-1950). In *História: Questões & Debates*, n. 50, p. 125-173. Editora UFPR, Curitiba: jan./jun. 2009.

MARSON, Isabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

MARSON, Isabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780 – 1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelman*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. *Almanack braziliense*, n. 10, 2009, p. 05-22.

NETO, Maria Cristina Nunes Ferreira. Autobiografia, conciliação e concessões: a Companhia do Mucuri e o projeto de colonização de Theophilo Ottoni. In: MARSON, Isabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780 – 1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 277-312.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles (org). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.

POCOCK, John. O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas considerações sobre a prática. In: *Linguagens do ideário político*. 1ª ed. São Paulo: Edusp 2013

QUINET, Antonio. Édipo ao pé da letra: fragmentos de tragédia e psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. “Somos da América e queremos ser americanos!”: O liberalismo ibero-americano de Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895). In: *Anais do Colóquio Internacional do Laboratório Cidade e Poder: A América Ibérica e as relações ibero-americanas no contexto do Mercosul*. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, p. 29.

RAYMOND, Gino. *Historical dictionary of France*. Scarecrow Press, 2ª ed.: Inglaterra, 2008.

SILVA, Roberta Felix da. *Imprensa e poder: discursos e projetos políticos de Francisco Salles Torres Homem (1840-1849)*. Dissertação de mestrado, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SALDANHA, Michel. *O experimento progressista em Minas Gerais*. In: Revista Crítica Histórica. v. 11, n. 22. p. 345-365. Universidade Federal do Alagoas: Maceió, 2020, p. 349.

SANTOS, Eduardo José Neves. *As múltiplas faces da polêmica liberal: o embate entre Zacarias de Góes, conservadores e progressistas na questão da navegação comercial no Império (1857-1866)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

TASINAFO, Célio Ricardo. Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles de; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.